

Seminário

**Revolução
Permanente
e Revolução
Brasileira**



Apostila 3

**Discussões
sobre o Brasil
contemporâneo**

2017

ÍNDICE

Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80	03
<i>José Welmovicki</i>	
Os motivos da revolta popular: Um balanço crítico dos governos do PT (Seleção de textos da “Cartilha do Ilaese” – nos 10 anos de governo do PT).....	19
<i>Daniel Romero, Érika Andreassy e Nazareno Godeiro</i>	
Hegemonia às avessas (estratos)	40
<i>Francisco de Oliveira</i>	
Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo (estratos)	43
<i>André Singer</i>	
A hegemonia da pequena política	52
<i>Carlos Nelson Coutinho</i>	
As antinomias de Antonio Gramsci – Estado e Revolução no Ocidente.....	59
<i>Perry Anderson</i>	
Classe sociais em <i>O Capital</i> de Marx: a centralidade do proletariado industrial	66
<i>Gustavo Henrique Lopes Machado</i>	
O proletariado brasileiro hoje.....	80
<i>Gustavo Henrique Lopes Machado</i>	
A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista	99
<i>Ruy Braga</i>	
Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito.....	108
<i>Giovanni Alves</i>	
A opressão sobre negros, mulheres e homossexuais sob os governos do PSDB e PT	111
<i>Dados do Ilaese, CSP-Conlutas, Ipea e SNN do PSTU</i>	
Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas	118
<i>André Singer</i>	
Perfil de quem foi à Paulista destoa de lideranças e não poupa ninguém.....	128
<i>El País</i>	
Construindo Poder Popular – Comitês Populares para governar	131
<i>Cartilha do Movimento Luta Popular</i>	

Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80

José Welmovicki
(Estratos)

PROLETÁRIOS DO BRASIL INTEIRO, UNI-VOS!

As características do novo movimento operário gerado desde os fins da década de 1970 e consolidado na década de 1980 diferem qualitativamente do anterior. Para poder ressaltar a importância das mudanças introduzidas nesse período e as diferenças políticas entre esses dois momentos, é necessário lembrar, rapidamente, as características anteriores a 1964.

MOVIMENTO OPERÁRIO E SOCIEDADE NO BRASIL PRÉ-64

Os primeiros tempos: exclusão e ausência de direitos

No Brasil, o processo de industrialização se deu mais de um século depois do inglês. Mas, desde as primeiras indústrias, o capital nacional e estrangeiro não só eram contra o direito de união de classe como tentavam excluir seus operários dos direitos democráticos. Aqui, a libertação dos escravos não significou, de imediato, a extensão dos direitos civis a toda a população. O nascimento do movimento operário durante a República Velha foi marcado pela exclusão e pelas perseguições às tentativas de organização sindical e política. A queda da República Velha veio modificar essa situação, possibilitando as primeiras tentativas de regulação sindical e trabalhista. O avanço da indústria e o crescimento da classe operária obrigavam as classes dominantes a apresentar algo mais do que repressão.

Desde a época de Vargas, o sindicalismo foi enquadrado pelo Estado. A partir de 1931, os sindicatos passaram a ser considerados organismos de colaboração com o Estado e os empresários. A CLT de 1943, instituída com a finalidade de reordenar as legislações trabalhista e sindical existentes, tem sua definição centrada sobre a legitimidade dos sindicatos e seu enquadramento na ordem corporativa. A identidade, colocada na lei, entre sindicato e Estado consagrava a dependência da autorização (outorga) estatal para o funcionamento dos sindicatos, a unicidade, o poder de intervenção do Ministério sobre as entidades sindicais, o poder normativo da Justiça do Trabalho sobre os conflitos¹. O movimento sindical da época, extremamente controlado após o Estado Novo ter reprimido o movimento operário oposicionista que havia até 1935-37, era composto, em geral, por dirigentes que funcionavam como apêndices do Ministério em sindicatos sem maior participação da base.

No entanto, a particularidade da burguesia nacional dos países latino-americanos reside no fato de enfrentar uma situação premida por sua dependência orgânica dos centros imperialistas, dependência essa que é a consequência da inserção subordinada na economia imperialista desde sua formação. Isso fez com que, naqueles momentos em que se viu pressionada, possa ter chegado até mesmo a apelar para uma aliança com os setores subalternos para frear a pressão imperialista. Sempre cuidando para que essa aliança esporádica não pusesse em questão sua dominação.

MUDANÇAS DO PERÍODO 1945-64

Nas décadas de 1950 e 1960, os regimes chamados de “populistas” foram frequentes na América do Sul, quando havia algum enfrentamento com o imperialismo, e um setor da burguesia nativa, precisando de apoio nesse embate, estabelecia uma política para atrair o movimento operário a uma frente ampla ou um partido com bandeiras nacionalistas e populares (como o peronismo argentino e o varguismo brasileiro) com concessões aos sindicatos, mas procurando vinculá-los ao Estado sob uma liderança ligada a esses movimentos.

Esses regimes necessitavam do apoio dos trabalhadores e das massas exploradas ou até mesmo de sua mobilização parcial. Portanto, tratavam de passar uma ideologia particular, que “integrava” essas massas à participação política, criando uma consciência de pertencer ao povo ou à nação e dando coesão aos movimentos políticos criados por eles. Por essa razão, não se admitia a defesa de interesses de classe, sob o argumento de que estes deveriam ser submetidos aos interesses maiores da nação ou do povo. A organização independente dos trabalhadores era hostilizada ou perseguida por esses regimes exatamente porque ameaçava seu controle sobre as classes populares. E era parte fundamental da sua ideologia o ocultamento da desigualdade social interna ao “bloco patriótico” ou ao “povo”. “Em uma palavra, na adesão das massas ao populismo *tende, necessariamente, a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer-se a ideia do povo (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários*” (itálico do autor)².

¹ VIANA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 240-241.

² WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978, 4. ed., p.161.

No caso brasileiro, quando tivemos esse tipo de regime, era recente na vida institucional o acesso aos direitos civis, que havia demarcado a noção central da cidadania burguesa na Europa. A Constituição de 1946 não modificou essencialmente a legislação: como definiu Werneck Vianna, embora com um discurso liberal, típico da redemocratização e do pós-guerra, os constituintes se limitaram a conservar o corporativismo na ordem sindical:

Liberalismo em política, corporativismo quanto à organização sindical. O indivíduo possessivo será liberto dos freios e ressalvas da 'vontade nacional', mas as classes subalternas deviam continuar subalternas ao ideário da colaboração e de harmonia entre classes sociais.³

Essa foi a estrutura legada e vigente durante o período 1945-64. Criou-se uma estrutura sindical para controlar os movimentos da classe trabalhadora emergente. Trocou-se a ilegalidade pela legalidade com ingerência estatal. Cruzado e pressionado por uma onda grevista ampla, gerada pela queda do Estado Novo e pela derrota do nazifascismo, os trabalhos da Constituinte mostrariam a preocupação da maioria conservadora dos legisladores em não perder o controle social.

Os trabalhadores reapareceram na cena política com muita força, mas ainda seguindo lideranças comprometidas com setores da classe dominante. A força do quererismo e o surgimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) serviram para esterilizar, em parte, a onda de lutas operárias de 1945-46. A política do PCB de sustentação de uma "união nacional" com o governo deixou os trabalhadores sem alternativa que canalizasse o ascenso numa perspectiva de classe. Como resultado, e apesar de uma conjuntura grevista importante, os trabalhadores ficaram, basicamente, sob o mesmo regime jurídico; a Constituição de 1946 manteve o básico do anterior: previa que o direito de greve dependeria de uma conciliação prévia da Justiça do Trabalho e estaria sujeito à sua decisão inapelável; a estrutura sindical continuaria sob tutela estatal. Nela, não estava prevista a organização de centrais sindicais, mas de federações e confederações por ramo de atividade. A participação política eleitoral das massas entre 1945 e 1964 mudou um elemento da política nacional com o surgimento de partidos dirigidos por políticos da oligarquia, mas voltados para o eleitorado urbano de extração mais pobre, como o PTB. Os partidos de esquerda não tiveram existência legal independente, à exceção do curto período do PCB, entre 1945 e 1947, ano em que Dutra o colocou na ilegalidade. Além disso, a orientação política do PCB priorizava a aliança com os setores nacionais "progressistas", como foi feito com o getulismo entre 1945 e 1946.

Os governos que se seguiram teriam, apesar de suas diferentes colorações políticas, uma questão em comum: trataram de manter no comando da estrutura sindical lideranças dóceis, os chamados "pelegos", e isolar os contestadores. Os presidentes do período 1945-64, tanto os do PTB quanto os demais, embora tivessem uma orientação de cooptar as lideranças, o faziam sem abdicar jamais dos controles estatais e, quando necessário, intervindo na vida sindical e destituindo lideranças.

Os trabalhadores chegaram a avançar sua organização, em particular no início da década de 1960, questionando, parcialmente, a ordem legal constituída, tanto em relação à questão das greves quanto à estrutura sindical, como quando se montaram os organismos intersindicais, como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Fórum Sindical de Debates (FSD) e, em particular, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), mas esse questionamento⁴ não chegou a romper totalmente com a estrutura vigente nem a organizar uma alternativa independente dos trabalhadores, pois suas principais lideranças estavam comprometidas com o esquema das alianças de classe. A ideologia populista sustentava que os cidadãos daquele país, ou os componentes do "povo" deviam estar juntos, unidos contra algum agressor ou ameaça exterior.

Em sua ampla maioria, a esquerda e os intelectuais da época não se opuseram a essa ideologia. Essa postura marcou a conjuntura pré-golpe de 1964: não houve delimitação de classe nem combate ao caráter subordinado destinado ao proletariado na aliança proposta pelos trabalhistas. As elaborações oriundas do stalinismo, que eram esmagadoramente majoritárias nas organizações de corte marxista da época, em especial no Partido Comunista Brasileiro, pregavam a aliança de classes entre os trabalhadores e a burguesia nacional "progressista", que poderia, segundo eles, ser aliada na luta contra o imperialismo. Tanto no que se refere à concepção política quanto à política para o movimento sindical, essa esquerda tradicional não se diferenciou dos esquemas ideológicos transmitidos pelos líderes petebistas que estavam no governo. Como resultado, entre as principais lideranças da CGT e dos sindicatos (que em sua maioria eram do PTB ou do PCB⁵), havia, apesar das diferenças políticas, um acordo em torno à participação no bloco "nacional-popular", um pacto em torno ao governo tra-

³ VIANA, Luiz Werneck. Op. cit., p. 254. Nas páginas 262-265, o autor cita os debates na Constituinte em que os defensores da tese vencedora tentam fazer a conciliação entre a liberdade sindical formalmente assegurada e a negação da autonomia sindical.

⁴ COSTA, Sérgio Amad. *Estado e controle sindical no Brasil: Um estudo sobre três mecanismos de coerção, 1960/64*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

⁵ *Ibidem*, p.198.

balhista encabeçado por João Goulart. Octavio Ianni, autor de um estudo precursor sobre as características do populismo brasileiro, assim analisa a participação da esquerda no processo:

Nesse contexto histórico e ideológico, a esquerda brasileira ficou como que “aprisionada”. As técnicas da política de massas e o reformismo, conduzidos pelos setores mais audaciosos da política de industrialização, estabeleceram os limites e as condições tanto da politização quanto da atuação política do proletariado urbano, de certos setores da classe média, dos estudantes universitários e, depois, do proletariado agrícola. Em consequência, viveu oscilando entre as recordações do marxismo e as exigências da democracia populista. O fato é que não foi capaz de transformar a política de massas numa política de classes.⁶

Para Ianni, uma das confusões centrais em que caiu a esquerda da época foi justamente não priorizar a identidade de classe e a construção de uma consciência de classe diferenciada no proletariado e em oposição à ideia de massa ou de povo difundida pelo populismo e em se deixar levar e confundir no interior do bloco “popular”:

Simbolizando e sintetizando essas confusões, a esquerda não se deu conta de que massa e classe não são expressões cambiáveis. Não compreendeu que são categorias históricas e estruturalmente diversas. Incorreu na ilusão semântica proposta pelo getulismo e suas variantes. Não se dedicou à análise da realidade para perceber que a essência das massas, trabalhistas e populistas, é antes a consciência de massa que a consciência de classe, antes o princípio da mobilidade social que o princípio da contradição. Que ela deveria traçar um caminho próprio para atingir e exprimir a consciência de classe.⁷

Quando a deterioração da situação econômica e a grande mobilização popular passaram a preocupar o governo americano e setores majoritários da burguesia nacional, o governo Goulart foi ficando isolado e, ante a ameaça de uma guerra civil, preferiu capitular, desistindo da resistência. Quando a situação da luta de classes colocava problemas para a dominação burguesa porque havia uma crise que ameaçava dividir a hierarquia das Forças Armadas, além de um grande ascenso operário e camponês, então a solução foi encontrada na intervenção militar para reprimir e disciplinar a população.

A decisão, para a maior parte da classe dominante, foi abandonar quaisquer veleidades populistas e aliar-se ao imperialismo para restabelecer a ordem, recorrendo a um regime bonapartista com o golpe em 1964. Houve uma tentativa de resistência ao golpe, heroica, mas dispersa e desorientada, e, por isso, incapaz de enfrentar os militares. Resistência essa que não contou nem com uma organização adequada, nem com a clareza política da sua necessidade antes da eclosão do golpe, mesmo entre as correntes de esquerda. O novo regime perseguiu implacavelmente ativistas e intelectuais de esquerda e forçou muitos deles ao exílio.

Mesmo o PTB e alguns políticos vinculados ao governo deposto foram afastados da política ou obrigados a se exilar. “Populismo” passou a ser um anátema para os novos governantes e a maioria da burguesia. Mas a verdadeira preocupação era com os trabalhadores. Para impedir qualquer reação, a participação popular, assim como as possibilidades de militância nos sindicatos, foi cortada pela raiz, com prisões, desaparecimentos e intervenção em sindicatos, assim como ataque às liberdades democráticas, com as cassações de parlamentares, a censura e o fechamento de partidos.

O REGIME MILITAR DE 1964

O Estado brasileiro assumiu uma forma claramente ditatorial após o golpe. As frações burguesas mais importantes abandonaram a ideia de autonomia nacional e refizeram um bloco de poder com outra orientação: incapazes, por si só, de manter a dominação num momento de crise econômica e pressionadas pela irrupção do movimento de massas, assumem um papel subordinado na relação com o grande capital internacional e apelam a seus guardiães armados. Para restabelecer a ordem, a direção do país deveria passar para as Forças Armadas. Ordem conservadora, com finalidade contrarrevolucionária, com o apoio direto do governo norte-americano, dentro do quadro mundial de alinhamento com o “Ocidente” na Guerra Fria.

Estabelece-se um tipo de regime de alto grau de disciplina em que as próprias forças burguesas deixam de estar no comando direto da política central, no marco da manutenção da dominação burguesa.⁸ Assim, instalou-se uma forma específica de regime bonapartista no país. Não se trata de uma reedição completa do bonapartismo clássico identificado por Marx no Império de Napoleão III, mas de determinadas características que se podem comparar, ou seja, o fato de a burguesia, pressionada por uma incapacidade de dominação em termos “normais”, entregar o comando do Estado a uma autoridade “acima das classes”, que governa contra o proletariado e tem autoridade até para ferir determinados interesses específicos da classe dominante, sem tocar nas premissas básicas do sistema capitalista. Essa autoridade militar é exercida para disciplinar as classes exploradas, mas busca

⁶ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4. ed., 1986, p. 87.

⁷ *Ibidem*, p.100

⁸ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987, p. 147.

aparecer como um árbitro neutro que governa em nome dos interesses maiores nacionais. No caso brasileiro, ela se apoiou na delegação das frações burguesas majoritárias, no respaldo do imperialismo e também pode ter um período maior pelo crescimento econômico que obteve no começo da década de 1970.⁹

O regime militar interveio fortemente na área sindical, modificando para pior o dispositivo legal que cuidava das relações trabalhistas. Sua finalidade era criar uma ordem institucional que garantisse ao capital a superacumulação de lucros sem maior reação da classe operária. Para isso, pode utilizar as leis já existentes que vinham da CLT de 1943, que garantiam o controle dos sindicatos pelo Estado. Mas a ditadura não ficou só na aplicação dessas possibilidades legais. Tratou de impor uma estrutura autoritária que encerrasse com a “subversão”, a “desordem”, a “anarquia” no terreno da organização dos trabalhadores. Por um lado, acabou com a estabilidade e impôs uma normatização pelo Ministério do Trabalho sobre os reajustes salariais (tirando-a da Justiça do Trabalho). Por outro, tornou o direito de greve um não-direito. Na estrutura sindical, não houve grandes mudanças, utilizando a própria estrutura existente, mas acabando com os “desvios” do período 1962-64. No entanto, a lei de greve anterior, assim como a estrutura sindical, já era discricionária. Era impedido o direito à organização de centrais sindicais e, para deflagrar uma greve, era necessária a anuência da Justiça do Trabalho.

O movimento operário brasileiro, mesmo em sua fase de luta mais acirrada no período anterior, que foi a de 1962 a 1964, não havia rompido a fundo com essa dinâmica e estrutura. Com o golpe de 1964, como parte do modelo dominante, aprofundou a perseguição às atividades do movimento operário. Durante o período de regime militar, as greves eram diretamente proibidas. Eram consideradas como ameaça à segurança pública ou à segurança nacional. Isso tinha a ver não somente com uma questão democrática, mas com uma necessidade do modelo econômico implantado pelo regime ditatorial; 2.786 sindicatos tiveram suas diretorias cassadas. Nas diretorias sindicais, foram colocados interventores que seriam dóceis ao regime e formaram a geração de lideranças “pelegas”, dependentes, diretamente, do apoio do regime militar. Os sindicatos deveriam se limitar a serem organismos para garantir a colaboração com o Estado e os empresários. Quem tentasse descumprir essa norma podia ser deposto de uma entidade ou até ser preso e processado. As atividades cotidianas do sindicato deviam se ater ao assistencialismo. Uma vez por ano, no mês em que caísse a data-base de sua categoria, ele deveria assinar, em nome de seus associados, os acordos coletivos que legitimassem a decisão prévia das autoridades sobre o salário. Deviam se omitir de qualquer atividade política e vigiar seus associados para que não utilizassem os fóruns sindicais para isso.

O Ministério do Trabalho fiscalizava permanentemente as atividades sindicais, tanto política quanto financeiramente, para que não houvesse “desvios” dessas funções. O sindicato era apenas a sua diretoria, não havia participação dos trabalhadores; qualquer atividade de contestação à sua direção era impedida e, às vezes, perseguida tanto em seu interior quanto na empresa. Não havia espaço para oposição no interior dos sindicatos no modelo vigente durante a ditadura. Mesmo nas épocas de eleição, quando formalmente chapas alternativas eram permitidas, as fraudes, perseguições e até a violência eram usadas para intimidar os ativistas que quisessem mudar a direção sindical.

A decepção com a vitória relativamente fácil dos golpistas levou a uma profunda revisão e discussão entre a esquerda e a intelectualidade brasileira. As elaborações críticas sobre as estratégias e as alianças de classe no período pré-64, as expectativas no getulismo na aliança “nacional-popular”, foram feitas nesses anos de revisão, entre 1964 e 1977. O mesmo se deu no interior das organizações de esquerda, em particular no PCB, que teve a maior responsabilidade na orientação de adaptação ao governo Jango e que foi o mais atingido. Uma série de crises se seguiu, a maioria optando pelo caminho da guerrilha foquista, que igualmente acabou isolada e derrotada. Em geral, as correntes que optaram pela orientação da luta armada, embora utilizassem métodos radicais, não definiam a estratégia política de forma a romper com as orientações da esquerda tradicional que havia participado da visão policlassista elaborada pelo PCB. Partiam da visão de uma transformação revolucionária não socialista do país, passando por uma aliança com setores da burguesia nacional num futuro governo popular revolucionário, ainda que para chegar a esse objetivo colocassem a necessidade de criar um grupo armado.

Padeciam, por outro lado, de uma expectativa catastrofista que foi contrariada pelo “milagre econômico” do regime militar. Como a opção guerrilheira não deu saída ao processo, o debate se intensificou entre 1968 e 1978. As discussões sobre as alianças de classe, o chamado populismo, sobre a estratégia de participação nos blocos com setores burgueses e sobre a adaptação ao Estado, assim como o fracasso da linha foquista, despertaram intenso debate no interior da esquerda, incluindo as elaborações de intelectuais comprometidos com o marxismo, que teriam influência na geração que estaria à frente dos processos de luta a partir de 1977 e 1978.

A resistência que continuou durante todo esse período na luta contra o regime militar, nos bairros, nas universidades e, inclusive, nas empresas, foi fermentando uma nova geração que surgia já à luz dessas expe-

⁹ ANTUNES, Ricardo. *A rebelião do trabalho*. Campinas: Unicamp, 2. ed., 1992, pp. 113-123. A sistematização feita por Antunes se apoiou nas elaborações conceituais de Marx, Trotsky e Gramsci e, para o Brasil, de Carlos Estevam Martins, Francisco Oliveira, Décio Saes e outros.

riências. O movimento estudantil e popular de 1968 e as greves de Osasco [SP] e Contagem [MG] do mesmo ano haviam já colocado elementos de uma rediscussão sobre o papel dos movimentos, da relação com os sindicatos. A irrupção das greves de 1978 a 1980 encontrou essa situação. Uma ruptura com as práticas anteriores, obviamente com as do período ditatorial, mas também com as do período anterior ao golpe, foi a característica marcante dessa década.

AS BASES ECONÔMICO-SOCIAIS E POLÍTICAS DO NOVO MOVIMENTO OPERÁRIO

As transformações econômico-sociais vivenciadas no país

O Brasil passou por transformações econômicas de peso em fins da década de 1960 e na década de 1970. A ditadura impôs um novo modelo, que foi chamado de “milagre econômico”. Esse novo modelo se apoiava na expansão industrial e de serviços, voltada ao consumo de bens duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc. e à penetração das multinacionais em associação com o Estado e as empresas nacionais. Esse modelo aumentou o parque industrial de forma nunca antes vista. A média de crescimento industrial entre 1968 e 1971 foi de 12% ao ano. No setor de material de transporte, que inclui os automóveis, foi de 19,1%, enquanto no de eletrodomésticos foi de 13,9% ao ano.¹⁰ O peso da indústria no PIB cresceu de forma significativa.

Havia um tripé da acumulação entre a burguesia estrangeira, a nacional e o Estado. O Estado garantiu a infraestrutura de serviços necessária à acumulação privada na indústria e no setor financeiro. A integração (transportes e telecomunicações) entre os diferentes estados e o fornecimento de energia e insumos a baixo preço, bancada pelo Estado, facilitou essa acumulação; altas taxas de lucros eram garantidas por subsídios à indústria e por um grande arrocho salarial e condições de trabalho opressivas (extensão da jornada, ritmos de trabalho infernais etc.). O capital externo e seus associados internos multiplicaram as indústrias de bens de consumo durável, que produziam essencialmente para o mercado interno, para um público de classes alta e média (ou seu estrato mais alto). Apesar da concentração de renda, era um mercado nada desprezível; devido às dimensões do país e à mão de obra barata, permitia extrair grandes lucros. A burguesia nacional era a sócia menor e ganhava a sua parte do bolo como fornecedora das multinacionais, assim como das grandes estatais, além de preservar para si o setor financeiro, a indústria da construção civil (pesada e residencial), a de material de construção e outros. Grandes bancos privados nacionais se formaram nesse período ao lado dos fortes bancos estatais federais (BB, CEF etc.) e estaduais (Banespa etc.). A concentração financeira foi tão forte que se passou de 336 bancos com 6.490 agências em 1964 para 109 bancos com 8.320 agências em 1974. Houve uma forte penetração do capital no campo, com as grandes empresas para exportação, como as de soja, laranja etc. O agrobusiness tomou conta do campo, o que não modificou a estrutura agrária extremamente concentrada que já vinha desde a época colonial e que já tinha sido motivo das lutas pela reforma agrária na década de 1960, mas redirecionou a produção agrícola para a exportação de determinados produtos com grandes possibilidades de mercado em escala mundial, como a soja. O custo da mão de obra rural continuava abaixo do custo da urbana, e o campo continuou a fornecer a reserva de mão de obra para alimentar a indústria com contínuas migrações, que levaram, já na década de 1970, a que as cidades brasileiras concentrassem 60% da população do país.

O novo trabalhador

Fruto da ampliação da indústria e de sua modernização tecnológica, com as grandes concentrações industriais, em particular na região Sudeste do país, surgiu uma nova camada de trabalhadores urbanos. Uma classe operária nova, concentrada nas grandes empresas multinacionais, tais como automobilísticas, e nas estatais, como as telefônicas, as refinarias etc. Os cálculos aproximados revelam o crescimento de 3 milhões, na década de 1960, para 10 milhões de trabalhadores industriais no fim da década de 1970; nos bancos, serviços financeiros em geral, agora gigantes, uma classe trabalhadora de serviços também concentrada, como as do Banco do Brasil, Banespa e CEF, assim como Bradesco, Itaú e outros, ultrapassando 700 mil empregados no setor em 1984. O setor de transportes, em particular por via rodoviária, os metropolitanos e ferrovias criaram outro importante contingente de trabalhadores urbanos.

Essa nova classe trabalhadora era mais integrada e de nível cultural mais alto que a da década anterior, ao mesmo tempo em que mais reprimida. Assim, criava-se uma grande massa de assalariados com baixos salários e extremamente explorada e com mais exigências de formação. Havia desigualdade entre os vários estados, assim como entre campo e cidade, que era usada para melhor auferir os lucros, seja usando a mão de obra mais barata, seja via subsídios locais, como ficou claro no caso da Fiat em Minas.¹¹

O ABC era uma das regiões mais típicas dessa nova configuração econômico-social do país. Mas não era a única. O Vale do Paraíba e a região de Campinas, em São Paulo, o Vale do Aço, Betim e Contagem, em Minas, eram

¹⁰ SINGER, Paul. *A crise do 'Milagre'*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1976, pp. 102-103.

¹¹ A Fiat só decidiu instalar-se em Minas devido aos enormes incentivos fiscais, aos aportes de capital feitos pelo governo estadual e à farta disponibilidade de mão de obra barata, com salários bem inferiores aos de São Paulo.

outros exemplos mais recentes do mesmo tipo: grandes empresas multinacionais e estatais montavam plantas de grande porte com uma classe operária jovem e obrigada a aprender rapidamente conhecimentos técnicos para operar as fábricas modernas. As refinarias da Petrobras, as siderúrgicas como Usiminas, a expansão da CSN de Volta Redonda, as operadoras de energia como Cemig e as telefônicas de cada estado eram outras tantas concentrações de trabalhadores espalhadas pelo país. Se compararmos com a época do sindicalismo anterior, podemos ver que as alterações na importância e no peso de cada setor do proletariado são nítidas, refletindo a concentração empresarial de grandes multinacionais que se instalaram com mais poder econômico que na década anterior.

Maria Hermínia Tavares de Almeida atribui o processo de mudança no eixo de gravidade do movimento sindical a essa modificação estrutural:

(...) implicando alterações na posição e importância relativa dos diversos segmentos das classes trabalhadoras, enquanto eixos da atividade sindical. Nos últimos anos de sua existência, o sindicalismo populista tinha seu centro de gravidade entre os trabalhadores em serviços coletivos, via de regra geridos pelo Estado – transportes urbanos, marítimos, ferroviários e serviços portuários – assim como entre os assalariados das grandes empresas produtivas estatais, sobretudo refinarias de petróleo. (...) No período recente, os trabalhadores da grande indústria de ponta – automobilística, metal-mecânica, siderúrgica, petrolífera – Formam a espinha dorsal do movimento sindical, que se apoia, também, sobre dois outros pilares: os profissionais assalariados de ‘classe média’ e os trabalhadores do campo.¹²

Ela se refere, também, às mudanças estruturais introduzidas pela modernização capitalista que “triplicou o proletariado industrial e concentrou-o em grandes unidades fabris, o que criou, multiplicou e diversificou oportunidades de emprego para as camadas médias assalariadas e que revolucionou as relações de trabalho no campo, formando extenso setor de novos proletários”.¹³ Ela agrega que isso levou a um crescimento da sindicalização, que ainda que fosse um sindicalismo minoritário, quando se compara com a grande massa, passou por um inegável crescimento entre 1964 e 1978: “entre 1960 e 1978, o número de sindicalizados aumentou 3,5 vezes entre os empregados urbanos. Cresceu ainda 259%, 262% e 327%, respectivamente, para os empregados em estabelecimentos de crédito, na indústria e no comércio”.¹⁴ Em 1978, os trabalhadores sindicalizados formavam uma massa de quase 10 milhões, dos quais pouco mais da metade na zona rural. Ainda que deva ser relativizada a ligação entre crescimento no campo e sindicalização rural, os dados são demonstrativos da enormidade do processo.

A crise do velho movimento sindical

Essa nova classe operária encontrou um “vazio político” criado pela ausência de referências sindicais ou políticas com influência real sobre a classe trabalhadora nos anos de ditadura. Os antigos líderes pré-64 foram exilados sem deixar estruturas políticas ou sindicais que mantivessem politicamente seu peso. Além disso, havia uma decepção com a política de colaboração de classes entre os ativistas e que seria exaustivamente analisada por estudiosos como Ianni e outros, levando a uma elaboração crítica que se refletiria na geração que encabeçou as lutas no fim do regime militar, no ressurgimento do movimento operário. Era amplamente aceita a crítica radical às práticas anteriores. A ditadura, por seu lado, arrasou as lideranças sindicais, interveio nos sindicatos e lá colocou lideranças sem qualquer vínculo com a base, corruptas etc., os chamados “pelegos”¹⁵.

Entre 1964 e 1978 (referindo-se à ditadura militar), praticou 536 intervenções em entidades sindicais, destituindo diretorias em exercício e nomeando interventores. Destas, 432 (80,6%) ocorreram entre 1964 e 1965. (...) No estado de São Paulo, coação do sistema econômico brasileiro, 115 sindicatos e sete das 18 federações sofreram intervenção ministerial.¹⁶

Nos sindicatos, esses velhos pelegos praticavam um assistencialismo em que imperava a corrupção e os favores pessoais e eram cúmplices dos abusos cometidos contra os trabalhadores, das arbitrariedades da ditadura e dos patrões.

No terreno político, o regime militar acabou com os partidos anteriores, como PTB, PSD, UDN etc., e forçou a implantação de dois partidos: Arena, apoiando a situação, e MDB na oposição. As eleições eram apenas para cargos legislativos. Governadores e prefeitos eram nomeados pelo ditador/ presidente, e esse ditador/presidente indicado diretamente pelo Alto Comando do Exército. A Arena era uma cobertura partidária para alojar os políticos que obedeciam às determinações do regime e de seus comandantes militares em troca de favores e garantia de seus interesses econômicos. Sua participação era completamente subordinada pela própria natureza do regime ditatorial. Seus votos dependiam do clientelismo e das velhas oligarquias e do apoio majoritário das classes

¹² ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicalismo entre a conservação e a mudança. In: *Sociedade e política no Brasil pós-64*. B. Sorj e Maria Hermínia T. de Almeida (orgs.), São Paulo: Brasiliense, a983, p, 193.

¹³ *Ibid*, p. 198.

¹⁴ *Ibid*, p. 196.

¹⁵ “Pelego” era o termo usado para denominar as lideranças colaboracionistas dos sindicatos da época getulista, e significava a pele que fica entre o cavaleiro e sua montaria para amaciar o contato entre o animal e o seu ginete. Posteriormente, ficou identificado com as lideranças sindicais corruptas ou entregadoras.

¹⁶ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Op. cit, p. 199

dominantes. O MDB, por sua vez, foi um aglomerado de políticos que ficaram na oposição liberal, mas não possuíam estratégia de luta contra a ditadura. Nos momentos de eleição, que serviam para dar uma aparência de democracia ao regime, o MDB apresentava um discurso liberal limitado pelas leis do regime. Os cargos executivos centrais, presidente, governadores, prefeitos das capitais, não estavam em disputa. Mesmo os parlamentares estavam sujeitos às cassações de mandato e a todo tipo de perseguição política.

A não ser nas eleições, o único partido de oposição legal distava muito de manter uma militância política efetiva contra a situação. Aparecia como oposição consentida, e a maioria de seus deputados e prefeitos se limitava a defender seus interesses paroquiais. A participação de organizações de esquerda como o PCB na estrutura do MDB não mudou essa relação. O Rio de Janeiro foi duas vezes governado por Chagas Freitas do MDB (1970-74 e 1978-82) sem modificar a política econômica e a repressão no estado. Na maioria das prefeituras do interior, eram permitidas eleições para prefeito, e o MDB ganhou e governou algumas (Campinas, Juiz de Fora etc.) sem maiores diferenças com as da Arena. Esses partidos não eram atrativos em termos de participação para aqueles ativistas que queriam batalhar contra o regime ou pelos direitos sociais, políticos ou sindicais.

Isso não impediu que, em determinados processos eleitorais, em particular em 1974 e 1978, a população e setores organizados utilizassem o voto e a participação como canal de demonstração do seu descontentamento. Mas jamais o MDB conseguiu ser um polo de atração para a organização da militância operária ou estudantil. Persistia um relativo vazio de alternativas para o movimento operário.

O arrocho salarial

O regime militar sempre se apoiou em medidas de força no terreno sindical para impor leis salariais que faziam declinar o poder de compra dos salários, mesmo os da indústria de ponta. Como demonstra Edmilson Costa, em seu livro *A Política Salarial no Brasil*, a tendência constante foi de decréscimo no valor absoluto dos salários¹⁷ (à exceção de uma camada bem reduzida que ele classifica como gerentes, supervisores, profissionais de cargos executivos etc.). Essa realidade não foi fruto de competição “normal”, mas de imposição político-econômica a partir da gestão estatal durante o regime militar e garantida pela falta de liberdade e pelo medo causado pela repressão.

Foi uma base fundamental da acumulação capitalista durante os 20 anos de bonapartismo no Brasil. Acumulação que produziu uma das maiores concentrações de renda do mundo. Em 1960, por exemplo, os 10% mais ricos da população tinham uma participação no PIB correspondente a 39,66%, percentual que se elevou de maneira extraordinária para 46,8% em 1984.¹⁸ Por isso, quando o movimento operário se levantou no fim dos anos 1970, foi necessário que lutasse contra o regime militar para conseguir melhores salários:

Com relação à disputa capital-trabalho, consumou-se, nesse período uma política de Estado articulada, consciente e contumaz, com o objetivo de desvalorizar o preço da força de trabalho de forma que as empresas pudessem obter elevadas taxas de lucro e se apropriar da maior parte da produtividade do trabalho. (...) As leis salariais posteriores apenas intensificaram e estruturaram melhor o arrocho salarial, cuja síntese mais expressiva é a trajetória do salário mínimo.¹⁹

Salientamos este fator, pois combinava uma força estrutural nova da classe operária com a exploração crescente dos trabalhadores e a ausência de lideranças e de estruturas que canalizassem a revolta latente. Essa combinação iria demonstrar seu potencial explosivo assim que a primeira iniciativa de luta deflagrasse o processo grevista.

Os últimos dias da ditadura

No final da década de 1970, havia uma mobilização crescente contra a ditadura. O milagre econômico havia criado uma base social minoritária na população que a ele associava sua melhoria de vida, a ascensão social: setores de classe média e mesmo algumas camadas assalariadas do setor de serviços e da indústria puderam financiar suas casas, adquirir seus carros etc. O regime bonapartista havia se aproveitado, entre 1969 e 1973, de uma conjuntura internacional ainda favorável, com ingresso de capitais e inversões das multinacionais a baixos juros. Já em meados da década de 1970, com as crises do petróleo, a situação internacional muda. A dívida externa começa a disparar, os juros sobem, os investimentos diminuem. Os ventos começaram a mudar, a inflação começou a subir novamente, a onda do “milagre”, do “Brasil Grande” tão forte durante o governo Médici, já não era mais engolida facilmente. O esgotamento do modelo colocou em xeque a estrutura montada em cima de seu anterior “sucesso”.

¹⁷ COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil: 1964-1985*. São Paulo: Boitempo, 1997, em especial as páginas 57-59 e 142-151.

¹⁸ *Ibidem*, p. 26. Outro dado impressionante apontado pelo autor se refere à participação do 1% mais rico no produto nacional. Eles tinham já um percentual de participação maior que o dos 50% mais pobres segundo a PNAD de 1990.

¹⁹ *Ibidem*, p. 242.

A crise do “milagre” empurrava para a oposição setores da classe média. Começaram a haver fricções do regime com o próprio empresariado. No operariado, a princípio passivo após as derrotas de 1968 e com a expansão econômica de 1970-74, vinha aumentando um descontentamento surdo. Como se demonstrou nas eleições de 1974 e 1978, esse descontentamento já era bem amplo. As eleições eram, como dissemos, limitadas apenas ao parlamento e a assembleias legislativas ou, então, a prefeituras menores e câmaras municipais. Mas, num momento de crise, acabaram servindo de forma ampla de canal de expressão para a insatisfação popular.

Em 1974, o governo Geisel tratou de ter uma política preventiva, a famosa “abertura controlada”. Nesse projeto, as eleições fariam parte de um cronograma de autorreforma do regime. Com o agravamento da crise e do descontentamento, elas acabaram servindo de escoadouro ao descontentamento popular. Os estudantes, que já vinham se reorganizando, intensificaram suas iniciativas e aproveitaram os espaços assim que foi possível algum tipo de manifestação mais ampla. Desde 1975, com os protestos em atos ecumênicos dentro das igrejas contra as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, até sair às ruas em 1977 nas mobilizações pela anistia. Importante lembrar que o estopim dessas manifestações que tomaram novamente as ruas das grandes cidades foram as prisões de operários no ABC que haviam editado um jornal para o 1º de Maio e foram presos e torturados por isso. Essas mobilizações depois se estenderam como protestos contra as restrições às liberdades democráticas, além de deflagrarem o processo de reconstrução da UNE, proibida pela ditadura.

O projeto Geisel de “abertura controlada” era uma tentativa de resposta, percebendo a indignação crescente, para prevenir uma irrupção popular contra a ditadura. Um setor das próprias FFAA, mais identificado com a tortura e que não aceitava nem mesmo essas tímidas aberturas, tentou duas vezes impor seus limites a Geisel, mas saiu perdendo. Primeiro, Ednardo Melo, em 1976, após os casos Herzog e Manoel Fiel Filho (mortos por torturas nas dependências do II Exército) e o general Silvio Frota, preterido em função da escolha de Figueiredo na sucessão de Geisel. A reaparição do movimento estudantil colocou na ordem do dia a luta política contra a ditadura, com a bandeira das “liberdades democráticas”, que incluíam a anistia, as liberdades sindical e política, as eleições diretas, a Constituinte. Derrotado nas urnas em 1974, de modo mais expressivo que o esperado, o regime tentou contra-atacar com as “reformas de 1977”, estabelecendo o voto de sublegenda e os senadores “biônicos” para garantir uma maioria no Senado, além de cassar alguns deputados que haviam sido mais contundentes nas críticas. No entanto e apesar de todos esses mecanismos, as eleições de 1978, já influenciadas pela luta estudantil e pelo início das greves operárias, marcariam nova derrota e deixariam mais fraco o regime às vésperas do início do governo Figueiredo.

O governo Figueiredo marcaria a perda gradativa de controle do regime sobre a sociedade, o que era fatal para um regime bonapartista. Da abertura controlada, passaríamos à entrada em cena de um forte movimento de massas impondo cada vez mais recuos ao regime. Em vez da “autorreforma do regime”, chegaríamos ao movimento nacional pelo fim da ditadura, expresso na *Campanha pelas Diretas Já*. Um novo ator tinha aparecido na cena política após anos de paralisia, e sua participação seria fundamental no próximo período: o movimento operário. O papel do movimento operário nas lutas e na mobilização que derrotou a ditadura foi muito importante. Isso levou, mais tarde, a que alguns dos estudiosos sobre o movimento operário considerassem sua presença e participação nessa luta como a primeira expressão de uma estratégia ainda que não explícita pela cidadania política, já que houve um movimento conjunto de vários segmentos sociais, inclusive de parcelas do empresariado, no movimento das “Diretas Já”.

Novo movimento para um novo trabalhador: as greves de 78 rompem a comporta

A força da onda grevista, que se inicia em 1978, exige uma tentativa de explicação mais de conjunto para o fenômeno. As inúmeras greves do final dos anos 1970 tomaram um caráter de “novo movimento operário” pela identificação política imediata que se estabelece entre cada greve e seus companheiros de outras fábricas, categorias e até mesmo regiões. Para podermos encontrar uma imagem da dinâmica que tomou aquele movimento de 1978 em diante, recorreremos a um texto de Eric Hobsbawm sobre o movimento operário inglês de fins da década de 1880, no qual ele inclusive o compara com o movimento da década de 1980 no Brasil:

A extensão e o impacto do choque de 1889 foram inesperados, mas, em retrospectiva, não foram surpreendentes. Quando insatisfações industriais, por uma razão ou por outra, vão-se acumulando sem poderem descarregar sua tensão, a explosão consequente é quase inevitavelmente dramática, tanto mais se considerarmos que nessas situações a demonstração das lutas iniciais surte efeito espetacular, especialmente quando bem sucedida. O surgimento do movimento sindical de massa no Brasil e na Polônia nos últimos anos ilustra esse efeito. No todo, as greves de 1889 foram extremamente bem sucedidas.²⁰

Acreditamos que no Brasil, como compara Hobsbawm, o acúmulo das tensões sociais durante a ditadura gerou um fenômeno explosivo, mas de classe, de identificação política ampla dos trabalhadores, e que o su-

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 228.

cesso das primeiras greves tornou estendido em escala nacional. A eclosão tomou a forma, primeiramente, de uma série de greves dispersas por todo o país. Depois, surgiram as greves centralizadas de categorias inteiras. Mais tarde, após um intervalo, greves nacionais começaram a ser organizadas. Esse fenômeno pode tomar o aspecto de novo movimento operário pela dimensão estrutural nova da classe operária, sua concentração e a extrema exploração a que estava submetida. Não foi um acidente que tenha surgido justamente no ABC, um dos mais fortes exemplos dessa nova força proletária.

78: As máquinas pararam!

A greve da Scania de São Bernardo do Campo [ABC paulista], em 12 de maio, iniciava novo ciclo: o número de greves em 1978 foi superior a 270, com mais de 140.000 grevistas no total.²¹ Todavia, o mais importante era que, pela primeira vez desde a ditadura, no ABC, uma série de empresas entrava em greve quase simultaneamente, obrigando os empresários a negociar, e o regime a tolerar as paralisações. Essa retomada se ampliou a partir das primeiras greves em São Bernardo do Campo e Santo André: as greves foram espontâneas e por empresa, mas tinham uma motivação comum, dadas pela questão salarial, pelas condições de trabalho na fábrica e pela existência da ditadura militar, com sua política salarial centralizada. A crise da ditadura era o pano de fundo. Apesar da repressão, a indignação contra as perdas salariais era maior que o medo. A luta pela reposição das perdas de 1973 (o famoso “roubo do Delfim”) foi o mote central das campanhas salariais. Um processo que já vinha se acumulando nas campanhas salariais anteriores explodiu em 1978 nas primeiras greves importantes desde 1968. A destacar que elas ocorrem “após a assinatura do acordo pelo sindicato e eclodem por empresa, ao receber o salário do mês de abril sem o reajuste desejado (em maio): a partir da Scania, em SBC, da COFAP, em Santo André”.²²

Em poucos meses, o movimento atingia todo o país, e uma série de categorias não operárias, como educação e saúde. Eram greves de empresas e setores. Se, no caso inicial do ABC, a espontaneidade primou, já no caso de professores, em São Paulo, destacaríamos a organização anterior à deflagração da greve, com a primeira estrutura de comando de greve com ampla democracia e assembleia geral para deflagrar a greve. Essa estrutura foi trabalhada a partir de ativistas da categoria, em geral com militância política de esquerda, que trouxeram uma experiência do movimento estudantil. Influíram nas formas de organização que depois se irradiaram pelos demais sindicatos, inclusive os operários.²³

Segundo um militante da época que participou no comando da categoria:

Essa estrutura foi trabalhada a partir de ativistas políticos da categoria, em geral com trajetória na esquerda e que trouxeram essa experiência do movimento estudantil. Nesse caso, os ativistas iriam influir nas formas de organização que se irradiaram pelos demais sindicatos. Foi um longo trabalho de aglutinação dos ativistas de oposição indo às escolas para articular os grupos. E esse trabalho montou uma estrutura que se manteve depois da greve. Todos os setores de oposição sindical como o MOAP, o MUP, participavam. Dentro delas, as correntes de esquerda participavam como MEP, CS, OT. Foi essa estrutura de organização dos professores por escola e região que foi incorporada pela associação depois da vitória da Oposição, que transformou a Apeoesp num verdadeiro sindicato da categoria. Provocou uma revolução na categoria (Apeoesp) dos professores de SP. Foram a vanguarda no processo de organização. Antes do ABC, já elegeram comandos por escola, com métodos democráticos.²⁴

O ano eleitoral foi atravessado por uma nova efervescência, sendo que, pela primeira vez, as lideranças sindicais, em evidência devido às greves, foram chamadas a optar politicamente num momento em que a ditadura perdia apoio a cada dia. Começava a se discutir o fim do bipartidarismo. Foi a época em que se discutia intensamente no movimento estudantil se a opção era fortalecer o MDB ou se o movimento devia partir para outro tipo de prática política, inclusive de um novo tipo de partido. No movimento sindical, ainda era incipiente essa discussão, pois o movimento recém despertava para a ação. Lula, por exemplo, ainda falava: “política é coisa de estudantes e intelectual”. Mas na campanha eleitoral desse ano, a maioria dos sindicalistas de oposição à CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) participou de alguma forma

²¹ Os dados usados para o número de greves e grevistas, nesta e nas outras partes do texto, foram extraídos da sistematização de Eduardo Noronha a partir do banco de dados do Nepp/Unicamp, em sua tese de mestrado apresentada à Unicamp *As greves na Transição Brasileira*, 1992. E em seu artigo “Greves e estratégias sindicais no Brasil” in: MATTOSO, Jorge *et alli.* (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1994, pp. 323-358.

²² Depoimento de José Maria de Almeida.

²³ Os professores de ensino público de São Paulo tinham associações de caráter sindical, como a Apeoesp, mas muito frágeis em 1978. A assembleia que deflagrou a greve de 1978 foi realizada na Câmara Municipal com alguns milhares de participantes e organizou uma estrutura que se manteve depois da greve. Foi essa estrutura de organização dos professores por escola e região que foi incorporada pela associação depois da vitória da Oposição, que transformou a Apeoesp num verdadeiro sindicato da categoria.

²⁴ Depoimento de Edgar Fernandes. As primeiras siglas que ele utiliza são dos movimentos de oposição sindical: MUP (Movimento de União dos Professores); MOAP (Movimento de Oposição Aberta dos Professores). As seguintes eram siglas de organizações de esquerda: MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado); CS (Convergência Socialista); OT (O Trabalho).

apoiando determinados candidatos do MDB e alguns, inclusive, se candidataram pessoalmente, como foi o caso de Benedito Marcílio, dos metalúrgicos de Santo André, que o fez assumindo a bandeira “por um partido só de trabalhadores”. Os resultados das primeiras greves importantes na reorganização sindical e política já começavam a aparecer. As greves de 1978 já tinham colocado na cena política a classe operária, e sua aparição cresceria ainda mais nos anos seguintes.

79: A greve sai com ou sem pelego!

Se, em 1978, a onda de greves foi generalizada, mas por empresa, em 1979 as greves passam a ser organizadas por categoria e com um grau de centralização maior. O salto no número de grevistas e de dias parados já refletiu essa maior organização e o exemplo vitorioso das greves de 1978. Mais de 1.400.000 trabalhadores pararam e, dessa vez, primaram as greves por categoria. O ano de 1979 já começou marcado pela preparação da campanha salarial metalúrgica em forma unitária, aproveitando uma instância da própria federação oficial de São Paulo, de seu congresso estadual. O Congresso de Lins, em janeiro, pela primeira vez discutiu questões práticas de uma luta em preparação. Foi esse mesmo congresso que votou a moção pela criação de um “partido dos trabalhadores sem patrões”.

Já em 1979, foi dado um salto: houve um congresso estadual de metalúrgicos de SP em Lins. Ali se discutiu a unificação das campanhas salariais. Saiu até uma resolução de acordo que propunha o Partido dos Trabalhadores. Essa foi a primeira campanha unificada desde a ditadura. Saiu uma comissão conjunta para fazer a negociação com a Fiesp. A pelejada depois recuou, mas o ABC puxou a greve, e várias cidades do interior acabaram aderindo, apesar e contra o sindicato, como em Campinas, São José, Jundiá e São Carlos. Em 1979, com essas contradições, os sindicatos foram um elemento progressivo em Santo André e São Bernardo (o João Lins, de São Caetano, saiu da comissão).²⁵

Isso não significou que esse processo foi preparado como fora decidido em Lins. Essa unidade aprovada no congresso se manifestou de forma desigual na luta real: nos lugares onde os sindicatos se puseram à frente (basicamente em São Bernardo e Santo André), a preparação foi maior e mais organizada. Em algumas bases, deram-se explosões contra as direções sindicais que ficaram de fora ou se contrapuseram. Mas, no conjunto, o impulso unificador foi poderoso. Apesar de todas as manipulações dos dirigentes da Federação dos Metalúrgicos, o Congresso de Lins havia expressado uma tendência real à luta e à unificação.

(...)

Trabalhadores, liberdades democráticas e cidadania

A luta por liberdades democráticas é muito importante, particularmente em países como o nosso, que tiveram um desenvolvimento histórico distinto das nações europeias ou dos EUA: em geral, esses países realizaram sua revolução democrático-burguesa, que estabeleceu a independência nacional, democratizou o acesso à terra e, ao mesmo tempo, construíram sistemas democráticos de governo. Pela debilidade de suas burguesias, por sua subordinação às burguesias mundialmente hegemônicas, as classes dominantes latino-americanas jamais foram capazes de construir nações realmente independentes e de atacar de frente os problemas da herança colonial, como a posse da terra. Desde a expulsão dos colonizadores ibéricos, os períodos de ditadura são maiores que os de democracia em toda a América do Sul. Na década de 1970, período predominante de regimes ditatoriais em todo o continente, houve uma série de movimentos nos quais era decisivo saber colocar a derrota das ditaduras como questão chave. A conquista das liberdades democráticas estava objetivamente no centro das reivindicações e interessava muito mais aos explorados, o que possibilitava chamar à luta comum entre trabalhadores, estudantes, setores da classe média, intelectuais etc.

Durante o momento mais repressivo do regime militar, várias correntes que lutaram na clandestinidade negaram a importância dessa bandeira, confundiam a luta por liberdades com a defesa do regime democrático-burguês e tampouco tinham a compreensão da postura da burguesia e do imperialismo. Particularmente as correntes foquistas negavam essa face da luta e davam como opção apenas a luta armada a partir de seus próprios grupos militares isolados. No entanto, desde meados da década de 1970, a necessidade de mobilizar amplos setores da população contra a ditadura, o fracasso e a negação do caminho foquista, levaram a uma revalorização das bandeiras democráticas, como a anistia, a Constituinte, o direito de organização e expressão (como o fim da censura) até chegar à grande campanha contra a ditadura, que foi a das Diretas Já.

No Brasil, a conjuntura de crise do final do governo Figueiredo levou a que setores descontentes da burguesia passassem a defender a “democracia”. Foi superada a posição excludente contra a bandeira das liberdades democráticas. Mas entre os que defendiam a bandeira das liberdades democráticas, havia uma diferença: por um lado, existiam aqueles que defendiam que o movimento de massas se ativesse à defesa das liberdades democráticas, deixando a luta anticapitalista para outro momento. Em contraposição havia correntes que defendiam que o mo-

²⁵ Depoimento de José Maria de Almeida.

vimento operário devia participar com vigor, mas não se ater à reconquista das liberdades democráticas como seu último objetivo. Propunha organizar os trabalhadores de forma independente durante a própria luta contra a ditadura, já que seus interesses de classe eram distintos e estrategicamente opostos aos de alguns de seus aliados momentâneos. Essa visão se impôs na década de 1980 no setor que deu origem à CUT, quando os trabalhadores participaram da mobilização de massas por liberdades democráticas ao mesmo tempo em que mantinham e desenvolviam sua organização independente como **classe**, não como cidadãos simplesmente.

Para completar a discussão sobre se a estratégia do movimento no começo da década de 1980 era a **conquista da cidadania política**, vejamos de outro ângulo: se o objetivo final do movimento operário fosse reconquistar os direitos individuais e políticos, a democracia em si, não se entenderia por que o MDB não conseguiu dar uma saída política às novas camadas de trabalhadores que intervieram na luta política, e o PT tenha sido criado exatamente nesse período. O MDB tinha no centro de sua plataforma a democracia política, além de levantar as questões sociais de forma genérica. Por isso, correntes no interior do movimento sindical que propunham limitar os objetivos do movimento à democracia, coerentemente propunham, para manter a frente democrática, preservar o MDB como única expressão partidária de oposição. As correntes que defenderam essa posição, como a Unidade Sindical, e as que deram origem às CGTs, acabaram com seu espaço político reduzido.

Os trabalhadores que entravam em luta percebiam que não podiam confiar em que apenas a recuperação das liberdades, apesar de extremamente importante, resolveria seus problemas. Eles tinham interesses econômicos e sociais contrapostos aos de alguns de seus aliados na luta democrática. Precisavam da democracia, necessitavam derrubar o regime militar, responsável pela superexploração e que tratava de impedir sua luta e sua organização. Por isso, participaram com força das lutas contra a ditadura. Suas greves foram golpes fortes no regime, tinham presença poderosa nas manifestações de rua, como em 1984. Mas os setores que estavam à frente das lutas percebiam que não podiam se limitar a ser parte de uma frente democrática dirigida pela classe dominante ou por aquele setor que havia rompido com o regime. Por isso, já nesse processo, se organizaram o PT e a CUT com um crescimento impressionante em poucos anos. Era necessário conquistar a democracia, mas com uma organização independente de classe, não se limitar a atuar apenas como cidadãos diluídos numa ampla frente dirigida por determinados setores empresariais e pelo partido de oposição que se limitava a defender a redemocratização.

A mudança do regime: a participação do movimento operário

Mas a cena política desses anos foi ocupada pela ação de massas que levou à derrubada do regime com a campanha das *Diretas Já*. A força das grandes mobilizações de rua abriu uma crise terminal no regime que levou à sua débâcle e mudou as instituições de poder, dando lugar a um novo regime democrático: quando se tornou clara a inevitabilidade da queda do regime bonapartista, as classes dominantes passaram a negociar o novo pacto de poder. Figueiredo foi isolado logo depois daquela que, formalmente, poderia ser entendida como sua grande vitória: a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso, em 25/4/84. Derrota que se deu devido aos mecanismos autoritários impostos ao Congresso, pois exigia o voto de dois terços para aprovar a emenda.

Como havia uma maioria clara nas ruas, a única forma de garantir sua rejeição foi convencer os parlamentares governistas a se ausentar da votação. Foi uma “vitória de Pirro”, já que o preço dela foi inviabilizar a unidade do próprio PDS, mostrar a impossibilidade da manutenção do regime militar, ainda que fosse através de um candidato “civil” (como foi o sonho de Mário Andreazza e, depois, de Maluf). Depois desses resultados, a maior parte da classe dominante passou a apoiar uma candidatura de oposição moderada, que preparasse uma transição pacífica e conservadora para um novo regime. A resultante distorcida e inesperada da grande mobilização de massas que foi a campanha pelas *Diretas Já* foi uma mudança de regime, mas que não passou pelo mecanismo de uma eleição presidencial direta. A forma como se deu permitiu que a transição entre ditadura e democracia burguesa fosse negociada pelas elites. Para tratar de proteger os interesses dos diversos setores das classes dominantes e afastar a participação popular, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães costuraram o acordo político em tomo da Aliança Democrática, que reuniu o PMDB, a Frente Liberal e setores do PDS, materializada na chapa Tancredo-Sarney para concorrer no Colégio Eleitoral contra o candidato do PDS esfacelado, Paulo Maluf.

Naquele momento, a ampla maioria do empresariado (e mesmo da cúpula das Forças Armadas) concordava que havia necessidade de uma redefinição do poder político e que era preciso acertar a transição do regime militar para o novo regime democrático. Quando os tradicionais políticos que se criaram sob as graças do regime militar, como Antônio Carlos Magalhães e José Sarney, passaram a fazer parte dos acertos para montar a Aliança Democrática, a sorte estava selada. Chama a atenção o fato de o PT, recém fundado e tendo participado apenas de uma eleição, a de 1982, ter se recusado a aceitar a pressão da ampla coalizão em torno da Aliança Democrática e ter defendido o boicote da votação no Colégio Eleitoral. Apesar das fortes críticas que recebeu das demais forças políticas de oposição por essa atitude, isso não o fez perder nenhum setor expressivo dos que participavam em sua formação nem de seus eleitores, ainda que dois de seus oito parlamentares federais tenham se rebelado e rompido a disciplina do partido. Ao contrário, nas eleições para pre-

feito de 1985, o PT viu crescer sua votação nacional e chegou, até mesmo, a conquistar duas prefeituras importantes como Diadema e Fortaleza.

A opção de negar o Pacto da Transição foi considerada uma demonstração de independência pelo eleitorado petista naquele momento. A CUT tomou a mesma posição, coerente com sua definição classista; ela foi consensual no interior da central, apoiada pelos seus organismos de base e logo reafirmada em seus congressos. Naquele momento, o tom classista de sua fundação e I Congresso se materializavam na tomada de posição frente ao pacto de apoio em tomo à Nova República.

Tudo muda... Para ficar como antes? O movimento sindical frente à Nova República

O ano de 1985 é decisivo para entender as características do movimento operário: com a posse do primeiro governo da Nova República, um novo tipo de poder político se materializava, e novas regras do jogo iriam funcionar. Frente a um regime com instituições baseadas na democracia política, ainda que recortada, como iria se comportar o novo movimento operário? O movimento de uma classe explorada para recompor seu nível de vida e de se afirmar como classe? Ou era apenas um entre outros movimentos pela cidadania? A resposta foi dada no terreno social. A própria posse de Sarney foi feita, depois do trauma que significou a doença (e posteriormente a morte) de Tancredo Neves, sob o impacto da greve metalúrgica do ABC e interior. O ano de 1985 foi caracterizado por uma onda grevista novamente estendida a todo o país. Já em março, começava a “greve da vaca brava” no ABC, um símbolo do que seria o ano por ter seu início no dia da posse do novo governo. As questões estruturais da realidade econômica e social do capitalismo brasileiro não se modificaram com a mudança de regime político. A necessidade de ir além dos limites que a classe dominante queria dar à democracia recém conquistada empurrava os trabalhadores à luta. O espaço democrático conquistado servia de estímulo para exigir o atendimento das reivindicações de classe: da maioria explorada contra a minoria exploradora.

Portanto, interpretar esse processo como um movimento pela cidadania não explica a irrupção e ampliação das greves nesse ano e nos seguintes. A mobilização era por reivindicações que governo e empresários não estavam dispostos a dar, pois teriam de alterar o modelo econômico, diminuir seus lucros, atacar as bases do modelo capitalista dependente. Se eles tivessem a postura de aceitar as reivindicações, de acabar com o arrocho salarial, de reverter o sucateamento do serviço público, não teria havido tamanha explosão de greves no restante da década. Evidentemente, os trabalhadores necessitavam abrir espaços para colocar suas reivindicações. Qualquer greve ou luta importante inclui, em sua preparação e no seu desenrolar, a abertura de negociações e o reconhecimento e a legitimação de seus representantes. Mas a onda grevista não tinha como estratégia a busca de reconhecimento e espaço nas negociações com seus contendores no governo e no empresariado. De parte do governo e de seus aliados, sim. O discurso da classe dominante e do governo era justamente no sentido de que os trabalhadores não seguissem lutando, já que havia um novo regime político, que o momento era de entendimento, ou de pacto. Que fosse feita uma trégua para garantir a nova democracia.

Essa proposta não respondia aos anseios dos trabalhadores e da maioria da população e apenas buscava ocultar a profunda oposição entre os interesses dos trabalhadores e da grande maioria do povo e os dos dirigentes burgueses que montaram a Aliança Democrática. Os primeiros se sentiam fortalecidos pela derrota da ditadura e queriam avançar para combater a tremenda desigualdade social. Os segundos, cuja maioria havia estado do lado do regime militar, queriam utilizar o novo regime e a democracia alcançada para iludir os trabalhadores com as promessas da Nova República e manter seus privilégios e a exploração.

(...)

As mudanças no regime e sua influência no movimento sindical

Na historiografia do período, se coloca uma interrogação: por que o movimento sindical que havia estado na vanguarda contra o regime militar a partir de 1978 continuou a lutar depois do advento do regime democrático? Na verdade, não somente continuou como ampliou as lutas, fazendo por todo o resto da década um número de greves de uma intensidade sem paralelo naquele momento no mundo.

Em primeiro lugar, devemos recordar que, assim como o conjunto do movimento social, os trabalhadores vinham de uma vitória ao afastar da direção da sociedade o regime bonapartista. Ou, mais concretamente, o regime responsável pelas leis que haviam impedido de reivindicar, que intervinha nos sindicatos e que mantinha uma política econômica ancorada no arrocho consubstanciada nas leis de “reajuste salarial”, sempre colocando a responsabilidade dos problemas na questão salarial, e que havia levado a um aumento impressionante na concentração de renda no país.²⁶ Assim, os trabalhadores sentiam que tinham melhores condições para cobrar sua “parte no bolo” que já havia crescido. Salários baixos, liberdade maior para reivindicar e a sensação de força e moral

²⁶ Esse discurso esteve sempre presente na propaganda do regime militar, como formulou, de forma explícita, Delfin Neto, “deixar o bolo crescer para depois distribuir”, foi duramente criticado pela oposição, como fez o jornal *Opinião*, já em 1974, quando denunciava a falácia dos argumentos oficiais e mostrava os altíssimos índices de concentração de renda durante a ditadura.

dada pelas greves e lutas de que haviam participado entre 1978 e 1984 eram a base para essa nova atitude dos operários, que influía nos sindicatos. Acrescente-se que já a renovação dos sindicatos havia colocado nas mãos da corrente que se organizou na CUT uma considerável força militante, que por sua vez realimentava essa confiança e colocava na defensiva as demais direções sindicais que não aceitavam a orientação cutista.

Frente a essa realidade de força dos trabalhadores, o novo governo, o primeiro do regime democrático, oferecia, além de um discurso apoiado nas mudanças efetivas no campo da censura e nas liberdades políticas adquiridas, uma política econômica que não modificava a questão fundamental para os trabalhadores: a superexploração. As bases econômico-sociais do capitalismo dependente brasileiro eram mantidas intocadas. Como nos conta um operário do ABC que participava da Cipa de uma grande montadora:

Naquele momento, a Aliança Democrática, os trabalhadores sentiram, até eles viram com bons olhos, porque era o primeiro momento de você fazer uma mudança na verdade; em seguida viriam as diretas e onde a gente podia buscar a democracia e aspirar a um sindicato no local de trabalho para você reestruturar. Os trabalhadores naquele momento foram pra rua justamente votar pelas diretas onde tivesse realmente a democracia implementada para todos os trabalhadores, inclusive no chão da fábrica. Mas houve muitos ataques aos trabalhadores na época, porque eles estavam fazendo greve sendo já um regime não ditatorial. (...) Porque tinha alguns governos, digamos assim, num sistema democrático, mas onde tinha aquele ranço ainda da ditadura e parecia que o poder do dinheiro tinha que mandar; precisava então fazer valer aquela conquista, aquela lei, aquele sistema tinha mudado, mas ele interpretava que era o dinheiro que ainda mandava, o capitalista seguia mandando, que as empresas essas é que mandavam no próprio país. Os trabalhadores ainda viam no governo um aliado dos patrões. Os políticos eram seus aliados, do patrão, tanto que a gente via naquele momento grandes empresários investindo nas campanhas políticas para e-leger esses políticos, esses banqueiros, latifundiários, donos de grande poder, situação e renda para que eles mantivessem seu poder e renda de uma forma ou de outra.²⁷

Essa consciência presente nas camadas de trabalhadores envolvidas com as lutas, que desconfiavam dos patrões e do novo governo, ainda que tivessem expectativas numa melhoria, deram base à manutenção do discurso classista no interior da CUT, mesmo com a mudança de regime e com os acenos do novo governo à negociação ou ao pacto social, para poder evitar uma continuidade das greves. No entanto, ao não ter concessões concretas a oferecer, essas propostas tendiam a cair no vazio. Na medida em que era um arranjo entre as elites, que mantinha as bases da política econômica que significavam a manutenção da exploração, que deixavam intocados a estrutura socioeconômica²⁸, a extrema concentração de renda e os privilégios das elites, o governo da Aliança Democrática e com ela seu principal partido, o PMDB, passou por um processo de auge de poder e ao mesmo tempo um forte desgaste. A não ser durante o período do Plano Cruzado, em 1986, o processo foi descendente, correspondendo a uma perda de prestígio crescente. O PMDB trouxera todo o potencial de principal força de oposição durante a luta contra o regime militar para se candidatar a chefiar a chamada “transição para a democracia”, mas os interesses de classe que defendia e os métodos políticos que aplicava em sua aliança governamental eram o oposto do discurso popular; unido com os partidos que incluíam os principais sustentáculos políticos da ditadura e da oligarquia, como era a Aliança Democrática, o PMDB sequer podia oferecer uma perspectiva de ruptura democrática efetiva ao país, de mudança radical no ordenamento institucional vigente. E pagou um preço político por isso.

Nas fileiras do ativismo que sustentava a reorganização sindical, era crescente essa percepção, e os textos públicos da CUT eram claros em identificar o caráter pró-empresarial do novo pacto de poder, como no II Congresso Nacional. A CUT era explícita nessa identificação, atacando a política econômica como favorecedora da classe empresarial e reafirmando a independência política dos trabalhadores:

MAIS UM PASSO NA LUTA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA (...) Agora, em 1986, enfrentando uma conjuntura de “Nova República”, quer pretender impor sob formas novas a continuidade da exploração, a continuidade do controle político, a continuidade da lei de greve, a impunidade dos latifundiários que mandam assassinar nossos companheiros o II Congresso nacional da CUT marca sua posição, de forma decisiva sobre as seguintes questões: o papel histórico da CUT em relação à construção do socialismo, a campanha nacional de luta por salário, emprego, liberdade e terra, o combate ao pacote econômico da Nova República (...) os planos de luta marcam um passo a mais na luta contra os patrões e seu governo e na luta pela consolidação da organização da classe trabalhadora.²⁹

²⁷ Depoimento de Renan Cavalcante.

²⁸ Vide a análise de Ricardo Antunes: “como as greves ao reivindicarem melhores salários, fim do arrocho e da superexploração tocam no pilar que fundamenta a política econômica vigente, em especial a sua especificação salarial, essa luta econômica acaba assumindo uma forma de confronto político (...) tiveram certa transcendência da ação meramente salarial. Isso porque em suas ações reivindicatórias feriam em alguma medida, um dos pilares fundantes do capitalismo brasileiro, dado pela política salarial arrochante.” *O Novo Sindicalismo*, op. cit., p. 25.

²⁹ Jair Meneguelli, então presidente da CUT. In: *Resoluções do II Congresso*. Caderno especial, agosto de 1986, p. 4.

O crescimento da força da classe, das greves e a intransigência patronal compunham o pano de fundo que levava a direção da central a essa afirmação. E ainda no mesmo congresso, a própria convocatória era feita com o seguinte texto:

Todos ao II Congresso! (...) Muita coisa ocorreu no país nestes últimos dois anos. A campanha pelas eleições diretas para presidente da República levou um governo civil a suceder os 21 anos de ditadura militar. Surgiu a 'Nova República', fazendo muito barulho, muito discurso e muitas promessas. Um ano depois, o governo Sarney mudou pouca coisa a favor dos trabalhadores. As reivindicações não foram atendidas, as leis antitrabalhadoreiros continuam as mesmas, a reforma agrária não saiu do papel, a violência do latifúndio cresce como nunca e uma Assembleia Nacional Constituinte foi amordaçada a um congresso sem povo. Mais uma vez, a classe dominante procura cobrar a conta dos trabalhadores.³⁰

O outro lado dessa disposição de luta e contestação dos trabalhadores era que a política econômica do governo não conseguia se estabilizar. Surtos inflacionários se sucediam, a moeda era trocada sem sucesso.

Entre 1985 e 1987, houve o Plano Cruzado (o de maior credibilidade, mas o que mais custou politicamente pela decepção criada ao final, seguido em 12 de dezembro de 1986 pela primeira greve geral com um impacto significativo na economia, convocada pelas duas centrais existentes naquele momento). A ele, seguiram-se uma curta moratória da dívida externa, a queda do ministro e o novo pacote, o Plano Bresser, que criou a URP. O Plano Bresser teve como reação uma tentativa de greve geral que teve fraca repercussão, mas acabou por gerar uma greve de 48 horas, exitosa em 1988, do setor mais atingido: os trabalhadores das estatais e o funcionalismo. Apesar da debilidade da greve geral de 1987, o Plano Bresser foi, na prática, sendo esvaziado e teve de ser substituído. Mas a lógica da política econômica do governo era fazer novos pacotes sempre que o anterior entrava em colapso. Logo viria o Plano Verão, em 1988. Esses planos tinham em comum políticas de congelamento de salários como medida central para deter a inflação. Com a dificuldade adicional para os trabalhadores, pois cada vez havia menos políticas compensatórias (como o gatilho do Cruzado) nos pacotes.

Como conclusão deste item, podemos afirmar que, dentro do novo movimento operário, a tendência era claramente recusar os pactos, aumentava a desconfiança na classe empresarial e no governo Sarney, e havia um respaldo amplo na base da CUT em relação à sua postura. Enquanto isso, aquela corrente que poderia ser identificada com uma visão que privilegiava os acordos e a negociação em vez da organização para a luta, a das CGTs de Joaquim Andrade e Magri, se enfraqueciam, se dividiam, e eram cada vez mais minoritárias nas bases estratégicas do movimento sindical, dependendo dos favores governamentais e da velha estrutura sindical para se manter.

Os últimos anos da década

Os anos de 1988 e 1989 foram os anos em que se juntou ao ascenso continuado uma radicalização sindical e política, fruto da experiência com os sucessivos planos e ministérios de Sarney, com o resultado da Constituinte, em particular com os cinco anos de mandato conseguidos por acordos de todo o tipo no Congresso Constituinte. Em termos de número de greves e grevistas, o salto foi impressionante. O número de greves em 1988 foi de 2.137, e o de grevistas foi de 8.218.000 e, em 1989, respectivamente de 3.943 e de 18.378.000³¹. Era um número 18 e 30 vezes superior ao de 1978. O número de grevistas havia se multiplicado por 60 e 120 respectivamente!

Mas o importante é que esse período foi o ápice do ciclo grevista iniciado em 1978 e encerra o mesmo, pois logo em seguida começaria uma inflexão no fenômeno do novo movimento operário. Este havia surgido dialeticamente relacionado ao ciclo grevista: originara-se dele e por sua vez o realimentava. O mesmo iria acontecer para o momento de defensiva posterior. Reunido em agosto de 1988, o III Congresso Nacional da CUT foi importante para afirmar sua força crescente como a grande Central Sindical brasileira, já agora implantada em todo o país e, de longe, a mais influente no movimento, embora não a única. Com 8 mil delegados, o congresso foi o maior da história do movimento operário independente e até hoje não foi superado em número e representatividade. Os delegados refletiam os dez anos de luta, as inúmeras greves, as ocupações de terra, a organização de novos setores sindicais. Mas a discussão que se deu no interior do III Congresso refletia uma encruzilhada que iria modificar os rumos da CUT. Já em 1988, manifestou-se, pela primeira vez, uma polêmica que prenunciava as mudanças profundas que começaram a acontecer na década de 1990. No III Congresso Nacional, realizado em Minas Gerais, as teses já traziam elementos importantes das discussões futuras sobre os destinos da central. Mas salta à vista que, mesmo nos textos da posição aprovada por maioria, a tese 10, ainda era claro o

³⁰ Matéria assinada por Jair Meneguelli e por Paulo Paim, então secretário-geral da CUT Nacional, para o *Boletim Nacional da CUT - Especial para o II Congresso Nacional da CUT*, 1986, p. 3.

³¹ NORONHA, Eduardo. Op. cit., pp. 374-378.

respeito à trajetória da entidade e à sua definição classista. O título da tese era “Por uma CUT classista...” e uma série de trechos eram categóricos em reafirmar a definição de classe e também “contra o pacto social”.³²

Ainda que, possivelmente, já aí contra a própria vontade, a direção majoritária mantinha as referências que tinham dado base à formação e consolidação da CUT. Nas declarações da direção nacional à imprensa, o acento era classista e contra a conciliação:

Continuamos a rechaçar qualquer tipo de tática que transpareça tentativa de pacto social, porque não dá mais para os trabalhadores concederem nada, o que seria um pressuposto para qualquer pacto.³³

As discussões mais acesas e as resoluções que dividiram o plenário eram sobre a estrutura interna da CUT, e a tese majoritária afirmava e reafirmava que não havia nenhuma diferença de qualidade entre sua estratégia política e a da oposição³⁴ (teses das correntes CUT pela Base, Democracia e Luta e outros que juntas perfaziam um total de quase 40% dos delegados ao Congresso), mas sim na proposta para estruturação da entidade. Mas o Congresso, atravessado por essa discussão e pela da Constituinte, vai dar maioria à tese da corrente política Articulação. Essa será a base para preparar um giro que, na década de 1990, transformaria radicalmente a orientação e a estrutura interna da CUT.³⁵

Mais tarde, nova conjunção de um fato do movimento operário e de posições da CUT e do PT iria repercutir politicamente, quando da greve de ocupação da CSN de Volta Redonda [RJ] em novembro, que foi reprimida pelo Exército com um saldo de três operários mortos. Era uma luta ainda pela recuperação da URP, suprimida em julho de 1988, que chegou à ocupação da usina. O governo reagiu com uma verdadeira operação militar repressiva, e o impacto acabou se voltando contra o governo Sarney; a radicalização política da situação acabou por precipitar a eleição de uma série de prefeitos do PT em 1988 em cidades chave que não eram antes previstas, tais como São Paulo, Porto Alegre, São Bernardo, Ipatinga e outras. O PT havia simbolizado em política o que a CUT havia simbolizado na luta econômica e sindical, uma ala radical e combativa que negava os acordos dominantes.

Finalmente, em 1989, a greve geral de 14 e 15 de março pos o governo Sarney na defensiva a tal ponto que teve de aceitar uma lei salarial que era o oposto da que seu ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, havia estabelecido com o Plano Verão. A partir daí, Sarney tratou apenas de ir empurrando com a barriga até a posse de seu sucessor, a ser escolhido nas eleições de 1989. Além da vitória da greve geral de 48 horas de março, houve novas greves com ocupação, como a da Mannesman e da Belgo Mineira, em BH [MG], em que os trabalhadores só aceitaram se retirar das fábricas após uma negociação. Foi essa conjuntura de ofensiva dos trabalhadores e de imobilismo do governo que acabou por levar a candidatura Lula ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989, quando, pela primeira vez na história, um candidato de extração operária chegou a disputar de fato a Presidência da República, superando políticos de peso e tradição como Ulysses, Covas e Brizola e polarizando o país, sendo identificado pela trajetória de luta e pela classe que encarnava politicamente. Se alguma conjuntura reflete o caráter de classe que teve o processo do novo movimento operário entre 1978 e 1989, foi, sem dúvida, o ano de 1989, quando o movimento operário enfrentou o governo e seu pacote econômico através da arma mais forte de seu arsenal, a greve geral e, na campanha presidencial, quando uma candidatura de extração operária polarizou o país e chegou a ameaçar a vitória do candidato que foi, por falta de opção, o representante das classes dominantes e do novo projeto neoliberal, Fernando Collor de Mello.

Esse crescimento, a partir de uma posição intransigente de não participar no Pacto de Transição e à identificação com as lutas sociais, já vinha atravessando contradições, na medida em que o PT foi assumindo postos no aparelho de Estado, cujas pressões iam gerando uma atitude conservadora em relação à defesa dos lugares alcançados. Por exemplo, a própria vitória eleitoral de 1988 havia aumentado em grande medida a responsabilidade do PT na gestão de municípios importantes como as prefeituras de São Paulo, Porto Alegre etc., que obrigavam o partido a opções concretas na forma de gestão e que já se refletiram na eleição de 1989. O mesmo pode se dizer do preço por dirigir as mais importantes categorias de trabalhadores e enormes aparatos sindicais: esse peso imenso de poder, recursos e responsabilidades no interior do sistema ge-

³² Vide *Resoluções do III Concut*, pp. 22-23.

³³ Declaração de Wilson Santarosa, secretário-geral eleito da CUT estadual de São Paulo ao jornal *Correio Brasiliense* de 22/8/1988. Na mesma entrevista, no entanto, Santarosa fala nas modificações a serem feitas na “concepção que mistura a organização sindical com movimentos populares e partidos. A CUT será uma organização independente”.

³⁴ Vide artigo de Luiz Gushiken, Paulo Okamoto e Clara Ant sobre os temas do congresso no *Boletim Nacional do PT* de agosto/setembro de 1988: “cinco anos se passaram desde a filiação da CUT. De lá para cá, mantivemos acesa a luta pelas reivindicações dos trabalhadores, impedindo de fato que Sarney e a ‘Nova República’ conseguissem selar um pacto social que ocultasse a sua legitimidade. (...) Hoje, a CUT precisa dispor de instâncias de verdadeira elaboração em todos os níveis e de canais de real representação a um sindicato e a uma oposição.”

³⁵ Vide análise de Armando Boito Jr., “Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil” in: *Crítica Marxista* n° 3, São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 90-95.

rava, em toda a CUT e nas diretorias de sindicatos, tremendas pressões burocráticas. Esses processos iriam levar mais tarde à domesticação da CUT e do PT.

O grande crescimento e a presença nacional do PT menos de dez anos depois de sua fundação, só se pode explicar pelo apoio do eleitorado, em particular dos trabalhadores das grandes cidades, a uma linha de afirmação classista, de independência e de desconfiança nos governos e nos pactos de elite. A contradição, no entanto, estava no fato de que o mesmo processo que os levou a assumir posições e ter uma força que nunca antes uma representação dos trabalhadores havia tido no Brasil, foi, ao mesmo tempo, o fator-chave da reviravolta na própria relação do PT com sua base, com seu programa e, por outra via, paralela, também da CUT, que modificou primeiro a sua estrutura, para depois mudar sua estratégia, já na década de 1990. Essa mudança se inseriria no quadro internacional distinto vivido a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, o colapso do stalinismo e da ex-URSS, assim como da ofensiva neoliberal que viria polarizar a década de 1990.

A pressão sobre os dirigentes sindicais e a CUT, associada com a pressão sobre os petistas cada vez com mais posições no interior do aparato de Estado, muitos deles egressos de, e com fortes laços no movimento sindical, foi crescendo. E as pressões que o aparato de Estado burguês e do regime democrático parlamentar fariam sobre esses dirigentes os levariam a abandonar todos os postulados defendidos na formação da CUT e do PT.

Como analisa Hobsbawm, o sindicalismo sempre gerou, desde sua ampliação no século 19, duas tendências negativas:³⁶ a tendência a dissolver sua plataforma numa saída palatável de adaptação ao sistema vigente e a troca de uma luta por uma modificação radical no *status quo* por uma conservação de conquistas e de postos alcançados junto ao *establishment*. Neste último caso, gera uma tendência a priorizar o pacto e a negociação em detrimento de uma estratégia de contestação do modelo vigente. Ao ser uma função de intermediação e de defesa da força de trabalho, essas pressões são intrínsecas à própria tarefa do dirigente sindical.

A outra consequência desse processo é a burocratização e mesmo a corrupção: as máquinas sindicais movimentam milhões de dólares. Aqui se concentra uma questão não superada pelo novo movimento operário. Todo sindicato tem um elemento de aparato e forma uma burocracia. Em épocas de mobilização, essa burocracia, necessária para o funcionamento, está sob pressão das bases. Já quando se dão períodos de paz ou de refluxo eles tendem a adquirir uma maior independência e a se mover por interesses distintos, gerados por suas próprias necessidades enquanto aparato. Embora isso seja muito mais evidente no caso dos antigos “pelegos”, assim como na Força Sindical, também na CUT, atuou, a partir de seu crescimento e consolidação. No caso brasileiro, o peso da estrutura sindical, dos privilégios garantidos pelo Estado que continuaram a ser dados, como o imposto sindical, agravava essas pressões de aparato e geraram processos de acomodação, levando a que parte dos novos ativistas surgidos com as greves também fosse desviada de sua ligação com a base, se dedicasse a administrar e a defender seus aparatos em vez de se dedicar à luta e perdesse seus reflexos de classe.

A deficiência no trabalho de base é um fator de acomodação, sempre bastante discutido no interior da CUT e, por isso, foi quase uma unanimidade no seu interior a defesa da necessidade desse trabalho e o reconhecimento dessa deficiência. No entanto, fruto, em primeiro lugar, da perseguição patronal, assim como do permanente trabalho de descrédito aos sindicatos e da cooptação permanente pelas empresas, o fato é que a falta de uma estrutura de ativistas autônoma dentro das empresas foi um fator a mais de distanciamento e, portanto, de isolamento e burocratização dos dirigentes sindicais. Quando veio um decréscimo nas lutas, a partir de 1990, essa deficiência mostrou toda sua importância.

Os dilemas da década de 80

A década de 1980 não se encerrou de forma tranquila. Ao apagar de suas luzes, grandes interrogações se colocavam para o movimento operário: dono de uma força e de uma organização como nunca teve antes, talvez no seu momento mais poderoso desde que existe movimento operário no país, os desafios eram enormes. Os perigos também, as contradições eram cada vez maiores. E ele teria de enfrentar essa situação em base a novos condicionantes internacionais, nacionais e locais. A década de 1980 colocava dois caminhos para o novo movimento operário: ou aprofundava o caráter de classe e se colocava a questão do poder, ou se burocratizava e se tornava uma instituição adaptada ao regime dentro da ordem. Na segunda hipótese, teria de recuar de muitas das premissas que levaram à sua formação. Se ligamos essa questão ao novo modelo neoliberal implementado pela classe dominante brasileira e pelos governos da década de 1990 no marco da ofensiva internacional do capital globalizado, estaremos diante do dilema que atravessou o movimento operário brasileiro na década de 1990. E a opção política tomada pela maioria da sua direção agora no início do século 21 está levando a um retrocesso total no caráter, programa e metodologia da CUT e na adaptação total do PT às políticas neoliberais, iniciada já nos governos municipais e estaduais e completada a partir de sua chegada ao governo federal em 2003.

³⁶ *Ibidem*.

Os motivos da revolta popular: Um balanço crítico dos governos do PT

Daniel Romero, Érika Andreassy e Nazareno Godeiro
(Seleção de textos da Cartilha do ILAESE, 10 anos de governo do PT)

O Brasil, de fato, mudou?

Em 2012, completamos dez anos de governo petista no Brasil. A cartilha comemorativa do PT afirma que o governo inverteu as prioridades do neoliberalismo e fez duas transformações no Brasil:

1. *O Brasil está entre as seis maiores economias do mundo, com crescimento sustentável, liderando um projeto de desenvolvimento mundial.*
2. *Tal desenvolvimento teve como mola propulsora a distribuição de renda, com pleno emprego e pobreza diminuta, em vias de acabar.*

É verdade que teve crescimento econômico nos últimos dez anos, mas não houve uma repartição igualitária do bolo. Os empresários levaram muito mais que a classe trabalhadora e não houve nenhuma mudança estrutural nas causas da desigualdade social no país.

Produzimos muita riqueza: apenas os trabalhadores de seis países produziram mais riqueza que os trabalhadores brasileiros. Porém, na distribuição desta riqueza, estamos na rabeira: 84 países estão na frente do Brasil.

Essa disparidade foi a motivação de fundo que originou as manifestações de massas da juventude brasileira, expressando a insatisfação geral de toda a população.

Toda a propaganda oficial de que estamos prestes a acabar com a pobreza e criar um país de classe média foi por água abaixo. Existem dois “Brasis”: o Brasil dos ricos, classe composta por menos de 1% da população, que vivem como reis, e o Brasil dos trabalhadores, que produzem muito e ganham pouco em trabalhos precarizados e informais.

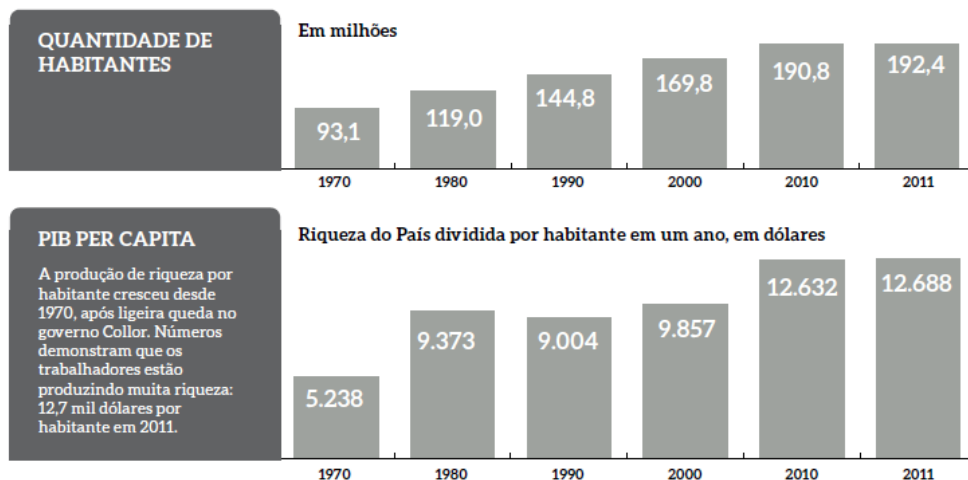
(...)

Lula falou que era “barato e fácil cuidar dos pobres”: estendeu o alcance do Bolsa Família, ampliou o crédito e aumentou o salário mínimo. Isso, somado a um forte crescimento econômico mundial entre 2002 e 2008, deu uma sensação de desenvolvimento econômico e inclusão social.

Essa sensação de bem estar está se evaporando aos primeiros sinais de que a crise econômica internacional está se aproximando do Brasil. Ao optar para governar em harmonia com os ricos, teve de entregar muito mais para eles, impedindo uma verdadeira distribuição de renda no país.

(...)

Em 40 anos, população e riqueza mais do que dobraram

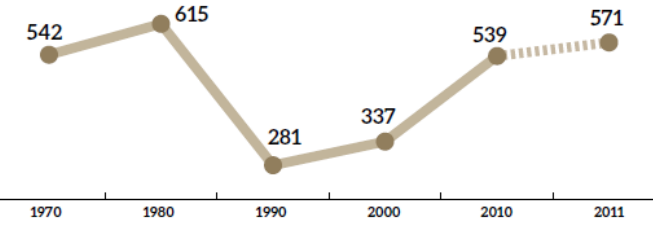


Mas o País continua um dos mais desiguais do mundo

SALÁRIO MÍNIMO

Há recuperação do salário mínimo nos 10 anos de governo do PT, voltando aos níveis da década de 1980, quando já era arrojado. Com toda a recuperação do mínimo, ainda representa 48% do que era em 1940, quando foi criado.

Salário mínimo real. Em R\$, de maio de 2012.

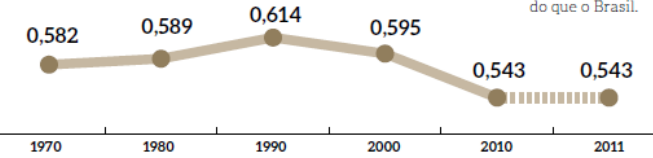


ÍNDICE GINI

O Índice mede desigualdade na renda entre os assalariados melhor e pior remunerados. Quanto mais a renda é igualitária, mais o índice se aproxima de 0. Apenas países muito desiguais passam de 0,5.

Quanto mais próximo de 0, mais igualitário é o país

Entre 187 países, só 12 revelam mais desigualdade do que o Brasil.

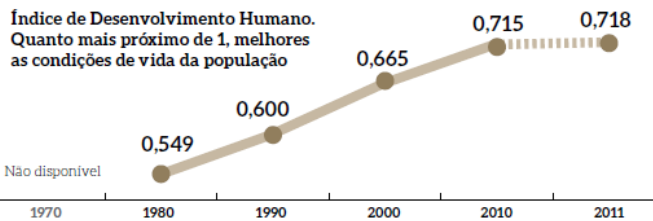


IDH

Também houve uma melhora dos índices sob o governo Lula, porém temos 84 países em melhor situação que o Brasil, como Peru, Panamá, Venezuela, Costa Rica, México e Cuba, apesar de economias mais débeis.

Índice de Desenvolvimento Humano. Quanto mais próximo de 1, melhores as condições de vida da população

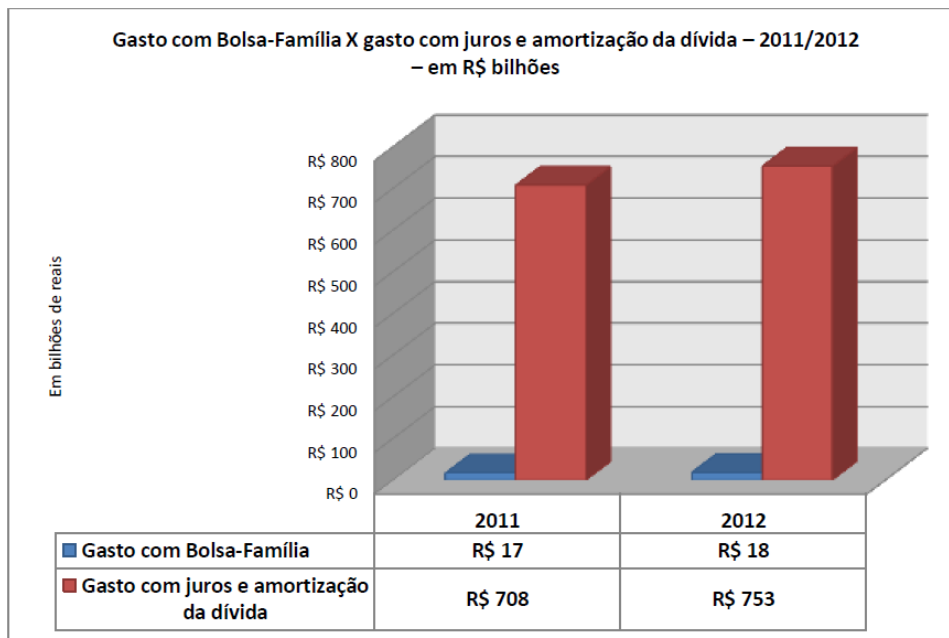
Não disponível



Fonte: Anuário Estatístico 2012 - Sinopse 2012 - Ministério das Minas e Energia baseado em dados do IBGE, Banco Mundial e ONU.

A prova dos nove

O gráfico abaixo mostra quanto o governo investiu no programa Bolsa Família e quanto investiu no pagamento de juros e amortização da dívida pública, isto é, transferiu renda para os banqueiros nacionais e internacionais:



Fonte: Governo Federal sobre PBF (<http://www.portaltransparencia.gov.br/#>) e Auditoria Cidadã da Dívida²

Veja a injustiça: enquanto o governo Dilma pagou, em 2012, R\$ 753 bilhões a um punhado de banqueiros, gastou R\$ 18 bilhões com 13,9 milhões de famílias (cerca de 40 milhões de pessoas).

Fonte:

http://camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel_final/vol4/02_desp_func.pdf
http://camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel_final/vol4/12_desp_pape_orgao.pdf
[df pagina 84](#)

Gastou 98% com Bolsa Banqueiro e 2% com Bolsa Família.

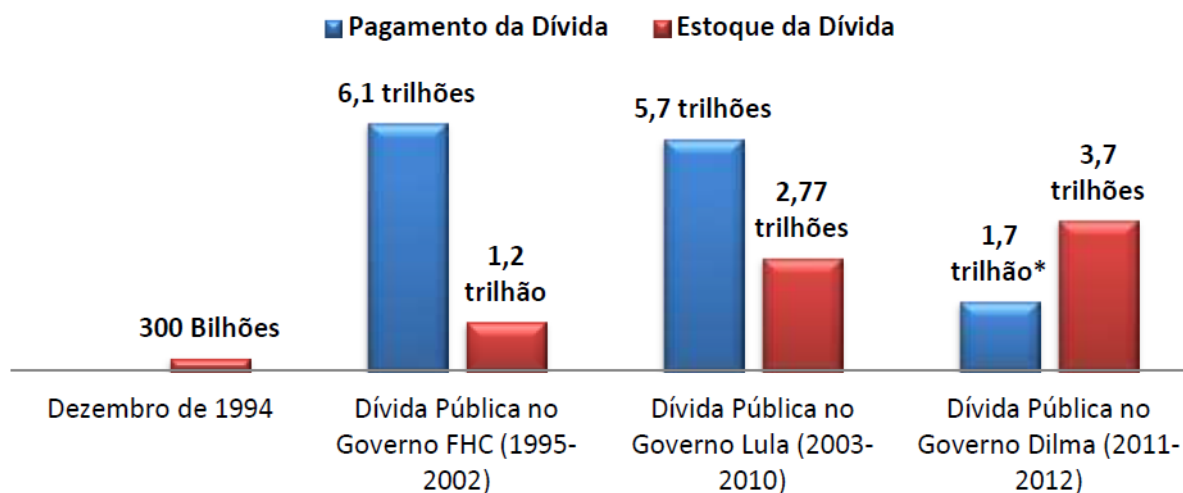
(...)

Dívida pública (externa e interna) – País mais endividado que nunca

(...) no final de 2012, completando dez anos de governo petista, a dívida pública (interna e externa) era a maior da história. (...)

Entre 1994 e 2012, já pagamos R\$ 13,5 trilhões, e a dívida não para de crescer. É uma bola de neve que vai estrangular o Brasil! Desse ângulo, tanto o neoliberal FHC pagou religiosamente esta maracutaia quanto os “desenvolvimentistas” Lula e Dilma.

Comparativo entre o que já foi pago e o estoque da dívida pública federal nos governos FHC, Lula e Dilma (em R\$)



Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Banco Central e SIGA BRASIL - Senado Federal⁵

Esse foi o principal contrato que o PT teve de assinar para ter o apoio dos banqueiros e do capital internacional em 2002. A dívida externa foi internalizada, e boa parte do que se chama “dívida interna” está nas mãos da banca internacional. Os juros mais altos do mundo servem para atrair o capital internacional, que pega grana barata no Primeiro Mundo e investe aqui na produção (onde rende lucros fabulosos) e na especulação financeira. Hoje, o modelo capitalista brasileiro é totalmente dependente destes bilhões de dólares que entram a cada ano: em 2012, entraram cerca de US\$ 90 bilhões de dólares entre investimentos direto e especulativo. Esse dinheiro permite o governo “bater” as contas no final do ano.

O Brasil está muito vulnerável ao depender deste capital. A qualquer momento ele pode ir embora deixando o país de calças curtas no meio da tempestade.

Observações:

- 1) Os valores dos pagamentos da dívida pública desde 1995 foram corrigidos pelo IGP-DI.
- 2) O estoque da dívida pública de 1994, 2002, 2010 e 2012 inclui juros, amortizações e refinanciamento.
- 3) Para ser incluída na dívida pública total, a dívida externa foi convertida para Real a uma taxa de câmbio de 21 de março de 2013, ou seja, de um dólar equivalente a R\$ 1,99.

*O pagamento da dívida pública no governo Dilma compreende o período de Janeiro de 2011 até 21 de março de 2013.

Fonte do pagamento da dívida nos governos FHC e Lula: SIAFI – STN/CCONT/GEINC.

Fonte do estoque da dívida pública em 1994, 2002, 2010 e 2012: Banco Central (Nota para a Imprensa – Política Fiscal – Quadros 35 e 51), Ministério da Fazenda. SIAFI. Gerência de Informações e Estatísticas da Dívida Pública /CODIV e Banco Central (Quadro 36 da Tabela em excel), disponível em <http://www.bcb.gov.br/ftp/NotaEcon/NI201204pfp.zip>

Fonte do pagamento da dívida pública no governo Dilma: Sistema SIGA BRASIL – Senado Federal. O dado se refere ao pagamento da dívida federal, externa e interna.

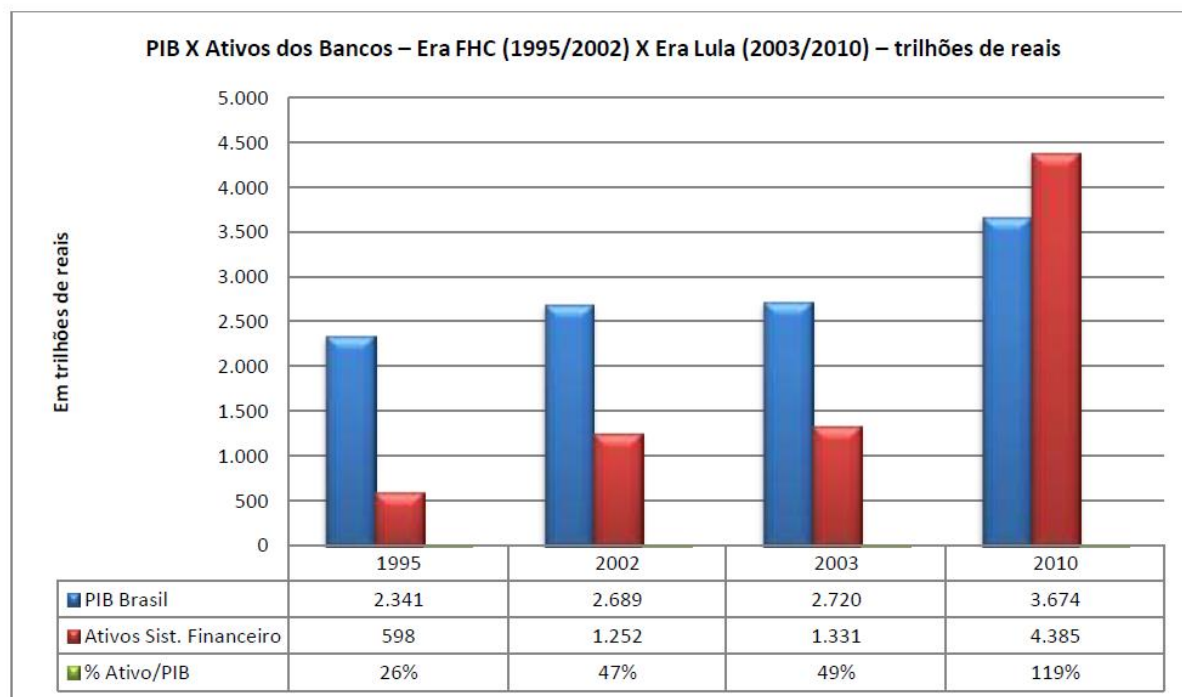
Elaboração: ILAESE a partir de sistematização dos dados por parte da Auditoria Cidadã da Dívida.

Este modelo, que remunera muito bem o capital especulativo, termina por retirar investimentos produtivos que saem da esfera da produção e vão para a especulação. Os beneficiários são os grandes bancos nacionais e estrangeiros, assim como o setor exportador (mineração e agronegócio). Em ambos os casos, representa um retrocesso para a indústria brasileira e uma recolonização do nosso país.

A financeirização da economia brasileira: banqueiros fazem a festa

O neoliberalismo produziu uma mudança na economia brasileira: os ativos totais (todas as riquezas de posse dos banqueiros, suas e de terceiros) tiveram um crescimento espetacular, provocando uma financeirização da economia brasileira. O patrimônio dos bancos cresceu a uma média anual de 40% nos mandatos de FHC e de Lula, enquanto o PIB cresceu somente 3,5% ao ano. O hiato entre o crescimento da produção de riqueza do Brasil e o crescimento da riqueza dos bancos é de mais de dez vezes.

Nota-se que o salto maior se deu sob o governo Lula. Justo no meio da crise, em que uma das saídas do governo foi incentivar o endividamento da população, a riqueza em poder dos bancos ultrapassou a produção de riqueza da sociedade (PIB):



Fonte: PIB IBGE – Ativos dos Bancos - Banco Central (BC)

Em 2012, tivemos 8,5 milhões de pessoas inadimplentes, que deixaram de pagar R\$ 33,8 bilhões de reais. Ainda são índices de inadimplência “baixos”, mas a luz amarela já está acesa.

(...)

É impossível prever quando a crise desembarcará no Brasil e por qual meio. Pode ser uma fuga de capital estrangeiro do país ou por meio de demissões em massa na economia, como produto de uma queda geral de lucros e investimentos das empresas.

O problema sequer se resume em saber a data. O problema fundamental é que perdemos a soberania sobre a economia do Brasil e estamos à mercê das decisões estratégicas de outros países ricos, que, com certeza, vão nos ferrar.

Quanto mais tempo permitirmos que o Sistema Financeiro Brasileiro e especuladores parasitem nosso corpo econômico, maior será a profundidade da crise e maiores as dificuldades para sair dela.

Como esta dívida é impagável e cresce a cada dia, uma criança que nasce hoje, em abril de 2012, já vem ao mundo devendo R\$ 18.500.

A Olimpíada da Dívida

Olimpíadas da Dívida – média de gasto por período (em R\$)

	Dilma	FHC	Lula
Por ano	850,0 bilhões	762,0 bilhões	712,0 bilhões
Por mês	70,8 bilhões	63,5 bilhões	59,3 bilhões
Por dia	2,3 bilhões	2,1 bilhões	1,9 bilhões
Por hora	196,0 milhões	176,0 milhões	164,0 milhões
Por minuto	3,2 milhões	2,9 milhões	2,7 milhões
Por segundo	54 mil reais	48 mil reais	45 mil reais

Fonte do pagamento da dívida nos governos FHC e Lula: SIAFI – STN/CCONT/GEINC.

Fonte do pagamento da dívida pública no governo Dilma: Sistema SIGA BRASIL – Senado Federal. O dado se refere ao pagamento da dívida federal, externa e interna.

Elaboração: ILAESE

(...)

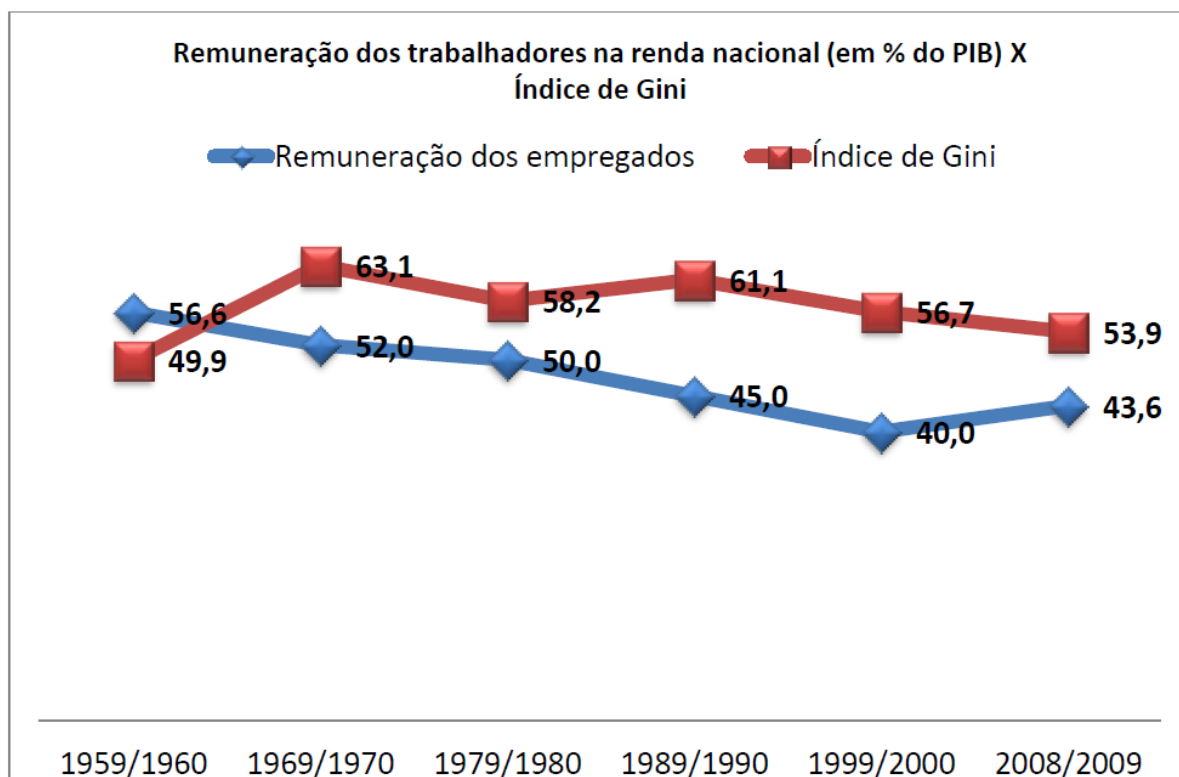
Considerando que temos uma taxa de desemprego de 10,4% no Brasil, em fevereiro de 2013, segundo o Dieese, e uma força de trabalho por volta de 100 milhões de trabalhadores, temos, portanto, cerca de 10 milhões de desempregados no país. Com o dinheiro que se paga aos banqueiros, poderia se empregar todos os desempregados do Brasil pagando R\$ 5.000,00 por mês. (...) Ou poderia pagar o salário mínimo do Dieese (R\$ 2.329,35 em valores de 2011) para todos os 39 milhões de trabalhadores brasileiros que ganham até um salário mínimo.

Desigualdade

Uma das piores distribuições de renda do mundo

(...)

Apesar de haver uma pequena melhora no rendimento do trabalho, a parte dos trabalhadores na renda nacional vem caindo desde 1970. A pequena recuperação que teve durante o governo Lula não retornou aos índices que tínhamos em 1990.



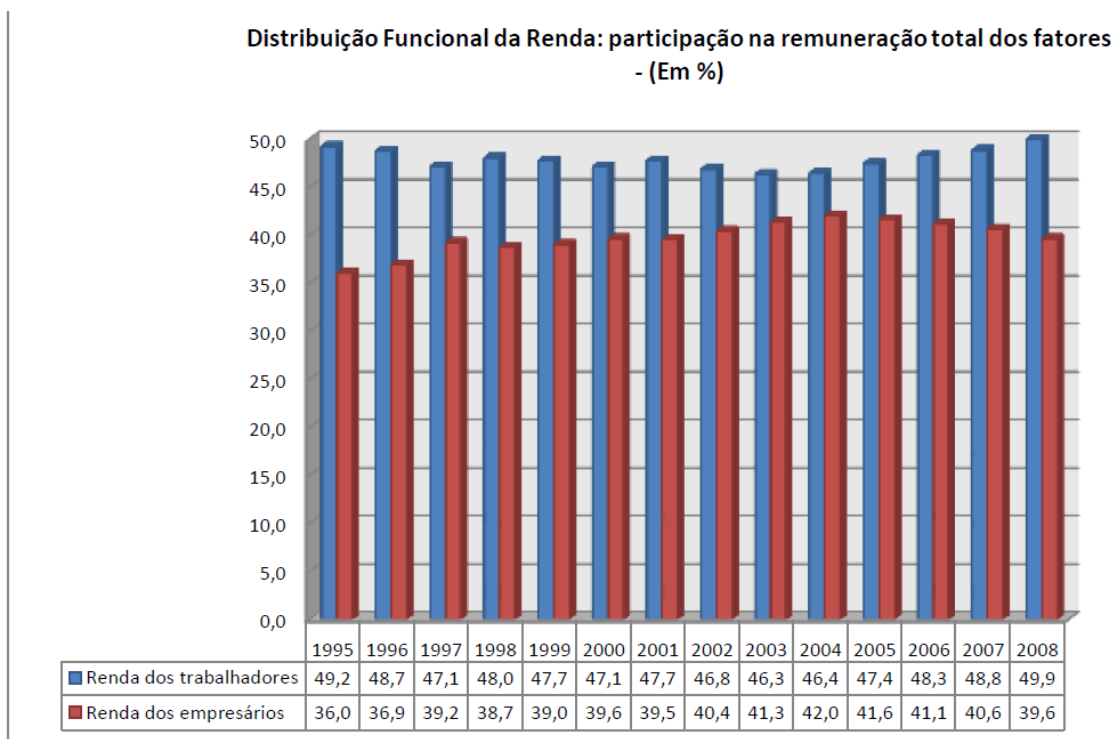
Fonte: IBGE – Contas nacionais – Elaboração IPEA publicado em Comunicados do IPEA Nº 47 de 5 de maio de 2010

A linha vermelha que representa o índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda entre os assalariados, mostra que, ainda que haja uma diminuição do índice (quando chega em zero, é um país igualitário), o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Os ganhos que houve no governo Lula não alcançam os índices que tínhamos em 1960, no início da industrialização do Brasil.

Se existe algo de persistente em toda a história brasileira é a concentração de renda e de riqueza. Estima-se que em 1872, ainda sob o signo da escravidão, o índice de Gini teria sido de 56,0. Passados 140 anos, o índice está em 53,0. O índice de Gini é insuficiente para analisar a distribuição de renda no país, pois a distribuição da renda entre capital e trabalho não é avaliada por esta pesquisa. Pior, o lucro do pequeno e do médio empresários é considerado como renda do trabalho, e o lucro do grande empresário e investidor não é sequer captado.

Se aceitarmos o Gini sem nenhum tipo de ponderação, poderíamos concluir que no período do “Milagre”, durante a Ditadura Militar, o país se tornou mais justo socialmente, quando na verdade ocorreu o inverso.

O gráfico abaixo é ilustrativo da distribuição de renda entre trabalhadores e patrões durante os governos de FHC e Lula, entre 1995 e 2008.



Fonte IBGE – Publicação do IPEA – 2012

A renda dos trabalhadores arrancou de 49,2% do total da renda nacional no primeiro governo de FHC e teve uma pequena melhora de 0,7% durante os governos petistas, mantendo praticamente inalterada a parte da renda nacional que cabe aos trabalhadores. Por sua vez, a renda dos patrões arrancou de 36% no início do governo de FHC e chegou a 2008 em quase 40%, ganhando mais do que ganhavam em 1995, no auge do Plano Real.

É preciso salientar que esses 40% da renda nacional estão indo para um punhado de empresários (menos de 1% da população), enquanto a outra parte está indo para 99% da população (os trabalhadores e pessoas que trabalham por conta própria).

Assim, comprova-se que os empresários seguem ganhando muito no país e estão cada vez mais ricos. Por que, então, há uma diferença entre estes dados da distribuição de renda com as informações do governo? O governo trabalha com o índice de “distribuição pessoal da renda”, que mede as mudanças no interior da classe trabalhadora, mostrando que houve uma melhora na base da pirâmide (de quem ganha até um salário mínimo) e uma piora nos setores melhor remunerados da classe trabalhadora.

Na última década, reduziu-se a distância de rendimentos entre o trabalhador informal e o operário especializado. Mas o fosso que separa os trabalhadores dos patrões não só permaneceu como aumentou: não houve redistribuição de renda, mas expansão.

O Brasil continua pobre e injusto

A cartilha do PT, na página 6, afirma:

O avanço da mobilidade social, fundada na geração de empregos formais e nas políticas públicas de proteção social, torna a pobreza diminuta com cadente desigualdade na repartição da renda nacional jamais vista na História nacional.

O governo também informa que retirou 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza e agora só restam 2 milhões em todo o país.

Nós não acreditamos nisso. A pobreza não acabou nem acabará sob o sistema capitalista. Este ufanismo petista se apoia num artifício estatístico em que pobreza extrema é a família que recebe até R\$ 70 por pessoa ao mês, e pobre é quem recebe mais de R\$ 70 até R\$ 140 ao mês.

Esse é o critério do Banco Mundial: quem tem renda menor que US\$ 1,25 por dia é miserável, e o que ganha até US\$ 2,50 por dia é pobre. Por isso, para Otaviano Canuto, vice-presidente da Rede de Redução da Pobreza e Gerenciamento Econômico do Banco Mundial, “o Bolsa Família é bastante eficiente e tem um custo relativamente baixo (0,5% do PIB nacional)”.

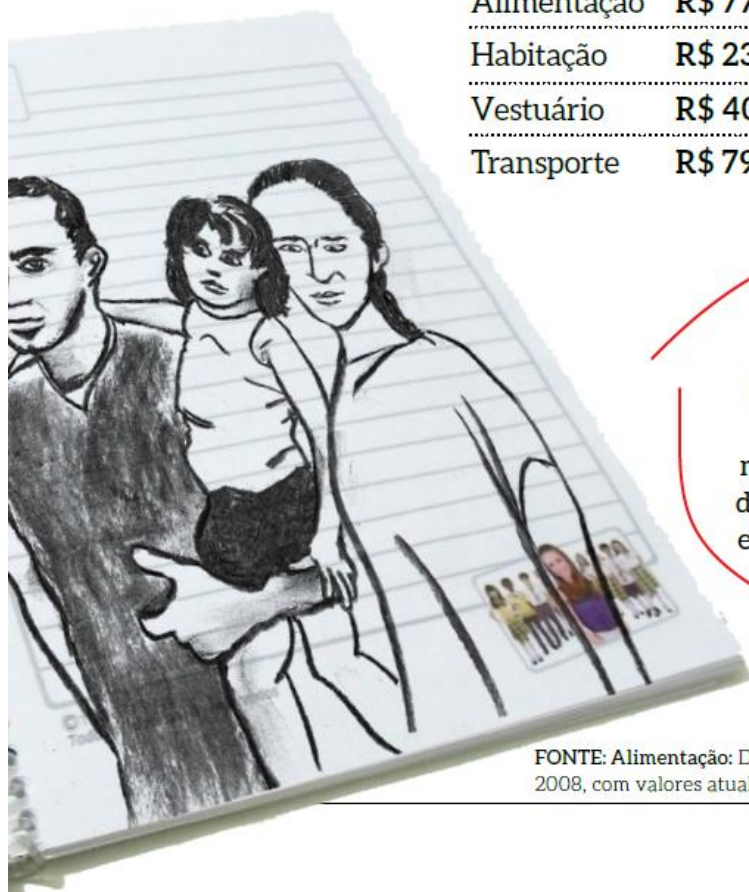
(...)

A linha demarcatória da pobreza que o PT usa hoje é rebaixada de propósito para inflar as conquistas do governo. A própria burguesia incentiva este ufanismo, pois fortalece sua dominação, reforçando a visão que o sistema capitalista pode distribuir renda de forma igualitária.

Gastos mensais de uma família com quatro pessoas

(Em 2013, Fortaleza, CE)

Vamos imaginar as contas na vida de uma família, que está no limite para sair da “pobreza”, segundo o governo, recebendo R\$ 140 por mês multiplicado por quatro pessoas. Vamos supor que a família more em Fortaleza no início de 2013, com renda de R\$ 560 ao mês, abaixo do salário mínimo, na época R\$ 678.



Alimentação	R\$ 774,96	Saúde	R\$ 26,15
Habitação	R\$ 231,99	Educação	R\$ 12,12
Vestuário	R\$ 40,61	Recreação	R\$ 11,01
Transporte	R\$ 79,85	Diversas	R\$ 111,52

TOTAL:

R\$ 1.288,21

Portanto, esta família teria que ter uma renda de dois salários mínimos para poder sobreviver e dispor de direitos sociais mínimos em educação, saúde, moradia, etc.

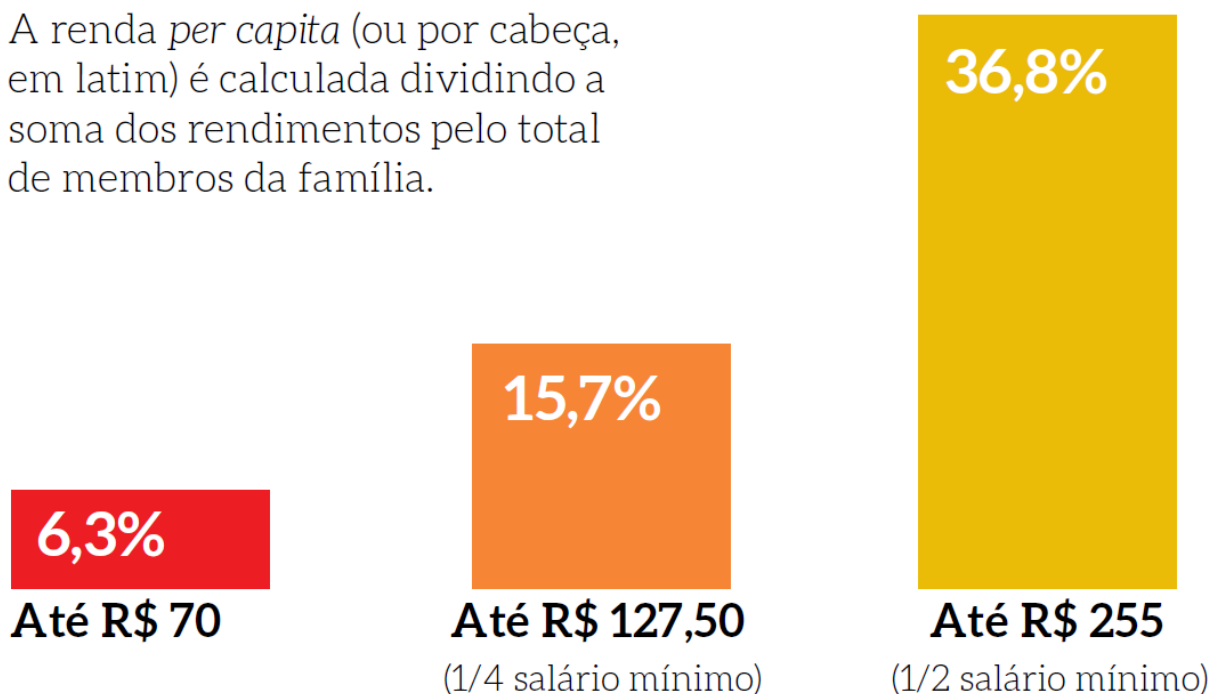
FONTE: Alimentação: DIEESE 06/02/2013; Demais itens: POF do IBGE de 2008, com valores atualizados pelo IPCA até 2013, para famílias mais pobres 19

No exemplo que vimos, seria necessário multiplicar a linha de pobreza oficial por dois para garantir uma **condição mínima** de sobrevivência. Dizemos **mínima** porque apesar de se dizer que há uma inflação baixa no Brasil, os preços dos alimentos estão subindo. Por exemplo, em Fortaleza, o preço do feijão subiu 32%, a farinha 124%, a banana 53% e tomate 44%. Enquanto isso, o governo diminui os impostos da cesta básica cobrados aos empresários, que retribuem aumentando os preços. Dizemos **mínimos** porque este critério de R\$ 70 por pessoa para sair da pobreza absoluta é indignante: em Fortaleza a passagem de ônibus custa R\$ 2,20. Se o vivente usar dois ônibus (para ir e voltar) gastaria R\$ 105,60 por mês. Não daria nem para o transporte.

Em todas as capitais monitoradas pelo Dieese, esse valor não permite nem comprar um quarto da cesta básica alimentar para um adulto. Em São Paulo ou em muitas outras capitais, o valor de R\$ 560,00 não cobre sequer o pagamento do aluguel de um modesto apartamento.

Distribuição da população por rendimento domiciliar per capita

A renda *per capita* (ou por cabeça, em latim) é calculada dividindo a soma dos rendimentos pelo total de membros da família.



Fonte IBGE – Censo 2010 – gráfico ILAESE

Critérios diferentes para a pobreza

Quanto é a renda per capita da pessoa e como é classificada

RENDA PER CAPITA	NA FÓRMULA DO GOVERNO	FÓRMULA ANTERIOR*
▶ Até R\$ 70	<i>Extrema pobreza</i>	<i>Miserável</i>
▶ Até R\$ 127,50 (1/4 salário mínimo)	<i>Pobreza</i>	<i>Extrema pobreza</i>
▶ Até R\$ 255 (1/2 salário mínimo)	<i>Fora da pobreza</i>	<i>Pobreza</i>

Total de pessoas na pobreza nos cálculos do governo

30 milhões 

Quantas seriam se fosse usada a fórmula anterior

70 milhões 

6 O DIEESE utilizou, em determinado momento, uma classificação por salários mínimos: Até 1 Salário Mínimo (miserável); De 1 a 2 Salários Mínimos (baixa, pobre); De 3 a 5 Salários Mínimos (média baixa); De 6 a 10 Salários Mínimos (média); De 11 a 19 Salários Mínimos (média alta); 20 ou mais Salários Mínimos (alta). http://pt.wikipedia.org/wiki/Classe_social

Para o governo, de acordo com o gráfico acima, nós teríamos 6,3% de extrema pobreza e 15,7% de pobreza, portanto, em “vias de acabar”. Se utilizarmos o critério que em algum momento utilizou o Dieese, baseado em salários mínimos, teríamos, em 2010, 15,7% de pobreza extrema e 36,8% de pobreza. Os índices dobrariam, confirmando o exemplo da família de Fortaleza.

Não estamos falando nem do critério de o salário mínimo garantir condições dignas de vida, de acordo com a Constituição de 1988, que estabelece que o mínimo deva ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e Previdência.

Segundo o Dieese, em março de 2013, este salário deveria ser de R\$ 2.824,92, portanto, quatro vezes o salário mínimo de então.

Em números absolutos, segundo o governo, teríamos, pelo Censo de 2010, 30 milhões de pobres, enquanto, pelo critério anterior do Dieese, seriam 70 milhões, quase a metade no Nordeste.

A pobreza não pode ser um simples dado estatístico de quanto se recebe por dia. Ela deve ser entendida como “privação de capacidades básicas”. Portanto, considera atraso educacional, acesso aos serviços de saúde, acesso ao transporte, situação da moradia, acesso a serviços básicos, acesso à alimentação e à seguridade social.

Por esse critério, tivemos, em 2011, 62 milhões sem acesso a serviços básicos, 113 milhões com carências sociais e 58 milhões com carências de rendimentos. Esses números confirmam que a pobreza segue em todo o país, apesar da propaganda governamental.

Demagogia eleitoral e a “nova classe média”

Boa parte dessa aclamação se baseia em um artifício estatístico segundo o qual qualquer pessoa com uma renda de no máximo 7 mil dólares por ano – paupérrimo em qualquer lugar – é classificada como pertencendo à “classe média”. A tão incensada nova classe média seria apenas uma classe de “trabalhadores pobres”. (Perry Anderson, artigo “O Brasil de Lula”)

Segundo Marcelo Neri, em estudo sobre a “Nova Classe Média brasileira”, tivemos “a adição de 40 milhões de pessoas entre 2003 e 2011 na classe média brasileira”, deixando a condição de pobres para trás. Integraria a classe média quem dispusesse de renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019 mensais.

Márcio Pochmann, intelectual petista, faz uma crítica a esta visão afirmando que Neri usa um “critério errado de definir classe média pela renda e consumo, negando a estrutura de classe do sistema capitalista”.

De acordo com o autor, esta visão de estrutura de classes no Brasil é de interesse do Banco Mundial em difundir os êxitos da globalização neoliberal. O governo adorou esta nova “teoria” das classes no Brasil. Ago-

ra, segundo o governo, o Brasil se tornou um país de classe média, classe que contaria com mais de 95 milhões de pessoas, correspondendo a pouco menos de 50% da população.

É evidente que, com uma renda tão baixa, o termo classe média é questionável e tem um forte apelo demagógico. Um valor de R\$ 291 per capita somaria R\$ 1.164 como rendimento familiar para ingressar na classe média. Esse valor não paga nem o aluguel ou a prestação de um apartamento desta família, imagine plano de saúde, alimento, veículos, lazer, roupas etc.

A verdadeira classe média (profissionais liberais e setores melhor remunerados da classe trabalhadora) está sendo asfixiada, como demonstra a cobrança do Imposto de Renda de Pessoa Física: em 1996, quem recebia até nove salários mínimos não pagava imposto de renda. Pela tabela recente, paga IR quem recebe até 2,5 salários mínimos. Enquanto isso, os empresários são isentos de pagar IR sobre lucros recebidos.

Ao invés de nova classe média, estamos vivendo um processo complexo de ampliação da classe trabalhadora. Uma ampliação sob o signo da precariedade e do sobretrabalho. **Nisso se resumiu o projeto de transformação social do PT.**

Trabalhadores pobres e precarizados no Brasil real

Segundo Márcio Pochmann, esse segmento social que ganha até 1,5 salário mínimo, deve ser considerado *working poor* (trabalhador pobre).

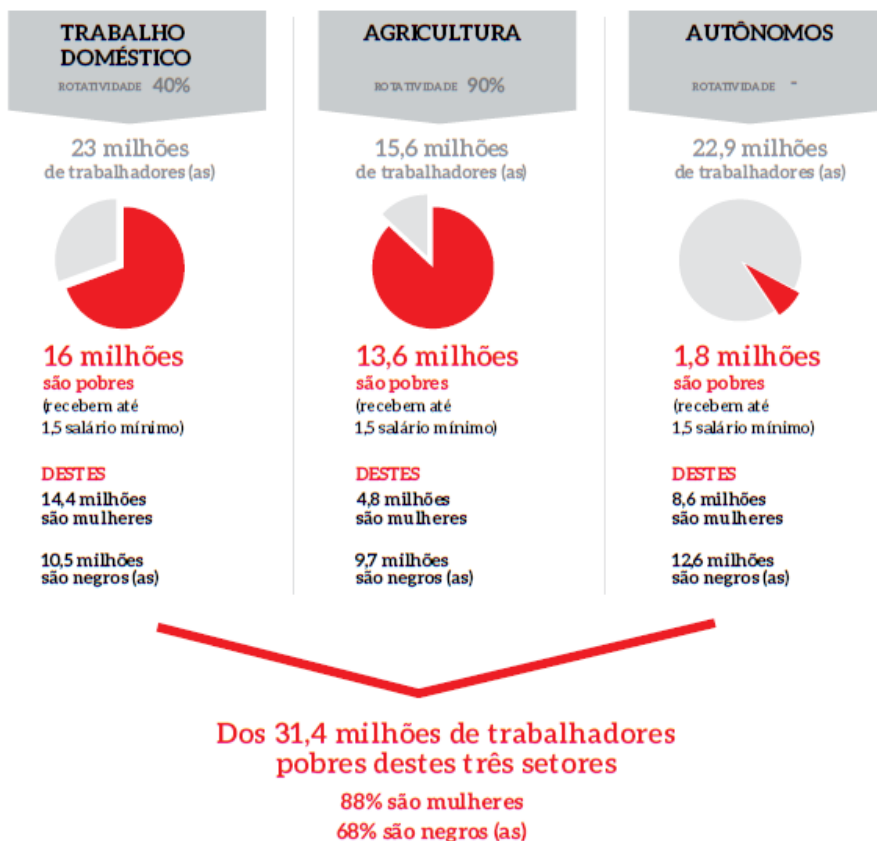
A tabela abaixo estima o número de trabalhadores pobres em três categorias fundamentais: trabalho doméstico, agricultura e autônomos.

Este universo trabalhado por Pochmann, ape-

nas nestes setores sociais, possui 31,4 milhões de trabalhadores pobres, sendo 88% de mulheres e 68% de negros e negras.

Portanto, no Brasil moderno, pobreza tem gênero e cor.

Também se demonstra a precarização do emprego, pois a maioria não tem carteira assinada.



Fonte: POCHMANN, Márcio. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. Boitempo, 2012. Elaboração ILA ESE

Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT

21

(...)

“Pleno emprego” ou pleno subemprego?

Um dos grandes méritos do governo, segundo o PT, foi a geração de 18,5 milhões de postos de trabalho durante dez anos contra apenas 5 milhões de empregos gerados nos dois mandatos de FHC. O governo fala em “pleno emprego” e o IBGE, mais cauteloso, fala em “quase pleno emprego”. (refere-se a 2011)

De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego em fevereiro de 2013 era de 5,6%, uma das mais baixas da história. Porém os índices de desemprego do IBGE são incompletos, pois não capturam o subemprego, o desalento e chegam ao ponto de colocar a pessoa que realizou um trabalho de 1 hora/mês como “ocupado”.

Pelo Dieese, que inclui o desemprego oculto na sua metodologia, o índice de desemprego nas sete regiões metropolitanas, em fevereiro de 2013, foi de 10,4%, quase o dobro do índice do IBGE. Considerando que a situação é pior nos municípios do interior, de uma população economicamente ativa de 100 milhões de pessoas (IBGE 2011), temos 10,4 milhões de desempregados no Brasil.

É um índice superior ao dos Estados Unidos e de boa parte dos países europeus, que estão em crise econômica. Em algumas cidades brasileiras, como Salvador, por exemplo, as mulheres negras têm índice de 19% de desemprego, próximo ao da Espanha, que vive uma das maiores crises da sua história.

A pesquisa do IBGE não captura as pessoas que não procuram mais emprego, portanto não reflete a realidade do desemprego e subemprego. Por exemplo, segundo um estudo da UFRJ, coordenado pelo professor Adalberto Cardoso, temos 5,3 milhões de jovens entre 18 e 25 anos que fazem parte da geração “nem-nem”, nem trabalham, nem estudam, nem procuram emprego. São principalmente mulheres (3,5 milhões frente a 1,8 milhões de homens), jovens, negras, mães solteiras que não têm com quem deixar os filhos ou cuidam da casa ou ambas as coisas.

A geração “nem-nem” é pobre e representa 46% do setor de extrema pobreza no Brasil. As estatísticas ufanistas do governo Dilma de “pleno emprego” não levam em conta estas pessoas.

No máximo, aparecem como números para receber o benefício do Bolsa Família. Se esses 5,3 milhões de jovens fossem incorporados aos índices de desemprego, nós teríamos um desemprego de 10 a 15% da mão de obra, índice altíssimo, ainda considerando que o carregamos antes da crise chegar ao Brasil.

Mas isso nem é o pior.

Crescimento vertiginoso do emprego precário

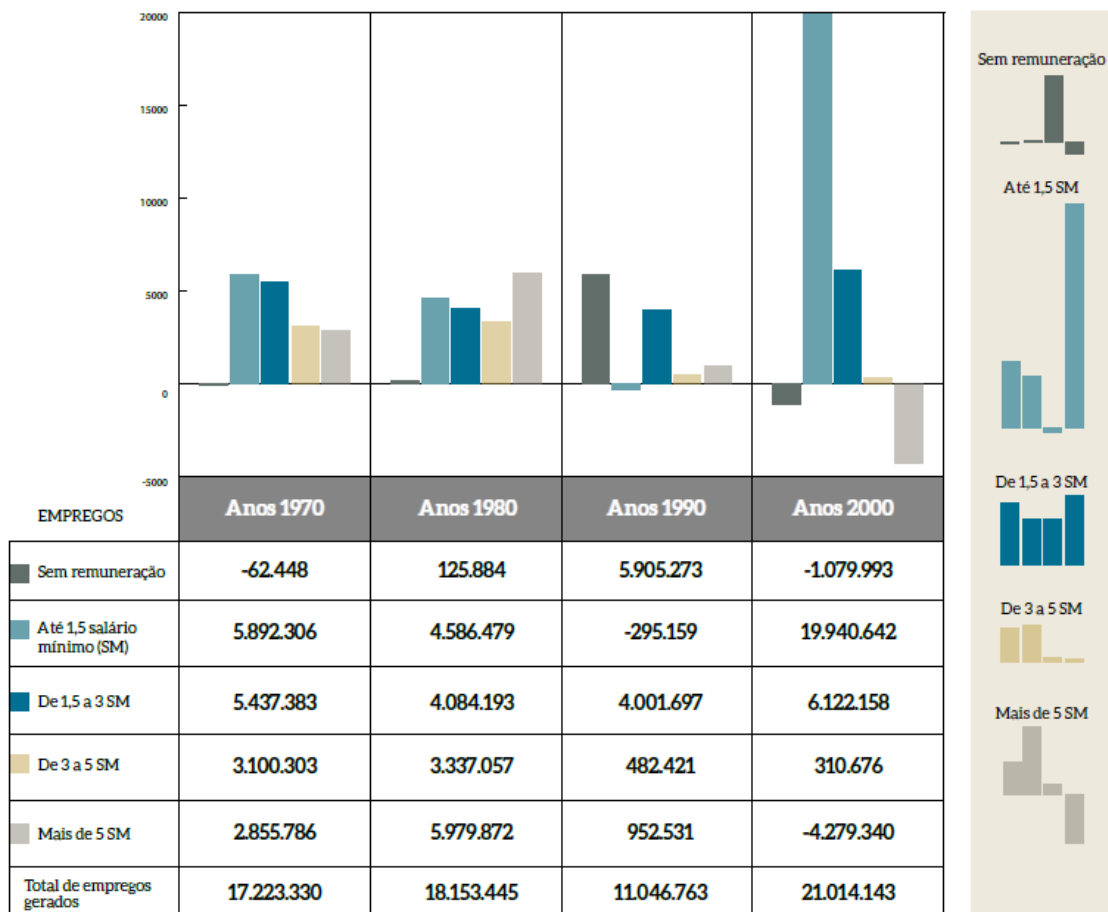
O que o governo federal esconde a sete chaves é que a maioria destes 18,5 milhões de postos de trabalho novos, gerados no decênio petista, são empregos precarizados, que substituíram empregos de melhor qualidade e maior remuneração.

Entre 2000 e 2010, foram criados 20 milhões de postos de trabalho formais com salários de até 1,5 salário mínimo e, no mesmo período, foram perdidos mais de 4 milhões de empregos que recebiam acima de 5 salários mínimos.

Segundo Márcio Pochmann, a maioria dos postos de trabalho gerados concentrou-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo.

Isso significou um saldo líquido de 2 milhões de ocupações abertas ao ano, em média, para os trabalhadores de baixa remuneração. Perdeu-se cerca de 400 mil postos de trabalho com rendimento acima de 3 salários mínimos por ano durante governo petista como se observa no gráfico abaixo:

Evolução do saldo das ocupações segundo faixa de remuneração



Durante a década de 1970 e 1980, cresceram os empregos de todas as faixas de renda, inclusive os mais altos, acima de três salários mínimos. De 1970 até o ano 2000, havia a trajetória de redução de empregos com remuneração de até 1,5 salários mínimos, que passou de 77% para 49% de todos os postos em 2000. Durante a primeira década de 2000 (auge de crescimento mundial), a parcela de ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, chegando a 59% do total.

Dos 21 milhões de novos empregos gerados entre 2000 e 2010 (a maior parte sob os dois mandatos de Lula), 20 milhões se deram no esquema de precarização neoliberal. Nesse aspecto, também se aplicou a linha neoliberal imposta pelo imperialismo, que rebaixou o salário mundial a partir da restauração capitalista da URSS, Leste Europeu e da China e seu consequente controle pelas multinacionais.

Desse ponto de vista, ao contrário da propaganda oficial, aumentou o tamanho da classe trabalhadora (especialmente dos setores que ganham menos) e diminuiu o peso de trabalhadores de “classe média”, que ganhavam mais de 5 salários mínimos mensais.

A classe trabalhadora ganhou em número e perdeu em renda, segurança, emprego e qualidade de vida. Porém é este crescimento avassalador de empregos precarizados que dá a sensação de distribuição de renda a favor dos pobres.

No caso dos trabalhadores com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal, registra-se que as profissões que tiveram maior expansão na década de 2000 foram as de serviços (1,6 milhão de novos postos de trabalho, 31% da ocupação total). Na sequência, vieram os trabalhadores do comércio (2,1 milhões), da construção civil (2 milhões), de escriturários (1,6 milhão), da indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhão) e do atendimento público (1,3 milhão).

Estas seis profissões foram responsáveis por 14 milhões de empregos ou 72% de todos os empregos de até 1,5 salários mínimos.

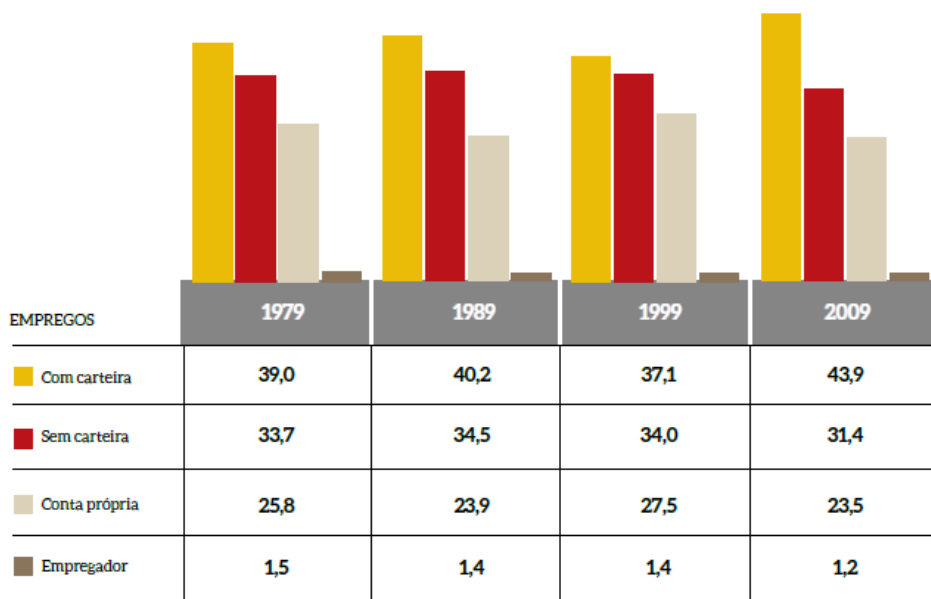
Também 60% destes postos de trabalho foram ocupados por mulheres, que ganham menos que os homens, e 80% das vagas ocupadas por trabalhadores não brancos, mostrando que a precarização do emprego tem gênero e raça.

Há também desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, já que elas recebem menos que os homens (em média, 73,3% do rendimento deles). Os trabalhadores de cor negra ganhavam 60% do que ganhava um trabalhador da cor branca.

Segundo Pochmann, com base em dados do IBGE que contemplam o intervalo entre 1995 e 2005, “33,8% dos postos de trabalho gerados pelo setor privado formal foram de responsabilidade da terceirização no Brasil”.

A precarização dos novos postos de trabalho é resultado da aplicação do neoliberalismo no Brasil, com FHC, Lula e Dilma. Informalidade e terceirização, somadas à rotatividade da mão de obra, foram as chagas que derrubaram o salário e as condições de trabalho.

Evolução da composição das ocupações para trabalhadores de salário base (em %)



Fonte: IBGE, PNAD 2009. Elaboração ILAESE

Pode-se perceber pelo gráfico acima que houve uma pequena expansão do trabalho formal sob o governo Lula, ainda mantendo-se a maior parte dos ocupados na base da pirâmide social excluída da proteção social e trabalhista ao somar os trabalhadores sem carteira e os trabalhadores por conta própria.

Temos, portanto, mais da metade dos ocupados no Brasil, sem direitos sociais como aposentadoria, férias, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego etc.

(...)

Em 2010, nos dados do Censo do IBGE, ainda tínhamos 40,8 milhões de trabalhadores na informalidade, significando 47% dos trabalhadores ocupados.

Essa é uma forma eficaz de precarizar as relações de trabalho, pois a renda média de um trabalhador com carteira assinada, em 2010, foi de R\$ 1.255, enquanto a média dos trabalhadores sem carteira assinada foi de R\$ 658, quase a metade.

NOTAS:

Ambos dados são da PNAD IBGE 2011.

Nova Classe Média? 2012, p. 109, Boitempo.

Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/uploads/sociedade.pdf>

Alta rotatividade: arma do patrão para diminuir o salário e dificultar a luta

Em 2009, de cada três trabalhadores, dois foram demitidos antes de completar um ano.

(...)

Estudo do Dieese indica que são demitidos dois terços dos trabalhadores antes de completar um ano de trabalho, em dados de 2009. Os desligamentos são sem justa causa, pela vontade do empregador, que revela a flexibilização do trabalho durante o decênio petista. O salário do novo admitido representava 89% do que era o salário anterior.

Essa flexibilização das condições de trabalho é a característica fundamental do neoliberalismo e a forma principal de extrair mais-valia dos trabalhadores nos últimos 20 anos, além da introdução de novas máquinas no processo produtivo.

O governo petista permitiu que os empresários implantassem a flexibilização da mão de obra tanto nas condições de trabalho quanto na remuneração.

Os anos 1990 foram de barbárie no mercado de trabalho, com estagnação dos empregos, exceto a criação de quase seis milhões de “postos de trabalho” sem remuneração, fruto de desindustrialização, privatizações e desregulamentação do mercado de trabalho.

Por fim, na década de 2000, podemos observar um aumento vigoroso do nível de emprego, com saldo total de 21 milhões de postos de trabalho. No entanto, a maior parte foi de baixa remuneração.

Ao mesmo tempo, ficaram estagnados ou – *e isso é original na nossa história* – foram destruídos os empregos com faixas salariais mais elevadas.

No total das regiões metropolitanas, o salário médio teve aumento real de apenas 7% entre 2002 e 2010 segundo o IBGE. Com isso, a estagnação do salário médio permitiu ao capital mobilizar mais trabalho com o mesmo custo. Portanto, aumentando seu lucro.

O governo petista garante um salário mínimo digno?

(...)

Estudo do Dieese mostra que Lula, no primeiro ano de mandato, não dobrou o salário mínimo. O crescimento real foi de 1,4%. Nem em oito anos de governo Lula dobrou o salário mínimo e, muito menos, chegou perto de pagar o salário do Dieese. Em 2010, o salário mínimo era R\$ 510 e o salário mínimo do Dieese era R\$ 2.227,53. Representava apenas 22,9% do salário do Dieese.

(...)

Por outro lado, o governo petista diz que houve crescimento do rendimento real médio dos trabalhadores. Isso só seria verdade se esquecêssemos o passado, pois o rendimento médio dos trabalhadores agora sequer atinge os níveis do final dos anos 1990.

Houve queda do rendimento médio real em São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre e Distrito Federal. Das grandes regiões metropolitanas, Belo Horizonte foi a única na qual houve crescimento do rendimento médio real.

Em termos de salários mínimos, também houve uma queda. Pela informação do Ministério do Trabalho, com dados da RAIS, em 1989 os trabalhadores recebiam uma média de 4,4 salários mínimos e caiu em 2009 para 3,2 salários mínimos. Portanto, entre 1989 e 2009, houve uma queda do rendimento médio real dos ocupados com carteira assinada.

Essa queda se deve à rotatividade da mão de obra, que substitui o antigo empregado por outro ganhando menos: a rotatividade cresceu de 33,5% ao ano na década de 1990 para 36,9% no final do segundo mandato de Lula (2009) com dados do Ministério do Trabalho/ RAIS. Isto significa que a cada ano quase quatro de cada dez trabalhadores são demitidos e readmite-se um novato, ganhando menos.

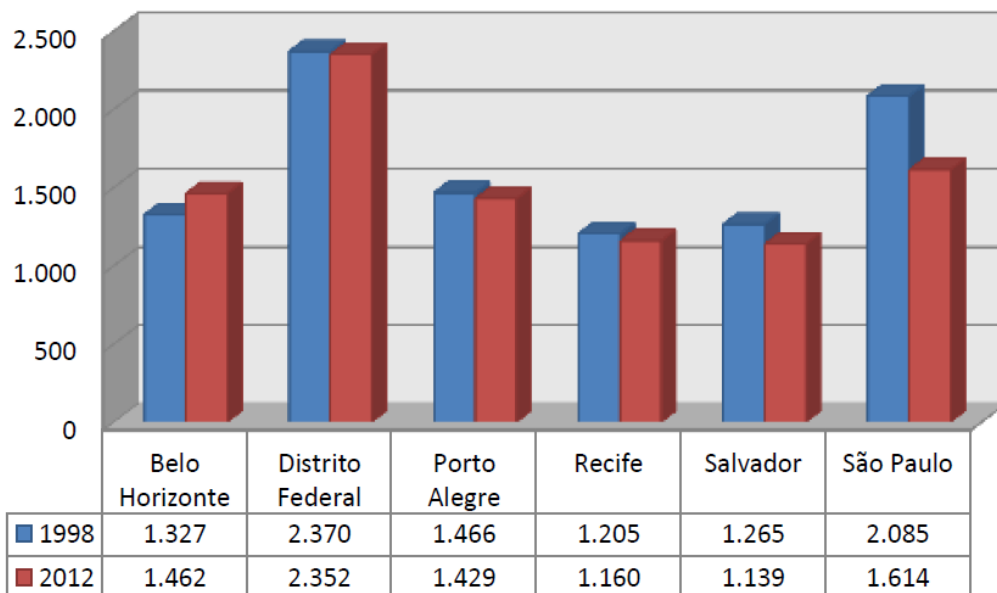
Alta rotatividade e baixos salários são irmãos siameses: nos setores que pagam entre 0,5 e 1 salário mínimo mensal, a taxa de rotatividade foi de 85,3% em 2009 frente à taxa de 60% em 1999.

Quase nove de cada dez trabalhadores pobres são demitidos a cada ano e se contrata novo empregado como forma de perpetuar o baixo salário. Trabalhador que fica mais de um ano no serviço, ganha mais.

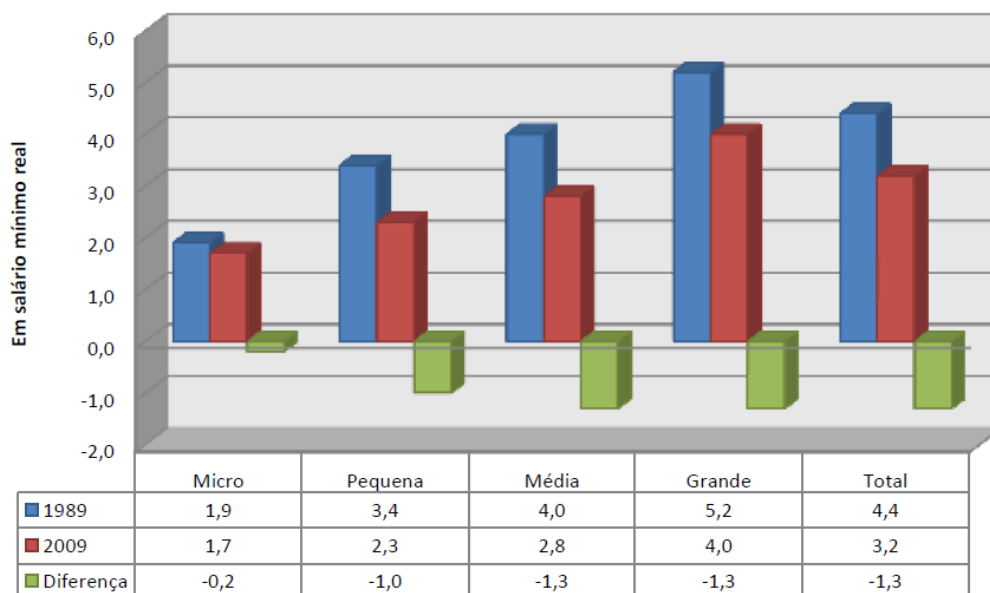
As palavras de Márcio Pochmann, em livro já citado, constata a precarização geral do emprego:

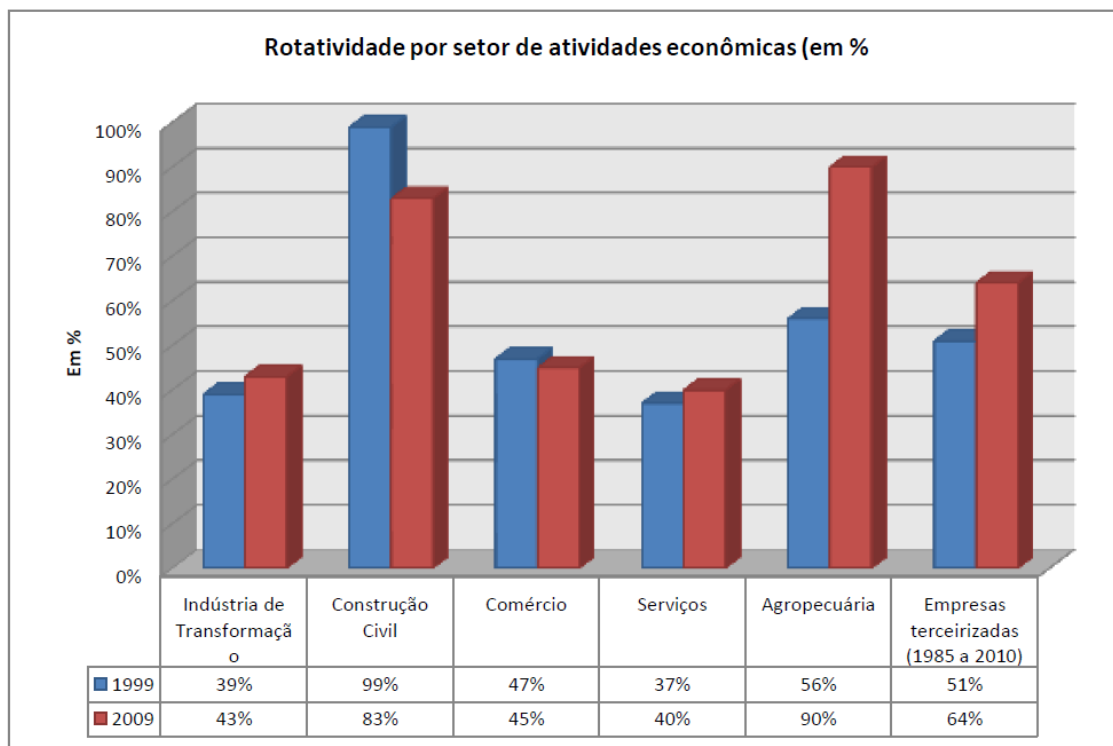
Nos dias de hoje, o trabalho terceirizado responde cada vez mais por uma parcela maior do total das ocupações geradas no Brasil e por serem postos de trabalho com menor remuneração, absorvem mão de obra de salário base. As ocupações terceirizadas tendem a se concentrar na base da pirâmide social brasileira. Mais da metade do total de postos terceirizados são ocupados por trabalhadoras e 40% tem a cor negra.

Rendimento médio real dos assalariados – 1998 – 2012 – em reais, valores de jan. 2012



Evolução do emprego formal e renda média por estabelecimento (em salário mínimo real)





O Brasil é um país mais soberano ou mais dependente?

Privatização neoliberal rimou com desnacionalização

(...)

De fato, a privatização das estatais entregou siderurgia, mineração, água, luz, telefônicas e bancos para as transnacionais. Foi forjada uma recessão para destruir milhões de empregos, rebaixar os salários e precarizar a mão de obra. Temos acordo com o PT quando afirma que o neoliberalismo significou a perda da soberania nacional.

A burguesia nacional mostrou-se incapaz de garantir a independência. Um típico representante da burguesia brasileira atual, cria do PT, é o Eike Batista: com o mapa geológico do Brasil cedido pelo pai, Eliezer Batista (ex-presidente da Vale e da Petrobras), e forte apoio estatal, montou várias empresas, arrecadou bilhões de dólares vendendo ações a grandes bancos internacionais e agora, em crise total, vai dar calote no governo federal e vai vender boa parte do subsolo brasileiro para as transnacionais.

Assim, sobrou para a classe trabalhadora continuar a luta pela soberania nacional. Por isso, o PT, no início da década de 1980, levantou bem alto esta bandeira, expressa em “Fora daqui o FMI”.

O que não temos acordo com o PT é que seus quase 14 anos de governo tenham rompido com a condição de subordinado e dependente da globalização. Ao contrário, nestes anos, a dependência e a subordinação do Brasil ao imperialismo aumentaram.

O Brasil depende de capital internacional

Nos dez anos de governo petista, dobrou a entrada de capital estrangeiro e quadruplicou a remessa de lucros para o exterior.

O gráfico abaixo mostra a entrada de capital estrangeiro no Brasil e a remessa de lucros desde 1950. O governo Lula, ao invés de limitar as remessas de lucros ao exterior, como fez Getúlio Vargas em 1952, que limitou o envio a 10% do capital que entrou no país, isentou as remessas de lucros de pagar imposto de renda pela Lei nº 9.249 (2005).

Nos dez anos de governo petista, dobrou a entrada de capital estrangeiro e quadruplicou a remessa de lucros para o exterior. Segundo estudo da Unafisco/Dieese (2013), “no passado, a taxa sobre as remessas chegou a 25% e, em 1995, a alíquota era de 15%”. Ao liberar as remessas de lucros ao exterior do pagamento do Imposto de Renda, os governos petistas abrem mão de controlar e taxar o capital especulativo que vem ao Brasil, favorecendo-o em detrimento do desenvolvimento do Brasil.

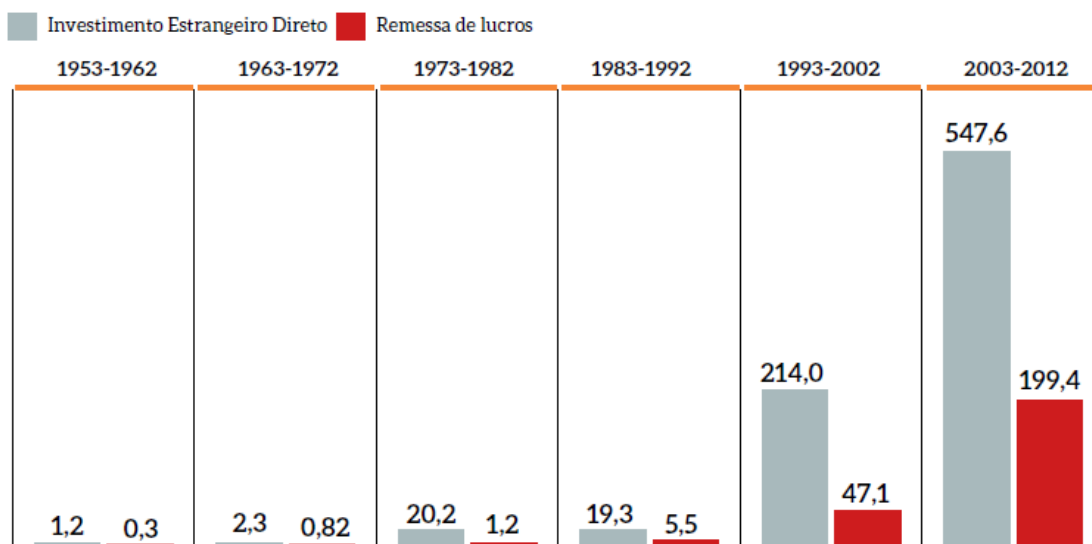
Em 2012, o governo brasileiro teve um déficit de todas as contas, que inclui a conta comercial, de US\$ 54 bilhões. Conseguiu atrair US\$ 65 bilhões para bater as contas. Sem a vinda deste capital, a crise que atinge o mundo inevitavelmente chegaria ao Brasil.

Já estamos tendo problemas. No primeiro bimestre de 2013, o déficit chegou a US\$ 18 bilhões e o ingresso de capitais a apenas US\$ 7,5 bilhões. Estamos totalmente dependentes da vinda deste capital, formado, na maior parte, por capital especulativo.

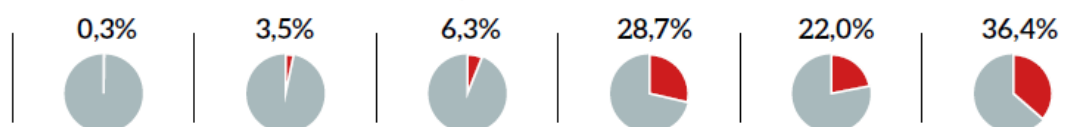
O Brasil tem um dos juros mais altos do planeta como forma de atrair este capital. Este modelo econômico está tão arraigado que o governo Dilma começou a baixar os juros no Brasil, mas já desistiu: o movimento de alta dos juros já retomou. Não tem a ver com luta contra a “inflação alta”, e sim com o compromisso de remunerar bem os banqueiros. Neste aspecto, o PT no governo deu continuidade e aprofundou a dependência do Brasil com o capital estrangeiro.

Investimento Estrangeiro Direto (IED) e remessas de lucros (1953-2012)

Em milhões de dólares



Remessas de lucros crescem em relação ao investimento



Conta financeira - investimentos diretos - estrangeiros no país - ingressos - US\$ (milhões) - Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP) - BPN_FINIDERECEC - Elaboração: ILAESE

Dependência excessiva de produtos primários

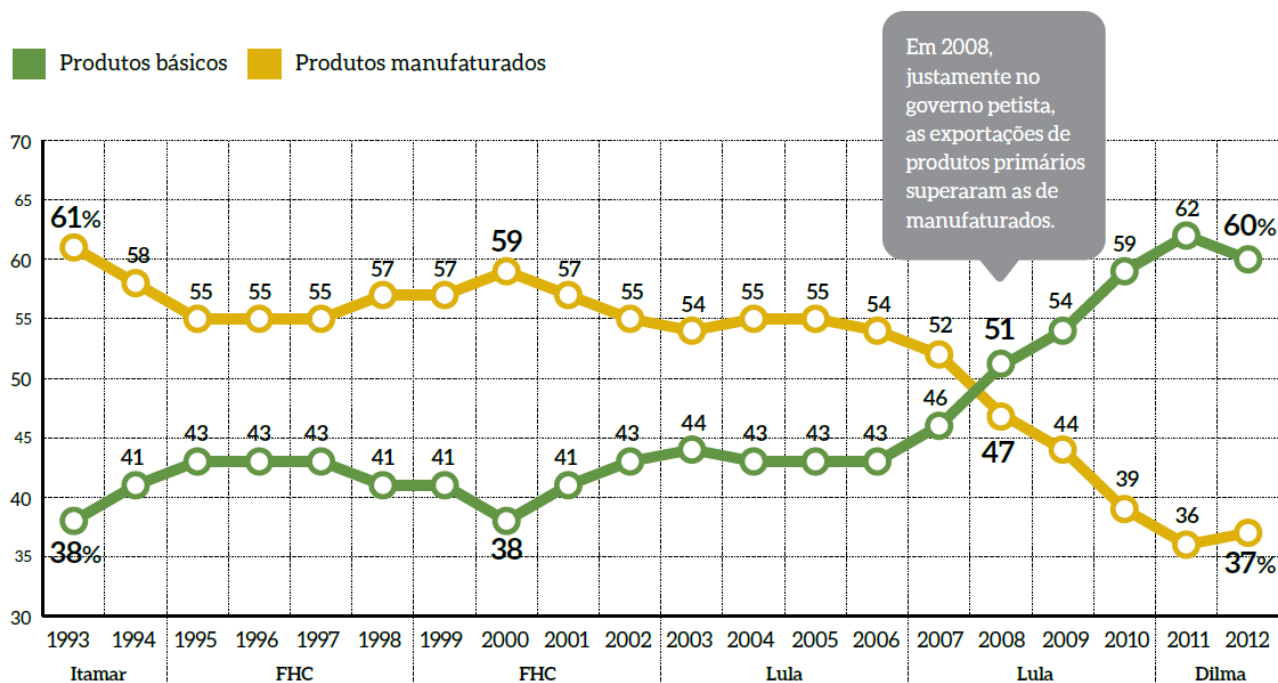
O neoliberalismo impôs ao mundo uma nova divisão internacional do trabalho: usou a restauração capitalista na URSS e China para rebaixar o salário mundial. Com suas transnacionais, dominou e transformou a China na fábrica do mundo. Ao mesmo tempo direcionou o Brasil (e a América do Sul) para ser grande produtor de alimentos, matérias primas e energia.

Estamos dependentes das exportações de minério de ferro, soja e alimentos para a China. Produzimos muito minério de ferro e importamos trilhos de trem a preço sete vezes mais caro.

O governo Lula assegurou que tínhamos autossuficiência em petróleo. Porém, em 2012, exportamos óleo cru barato e importamos derivados de petróleo caro. Tivemos um déficit de US\$ 35 bilhões na balança comercial de combustíveis em 2012.

Exportamos o grão de café a preços baixos para a Alemanha, que industrializa o café e é grande exportador mundial sem ter um pé de café no país. Exportamos celulose e importamos bíblias em português da China.

Produtos básicos X manufaturados na exportação brasileira (1993-2012)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento - SECEX. Elaboração ILAESE

Com a crise instalada no mundo, os países ricos, através das multinacionais, começaram a desovar os estoques de produtos que não conseguem vender por lá.

O Brasil tinha um superávit comercial com os países ricos de US\$ 12 bilhões em 2008. Em 2012, teve déficit de US\$ 15 bilhões. Por isso, a indústria brasileira está tendo um déficit anual de US\$ 94 bilhões.

Estamos transferindo empregos industriais para os países ricos e para a China. São as multinacionais instaladas no Brasil que estão importando em massa. Os países ricos começaram a exportar mais para minimizar sua crise, por isso aumentaram as importações do Brasil, principalmente através de multinacionais. Veja, a seguir, o exemplo do setor mais importante da indústria brasileira e que goza de todas as prioridades governamentais.

Investimentos, desembolsos do BNDES, remessas de lucro e saldo comercial do setor automobilístico brasileiro (2003-2012)

Veículos, comerciais leves, caminhões e ônibus

O gráfico abaixo comprova que os governos petistas favoreceram o domínio das transnacionais na economia brasileira. Durante o decênio petista, as montadoras investiram US\$ 24 bilhões, foram financiadas pelo governo através do BNDES com US\$ 25 bilhões e remeteram quase US\$ 27 bilhões para suas matrizes nos países ricos.

Se formos verificar o saldo comercial de veículos, demonstra-se que as montadoras sempre exportaram mais do que importaram veículos. Porém, a partir de 2008, com o início da crise nos países ricos, as montadoras começaram a importar veículos (para aproveitar a produção enalhada nas matrizes) e diminuíram a produção no Brasil.

Entre 2003 e 2007, o saldo comercial foi positivo para o Brasil em 1,25 - 3,00 - 4,13 - 4,12 e 2,19 bilhões de dólares respectivamente. De 2008 a 2012, o saldo foi negativo em 2,79 - 4,22 - 5,33 - 7,68 e 8,82 respectivamente. Dando um saldo negativo geral em todo o período 2003-2007 de 14,14 bilhões de dólares.

Este quadro sintetiza a orientação do governo em incentivar, proteger e financiar as grandes transnacionais. Nisso, não se diferenciou em nada do neoliberalismo. Ao contrario, foi agente direto da subordinação da economia brasileira às transnacionais.

Ano	Investimentos montadoras US\$ bi*	Desembolsos BNDES US\$ bi**	Remessas de lucros US\$ bi***
2003	673	2.654	436
2004	739	2.575	274
2005	1.050	2.022	498
2006	1.451	2.386	1.340
2007	1.965	1.604	2.700
2008	2.913	2.492	5.600
2009	2.518	3.166	3.800
2010	3.654	3.284	4.100
2011	4.971	2.480	5.580
2012	4.000	2.272	2.440
TOTAL	23.934	24.935	26.768

Fonte: **BNDES, Banco Central e Anuário da Indústria Automobilística Brasileira – 2012 – ANFAVEA – Elaboração ILAESE.
Faturamento da autoindústria é estimativa em base ao crescimento das vendas do setor em 4,6% em 2012. Investimentos da indústria auto em 2012 é estimativa da ANFAVEA

Transnacionais dominam economia brasileira

Pesquisadores suíços estudaram o movimento de 43 mil transnacionais no mundo e concluíram que 147 companhias controlavam 40% da riqueza mundial. O grosso dessas empresas eram bancos (Barclays, J. P. Morgan, Goldman Sachs, BlackRock etc.).

Essas grandes corporações transnacionais também dominam a economia brasileira: o BlackRock, maior fundo de investimento do mundo, é grande acionista da Vale, Petrobras, Embraer, Gerdau, AmBev, das maiores construtoras como a PDG, Cyrela, Gafisa e MRV. Na agroindústria, é acionista da BR Foods (Perdigão e Sadia). Também é importante acionista do Grupo Pão de Açúcar. No sistema financeiro, é acionista do Itaú, Bradesco e Banco do Brasil (o governo Lula vendeu 30% das ações do BB para estrangeiros em 2009).

As transnacionais dominam a economia brasileira, como mostra a tabela abaixo. No agronegócio, 30 empresas dominam o complexo agroindustrial, e mais de 70% destas empresas são multinacionais.

Porém a desnacionalização do parque produtivo brasileiro é superior ao indicado acima, porque nestas contas não constam as participações “minoritárias” do capital internacional nas empresas “brasileiras”.

Só para citar um exemplo, a Petrobras: 55% do capital total da empresa já são de propriedade privada, a maioria nas mãos de estrangeiros. Alguns dos grandes acionistas estrangeiros da Petrobras, em 2012, são The Bank of New York, BNY Mellon, BNP Paribas, Opportunity, Gap e Credit Suisse, Citibank, HSBC, Schroder, Asset Management, J. P. Morgan S. A., Santander, BlackRock (que se associou com o Barclays).

Através destes bancos, as duas famílias mais ricas do mundo, Rockefeller e Rothschild, são donas de boa parte da Petrobras.

O setor bancário brasileiro ainda tem maioria de capitais nacionais, porém os bancos estrangeiros detêm participação de 30% nos bancos brasileiros.

Trocando em miúdos, os anos de governo do PT aprofundaram o domínio das multinacionais sobre a economia brasileira e, inclusive, esta desnacionalização contou com a ajuda do governo através do BNDES.

CONTROLE ESTRANGEIRO

Setor	%
Montadoras	100%
Setor eletroeletrônico	92%
Autopeças	75%
Telecomunicações	74%
Setor farmacêutico	68%
Indústria digital	60%
Setor de bens de capital	57%
Petrobrás*	55%
Setor de bens de consumo	55%
Siderurgia e metalurgia	50%
Petroquímica	47%

* Sobre o capital total da empresa



20 Relatório de Sustentabilidade 2012 e Ata das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da Petrobrás, realizadas em 19 de março de 2012

“Ele é o cara”

Elogios tanto de Bush quanto de Obama a Lula refletem o papel dos governos petistas na América Latina, como aliados do imperialismo e à frente da ocupação no Haiti.

Complementando o papel subordinado da economia brasileira no mundo, o governo petista, especialmente o de Lula, atuou em defesa das multinacionais petroleiras na crise da Bolívia, negou-se a apoiar a moratória ultratímida de Kirchner na Argentina, colocou o Sivam (defesa aérea da Amazônia) para bloquear as fronteiras brasileiras às FARC, pressionou [Hugo] Chávez para um acordo com o imperialismo. Teve papel de bombeiro diante do golpe na Venezuela, na crise na Bolívia, se colocou à frente da intervenção imperialista do Haiti (uma vergonha para a história brasileira) e aplicou à risca a orientação do Banco Mundial de garantir um “desenvolvimento capitalista com ações sociais compensatórias”.

Não é à toa que George Bush disse “apesar de Lula ser de esquerda, eu gosto dele”, e Obama disse que ele “é o cara!”.

(...)

Os governos de “esquerda” continuaram a aplicar os planos neoliberais. Fizeram o que a direita já não conseguia fazer. Ocorreu também um freio da luta de classes pela ação desses governos. Hoje, a América Latina está mais dependente da dominação imperialista.

O governo do PT não se colocou ao lado das mobilizações dos trabalhadores europeus, porque estas questionam também governos da socialdemocracia europeia, com a qual o PT sempre teve identidade.

Em outro grande polo de mobilizações revolucionárias, as revoluções árabes e a luta de libertação da Palestina, os governos petistas estiveram ao lado de Khadafi na Líbia (derrubado em 2011) ou do ditador Assad, que promove um banho de sangue na Síria. Inclusive, o governo brasileiro realizou um acordo comercial com a indústria militar de Israel.

Era possível com o povo brasileiro mobilizado, como mostraram as mobilizações de 2013 e a trajetória de luta da classe trabalhadora brasileira, lutar por uma verdadeira soberania nacional ao invés da subordinação e da dependência a que estamos submetidos.

A história poderia ter sido diferente se o PT houvesse optado por ficar ao lado da classe trabalhadora mundial ao invés de unir-se aos poderosos. Era possível o Brasil encabeçar uma frente de países pobres na luta contra a exploração colonial que os países ricos submetem o mundo. Porém necessitava vontade do PT de romper com o sistema capitalista. E isso a direção do PT nunca esteve disposta.

O Brasil hoje é um país mais dependente e subordinado, que joga um papel auxiliar na dominação imperialista do planeta. O PT no governo foi agente direto da recolonização do país.

(...)

Para quem governou o PT?

(...)

No interior do PT, houve uma grande polêmica na década de 1980, em função de dois projetos em disputa. Um deles era sintetizado pela proposta de um “Governo dos Trabalhadores sem patrões”, enquanto a corrente majoritária do PT, liderada por Lula, defendia um “Governo democrático e popular”, onde caberia um setor “progressista” da burguesia. Assim, a corrente majoritária reciclou a velha orientação de colaboração entre as classes.

A proposta majoritária chegou ao poder no Brasil. No governo central, o PT optou por governar junto com a burguesia nacional. Por tabela, terminou capitulando às multinacionais que controlam a economia brasileira e subordina a burguesia nacional, sócia menor do negócio. (...)

O PT abandonou qualquer perspectiva socialista e se rendeu ao sistema capitalista mundial, que utiliza o neoliberalismo para os trabalhadores e o keynesianismo para os grandes empresários.

Essa é a explicação última da rendição do PT ao neoliberalismo e sua oscilação aparente entre uma orientação neoliberal e keynesiana. Foi uma opção do PT ao se comprometer com a manutenção do modelo capitalista brasileiro.

Pode-se, inclusive, afirmar que o PT no governo aperfeiçoou a dominação da burguesia e do capital internacional na economia e na política no Brasil.

A combinação das políticas sociais compensatórias com o crescimento neoliberal foi uma formulação original do Banco Mundial e, hoje, é aplicada em boa parte da América Latina por governos de “direita” e de “esquerda”. Os governos petistas prosseguiram com o processo de privatizações, ainda que de forma encoberta e dissimulada.

Por tudo isso, a pequena quantia destinada a diminuir a pobreza no Brasil não pode esconder a verdadeira natureza do governo petista: ele governou para os grandes empresários, particularmente para o capital multinacional, que foi o maior ganhador no governo petista.

Foi aperfeiçoada a exploração e a precarização do emprego, com aumento dos lucros das grandes empresas e desnacionalização do parque produtivo, aumentando cada vez mais a dependência do país de alguns produtos primários para exportação.

A classe trabalhadora, que estava mobilizada contra FHC no final dos anos 2000, foi desmobilizada e engoliu o projeto petista de governar “para todos” até a insatisfação acumulada de dez anos explodir nas ruas em manifestações multitudinárias que se comparam com as manifestações pelas Diretas Já na década de 1980.

Hegemonia às avessas

Francisco de Oliveira
(estratos)

Como na África do Sul do fim do apartheid, também no Brasil de Lula e do Bolsa Família parece que os dominados dominam, quando na verdade o governo capitula diante da exploração desenfreada.

Depois de levar um susto no primeiro *round*, quando seu adversário imediato abocanhou 40% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva ganhou fácil o segundo turno das eleições. Há uma gama variada de interpretações para a retumbante vitória. A mais óbvia acentua a influência do Bolsa Família, que teria garantido uma maciça votação pelos estratos mais pobres da sociedade. Tanto que, no Nordeste, região que recebe o maior contingente da assistência do Bolsa Família, Lula ultrapassou os 70% em quase todos os municípios.

É mais complicado explicar por que Geraldo Alckmin teve tantos votos no primeiro turno. E por que perdeu uns 2 milhões de votos do primeiro para o segundo. A interpretação majoritária sustenta que o tucano foi o opositor ideal para Lula: pouco conhecido fora de São Paulo, com cara de paulista, jeito de paulista e fama de paulista, o que fora de São Paulo é um *handicap*. Para completar, Alckmin não tinha nenhuma mensagem e foi muito mal na campanha televisiva. Outra interpretação corrente, assumida pelo próprio Lula e por jornais do exterior, é que o Brasil eleitoral se dividiu entre ricos e pobres, e os pobres venceram. Seria ótimo, se fosse plausível, que os 40% de votos de Alckmin foram dos “ricos”, e que a votação de Lula foi exclusivamente dos “pobres”.

Um dos resultados formidáveis da eleição, incluindo os pleitos para os estados e a renovação do Congresso, foi a salada das coligações e coalizões. Siglas de suposta orientação ideológica oposta se uniram, indiscriminadamente, com toda espécie de agrupamentos, incluindo os de salteadores. Traições abertas às próprias hostes foram a regra. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, por exemplo, além de ser o maior sojicultor do mundo, é membro do PPS, Partido Popular Socialista, sigla herdeira do antigo Partido Comunista Brasileiro. Ele apoiou Lula abertamente – enquanto seu partido fazia campanha por Geraldo Alckmin. Essa

falta de consistência confirma a irrelevância da política partidária no capitalismo contemporâneo. Irrelevância que é mais grave na periferia do que no centro. Os partidos representam pouco, e a política está centrada, sobretudo, nas personalidades. Sempre foi assim na tradição brasileira, mas, depois da criação dos partidos de massa – vale dizer, depois da criação do PT –, houve um período de forte valorização dos partidos.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, metamorfose do antigo partido de oposição à ditadura militar no período 1964-1984, fez a maior bancada na Câmara. O PMDB é, tipicamente, um partido de caciques regionais. Ele não tem sequer unidade programática. Dessa vez, o que é importante como símbolo, não teve candidato à Presidência, seja em coligação com o PT, seja com o PSDB. O Partido da Frente Liberal foi derrotado fragorosamente na Bahia e no Maranhão, e ainda assim formou a maior bancada no Senado.

O Partido dos Trabalhadores manteve-se com a segunda maior bancada da Câmara Federal, tendo tido, pela primeira vez, uma diminuição no número de seus deputados. Fez apenas quatro governadores, sendo a Bahia o único estado importante, politicamente, até porque derrotou um coronel pefelista tido como imbatível, Antônio Carlos Magalhães. Lula distanciou-se ostensivamente do PT. Somente recorreu ao partido, e a setores de esquerda fora do PT, no segundo turno, quando viu sua reeleição ameaçada. Proclamados os resultados, logo fechou um acordo com o PMDB para, juntos, dominarem a Câmara dos Deputados e o Senado.

O ceticismo é geral quanto ao segundo mandato. Ninguém, à direita e à esquerda, espera grandes alterações nas políticas governamentais. Lula parece uma barata tonta, clamando por soluções para, conforme diz, “destravar” o desenvolvimento. Afora a continuidade do Bolsa Família, e a manutenção do conservadorismo na política econômica, o presidente parece ter perdido inteiramente o rumo. O desnorteio mostra uma das consequências de sua vitória, nas proporções em que ocorreu: Lula não tem objetivos porque não tem inimigos de classe. Alguns, poucos, que vocalizaram a esperança de mudanças na política econômica, foram imediatamente repreendidos pelo próprio presidente reeleito – caso de Tarso Genro, ministro das Relações Institucionais, tido como o ideólogo do governo, e Dilma Rousseff, a poderosa chefe da Casa Civil, considerada o motor do Executivo. Eles estavam entre os mudancistas, e foram logo calados.

(...)

O governo terá maioria no Congresso, mas é quase certo que o balcão de negociações entre as várias siglas e o Executivo será mais amplo do que no primeiro mandato. Dito de forma mais direta: o governo será mais fraco do que no primeiro mandato, e a cobrança dos apoios será mais forte, na forma de nomeações para os cargos de primeiro escalão e para as grandes entidades federais. A agenda das denúncias de corrupção não está encerrada, embora se espere que o governo seja mais cuidadoso e as oposições, menos assanhadas.

Aparentemente, o espaço da esquerda se ampliou. Até este escriba votou em Lula, no segundo turno, com essa perspectiva. A oposição pela esquerda a Lula, e ao tucanato, chegou a uns 7% dos votos para presidente, materializada no voto a Heloísa Helena e à Frente de Esquerda PSOL-PSTU-PCB-Consulta Popular. A ilusão quanto ao peso da esquerda se desfez com as primeiras declarações do presidente reeleito, que reendossou a política econômica, manteve nos cargos algumas figuras emblemáticas (caso de Henrique Meirelles na presidência do Banco Central) e defendeu a “Era Palocci”. No mesmo movimento, Lula aventou nomes para compor o novo ministério que estão entre os mais reacionários do meio empresarial – a começar por Jorge Gerdau Johannpeter, proprietário do maior conjunto de siderúrgicas do Brasil (e de algumas no Exterior), compradas na bacia das almas das privatizações do governo FHC.

Os votos nulos alcançaram a marca dos 4%, mesma porcentagem para os votos em branco, e 23% dos cadastrados não compareceram às seções eleitorais, mesmo com a obrigatoriedade do voto. De fato, as eleições presidenciais não interessaram a 25% dos votantes. Ou, então, as candidaturas não motivaram esses 25% dos eleitores. É a porcentagem mais alta de “indiferença” eleitoral da história moderna brasileira. É uma indiferença que já se aproxima dos números da abstenção dos norte-americanos nas eleições presidenciais. De novo, essa indiferença quer dizer que a política não passa pelo conflito de classes, o evita, e trapaceia com ele. Nas ruas, o fracasso da “mudança” não poderia ser mais evidente: nenhuma vibração, nenhuma bandeira do PT ou de qualquer outro partido, nenhuma mobilização. A grande maioria dos eleitores se desincumbia da obrigação com ar de enfado. Muitos deles logo tomaram o caminho das praias.

O presidente reeleito não lamentou essa indiferença expressiva do eleitorado. Queixou-se amargamente, isso sim, de não ser o preferido pelos “ricos”, cobrando-lhes o fato de que nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro como em seu governo, para logo depois dizer que os “pobres” haviam ganho a eleição. Essa interpretação logo foi encampada pela imprensa: o Brasil se havia dividido entre “pobres” e “ricos”. Esqueceram de explicar os 40% de votos em Geraldo Alckmin no primeiro turno: aí já seríamos um país do Primeiro Mundo!

Qual será a cara do mandato que agora se inicia? Certamente, haverá uma nova ampliação do programa Bolsa Família, e é aí que mora o perigo. Nos outros setores, as mudanças serão superficiais. Talvez seja feita a grande transposição do rio São Francisco para os estados mais sujeitos à seca no Nordeste e algumas obras de infraestrutura. Por aí se ficará.

A perspectiva para o futuro requer uma reflexão “gramsciana”. Talvez estejamos assistindo à construção de uma “hegemonia às avessas” típica da era da globalização. A África do Sul, provavelmente, anunciou essa “hegemonia às avessas”: enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada. As classes dominadas na África do Sul, que se confundem com a população negra, derrotaram o *apartheid*, um dos regimes mais nefastos do século XX, mesmo se levando em conta que o século passado conheceu o nazifascismo e o arquipélago Gulag. E o governo sul-africano oriundo da queda do *apartheid*, no entanto, se rendeu ao neoliberalismo. As favelas de Johannesburgo não deixam lugar a dúvidas (veja-se *Planeta Favela*, de Mike Davis, editora Boitempo, 2006). Assim, a liquidação do *apartheid* mantém o mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso.

Algo assim pode estar em curso no Brasil. A longa “era da invenção” (ver os meus artigos “Política numa era de indeterminação” e “O Momento Lênin”) forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do *apartheid*. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe, e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. A pobreza, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa.

(...)

Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. O velho argumento leninista-stalinista, de que os sindicatos não teriam função num sistema controlado pela classe operária, ressurgiu no Brasil de forma matizada. Lula nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas influentes na CUT. Outros sindicalistas estão à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política. Mesmo o MST vê-se manietado pela forte dependência que tem em relação ao governo, que financia o assentamento das famílias no programa da reforma agrária.

Nas condições em que se deu, a vitória eleitoral anula as esquerdas no Brasil. Toda crítica é imediatamente identificada como sendo de “direita” – que é um termo inadequado para a defesa de um governo que tem na direita pilares fundamentais, do pequeno PP a setores do PMDB, como os de Jader Barbalho e José Sarney. Um rancor surdo torna difíceis as relações entre a esquerda independente e o PT e, particularmente, o governo Lula. Por outro lado, a mídia, sobretudo os grandes jornais, segue atacando o governo com ferocidade, o que contribui para confundir a crítica da esquerda com a crítica da própria imprensa. O principal partido da oposição a Lula, o PSDB, esfrangalhou-se – e também confunde toda a crítica com suas posições.

Caso o programa Bolsa Família experimente uma grande ampliação, o que será possível simplesmente com uma redução de 0,1% do superávit primário, os fundamentos da “hegemonia às avessas” estarão se consolidando. Trata-se de um fenômeno novo, que está a exigir novas reflexões. Ele não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. Suponho, também, que ela não se parece com o que o Ocidente conheceu como política e dominação. Não é o patrimonialismo, pois o que os administradores dos fundos de pensão estatais gerem é capital-dinheiro. Não é o patriarcalismo brasileiro de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, porque não é nenhum patriarca quem exerce o mando, nem a economia é “doméstica” (no sentido do *domus* romano), embora na cultura brasileira o chefe político possa se confundir, às vezes, com o “pai” – Getúlio Vargas foi apelidado de pai dos pobres e Lula pensa tomar-lhe o lugar; mas o que ele gere, com sua classe, é capital. Não é populismo, como sugere a crítica da direita, e mesmo de alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. E o populismo foi – de forma autoritária, enfatize-se – a inclusão *sui generis* da novel classe operária, desbalanceando a velha estrutura de poder no Brasil, deslocando fortemente os latifundiários da base da dominação. Nada disso está presente na nova dominação.

Muitos críticos e analistas consideram que o Bolsa Família é o grande programa de inclusão das classes dominadas na política. Isso é um grave equívoco, sobretudo por parte daqueles que cultivam a tradição marxista gramsciana. Entre eles estão Walquíria Domingues Leão Rêgo, o próprio ministro Tarso Genro e Luiz Jorge Werneck Vianna, sendo que este último considera o Bolsa Família, e o próprio governo Lula, como a continuação da “via passiva”, na longa, e permanentemente inacabada, Revolução Burguesa brasileira. A nova dominação (e arrisco a hipótese de que ela seja própria e funcional ao capitalismo mundializado) inverte os termos gramscianos. Vejamos.

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. *Parece* que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro

brasileiro, e financiam pesadamente a dívida interna pública. *Parece* que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. *Parece* que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda, e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula.

O conjunto de aparências esconde outra coisa, para a qual ainda não temos nome, nem talvez conceito. Mas certamente será nas pistas do legado de Antonio Gramsci, o “pequeno grande sardo”, que poderemos encontrar o caminho de sua decifração. O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança. Esse é o núcleo da elaboração de Marx e Engels n’*A Ideologia Alemã*, que o pequeno grande sardo desdobrou admiravelmente. Está-se frente a uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral” – derrota do *apartheid* na África do Sul; eleição de Lula e Bolsa-Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada.

(...)

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia, desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada.

Raízes sociais e ideológicas do Lulismo

André Singer
(estratos)

A hipótese que desejamos sugerir neste artigo é que a emergência do lulismo expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização. Por isso, aos esforços despendidos até aqui para analisar a natureza do lulismo [2], achamos conveniente acrescentar a combinação de ideias que, a nosso ver, caracteriza a fração de classe que por ele seria representada: a expectativa de um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida. Diante desse arranjo ideológico, uma possível nova hegemonia não seria “às avessas”, como sugeriu Francisco de Oliveira, ainda que, ao juntar elementos de esquerda e de direita, cause a impressão de subverter a lógica dos argumentos [3].

A percepção desse movimento profundo, que definiu a reeleição, foi dificultada porque ele se deu sem mobilização e “sem fazer-se notar”, como assinalou um observador [4]. O silêncio provocou confusão à direita e à esquerda. Dez meses antes da reeleição, a revista *Veja* publicava que Lula seria derrotado porque, de acordo com pesquisa do Ibope, 40% do apoio obtido em 2002 tinha se esfumado e a “política assistencialista” não estava conseguindo segurar o eleitor de baixa renda. “A disputa eleitoral de verdade se dará entre Serra e Alckmin”, escrevia *Veja*, mesmo avisando que previsões de longo prazo falhavam tanto quanto as meteorológicas [5]. Abertas as urnas, Oliveira ainda duvidava da “interpretação corrente” segundo a qual “o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos”. “Seria ótimo, se fosse plausível, que os 40% de votos de Alckmin foram dos ‘ricos’, e que a votação de Lula foi exclusivamente dos ‘pobres’”, escreveu Oliveira sobre o primeiro turno [6].

A origem do mal entendido é dupla. De um lado, houve um deslocamento subterrâneo de eleitores não de baixa renda, mas de *baixíssima renda*, o qual passou despercebido, de outro, porque se deu de modo concomitante ao estardalhaço em torno do “mensalão”, escândalo que teceu, a partir de maio de 2005, um cerco político midiático ao presidente, deixando-o na defensiva por cerca de seis meses [7]. No período do “mensalão”, o governo efetivamente perdeu parcela importante do suporte que trazia desde a eleição de 2002. Nas camadas médias, essa rejeição desdobrou-se numa forte preferência por um candidato de oposição à presidência em 2006. “Entre os brasileiros de escolaridade superior, a reprovação a Lula deu um salto de 16 pontos percentuais, passando de 24% em agosto para 40% hoje”, escrevia a *Folha de S. Paulo* em 23 de outubro de 2005. Três meses depois, porém, enquanto os mais ricos, seguindo na linha anterior, optavam em massa (65%) pelo então pré-candidato do PSDB, entre os de renda familiar de até cinco salários mínimos ocorria uma inflexão, com um aumento dos índices de satisfação a respeito do mandato de Lula [8]. Sobretudo no fundo da sociedade, onde circulam personagens de escassa visibilidade, houve uma crescente inclinação, desde pelo menos o início de 2006, no sentido de manter no Palácio do Planalto o ex-retirante pernambucano que tinha as mesmas origens dos seus recém apoiadores [9].

A divergência entre os estratos de renda irá crescer ao longo de 2006, e os números encontrados pelo Ibope perto do primeiro e do segundo turnos expressam uma disputa socialmente polarizada, como mostram as Tabelas 1 e 2 [10]. (...)

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Lula	55%	41%	30%	29%	45%
Alckmin	28%	38%	45%	44%	34%
Heloisa Helena	6%	9%	14%	11%	9%
Cristovam	1%	3%	4%	5%	2%
Outros	1%	1%	0,3%	2%	1%
BR/Nulo/Indecisos	8%	9%	7%	9%	9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ibope. Pesquisa com amostra nacional de 3010 eleitores, realizada entre 28 e 30 de setembro de 2006.

TABELA 2
Intenção de voto por renda no 2º turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM	Total
Lula	64%	56%	44%	36%	57%
Alckmin	25%	35%	46%	54%	33%
Br/Nulo/Não sabe/Não opinou	10%	9%	11%	10%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ibope. Pesquisa com amostra nacional de 8680 eleitores, realizada entre 26 e 28 de outubro de 2006.

O que atrapalhou a compreensão e levou analistas como Oliveira a considerarem pouco plausível que os quase 40 milhões de votos em Alckmin no primeiro turno fossem apenas dos “ricos” é a dualidade brasileira, que *grosso modo* transforma em “classe média” todos (aí incluídos setores assalariados de baixa renda) os que não pertencem à metade da população que tem baixíssima renda. Lula foi eleito, sobretudo, pelo apoio que teve no segmento de baixíssima renda, enquanto Alckmin contou, além do voto dos mais ricos, com certa sustentação na fatia de eleitores de classe média baixa, que vagamente corresponde ao que os especialistas de mercado chamam de “classe C”. Na faixa de mais de dois a cinco salários mínimos de renda familiar mensal, por exemplo, Alckmin quase empatava com Lula às vésperas do primeiro turno (Tabela 1), mas entre os eleitores de baixíssima renda (até dois salários mínimos de renda familiar mensal), *Lula aparecia com uma vantagem de 26 pontos percentuais sobre Alckmin*. Por isso, é verdadeira a interpretação de que o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos.

A polarização social do pleito deu-se pela implantação de Lula entre os eleitores de baixíssima renda, viável desde o primeiro turno, assim como a de Alckmin, entre os eleitores de renda mais alta (acima de dez salários mínimos de renda familiar mensal).

Os dados mostram que o lulismo foi expressão de uma camada social específica, e o descolamento entre eleitores de baixíssima renda e de “classe média”, que apareceu nos debates pós-eleitorais sob a forma de “questionamento do real papel dos chamados ‘formadores de opinião’” [11], outorgou um caráter único à eleição de 2006. (...) as cientistas políticas Denilde Oliveira Holzhacker e Elizabeth Balbachevsky observaram que em 2002 o voto em Lula “não estava especialmente associado com nenhum estrato social”, enquanto em 2006 “os eleitores de classe baixa se mostram significativamente mais inclinados a dar seu voto a Lula” [12]. Na realidade, o único caso anterior de polarização por renda em eleições presidenciais, desde a redemocratização, surgirá no segundo turno de 1989, sendo que naquela ocasião a candidatura Lula estava, não por acaso, no lado oposto da linha que dividia pobres e ricos (...) [13]. Enquanto Fernando Collor de Mello alcançava vantagem de dez pontos percentuais na faixa de eleitores que recebiam até dois salários mínimos de renda familiar mensal, no segmento mais alto quem obtinha essa vantagem era Lula (Tabela 3).

TABELA 3

Intenção de voto por renda no 2º turno de 1989

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ de 10 SM
Collor	51%	43%	40%	40%
Lula	41%	49%	51%	52%
Nenhum/BR/Nulo/Não sabe/Não opinou	8%	8%	9%	8%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ibope. Pesquisa com amostra nacional de 3650 eleitores, realizada entre 13 e 16 de dezembro de 1989, conforme André Singer, "Collor na periferia: a volta por cima do populismo?" em B. Lamounier (org.), De Geisela Collor, o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1990, p. 137.

6 RAÍZES SOCIAIS E IDEOLÓGICAS DO LULISMO ■ ANDRÉ SINGER

Se no primeiro turno de 1989 já havia uma nítida tendência de crescimento do apoio a Collor com a queda da renda, levando a uma concentração do voto nele entre os mais pobres, no campo oposto ("classe média") ocorria uma dispersão de votos entre Lula, Brizola, Covas e Maluf, não caracterizando, ainda, a *polarização*, que viria a ocorrer no segundo turno [14]. Em entrevista concedida depois daquele pleito, Lula afirmava: *A verdade nua e crua e que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade [...]. Nós temos amplos setores da classe média com a gente – uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora* [15].

Consciente do peso eleitoral dos "mais desfavorecidos", ele acrescentava: *A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário mínimo. Tem uma parcela da sociedade que é ideologicamente contra nós, e não há porque perder tempo com ela: não adianta tentar convencer um empresário que é contra o Lula a ficar do lado do trabalhador. Nós temos que ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida* [16].

Em trabalhos sobre a eleição de 1989, notei, entretanto, que a vitória de Collor não decorria apenas de promessas fáceis. Havia uma hostilidade às greves, cuja onda ascensional se prolongou desde 1978 até as vésperas da primeira eleição direta para presidente, e da qual Lula era, então, o símbolo maior. Observava-se um aumento linear da concordância com o uso de tropas para acabar com as greves conforme declinava a renda do entrevistado, indo de um mínimo de 8,6%, entre os que tinham renda familiar acima de vinte salários mínimos, a um máximo de 41,6% entre os que pertenciam a famílias cujo ingresso era de apenas dois salários mínimos (Tabela 4). Em outras palavras, ao contrário do esperado, *os mais pobres eram mais hostis às greves do que os mais ricos*. Em parte, e essa inversão que faz a nova hegemonia parecer "às avessas".

A época, assinalamos que a resistência às greves e a candidatura Lula, manifestada por eleitores de baixíssima renda, estava associada, além do mais, a uma autolocalização intuitiva à direita do espectro ideológico [17].

Não obstante, tratava-se de uma direita peculiar, uma vez que favorável à intervenção do Estado na economia, como se pode ver na Tabela 5. Como resolver a aparente contradição? Sugerimos a interpretação de que os eleitores mais pobres buscariam uma redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, *evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem*. (...)

Para eleitores de menor renda, a clivagem entre esquerda e direita não estaria em ser contra ou a favor da redução da desigualdade e sim em *como* obtê-la. Identificada como *opção que colocava a ordem em risco*, a esquerda era preterida em favor de uma solução pelo alto, de uma *autoridade* já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade. Esse seria o sentido da adesão intuitiva à direita (muitas vezes entendida como o que é direito ou como sinônimo de governo *versus* oposição) no espectro ideológico e tornaria inteligível o viés desfavorável a Lula.

O modelo de comportamento político desenhado acima tem antecedentes clássicos. Marx, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* [18], revela que a projeção de anseios em uma força previamente existente, que deriva da necessidade de ser constituído como ator político *desde o alto*, e típica de classes ou frações de classe que tem dificuldades estruturais para se organizar. A natureza do vínculo esclarece por que o seu sur-

gimento sempre causa surpresa. Como eles “não podem representar-se, antes têm que ser representados” [19], aparecem na política como raio em céu azul, *uma vez que surgem de cima para baixo*, sem aviso prévio, sem a mobilização lenta (e barulhenta) que caracteriza a auto-organização autônoma das classes subalternas quando ela se dá nos moldes típicos do século XIX, isto é, dos partidos e movimentos de classe.

O fato de Collor ter decepcionado a base social que o elegeu ao provocar a recessão de 1990/1991, levando à perda de suporte que facilitou o impedimento em 1992, não mudou a estrutura de comportamento político que o pleito de 1989 iluminara. Em 1994 e 1998, o “conservadorismo popular”, acionado pela inflação e pelo medo da instabilidade, venceu Lula outra vez. Era relativamente claro que havia um poder de veto das classes dominantes, o qual residia na capacidade de mobilizar o voto de baixíssima renda. O que não se distinguia com nitidez eram as raízes ideológicas do mecanismo, embora os levantamentos de opinião indicassem permanente supremacia conservadora na distribuição do eleitorado entre esquerda e direita. O campo da direita aparecia sempre tendo uma adesão 50% superior ao da esquerda, (...) desequilíbrio que decorria da inclinação dos eleitores de menor renda para a direita.

Nesse sentido, as derrotas de Lula em 1994 e 98 podem ser entendidas como re-edições de 89, apesar de a estabilidade monetária ter se sobreposto, em 94, aos argumentos ideológicos utilizados por Collor (ameaça comunista) em 89. Tal como em 89, as duas campanhas de Fernando Henrique Cardoso mobilizaram os eleitores de menor renda contra a esquerda. Antonio M T Mendes e Gustavo Venturi demonstraram que, na esteira do Plano Real, o melhor resultado de Lula em 1994 ocorreu entre os estudantes, entre os assalariados registrados com escolaridade secundária ou superior e entre os funcionários públicos. Já os trabalhadores sem registro formal, portanto, desvinculados da organização sindical, deram os melhores resultados a Fernando Henrique [20]. Em 1998, a coligação (...) vencedora procurou convencer, com sucesso, os eleitores mais pobres de que Cardoso seria o melhor condutor do país em meio à crise financeira internacional que ameaçava a *estabilidade* conquistada quatro anos antes [21]. De acordo com Tarso Genro, “boa parte das massas excluídas simplesmente repercutiram esta estratégia manipuladora”. (...)

Para Genro, em 1998 “pesou significativamente, mais do que ocorreu com a eleição de Collor, uma grande parte da população marginalizada, lumpesinada ou meramente excluída do mundo da Lei e do Direito” [22]. Em decorrência, os argumentos da campanha de Lula de que Fernando Henrique tinha abaixado “a cabeça para os banqueiros e agiotas internacionais [...], aumentou os juros [...] e as empresas estão fechando e demitindo” [23] não atraíram mais do que os cerca de 30% de votos válidos que pareciam, então, constituir o teto do candidato, quando, na realidade, eram o teto da esquerda, socialmente limitada pela rejeição do subproletariado no extremo inferior de renda.

Mesmo em 2002, depois de unir-se a um partido de centro-direita, anunciar um candidato a vice de extração empresarial, assinar uma carta-compromisso com garantias ao capital (...) Lula tinha menos intenção de voto entre os eleitores de renda mais baixa do que entre os de renda superior. H. e Power notaram que “que em suas quatro corridas presidenciais entre 1989 e 2002, a principal base de apoio a Lula estava entre os eleitores dos níveis superiores de escolarização nos Estados mais urbanizados e industrializados do Sul e do Sudeste” [24]. Em suma, a base social de Lula e do PT expressavam as características da esquerda em uma nação cuja metade mais pobre pedia para a direita.

Só depois de assumir o governo, Lula obteve a adesão do segmento de classe que buscava desde pelo menos 1989. “Lula perdeu intenções e votos entre alguns de seus eleitores ‘tradicionais’, ‘decepcionados’ com os ‘escândalos’. Substituiu-os, porém, e compensou as perdas, *com votos de não-eleitores’, pessoas que nunca haviam votado nele antes*”, afirma M Coimbra, diretor do Instituto Vox Populi [25].

Entre a eleição de 2002, comemorada como sendo a da *demorada ascensão da esquerda* em país de tradição conservadora, e a *reeleição de Lula por outra base social e ideológica*, em outubro de 2006, operou-se uma transformação que se faz necessário entender.

As bases materiais do realinhamento

[...] as primeiras pesquisas feitas logo após o começo do governo captaram uma nítida mudança nas atitudes dos eleitores de classe popular, apontando para o aumento de sua auto-estima e da confiança, de que o Brasil iria melhorar, agora que as políticas de governo passariam a ter outra intenção e finalidades: um governo diferente, com gente diferente, fazendo coisas diferentes [26].

Mas só três anos depois da posse em primeiro de janeiro de 2003, quando outro pleito já apontava no horizonte, e que tais “mudanças nas atitudes” se expressaram na forma de uma adesão que salvou o presidente da morte política a que parecia condenado pela rejeição da classe média.

Uma explicação para esse lapso de tempo emana da própria análise de Coimbra. De acordo com ela, o “fundamento” da aprovação ao governo, que por sua vez levou ao voto em Lula em 2006, “foi a sensação de eleitores de renda baixa e média de que o seu poder de consumo aumentara (...) [27].

Essa “sensação” não caberia no começo do mandato, marcado por política econômica recessiva. No entanto, a partir do final de 2003, com o lançamento do Programa Bolsa Família (PBF), inicia-se uma gradual melhora na condição de vida dos mais pobres. (...) aos poucos a quantidade de recursos destinados ao PBF o converteu em uma espécie de renda mínima para todas as famílias brasileiras que comprovassem situação de extrema necessidade. Em 2004, o PBF recebeu verba 64% maior e, em 2005, ano do “mensalão”, teve um aumento de outros 26%, mais do que duplicando o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões, em dois anos. Entre 2003 e 2006, a Bolsa Família viu o seu orçamento multiplicado por treze (...) atendendo a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006 [28].

Diversos estudos encontraram indícios de que o PBF teve influência nos votos recebidos por Lula em 2006. (...) a porcentagem de voto em Lula foi cerca de 15% maior no primeiro e segundo turnos” em comparação com a obtida na média do eleitorado [29]. (...) Yan de S. Carreirão relaciona a alta votação de Lula nas regiões nordeste e norte com o fato de o programa ter-se concentrado naquelas áreas. Lula teve, no primeiro turno, por exemplo, cerca de 60% de votos no Nordeste e apenas 33% no Sul, sendo que o investimento do PBF na primeira região foi três vezes maior do que na segunda [30]. (...) N e Peixoto notaram que “Lula obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos *per capita* do Bolsa Família” [31], mostrando a repercussão do programa nos chamados grotões, tipicamente o interior do Norte/Nordeste. (...)

Por fim, vale notar que, de acordo com Coimbra, entre os que votaram em Lula pela primeira vez em 2006, a maioria eram mulheres de renda baixa, “o público alvo por excelência do Bolsa Família” (...) [32].

Assim, (...) o PBF cumpriu um papel na vitória de Lula. Porém, “a importância do Bolsa Família não deve ser subestimada e nem exagerada”, adverte Coimbra. “Sozinho não bastaria para explicar o resultado da eleição” [33] (...) *O PBF mostrou alguma evidencia de impacto positivo na eleição, porém os resultados não se mostraram robustos. Mesmo se significativo fosse, o valor do estimador seria bem menor do que o necessário para que essa fosse a variável-chave para a compreensão da eleição de Lula* [34]. Shikida e colaboradores sugerem que o controle dos preços, como um componente central do aumento do poder de compra entre as camadas pobres, pudesse ser mais explicativo da virada ocorrida em 2006. (...) entre 2003e 2006, a cesta básica subiu 8,5% e 10,4% em Porto Alegre e São Paulo, mas, em Recife e Fortaleza, a variação foi de 4% e de 3%. Terá sido coincidência Lula ter perdido no Rio Grande do Sul e em São Paulo nos dois turnos, ao passo que no Estado de Pernambuco recebeu 82% dos votos no segundo turno e no Ceará, 75% [35]?

(...) além da Bolsa Família, Hunter e Power lembram que o aumento real de 24,25% no salário mínimo durante o primeiro mandato teve um impacto mais abrangente do que o PBF. Além disso, a Bolsa Família e a elevação do salário mínimo, *somadas*, dinamizaram as economias locais menos desenvolvidas, [...] *que dependem pesadamente de despesas pessoais de pequena escala para o seu sustento. Assim, não é surpreendente que as vendas do varejo tenham subido dramaticamente nos últimos três anos no norte e nordeste do Brasil [...]. Também não é surpreendente que essas sejam as duas regiões nas quais o comparecimento eleitoral e o apoio a Lula tenham crescido em 2006 comparado a 2002* [36]. (...)

Mas além do aumento obtido pelos milhões que recebem um salário mínimo da Previdência Social, outra possibilidade aberta aos aposentados (...) foi o uso do crédito consignado. (...) fez parte de uma série de iniciativas que tinha por objetivo expandir o financiamento popular, que incluiu um aumento expressivo do empréstimo à agricultura familiar, do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda. (...)

A redução do risco decorrente do pagamento garantido acarretou uma queda em quase treze pontos percentuais da taxa de juros, e, em 2005, depois de crescer quase 80%, o crédito consignado colocava em circulação dezenas de bilhões de reais, usados, em geral, para o consumo popular. Ainda no capítulo da assistência social (...) em 2004, a idade mínima para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo para idosos ou portadores de necessidades especiais cuja renda familiar per capita seja inferior a de salário mínimo, caiu para 65 anos. Em 2006, 2,4 milhões de cidadãos recebiam o BPC.

Além dessas medidas de alcance geral, (...) uma série de programas focalizados, como o Luz para Todos (de eletrificação rural) (...) etc. favoreceram o setor de baixíssima renda. Carreirão reproduz um cruzamento realizado pelo Datafolha (...) que mostra a influência de ser atendido por programa governamental sobre a disposição de reeleger o presidente. (...) a intenção de voto em Lula pulava de 39%, na média, para 62%, quando o entrevistado participava de algum programa federal [37].

O tripé formado pela Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos, resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar. É isso que Marcelo Neri chama de “o Real de Lula”: “No biênio 1993-1995 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria cai 18,47% e, no período 2003-2005, a mesma cai 19,18%” [38].

Em particular no ano de 2005, quando eclodiu o escândalo do “mensalão”, ocorreu, segundo classificação de Waldir Quadros, a primeira redução significativa da miséria desde o Plano Real [39], (...) enquanto (...) a atenção voltada para a sequência de denúncias do “mensalão”, o governo produzia em silêncio o “Real do Lula”. (...)

Examinadas em seu conjunto, as ações governamentais do primeiro mandato vão muito além de simples “ajuda” aos pobres. (...) com aumento da formalização do trabalho (o desemprego caiu de 10,5% em dezembro de 2002 para 8,3% em dezembro de 2005) [40] e a transferência de renda, aliados a contenção de preços, sobretudo da cesta básica (e em alguns casos deflação, como decorrência da desoneração fiscal), constituem uma plataforma no sentido de traçar uma direção política para os anseios de certa fração de classe. Não apenas porque objetivamente foram capazes de aumentar a capacidade de consumo de milhões de pessoas de baixíssima renda, como atesta o acesso em grande escala a “classe C”, mas também porque sugerem um caminho a seguir: manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno, sobretudo para os setores de baixa renda. Nesse sentido, tais ações colocam Lula *à frente de um projeto*, que é compatível com aspectos de sua biografia.

Coimbra, orientador de diversas pesquisas quantitativas e qualitativas no período, chama a atenção para o fato de Lula ser o político de origem mais humilde a ter chegado ao topo do sistema, assim como para o fato de “a intensa campanha negativa que sofreu em suas tentativas anteriores” ter feito dele alguém que mexeu com a “autoimagem e o amor-próprio” do eleitorado popular [41]. Convém lembrar que Lula é o primeiro presidente que viveu a experiência da miséria, o que não é irrelevante, dada a sensibilidade que demonstrou, uma vez na presidência, para a realidade dos miseráveis. Por isso, é plausível a suspeita de Francisco de Oliveira de que a eleição de 2006 comprove ter Lula se elevado “a condição de *condottiere* e de mito” [42].

Oliveira acrescenta, entretanto, que é um tipo de liderança que “despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade”, o que leva o autor a questionar a natureza da hegemonia que estaria surgindo e a propor que ela agiria às avessas, isto é, para consolidar a “exploração desenfreada”, em lugar de minar o modelo superexplorador. (...) Esse ponto de vista sustenta que um eleitorado de baixa escolaridade terá necessariamente que orientar-se por “imagens toscas” [43], não se devendo esperar que ele esteja informado das orientações substantivas adotadas pelos atores nem que se guie por elas. Da mesma maneira que o voto popular no MDB não simbolizava, para espanto do senso comum, rejeição ao governo militar, o voto em Lula não representaria qualquer tipo de opção ideológica, antes pelo contrário, seria fruto de uma *desideologização*. (...)

Esse esquema interpretativo foi relançado pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) que, em dezembro de 2006, detectou declínio do apoio à esquerda quando comparado a 2002 (de 25,7% para 9%).

O resultado do Eseb-2006 (...) indicam uma estabilidade das preferências ideológicas [44]. (...) Ou seja, aparentemente o Eseb-2006 acentuou uma tendência já existente no Eseb-2002 (a de detectar um número superior de eleitores que não sabem se colocar no espectro ideológico) e, por caminhos diversos, chegou a uma *proporção* entre esquerda e direita mais próxima à das demais pesquisas, embora no conjunto continue a ressaltar o número muito superior de entrevistados que não sabem se localizar na escala: 41,8% no Eseb-2006 contra 16% da pesquisa da Fundação Perseu Abramo de novembro de 2006.

O aumento dos que não se classificavam na escala, registrado pelo Eseb-2006, foi entendido por Carreirão como corroboração de que “após o primeiro mandato do presidente Lula ocorreu”, na percepção dos eleitores brasileiros, “uma diluição das diferenças ideológicas entre os partidos (e lideranças políticas)” [45]. Conclusão semelhante a de Holzacker e Balbachevsky, segundo as quais ocorrerá “um esvaziamento da dimensão ideológica e do confronto de classes para explicar a vitória de Lula nas eleições de 2006” [46]. (...)

Se de um lado teria havido perda de substância ideológica, Carreirão sustenta que os “sentimentos partidários”, a saber, tanto a preferência como a rejeição a determinado partido, “mostraram-se associados à decisão do voto”. Pergunta ele, então, se estaríamos diante do que havia sido previsto por Fábio Wanderley Reis e Monica Mata Machado de Castro em 1992 quando, inspirados pela noção de “síndrome do Flamengo”, previam, em artigo que analisava dados colhidos no começo da reestruturação partidária (1982), que decantada a nova configuração se divisariam novamente “as linhas básicas de clivagem”, com uma sigla adquirindo “a imagem de partido dos pobres – ou dos trabalhadores, desde que esta expressão seja tomada de maneira suficientemente difusa para tornar-se equivalente aquela” [47]. Nesse *script*, o PT estaria agora substituindo o MDB, tanto na falta de conteúdo como na capacidade de reter a lealdade popular.

Hunter e Power, contudo, detectam sinais de que, na eleição de 2006, o PT *não* acompanhou Lula em sua troca de base. Lula teria deixado um eleitorado tipicamente urbano e escolarizado por um francamente popular, mas o mesmo não teria ocorrido com o PT.

A tendência do apoio ao partido na Câmara dos Deputados, comparado ao de Lula, e cada vez mais incongruente. Enquanto Lula fez impressionantes avanços nas regiões mais atrasadas do país (os grotões, o mais duradouro calcanhar de Aquiles do PT), a fortaleza do partido continua a ser a área mais urbana e industrializada do Brasil [48].

Em outras palavras, Lula foi mais sufragado quanto menor o IDH do Estado, mas a votação da bancada federal do PT manteve-se associada aos de maior IDH [49]. Em consequência, Lula teve particular sucesso no

Nordeste e no Norte, ao passo que a votação do PT continuou relevante no Sudeste e no Sul. Por isso, Lula teria crescido entre o primeiro turno de 2002 e o de 2006, passando de 46,6% para 48,6% dos votos válidos, enquanto a bancada federal petista caiu, de 91 para 83 eleitos [50].

A desconexão entre as bases do lulismo e as do petismo em 2006 pode significar que *entrou em cena uma força nova*, constituída por Lula à frente de uma fração de classe antes caudatária dos partidos da ordem e que, mais do que um efeito geral de desideologização e despolitização, indicava a emergência de *outra* orientação ideológica, que antes não estava posta no tabuleiro. Parece-nos que o lulismo, ao executar o programa de *combate a desigualdade dentro da ordem*, confeccionou nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar.

A “continuidade do governo Lula com o governo FHC” na política macroeconômica – “baseada em três pilares: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas públicas” [51] – foi uma decisão política e ideológica. A elevação do superávit primário para 4,25% do PIB, a concessão de independência operacional ao Banco Central, que teve à sua frente um deputado federal eleito pelo PSDB com autonomia para determinar a taxa de juros, e a inexistência de controle sobre a entrada e a saída de capitais foram o modo encontrado para assegurar um elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem.

Nossa hipótese é de que o governo se afastou de aspectos do programa de esquerda adotado pelo PT até o final de 2001, o qual criticava “a estabilidade de preços [...] alcançada com o sacrifício de outros objetivos relevantes, como o crescimento econômico”, a abolição das “restrições ao movimento de capitais” e a Lei de Responsabilidade Fiscal por tolher “elementos importantes de autonomia dos entes federados, engessando, em alguns casos, os investimentos em políticas sociais” [52], com a finalidade de impedir que uma reação do capital, voltada para criar dificuldades à mudança, provocasse instabilidade econômica e atingisse os excluídos das relações econômicas formais.

Para trabalhadores com carteira assinada e organização sindical, a luta de classes em regime democrático oferece alternativas de autodefesa em momentos de instabilidade. Mas os que não podem lançar mão de instrumentos equivalentes, por não estarem organizados, seriam vulneráveis à propaganda oposicionista contra a “bagunça”.

Os anos FHC legaram um pacto com a burguesia que envolvia juros altos, liberdade de movimento dos capitais e contenção do gasto público. Se é verdade que o desemprego resultante inviabilizou o sonho pessedebista de vinte anos seguidos no poder (a perene quimera da presidência rooseveltiana), também é certo que o Real conquistara o eleitorado popular. Se nossa hipótese estiver correta, a continuidade do pacote “FHC” foi posta pela burguesia como condição de não haver “guerra” de classes e conseqüente risco de o governo ser acusado de destruir o Real.

(...) o governo preferiu conter a subida dos preços pelo caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais, como foi o caso da combinação de corte no gasto público e aumento de juros em 2003. (...) O presidente vocalizou, então, o discurso conservador de que o seu governo não adotaria qualquer plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a “prudência de uma dona de casa”. Se ao fazê-lo estabelecia um hiato em relação ao seu próprio partido, em troca criava uma ponte *ideológica* com os mais pobres.

Porém, se tivesse ficado nisso, só repetiria o relativo sucesso do primeiro mandato de FHC, o qual não provocou um realinhamento do eleitorado, apesar de emplacar o discurso de que “tudo é um processo” (...) O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada a manutenção da estabilidade, *corresponde nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe*. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a “ruptura com o atual modelo econômico” [53], mas a fração de classe que Paul Singer chamou de “subproletariado” ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980.

Subproletários são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” [54]. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” [55]. Para encontrar uma maneira de quantificá-los, Singer usou informações sobre ocupação e renda fornecidas pela PNAD de 1976, concluindo que seria razoável considerar subproletários os que tinham renda de até um salário mínimo *per capita* e metade dos que tinham renda de até dois salários mínimos *per capita* [56]. De acordo com esse critério, 63% do proletariado era constituído por subproletários [57]. Em números absolutos, significava dizer que dos 29,5 milhões de proletários existentes no Brasil naquela época, 18,6 milhões faziam parte da fração subproletária da classe. Dos outros participantes da População Economicamente Ativa (PEA), 8 milhões seriam pequeno burgueses e 1,3 milhão, burgueses [58].

Em outras palavras, o subproletariado constituía 48% da PEA. Apesar de não dispormos de uma atualização para o trabalho realizado por Singer, a lógica permite supor que os processos de aumento da produtivi-

dade, desindustrialização, desemprego estrutural, subemprego, precarização do trabalho em geral e crescimento da pobreza que acompanharam a implantação do neoliberalismo nos anos de 1990 tenham, no mínimo, mantido a proporção de subproletários no proletariado em geral. Vai nessa direção Oliveira, em texto originalmente publicado em 2003, quando afirma que [...] *o trabalho informal (sem formas) inclui mais de 50% da força de trabalho, e o desemprego aberto saltou de 4% no começo dos anos 1990 para 8% em 2002, segundo a metodologia conservadora do IBGE; entre o desemprego e o trabalho informal (sem formas), transita, entre o azar e a sorte, 60% da força de trabalho brasileira.*

Em 1980, 44% das famílias no Brasil tinham renda de até dois salários mínimos⁶⁰ e um quarto de século depois, 47% do eleitorado estava nessa faixa de renda [61].

Em virtude de seu tamanho, o subproletariado encontra-se no centro da equação eleitoral brasileira, e seu coração está no Nordeste. Não somente porque nessa região empobrecida, que é a segunda mais populosa do país, habitam boa parte dos subproletários, mas também porque dela irradiam aqueles que buscam oportunidade no centro capitalista, o Sudeste. Nucleado no Nordeste, onde conta com elementos biográficos, mas estendendo-se para o conjunto do país, o lulismo, segundo indicam os dados eleitorais de 2006, pode ter fincado raízes duradouras no subproletariado brasileiro. (...)

Como vimos, a persistência do que poderíamos chamar de “conservadorismo popular” marca a distribuição das preferências ideológicas no Brasil pós-redemocratização, com a direita reunindo sempre cerca de 50% mais eleitores do que a esquerda. Gustavo Venturi mostra que a pendência para a direita do eleitorado de menor escolaridade (que está associada à renda), já observada em 1989, continuava presente quase duas décadas depois. Em 2006, enquanto os eleitores de escolaridade superior dividiam-se por igual entre os campos da esquerda (31%), do centro (32%) e da direita (31%), entre os que frequentaram até a quarta série do ensino fundamental, a direita tinha 44% de preferência, mais do que triplo de adesão que tinha a esquerda (16%) e o centro (15%) [62]. Essa é a explicação para a conclusão de Venturi: “Passadas mais de duas décadas de democracia, a construção de uma hegemonia político-cultural identificada como de esquerda não avançou” [63].

Em que pese o sucesso do PT e da CUT, a esquerda não foi capaz de dar a direção ao subproletariado, uma fração de classe particularmente difícil de organizar. O subproletariado, a menos que organizado por movimentos como o MST, tende a ser politicamente constituído desde cima, como descobriu Marx a respeito dos camponeses da França em 1848. Atomizados pela sua inserção no sistema produtivo, necessitam de alguém que possa, desde o alto, receber a projeção de suas aspirações.

Buscamos aqui mostrar que, na ausência de um avanço da esquerda, o primeiro mandato de Lula terminou por encontrar outra via de acesso ao subproletariado, amoldando-se a ele, mais do que o modelando, porém, ao mesmo tempo, constituindo-o como ator político.

Isso implicou um realinhamento do eleitorado e a emergência de uma força nova, o lulismo, tornando necessário um reposicionamento dos demais segmentos. (...)

O discurso de Lula em defesa da estabilidade tirou a plataforma a partir da qual o centro mobilizava os mais pobres, sobrando-lhe apenas o recurso às denúncias de corrupção, assunto limitado à classe média. Isso implicou um aumento dos votos para Lula à direita (...) limitando ao centro a base da oposição. Diante da dificuldade de ganhar eleições (...) só com a classe média, os opositoristas não sabem para aonde ir.

Em 2002, embora os índices de Lula tivessem aumentado em todos os segmentos, a tendência permanecia a de 1989: aumento da intenção de voto conforme se caminhava da direita para a esquerda.

Em uma situação como essa, o centro ainda tinha chances de recuperar, adiante, o eleitorado de direita e sonhar com uma volta ao Planalto, sobretudo se a ordem estivesse ameaçada [64]. (...) O fato de Lula receber votos à esquerda e à direita de modo equivalente seria o reflexo do realinhamento em curso, a partir do qual Lula passa a representar uma opção nova, que mistura elementos de esquerda e de direita. (...)

Para a esquerda, fica a tarefa de redefinir o discurso de classe à sombra de uma liderança popular no sentido pleno da palavra. Não será surpresa se tiver que se defrontar, outra vez, com a impregnação de imagens que marcaram a era Vargas. Tem razão Francisco de Oliveira quando afirma que há “um fenômeno novo” em curso, que “não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil” [65] (embora não seja a “hegemonia às avessas” e sim, talvez, uma efetiva representação do subproletariado), mas há sintomas de que, como soe acontecer na história, o novo possa buscar no passado a linguagem em que se expressar, como lembra Marx nas primeiras páginas de *O 18 Brumário*.

O *popular* que havia ficado fora de moda, seja pela retórica da modernização, ao centro, seja pelo discurso de classe, à esquerda, está de volta. Diferentemente da experiência peessedebista, o “Real de Lula” veio acompanhado de uma mensagem que faz sentido para os de menor renda: pela primeira vez o Estado brasileiro olha para os mais frágeis e, portanto, se popularizou. (...)

O relativo desinteresse de Lula pelos “formadores de opinião” significa que o realinhamento tirou centralidade dos estratos médios, que eram mais importantes no alinhamento anterior. Nele, a esquerda organiza-

va segmentos baixos e médios da “classe média”, notadamente operários industriais e servidores públicos, em torno de uma ideologia de esquerda, isto é, do discurso de classe. O centro agregava as classes médias ao redor da modernização do capitalismo e mobilizava o subproletariado contra a esquerda nos momentos cruciais. Assim, o conflito político geral era filtrado pelo debate entre os setores médios.

À medida que passou a ser sustentado pela base subproletária, Lula obteve uma autonomia bonapartista (sem qualquer conotação militar). Com ela, criou um ponto de fuga para a luta de classes, que começou a ser arbitrada desde cima ao sabor da correlação de forças.

Se a reforma da previdência, que tirava benefícios do servidor público, passou, a reforma trabalhista, que visava tirar direitos dos assalariados, foi adiada *sine die*, e assim por diante. Árbitro acima das classes, o lulismo não precisa afirmar que o povo alcançou o poder ou que “os dominados comandam a política”, como na formulação que Oliveira foi buscar na África do Sul pós-*apartheid* [66]. Ao incorporar tanto pontos de vista conservadores, principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, como progressistas, a saber, o de que um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres, independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos de 1950 a gramática necessária.

A noção antiga de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepunha a todos os outros poderá cair como uma luva para o próximo período. Agora enunciada por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Por isso, se a hipótese do realinhamento se confirmar, o debate sobre o populismo ressurgirá das camadas pré-sal anteriores a 1964, em que parecia destinado a dormir para todo o sempre.

NOTAS:

2. Ver, por exemplo, Viana, Gilney. “O PT e o lulismo”, 2007, www.pt.org.br, acessado em 25/08/2009; Simões, Renato. “Duas agendas: na crise, de duas, uma”, 2009, www.pt.org.br, acessado em 25/08/2009. Em outra vertente, e de modo mais ligeiro, ver a menção ao lulismo na entrevista de Carlos Augusto Montenegro ao jornal *Valor*, 23/09/2009, intitulada “Identificação ao PT derrota Dilma”.
3. Ver Oliveira, Francisco de. “Hegemonia às avessas”. *Piauí*, nº 7, jan. 2007.
4. Amaral, Roberto. “As eleições de 2006 e as massas: uma emergência frustrada?” www.psbnaional.org.br, acessado em 25/08/2009.
5. *Veja*, nº 1936, 21/12/2005, p. 55: “De agosto para cá, segundo o Ibope, Lula perdeu 9 pontos percentuais entre aqueles que, até a eclosão da crise, eram seus eleitores mais fiéis: brasileiros que ganham até um salário mínimo”.
6. Oliveira, op. cit. No primeiro turno de 2006, que ocorreu a primeiro de outubro, Lula teve 46.662.365 votos e Geraldo Alckmin, 39.968.369, Heloisa Helena, 6.575.393 e Cristovam Buarque, 2.538.544.
7. Usando balizamentos de mídia, pode-se dizer que a fase aguda do “mensalão” iniciou-se com a reportagem de *Veja* que começou a circular em 14 de maio de 2005 e terminou com a entrevista presidencial ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura de São Paulo, em 7 de novembro do mesmo ano.
8. *Folha de S. Paulo*, 5/02/2006.
9. Ver resultados das pesquisas Datafolha nas edições da *Folha de S. Paulo* de 23/11/2005 e 5/02/2006.
10. Agradeço ao Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp a cessão de dados do Ibope/2006 utilizados neste artigo e a Gustavo Venturi a cessão de dados da Fundação Perseu Abramo.
11. Amaral, op. cit., p. 9.
12. Holzhacker, Denilde e Balbachevsky, Elizabeth. “Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, nov. 2007, pp. 294-96.
13. Hunter, Wendy e Power, Thimoty J. “Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006”. *Latin American Politics and Society*, vol. 49, no 1, 2007, p. 4.
14. Singer, Andre. “Collor na periferia: a volta por cima do populismo?”. In: Lamounier, B. (org.), *De Geisel a Collor, o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990, p. 138.
15. Idem. *Sem medo de ser feliz*. São Paulo: Scritta, 1990, pp. 98-99.
16. *Ibidem*, p. 98.
17. Sobre os dados que evidenciam a adesão intuitiva a direita, ver Singer, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
18. Marx, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 116.
19. *Ibidem*.
20. Mendes, Antonio Manuel Teixeira e Venturi, Gustavo. “Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco”. *Opinião Pública*, vol. 2, nº 2, dez. 1994, pp. 43-45.
21. “Muitos votaram pela reeleição porque Fernando Henrique Cardoso tinha apoio internacional, do qual Lula carecia” (Singer, Paul. “No olho do furacão”. *Teoria e Debate*, nº 39, out.- dez. 1998, p. 22).
22. Genro, Tarso. “Um confronto desigual e combinado”. *Teoria e Debate*, nº 39, out. dez. 1998, p. 5.
23. Almeida, Jorge. *Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 219.
24. Hunter e Power, op. cit., p. 4. Tradução minha (AS).
25. Coimbra, Marcos. “Quatro razões para a vitória de Lula”. *Cadernos Fórum Nacional*, nº 6, fev. 2007, p. 7, grifos meus.
26. *Ibidem*, p. 13.
27. *Ibidem*, p. 11.
28. Sobre o crescimento do Programa Bolsa Família, ver Nicolau, Jairo e Peixoto, Vitor. “As bases municipais da votação de Lula em 2006”. *Cadernos Fórum Nacional*, nº 6, fev. 2007, p. 20; Araújo, José Prata. *Um retrato do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 155.

29. Licio, Elaine Cristina, Renno, Lucio R. e Castro, Henrique Carlos de O. de. "Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido". *Opinião Pública*, vol. 15, n° 1, jun. 2009, p. 43.
30. Carreirão, Yan de Souza. "Evolução das opiniões do eleitorado durante o governo Lula e as eleições presidenciais brasileiras de 2006", 2007, www.waporcolonia.com, acessado em 30/08/2009.
31. Nicolau e Peixoto, op. cit., p. 21.
32. Coimbra, op. cit., p. 7.
33. Idem, ibidem.
34. Shikida, Claudio Djissey e outros. "It's the economy, companheiro!": an empirical analysis of Lula's re-election", 2009, <http://works.bepress.com>, acessado em 30/08/2009. A citação e da versão em português do mesmo artigo.
35. Idem, ibidem.
36. Hunter e Power, op. cit., p. 16, trad. minha.
37. Carreirão, op. cit.
38. Neri, Marcelo. "Miséria, desigualdade e políticas de renda: o Real do Lula", 2007, www3.fgv.br, acessado em 30/08/2009.
39. Holzhacker e Balbachevsky (op.cit., p. 289), reproduzem interessante estudo de Waldir Quadros, segundo o qual a massa de miseráveis teria caído de 38% em 2004 para 22% em 2005.
40. Dados do IBGE citados por Araujo, op. cit., p. 145.
41. Coimbra, op. cit., p. 12.
42. Oliveira. "Hegemonia às avessas", op. cit.
43. Reis, Fabio Wanderley. "Participação política". *Valor*, 07/07/2008.
44. O fato de o Eseb-2006 ter ido a campo nove meses depois da pesquisa Fundação Perseu Abramo (FPA) não chega a constituir explicação para a diferença, pois nova rodada da FPA encontrou uma diminuição pouco significativa da esquerda e uma estabilidade nas demais posições.
45. Carreirão. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, n° 2, nov. 2007.
46. Holzhacker e Balbachevsky, op. cit., p. 304.
47. Reis, Fabio Wanderley e Castro, e Monica Mata Machado de. "Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro". *Lua Nova*, n° 26, 1992.
48. Hunter e Power, op. cit., p. 8, trad. minha.
49. Ibidem, p. 11.
50. Ibidem, p. 7.
51. Araujo, op. cit., p. 75.
52. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. "Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil", mar. 2002, p 20, 21 e 25.
53. Ibidem, p. 15.
54. Singer, P. *Dominação e desigualdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 22.
55. Ibidem, p. 83.
56. Ibidem, p. 86.
57. Ibidem, p. 129.
58. Ibidem, p. 108.
59. Oliveira. "Política numa era de indeterminação: opacidade e encantamento". In: Oliveira, Francisco de e Rizek, C. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 34.
60. Singer, P. *Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 42.
61. "Segundo o Datafolha, os eleitores com renda de ate dois salários mínimos representam 47% do total", publicou a *Folha de S. Paulo* em 08/10/2006.
62. Venturi, Gustavo. "Esquerda ou direita?". *Teoria e Debate*, n° 75, jan. fev. 2008, p. 39. As posições no espectro ideológico foram agregadas em 1 e 2 = esquerda; 3, 4 e 5 = centro; 5 e 6 = direita. Dados de pesquisa da Fundação Perseu Abramo realizada com uma amostra nacional de 2.400 entrevistados em novembro de 2006.
63. Idem, ibidem.
64. Acredito que em virtude da existência de uma "direita popular", o centro e a posição mais associada à classe média conservadora no Brasil e não à direita, como ocorre em outras formações sociais.
65. Oliveira, "Hegemonia às avessas", op. cit.

A hegemonia da pequena política

Carlos Nelson Coutinho

1. A expressão "hegemonia às avessas", inventada por nosso querido Chico de Oliveira, é certamente provocativa. Trata-se de uma das muito instigantes e sempre oportunas provocações (no bom sentido da palavra!) postas por ele. Lembro aqui, por exemplo, suas formulações sobre o modo de produção socialdemocrata, o antivalor, o ornitorrinco e o surgimento de uma nova classe formada pelos gestores dos fundos públicos etc. Mesmo que discordemos de Chico em alguns casos, aprendemos sempre – e muito – com essas provocações, pois nos obrigam a pensar. É o caso também de "hegemonia às avessas".

De minha parte, porém, para caracterizar as relações de hegemonia hoje, prefiro falar de "hegemonia da pequena política". Para entendermos essa caracterização, recordemos, antes de mais nada, o que Gramsci chama de "pequena política". Cito o autor de *Cadernos do cárcere*:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política.¹

Ora, é precisamente assim – ou seja, através da exclusão da grande política – que se apresenta a hegemonia na época do neoliberalismo ou, para usarmos o subtítulo de nosso seminário e deste livro, na época de servidão financeira.

Registremos o seguinte: *seria equivocado pensar que só existe batalha hegemônica quando grandes projetos de sociedade se enfrentam*. É verdade que foi assim durante algum tempo na Europa, no tempo em que partidos com diferentes propostas de sociedade competiam entre si, como, por exemplo, conservadores e trabalhistas na Inglaterra ou comunistas e democratas-cristãos na Itália. Nos Estados Unidos, ao contrário, nunca foi assim: ali, a hegemonia dos valores do capitalismo nunca foi posta em discussão pelos dois grandes partidos nacionais, nem mesmo pelas principais organizações sindicais. E, infelizmente, está sendo assim, hoje, também na Europa e em muitos países da América Latina. Que diferença substantiva existe atualmente, por exemplo, entre conservadores e trabalhistas na Inglaterra? Ou entre o governo FHC e o governo Lula no Brasil?²

Hegemonia, portanto, nem sempre se baseia no que Gramsci chamou de “ideologias orgânicas”, aquelas que expressam de modo claro e sistemático a concepção do mundo das classes sociais fundamentais. Independentemente de basear-se ou não numa ideologia orgânica, uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção do mundo que Gramsci definiu como “bizarra e heteróclita”, com frequência contraditória, que orienta – muitas vezes sem plena consciência – o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens.

Cabe lembrar ainda que hegemonia é consenso, e não coerção. Existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores. Mas, como Gramsci observa, existe *consenso ativo* e *consenso passivo*³. A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo “natural”. Quantas vezes ouvimos a frase “os políticos são todos iguais”? Escolhem-se uns ou outros por motivos que, com frequência, nada têm a ver com o conteúdo de suas propostas (as quais, na maioria dos casos, não apresentam nenhuma divergência essencial ou simplesmente não têm conteúdo algum).

Essa concepção da política como disputa de elites, e não como ação de majorias, foi teorizada por alguns expoentes da teoria política do século XX, como Mosca, Schumpeter, Sartori e muitos outros⁴. Para eles, a política é sempre ação de minorias, de elites. Schumpeter, por exemplo, reduz a democracia ao processo de seleção das elites por meio de eleições periódicas; mas, ao mesmo tempo, também afirma que o povo não sabe combinar interesse e razão, de modo que tais eleições não teriam como fundamento a disputa entre diferentes propostas de sociedade, mas estariam baseadas em escolhas irracionais. Também contribuem para difundir essa hegemonia da pequena política todos os que dizem que vivemos o fim das ideologias, que a diferença entre esquerda e direita desapareceu. Como dizia o hoje esquecido Alain, filósofo francês, quem nega a diferença entre esquerda e direita é sempre de direita. Uma versão mais sofisticada dessa posição é aquela defendida hoje pelo chamado “pós-modernismo”: para os autores dessa corrente, a era das “grandes narrativas” morreu, e, no lugar de um ponto de vista totalizante e universal, devemos nos preocupar com as diferenças, com as identidades, com a defesa do multiculturalismo etc. essa fragmentação das lutas setoriais – que, separadas de uma visão universal, não põem em questão o domínio do capital e podem, assim, ser por ele assimiladas – contribui também para o triunfo da pequena política.

Repetindo: existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. A apatia torna-se, assim, fator positivo para

¹ Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2003, v. 3, p. 21.

² Voltarei a isso adiante, no item 3.

³ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 3, p. 333.

⁴ Ver Carlos Nelson Coutinho, “Democracia: um conceito em disputa”, em *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias* (São Paulo, Cortez, 2006), p. 13-27.

a conservação da “democracia” pelos teóricos que condenam o “excesso de demandas” como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social. Mas, como também vimos, é expressão de grande política reduzir tudo à pequena política. Em outras palavras, é por meio desse tipo de redução, que desvaloriza a política enquanto tal, que se afirma hoje a quase incontestada hegemonia das classes dominantes. Em situações “normais”, a direita já não precisa da coerção para dominar: impõe-se através desse consenso passivo, expresso, entre outras coisas, em eleições (com taxa de abstenção cada vez maior), nas quais nada de substantivo está posto em questão.

2. Para identificar melhor a situação atual da hegemonia no mundo, caberia tentar conceituar a chamada “época neoliberal” ou, se preferirmos, a época da servidão financeira. Uma análise sistemática da presente época do capitalismo “globalizado” é uma tarefa ainda não concluída por parte dos marxistas. Contudo, ao que me parece, pode contribuir para essa análise ainda *in progress* uma discussão sobre a possibilidade de compreender características essenciais da contemporaneidade à luz do conceito gramsciano de revolução passiva. Sou cético em face dessa possibilidade. Creio que, antes de falar em revolução passiva, seria útil tentar compreender muitos fenômenos da época neoliberal através do conceito de contrarreforma, que também faz parte, ainda que só marginalmente, do aparato categorial de Gramsci.

Antes de mais nada, recordemos brevemente as principais características da revolução passiva, termo que Gramsci recolhe do historiador napolitano Vincenzo Cuoco, mas atribuindo-lhe um novo conteúdo. Trata-se de um instrumento chave de que Gramsci se serve para analisar os eventos do *Risorgimento*, ou seja, da formação do Estado burguês moderno na Itália. Mas o conceito é também utilizado por ele como critério de interpretação de fatos sociais complexos e até mesmo de épocas históricas inteiras, bastante diversas entre si, como, por exemplo, a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo.

Quais são, segundo Gramsci, os traços principais de uma revolução passiva? Ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo – e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social –, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo) e o da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto” através de concessões das camadas dominantes). Nesse sentido, falando da Itália, mas expressando características universais de toda revolução passiva, Gramsci afirma que uma revolução desse tipo manifesta:

O fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas”, ou “revoluções-restaurações”, ou ainda “revoluções passivas”.⁵

O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contrarrevolução e nem mesmo de contrarreforma; na verdade, numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo “pelo alto”.⁶ Em outra passagem, Gramsci diz:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das formas e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.⁷

Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se modificações que abrem caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização*.

Ao contrário de “revolução passiva”, que é certamente um dos conceitos centrais dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci emprega muito pouco o termo “contrarreforma”. Além do mais, na esmagadora maioria dos casos, o termo se refere diretamente ao movimento pelo qual a Igreja Católica, no Concílio de Trento, reagiu contra a

⁵ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 1, p. 393; grifo meu.

⁶ Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn, depois de caracterizar o *Welfare State* como revolução passiva, definem-no como “reformismo de Estado” (*Le défi social-démocrate*, Paris, Maspero, 1981).

⁷ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 5, p. 317.

Reforma protestante e algumas de suas consequências políticas e culturais. Mas pode-se também registrar que Gramsci não apenas estende o termo a outros contextos históricos, como busca ainda extrair dele algumas características que nos permitem, ainda que só aproximativamente, falar da criação, por ele, de um conceito.

Sobre a possibilidade de estender historicamente o termo, pode-se constatar que Gramsci, num parágrafo em que fala do humanismo, refere-se a uma “contrarreforma antecipada”⁸. É assim, claro, que, para ele, pode ocorrer uma contrarreforma também diante de fenômenos históricos que não a Reforma protestante. Em outro parágrafo, no qual caracteriza as utopias como reações “modernas” e “populares” à Contrarreforma, Gramsci apresenta um dos traços definidores desta última⁹ como sendo próprio de todas as restaurações: “A Contrarreforma, [...] de resto, *como todas as restaurações*, não foi um bloco homogêneo, *mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo*”.

Parece-me importante sublinhar que, nessa passagem, Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma pura e simples “restauração”, diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em “revolução-restauração”. Apesar disso, porém, ele admite que há, até mesmo nesse caso, uma “combinação entre o velho e o novo”. Podemos supor, assim, que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações” – mas que “acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo” –, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado.

Uma vez esboçadas as principais determinações que as duas noções assumem em Gramsci, podemos retornar à questão formulada acima: a época neoliberal, iniciada nas últimas décadas do século XX, aproxima-se mais de uma revolução passiva ou de uma contrarreforma? A pergunta, evidentemente, não tem nenhum sentido para a própria ideologia neoliberal. Os ideólogos do neoliberalismo gostam hoje de se apresentar como defensores de uma suposta “terceira via” entre o liberalismo puro e a socialdemocracia “estatista” e, assim, como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade (ou, mais precisamente, da chamada pós-modernidade) e, portanto, ao progresso¹⁰. Assim, a versão atual da ideologia neoliberal faz da reforma (ou mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma “revolução liberal”) sua principal bandeira.

A palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada à luta dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo”, que, tanto em sua versão comunista como naquela socialdemocrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressões desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida.

Ao contrário, é com razão que a noção de revolução passiva pode ser ligada à ideia de reforma, ou mesmo de reformismo, embora se trate em última instância de um reformismo conservador e “pelo alto”. Como vimos, um verdadeiro processo de revolução passiva tem lugar quando as classes dominantes, pressionadas pelos de baixo, acolhem – para poder continuar dominando e até mesmo para obter o consenso passivo dos subalternos – “uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, nas palavras já citadas de Gramsci.

Foi precisamente o que aconteceu na época do *Welfare State*¹¹ e dos governos da velha socialdemocracia. Com efeito, o momento da *restauração* teve um papel decisivo no *Welfare*: por meio das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e do acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o envolveu entre as duas guerras mundiais. Mas essa *restauração* se articulou com momentos de *revolução* ou, mais precisamente, de *reformismo*, no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção, pelos governos capitalistas, de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendida apenas por socialistas e comunistas. É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistar significativas “vitórias da economia

⁸ Ibidem, v. 2, p. 157.

⁹ Ibidem, v. 2, p. 143; grifo meu.

¹⁰ Ver, entre muitos outros, Anthony Giddens, *A terceira via* (Rio de Janeiro, Record, 1999).

¹¹ Não posso aqui desenvolver o tema, mas me parece que algumas (ainda que não muitas) das conquistas do *Welfare State* foram asseguradas aos trabalhadores urbanos, na América Latina, durante o chamado período populista. Talvez isso explique o fato de que hoje, em nosso subcontinente, o termo “populismo” venha sendo utilizado pelos neoliberais para desqualificar qualquer tentativa de escapar dos constrangimentos impostos pelo fetichismo do mercado.

política do trabalho sobre a economia política do capital”¹². Deve-se recordar que o *Welfare* surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital. Não se deve esquecer também que a revolução passiva welfarista é também uma resposta ao grande desafio ao capital representado não só pela Revolução de Outubro, mas também pela presença da União Soviética, que emergia da Segunda Guerra Mundial com um enorme prestígio entre as massas trabalhadoras e os progressistas de todo o mundo.

Não creio que se possa encontrar o que chamei (de modo um pouco simplista) de “época neoliberal” essa dialética de restauração-revolução que caracteriza as revoluções passivas. Na conjuntura em que estamos imersos, as classes trabalhadoras – por muitas razões, entre elas a chamada “reestruturação produtiva”, que pôs fim ao fordismo e, portanto, às formas correspondentes de organização dos operários – têm sido obrigadas a se por na defensiva; suas expressões sindicais e partidárias sofreram um evidente recuo na correlação de forças com o capital. Além disso, com o colapso do “socialismo real”, diminuiu em muito a força de atração das ideias socialistas, que uma habilidosa propaganda ideológica identificou com o modelo “estatolátrico” vigente nos países da Europa do Leste. A luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado.

Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de “uma certa parte das exigências dos que vêm de baixo”, que Gramsci considerava, como vimos, uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare State*. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente batizados de “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples *restauração* das condições próprias de um capitalismo selvagem, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado.

Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de “vitórias da economia política do trabalho” e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contrarreforma*. (De resto, pelo menos nos países ocidentais, não se trata de uma *contrarrevolução*, porque neles o alvo da ofensiva neoliberal não são resultados de uma revolução propriamente dita, mas o reformismo forte que caracterizou o *Welfare State*.) Decerto, a época neoliberal não destrói integralmente algumas conquistas do *Welfare*, fato que se deve sobretudo à resistência dos subalternos. Por outro lado, nos círculos neoliberais ligados à chamada “terceira via” (e até mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma “preocupação” em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam, malgrado isso, a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas essa “preocupação” – que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do Fome Zero no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de um indiscutível processo de *contrarreforma*. Lembremos que Gramsci nos adverte, como vimos antes, para o fato de que “as restaurações [não são] um bloco homogêneo, *mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo*”¹³. O que caracteriza um processo de *contrarreforma* no é a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades.

Como se sabe, Gramsci chamou a atenção para uma importante consequência da revolução passiva: a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social. Embora se apresente, nas palavras de Gramsci, como uma “ditadura sem hegemonia”¹⁴, o Estado protagonista de uma revolução passiva não pode prescindir de um mínimo de consenso. E Gramsci nos indica o modo pelo qual as classes dominantes obtêm esse consenso mínimo, “passivo”, no caso de processos de transição “pelo alto”, igualmente “passivos”. Ele se refere à Itália, mas avança observações válidas, quando devidamente concretizadas, também para outros países e outras épocas:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução restauração” ou “revolução passiva” [...]. Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as

¹² A expressão é de Marx (“Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*, Rio de Janeiro, Vitória, v. 1, 1956, p. 354), referindo-se à limitação legal da duração da jornada de trabalho e ao movimento cooperativista.

¹³ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 5, p. 143; grifo meu.

¹⁴ *Ibidem*, v. 5, p. 330.

personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado.¹⁵

Uma das razões que parecem justificar o uso do conceito de revolução passiva para caracterizar época do neoliberalismo é precisamente a generalização de fenômenos de transformismo, seja nos países centrais, seja nos periféricos. Embora não se proponha aqui a discutir mais diretamente a questão (que merece, porém, uma atenção especial), creio que o transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contrarreforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época, marcaram a ação de socialdemocratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contrarreformistas em países europeus, mas também fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil¹⁶.

A definição de nossa época como caracterizada pela contrarreforma e não por uma nova revolução passiva tem implicações para nossa discussão sobre as características das atuais formas de hegemonia. Para Gramsci, como vimos, as revoluções passivas respondem a grandes desafios históricos. A época de revolução passiva iniciada com a Restauração, na Europa do século XIX, pode ser vista como uma resposta “pelo alto” às exigências postas pela Revolução Francesa: muitas das conquistas dessa Revolução são recolhidas, mas ao mesmo tempo emasculadas, gerando aquilo que poderíamos chamar de passagem da democracia radical para o liberalismo moderado. Algo similar ocorre no americanismo (e em sua expansão no *Welfare State*): a “concessão” de direitos sociais, a adoção keynesiana de elementos de “economia programática” etc. são tentativas de responder ao desafio anticapitalista representado pela Revolução de Outubro e pela União Soviética. Em ambos os casos de revolução passiva, ou seja, tanto na Restauração oitocentista quanto no americanismo-welfarismo, estavam em jogo, em última instância, questões de “grande política”: no primeiro caso, a alternativa entre a democracia plebeia dos jacobinos (que já apontava para o socialismo, ainda que utópico) e o liberalismo burguês moderado; no segundo, a oposição entre socialismo e capitalismo. Ao contrário, a contrarreforma neoliberal não tem como pano de fundo nenhuma questão de “grande política”: na disputa entre republicanos e democratas nos Estados Unidos, entre trabalhistas e conservadores na Inglaterra, entre direita e “centro-esquerda” na Itália etc., não está em jogo nenhuma opção entre diferentes modelos de sociedade. Podemos assim dizer que, na era da contrarreforma neoliberal, predomina sem grandes contrastes a hegemonia da pequena política.

3. Vivemos também, no Brasil de hoje, a hegemonia da “pequena política”. Malgrado todos os seus limites, a transição que o país experimentou entre o fim dos anos 1970 e meados de 1980 revelou, em seu ponto de chegada, um dado novo e extremamente significativo: o fato de que o Brasil, após mais de vinte anos de ditadura, havia se tornado preponderantemente uma sociedade “ocidental” no sentido gramsciano do termo, ou seja, na qual existe uma “justa relação” entre Estado e sociedade civil¹⁷.

Mas, se observarmos as sociedades “ocidentais”, veremos que elas apresentam dois “modelos” principais de articulação da disputa política e da representação de interesses. De um lado, há um modelo que poderíamos chamar de “norte-americano”, caracterizado (como ocorre em toda situação “ocidental”) pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas na qual a organização política e a representação dos interesses se dá, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não programáticos, e de agrupamentos profissionais estritamente corporativos¹⁸. De outro lado, temos um modelo que poderíamos designar como “europeu”. Neste, havia uma estrutura partidária centrada em torno de partidos com base social razoavelmente homogênea, que defendiam projetos de sociedade definidos e diversos entre si; havia ainda um sindicalismo classista, politizado, que não se limitava a organizar pequenos grupos profissionais, mas buscava agregar e representar o conjunto da classe trabalhadora. Portanto, enquanto no “modelo norte-americano” temos partidos que defendem um mesmo projeto hegemônico de sociedade, no “modelo europeu” havia uma salutar disputa entre propostas hegemônicas alternativas. Se, nos Estados Unidos, o socialismo foi sempre uma “ideologia exótica”, na Europa ele esteve com frequência no centro da agenda política.

¹⁵ Ibidem, v. 5, p. 286.

¹⁶ É também o transformismo que explica a conversão, no Brasil de Lula, de importantes lideranças sindicais em gestores dos fundos previdenciários públicos, ou seja, em uma nova fração das classes dominantes. Prefiro considerar que esse processo transformista gera uma *fração de classe* e não, como afirma Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista / O Ornitórrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003), p. 147, uma *nova classe*.

¹⁷ “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação” (Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 3, p. 262).

¹⁸ Não posso aqui aprofundar a questão, mas parece tratar-se precisamente do modelo de sociedade defendido pelos liberais que se inspiraram em Tocqueville.

Para voltarmos a nosso tema: no primeiro caso, estamos diante de um modelo político centrado na “pequena política”, enquanto no segundo são postas em movimento questões de “grande política”¹⁹.

Logo após o fim da ditadura, o Brasil se viu diante dessas duas possibilidades de organizar sua recém criada sociedade “ocidental”, ou seja, segundo um modelo americano (neoliberal) ou um modelo europeu (democrático). Se observarmos a vida brasileira dos últimos anos, veremos que esses projetos estiveram presentes e marcaram a agenda e o cenário políticos de nosso país por quase duas décadas. Durante esse período, era marcada a distinção entre nossas duas maiores centrais sindicais: uma que se originou claramente inspirada num tipo de organização próximo do modelo europeu (CUT) e outra que de modo explícito queria imitar o modelo norte-americano (Força Sindical). Também não é casual que tenhamos tido partidos – em particular o PT, mas também outros partidos de esquerda – organizados segundo um padrão europeu, ao mesmo tempo em que tínhamos (e temos) partidos muito próximos do tipo “norte-americano”, como, por exemplo, o PMDB, que hoje não passa de uma federação de diversificados interesses pessoais e regionais.

A presença simultânea de aparelhos de hegemonia próprios desses dois diferentes modelos revelava, de certo modo, a persistência de uma indefinição quanto ao tipo de sociedade ocidental que iríamos construir. Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. E esse transformismo, que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente o predomínio entre nós da hegemonia da pequena política.

Esse tipo de hegemonia se manifesta no fato de que a disputa política entre nós tem se reduzido a um bipartidarismo efetivo, ainda que não formal, centrado na alternância de poder entre um bloco liderado pelo PT e outro pelo PSDB, que não só aplicam a mesma política econômica e social, mas também praticam métodos de governo semelhantes, que não recuam diante de formas mais ou menos graves de corrupção sistêmica. Não é casual o comum compromisso desses dois blocos no sentido de “blindar” a economia, ou seja, de reduzir a uma questão “técnica”, e não política, a definição daquilo que verdadeiramente interessa ao conjunto da população brasileira. Mais uma vez, hegemonia da pequena política.

4. Todas essas reflexões – certamente apressadas – são postas em questão pela atual crise global do capitalismo, que veio à tona no último trimestre de 2008. Será que teremos de novo, para essa crise, uma solução à direita, como foi o caso da vitória do nazismo depois da crise de 1929 (temor expresso, em recente entrevista, pelo historiador Eric J. Hobsbawm)? Será que voltaremos à adoção de políticas keynesianas, ainda que sem muitas concessões aos trabalhadores, como parece resultar de algumas propostas hoje postas em prática pelos principais países capitalistas? Será que continuarão a vigorar, ainda que sob novas formas, as mesmas políticas neoliberais? Ou será que, em consequência da crise, voltará a predominar a “grande política”, com uma retomada do papel antagonista das forças da esquerda e do mundo do trabalho?

É precisamente diante dessas questões que se coloca o angustiante desafio que atravessou nosso seminário: “decifra-me ou te devoro”. São bastante débeis hoje os recursos políticos, organizativos e teóricos de que dispõe a esquerda em todo o mundo. Por isso, ainda que viéssemos a decifrar teoricamente os enigmas de nosso tempo, o que está ainda longe de ser feito, talvez continuássemos a ser – como, de certo modo, já estamos sendo – praticamente devorados. De qualquer modo, o principal desafio da esquerda hoje é recolocar a grande política na ordem do dia, único modo de quebrar a hegemonia da pequena política e, portanto, do capitalismo em sua forma atual, a da servidão financeira. Não se trata de uma tarefa simples. Temos muitos motivos para ser pessimistas. Mas, precisamente por isso, cabe recordar sempre o mote de Gramsci: pessimismo da inteligência, sim, mas também otimismo da vontade. Ou seja, realismo sem ilusões na análise da conjuntura, mas, ao mesmo tempo, empenho na luta para transformar essa conjuntura, para fazer com que a esquerda volte a ter uma palavra a dizer – e um papel a desempenhar – no quadro que se está abrindo em consequência dessa devastadora crise.

¹⁹ Ao falar do modelo europeu, usei sempre os verbos no passado. É que, na própria Europa, em função da atual expansão da hegemonia neoliberal no mundo inteiro, esse modelo está sendo progressivamente substituído por um modelo de tipo norte-americano. Os partidos políticos europeus (inclusive os partidos socialdemocratas e ex-comunistas) assemelham-se cada vez mais aos norte-americanos, perdendo suas características programáticas tradicionais; ao mesmo tempo, o movimento sindical começa a assumir no Velho Continente alguns traços próprios de um sindicalismo de resultados.

As antinomias de Antonio Gramsci – Estado e Revolução no Ocidente

Perry Anderson

Estratos (traduzido do espanhol – Editorial Fontamara, Barcelona, 1981)

Oriente e Ocidente

No segundo texto, Gramsci procede a uma contraposição direta entre o curso da revolução russa e o caráter de uma estratégia correta para o socialismo no Ocidente, por meio do contraste entre a relação do Estado e da sociedade civil em um e outro dos teatros geopolíticos. “Está por se ver se a famosa teoria de Trotsky sobre o caráter *permanente* do movimento não é o reflexo político das... condições econômico-culturais-sociais gerais num país no qual as estruturas da vida nacional são embrionárias e frouxas, e incapazes de converterem-se em ‘trincheiras’ ou ‘fortalezas’. Neste caso, pode-se dizer que Trotsky, aparentemente ‘ocidental’, foi de fato um cosmopolita – isto é, superficialmente ocidental ou europeu. Lenin, por sua parte, foi profundamente nacional e profundamente europeu. Parece-me que Lenin compreendeu que era necessário uma mudança da guerra de manobra, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única forma possível no Ocidente (...). Isto é o que me parece que significa a fórmula da ‘frente única’. (...) No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente existia uma relação apropriada entre Estado e sociedade civil e, quando o Estado tremia, a robusta estrutura da sociedade civil se manifestava no ato. O Estado só era uma trincheira avançada atrás da qual havia um poderoso sistema de fortalezas e casamatas (...).

Uma leitura científica destes fragmentos se faz ainda mais complexa quando se compreende que, enquanto seus objetos formais de crítica são Trotsky e Luxemburgo, seu verdadeiro alvo pode ter sido o terceiro período da Comintern [Internacional Comunista]. Podemos supor pela data de sua composição – aproximadamente entre 1930 e 1932 nos Cadernos – e pela referência clara à grande depressão de 1929, nas quais se fundamentam muitas das concepções sectárias do ‘social fascismo’ (...).

(...)

“Revolução permanente”

Uma comparação destes fragmentos com outro texto crucial dos *Cadernos* revela ainda mais dificuldades. Gramsci faz alusão ao tema da “revolução permanente” várias vezes. A outra passagem principal na qual se refere a ela é esta: “O conceito político da chamada ‘revolução permanente’, que surgiu antes de 1848 como expressão cientificamente desenvolvida da experiência jacobina desde 1789 até o Termidor, pertence a um período histórico no qual os grandes partidos políticos de massas e os sindicatos econômicos não existiam e no qual a sociedade estava ainda, por assim dizer, num estado de fluidez em muitos pontos de vista. (...) As relações organizativas internas e internacionais do Estado se fizeram mais complexas e sólidas, e a fórmula de [18]48 da ‘revolução permanente’ é desenvolvida e superada na ciência da política pela fórmula de ‘hegemonia civil’. Na arte da política, passa-se a mesma coisa que na arte militar: a guerra de movimento se transforma crescentemente em guerra de posição e pode-se dizer que um estado ganhará uma guerra na medida em que se prepare minuciosa e tecnicamente para isso em tempo de paz. A sólida estrutura das democracias modernas, tanto como organizações do Estado quanto como complexos de associações na sociedade civil, são para a arte da política o que as ‘trincheiras’ e as fortificações permanentes do front são para a guerra de posição. Convertem o elemento de movimento, que costumava ser o ‘todo’ da guerra, em algo meramente ‘parcial’. Esta questão se coloca para os estados modernos, porém não para os países atrasados ou para as colônias (...).”

(...)

Três posições do Estado

(...) falta outro conceito do discurso de Gramsci que está relacionado de maneira central com a problemática destes textos. É, evidentemente, a hegemonia. O termo, recorde-se, aparece na terceira passagem como uma *estratégia* de “guerra de posição” para substituir a “guerra de manobra” de uma época anterior. Esta guerra de manobra se identifica com a “revolução permanente” de Marx em 1848. No segundo texto, a identificação volta a aparecer, mas aqui a referência é a Trotsky nos anos 1920. A “guerra de posição” se atribui, agora, a Lenin e se equipara à ideia de frente única. Portanto existe uma ligação:

hegemonia civil = guerra de posição = frente única

“Hegemonia”: a história do conceito

(...) de fato a noção de hegemonia, antes de Gramsci a adotar, tinha uma longa história anterior, que é de grande importância para entender a posterior função na sua obra. O termo *gegemoniya* (hegemonia) foi uma

das consignas políticas mais centrais no movimento socialdemocrata russo desde finais de 1908 até 1917. A ideia começou a aparecer em primeiro lugar nos escritos de Plekhanov em 1883-84, em que ele insistia na imperativa necessidade para a classe operária russa de empreender uma luta política contra o czarismo, e não somente uma luta econômica contra seus patrões. No programa fundacional do Grupo de Emancipação do Trabalho, em 1884, argumentava que a burguesia, na Rússia, era demasiado débil para tomar a iniciativa na luta contra o absolutismo: a classe operária organizada devia tomar as palavras de ordem da revolução democrático-burguesa. Plekhanov utilizou, nestes textos, o termo vago de “dominação” (*gospodstvo*) para o poder político como tal, e continuava supondo que o proletariado apoiaria a burguesia numa revolução na qual esta última surgiria, necessariamente, ao final como classe dirigente. Em 1889, sua ênfase havia mudado algo: a “liberdade política” seria agora “conquistada pela classe operária ou não seria” –, mas sem colocar em dúvida, ao mesmo tempo, a dominação essencial do capital na Rússia. Na década seguinte, seu colega Axelrod foi mais longe. Em dois importantes folhetos de 1898, polemizando contra o economicismo, manifestou que a classe operária russa poderia e deveria cumprir um “papel independente e dirigente na luta contra o absolutismo”, uma vez que “a impotência política de *todas as outras classes*” dava uma “importância preeminente, central” ao proletariado. “A vanguarda da classe operária deve atuar sistematicamente como o destacamento dirigente da democracia em geral”. Axelrod oscilava ainda entre atribuir um papel “independente” e um papel “dirigente” ao proletariado, e outorgava uma importância exagerada à oposição acomodada ao czarismo, dentro do que ele reafirmava que seria uma revolução burguesa. Entretanto, a ênfase cada vez maior no “significado revolucionário totalmente nacional” da classe operária russa, cristalizou de cara em uma mudança teórica qualitativa. Por isso, logo adiante, isso se manifestaria claramente na *primazia do proletariado na revolução burguesa na Rússia*.

Numa carta a Struve, em 1901, separando as perspectivas socialdemocratas na Rússia das perspectivas liberais, Axelrod estabeleceu, então, como axioma: “Em função da posição histórica de nosso proletariado, a socialdemocracia russa pode conseguir a hegemonia (*gegemoniya*) na luta contra o absolutismo”. A jovem geração de teóricos marxistas adotou o conceito imediatamente. No mesmo ano, Martov escreveu em um artigo polêmico: “A luta entre os marxistas ‘críticos’ e ‘ortodoxos’ é verdadeiramente o primeiro capítulo de uma luta pela hegemonia política entre o proletariado e a democracia burguesa”. Lenin, entretanto, pode, sem mais, referir-se, numa carta escrita a Plekhanov, sobre a “conhecida ‘hegemonia’ da socialdemocracia” e argumentar em favor de um jornal político como o único meio eficaz de preparar uma “verdadeira hegemonia” da classe operária na Rússia. Em qualquer caso, a ênfase introduzida por Plekhanov e Axelrod na vocação da classe operária para adotar uma orientação “totalmente nacional” para a política e a lutar pela libertação de todas as classes e grupos oprimidos da sociedade, seria desenvolvida com uma eloquência e um ponto de vista completamente novos por Lenin em *Que Fazer?*, em 1902, –texto previamente lido e aprovado por Plekhanov, Axelrod e Potresov, que acabava, precisamente, com uma alegação urgente pela criação do jornal revolucionário que viria a ser o *Iskra*.

A consigna da hegemonia do proletariado na revolução burguesa foi, pois, um patrimônio político comum a bolcheviques e mencheviques no Segundo Congresso do POSDR em 1903. Depois da ruptura, Potresov escreveu um extenso artigo reprovando a interpretação “primitiva” da ideia de hegemonia de Lenin, sintetizada no famoso chamado aos socialdemocratas em *Que Fazer?*, para “introduzir-se entre todas as classes da população” e organizar entre elas “destacamentos auxiliares especiais” para a classe operária. Potresov se queixava de que a gama de classes sociais contemplada por Lenin era muito ampla, enquanto, ao mesmo tempo, o tipo de relações que ele reivindicava entre estas últimas e o proletariado era demasiado peremptório – ao implicar uma “assimilação” impossível em vez de uma aliança com elas. Uma estratégia correta para conquistar a hegemonia para a classe operária exigiria uma orientação externa não para os elementos instáveis, como os dissidentes acomodados ou os estudantes, mas sim para os liberais democratas, e não negar, mas sim respeitar, sua autonomia organizativa. Lenin, por sua vez, acusou prontamente os mencheviques de abandonar o conceito, pela sua aceitação tácita da direção do capital russo na revolução burguesa contra o czarismo. Seu chamado à uma “ditadura democrática do proletariado e do campesinato” na revolução de 1905 estava precisamente destinado a dotar de uma fórmula governamental a estratégia tradicional, a qual seguia sendo fiel.

Depois da derrota da revolução, Lenin denunciou apaixonadamente os mencheviques pelo seu abandono do axioma da hegemonia em toda uma série de importantes artigos nos quais reafirmou, uma e outra vez, seu papel político indispensável para todo marxista revolucionário na Rússia. “Porque as tarefas democrático-burguesas não foram cumpridas, continua sendo inevitável uma crise revolucionária”, escreveu. “As tarefas do proletariado que se depreendem desta situação estão completa e inequivocamente definidas. Como única classe consistentemente revolucionária da sociedade contemporânea, deve ser a dirigente na luta de todo o povo por uma revolução totalmente democrática, na luta de todo o povo trabalhador e explorado contra os opressores e exploradores. O proletariado é revolucionário só na medida em que é consciente e faz

efetiva a ideia da hegemonia do proletariado.” Os escritores mencheviques, alegando que o czarismo, desde 1905, havia efetuado uma transição do Estado feudal para o capitalista, afirmaram imediatamente com isso que a hegemonia do proletariado era obsoleta, na medida em que a revolução burguesa já havia se realizado na Rússia. A resposta de Lenin foi fulminante: “Pregar aos operários que o que necessitam ‘não é a hegemonia, mas sim um partido de classe’ significa trair a causa do proletariado em favor dos liberais; significa pregar que a política operária *socialdemocrata* deve ser substituída por uma política operária *liberal*. Renunciar à ideia de hegemonia é a forma mais crua de reformismo no movimento socialdemocrata russo”. Foi também nessas polêmicas que Lenin contrapôs repetidamente uma fase “hegemônica” a outra “sindical” ou “corporativista” dentro da política proletária.

“Do ponto de vista do marxismo, a classe, na medida em que renuncia à ideia de hegemonia ou não a leva em consideração, não é uma classe, ou ainda não é uma classe, mas sim uma associação ou a soma total de várias associações... É a consciência da ideia de hegemonia e sua aplicação através de suas próprias atividades o que converte as associações (*tsekhi*) em seu conjunto em uma classe”.

“Hegemonia” e Comintern

O termo hegemonia foi, pois, um dos mais amplamente utilizados e uma das noções mais familiares nos debates do movimento operário russo da Revolução de Outubro. Depois da revolução, caiu em desuso no partido bolchevique – por uma boa razão. Forjado para teorizar o papel da classe operária numa revolução burguesa, se fez inoperante com o advento da revolução socialista. O marco de uma “ditadura democrática dos operários e camponeses” que permanecesse dentro dos limites do capitalismo nunca se materializou, como é bem sabido. Trotsky, que nunca havia acreditado na coerência ou possibilidade do programa de Lenin para 1905 e cuja pregação contrária de uma revolução socialista foi justificada rapidamente em 1917, escreveu, mais tarde, em sua *História da Revolução Russa*: “A popular e oficialmente aceita ideia da *hegemonia* do proletariado na revolução democrática... não significava, em absoluto, que o proletariado devesse utilizar um levantamento camponês para, com seu apoio, colocar na ordem do dia sua própria tarefa histórica, isto é, a transição direta a uma sociedade socialista. A hegemonia do proletariado na revolução democrática foi bruscamente diferenciada da ditadura do proletariado e contraposta polemicamente a ela. O partido bolchevique foi educado nestas ideias desde 1905”. Trotsky não podia saber que, em outra época, uma “contra-posição polêmica” entre “hegemonia” e “ditadura” do proletariado voltaria a ressurgir num contexto transformado.

Naquele tempo, pós-outubro, o termo hegemonia deixou de ter muita atualidade interna na URSS. Sobreviveu, entretanto, nos documentos externos da Internacional Comunista. Nos dois primeiros congressos da Terceira Internacional, a Comintern adotou uma série de teses que, pela primeira vez, internacionalizaram a utilização russa da consigna de hegemonia. O dever do proletariado era exercer a hegemonia sobre os outros grupos explorados que eram seus aliados de classe na luta contra o capitalismo dentro de suas próprias instituições soviéticas; assim, “sua hegemonia possibilitará a elevação progressiva do semiproletariado e do camponês pobre”. Se não conseguisse dirigir as massas trabalhadoras em todos os terrenos da atividade social, confinando-se ele mesmo em seus próprios objetivos econômicos particulares, cairia no corporativismo. “O proletariado se converte em classe revolucionária só na medida em que não se restringe ao marco de um corporativismo estreito e atua em cada domínio e manifestação da vida social como o guia do conjunto da população trabalhadora e explorada... O proletariado industrial não pode resolver sua missão histórica mundial, que é a emancipação da humanidade do jugo do capitalismo e da guerra, se limitar-se a seus próprios interesses corporativos particulares e a esforços para melhorar sua situação – às vezes muito satisfatória – dentro da sociedade burguesa”. No Quarto Congresso, em 1922, o termo hegemonia se estendeu – segundo parece – pela primeira vez – à dominação da burguesia sobre o proletariado, se aquela conseguisse confinar este último a um papel corporativo, induzindo-o a aceitar uma divisão entre lutas políticas e econômicas em sua prática de classe. “A burguesia sempre trata de separar o político do econômico, porque compreende muito bem que, se consegue manter a classe operária dentro do marco corporativo, nenhum perigo sério pode ameaçar sua hegemonia.”

(...)

“Hegemonia” nos Cadernos do Cárcere

(...) Ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, o termo “hegemonia” se repete numa multidão de contextos diferentes. Mas não há dúvida de que Gramsci partiu de certas conotações do conceito que deduziu da tradição da Comintern. Porque, no primeiro exemplo, o termo se refere em seus escritos a *alianças de classe do proletariado* com outros grupos explorados, o campesinato sobretudo, em luta comum contra a opressão do capital. (...)

Ao mesmo tempo, Gramsci também destacou, mais eloquentemente que qualquer marxista russo anterior a 1917, a ascendência *cultural* que devia demonstrar a hegemonia do proletariado sobre as classes aliadas.

(...)

Num desenvolvimento posterior, na mesma direção teórica, Gramsci prosseguiu contrapondo expressamente o uso necessário pelo proletariado da violência contra o inimigo comum das classes exploradas, e o recurso ao compromisso no seio destas classes. Ao fazê-lo, voltava a elevar a oposição tradicional entre “ditadura do proletariado” (sobre a burguesia) e a “hegemonia do proletariado” (sobre o campesinato), tão agudamente recordada por Trotsky. “Se a união de duas forças é necessária para derrotar uma terceira, o recurso às armas e à coerção (supondo inclusive que estas estão disponíveis) não pode ser mais que uma hipótese metodológica. A única possibilidade concreta é o compromisso. A força pode ser empregada contra os inimigos, mas não contra uma parte do próprio bando que se deseja assimilar rapidamente, e cuja ‘boa fé’ e entusiasmo são necessários.” A “união” de que aqui fala Gramsci toma uma inflexão muito mais pronunciada em seus textos que no vocabulário bolchevique: a mecânica imagem russa da *smychka* – ou “prefeitura” – da classe operária e o campesinato, popularizada durante a NEP, se transforma na fusão orgânica de um “novo bloco histórico” nos *Cadernos*. Assim, na mesma passagem, Gramsci se refere à necessidade de “absorver” forças sociais aliadas, para “criar um novo bloco histórico político-econômico, homogêneo, sem contradições internas”. O registro aperfeiçoado da fórmula corresponde ao novo peso dado à irradiação moral e cultural da hegemonia na utilização que Gramsci faz dela.

Até aqui, o constante recorrer ao termo hegemonia nos *Cadernos do Cárcere* não representa um maior distanciamento do cânone revolucionário russo do qual foi tomado. Entretanto, a *forma* mesmo dos escritos do cárcere mudaria sensivelmente o significado e a função do conceito em todo o seu contexto. (...) Seu resultado foi, no entanto, uma indeterminação constante do foco, no qual a burguesia e o proletariado podem alternar-se simultaneamente, frequentemente, como os sujeitos hipotéticos da mesma passagem – de fato, cada vez que Gramsci escreve em abstrato de uma “classe dominante”. A máscara da generalização a que Gramsci foi assim frequentemente conduzido, teve sérias consequências para seu pensamento: porque foi a que induziu à premissa não analisada de que as posições estruturais da burguesia e do proletariado, em suas respectivas revoluções e seus estados sucessivos, eram historicamente equivalentes. Os perigos de tal comparação tácita se verão em seu devido momento. Agora, o que importa é observar a forma em que o modo “não situado” de discurso, peculiar a muitos dos textos do *encarceramento* de Gramsci, permitiu uma *transição* imperceptível a uma teoria muito mais ampla de hegemonia que jamais havia sido imaginada na Rússia e que criou um conceito teórico de investigação marxista completamente novo na obra de Gramsci.

A extensão do conceito

Porque Gramsci, efetivamente, estendeu a noção de hegemonia desde sua aplicação original às perspectivas da classe operária numa revolução burguesa contra uma ordem feudal, aos mecanismos da dominação burguesa sobre a classe operária numa sociedade capitalista estabilizada. (...) Gramsci, pelo contrário, emprega agora o conceito de hegemonia para uma *análise diferenciada das estruturas do poder burguês no Ocidente*. Isso foi um passo novo e decisivo. O passo de uma utilização a outra esteve mediado por uma série de máximas genéricas aplicáveis, em princípio, a qualquer uma delas. O resultado foi uma série aparentemente formal de proposições sobre a natureza do poder na história. Simbolicamente, Gramsci tomou a obra de Maquiavel como seu ponto de partida para esta nova extensão da teoria. Argumentando a necessidade de uma “perspectiva dual” em toda ação política, escreveu que, em seus “níveis fundamentais”, as duas perspectivas correspondiam à “natureza dual do Centauro de Maquiavel – meio animal e meio humano”. Para Gramsci, esses eram “os níveis de força e consentimento, dominação e hegemonia, violência e civilização”.

(...)

A assimetria chave

Atentando-se ao momento das palavras dos *Cadernos do Cárcere*, viu-se que a distribuição chave que escapam de cada uma das sucessivas versões de Gramsci, apesar de que o fazem a partir de direções diferentes, é uma assimetria entre a sociedade civil e o Estado no Ocidente: a coerção se localiza numa das palavras, o consentimento em ambos. Esta resposta “topológica” coloca, contudo, um problema mais profundo. Mais além desta distribuição, qual é a relação ou conexão entre consenso e coerção na estrutura do poder de classe burguês no capitalismo metropolitano? O funcionamento da democracia burguesa parece justificar a ideia de que o capitalismo avançado repousa fundamentalmente no consentimento da classe operária. De fato, a aceitação desta ideia é o pilar da “via parlamentar ao socialismo”, na qual o progresso pode se medir pela conversão do proletariado ao projeto do socialismo até que se alcance uma maioria aritmética, com a qual o regime do sistema parlamentar faz com que a instauração do socialismo seja possível sem dor alguma. A

ideia de que o poder do capital adota no Ocidente a forma, essencial ou exclusivamente, de hegemonia cultural é, em efeito, um princípio clássico do reformismo. Essa é a tentação involuntária que espreita algumas das notas de Gramsci. Isso está realmente distante por causa de sua afirmação alternativa de que a hegemonia da burguesia do Ocidente é uma combinação de consenso e coerção? Não há dúvida de que isso é um passo adiante, mas a *relação* entre as duas palavras não pode ser apreciada pela sua simples conjunção ou adição. E, apesar de tudo, no marco da referência de Gramsci, tudo depende precisamente de uma calibração justa desta relação. Como deve ser concebida teoricamente?

Não podemos oferecer aqui nenhuma resposta adequada. Porque uma solução científica só é possível por meio de uma investigação histórica. Nenhum comentário filológico, ou mandato teórico, pode resolver os difíceis problemas do poder de classe burguês no Ocidente. Só uma investigação direta, substantiva e comparativa dos sistemas políticos atuais da maioria dos países imperialistas no século XX pode estabelecer as estruturas reais do poder do capital. O materialismo histórico não permite a utilização de outro procedimento. Nesse estudo, isso não pode ser abarcado. Tudo o que se pode tentar aqui é avançar em certas sugestões críticas dentro dos limites textuais do discurso de Gramsci. Sua verificação fica, necessariamente, sujeita às disciplinas ordinárias do estudo científico.

(...)

II. O EQUILÍBRIO ENTRE COERÇÃO E CONSENSO

A essa altura, deve ter ficado claro por que o conceito de hegemonia de Gramsci, apesar de todos seus imensos méritos como primeira “varinha mágica” teórica da especificidade não classificada das formações sociais do Ocidente, contém um perigo político potencial. Temos visto como a palavra, nascida na Rússia para definir a relação entre o proletariado e o campesinato numa revolução burguesa, foi adotada por Gramsci para descrever a relação entre a burguesia e o proletariado numa ordem capitalista consolidada na Europa ocidental. O fio condutor que permitiu esta extensão foi o termo consensual da ideia de hegemonia. Utilizada na Rússia para denotar a natureza persuasiva da influência que a classe operária deveria tentar exercer sobre o campesinato, oposta à natureza coercitiva da luta para derrubar o czarismo, foi aplicada por Gramsci às formas de consentimento a seu poder obtidas pela burguesia da classe operária no Ocidente. O serviço que prestou ao marxismo ao focar tão centralmente o problema – até então evitado – da legitimidade consensual das instituições parlamentares na Europa ocidental, foi solitário e ilustre. Ao mesmo tempo, entretanto, os riscos ligados à nova extensão do conceito de hegemonia se fizeram logo evidentes em seus escritos.

Porque, se por um lado, na Rússia a palavra poderia abarcar a relação entre o proletariado e o campesinato, já que era uma aliança entre classes *não antagônicas*, isso nunca poderia dar certo, digamos, na Itália ou na França sobre a relação entre burguesia e proletariado – que era inerentemente um conflito entre classes *antagônicas*, baseadas em dois modos de produção adversos. Em outras palavras, o poder capitalista no Ocidente implicava, necessariamente, na coerção e no consenso. O que Gramsci tinha consciência disso fica expresso nas numerosas formulações de seus cadernos que se referem às combinações entre os dois. Mas, como já vimos, essas combinações não conseguiram localizar definitiva ou precisamente nem a posição, nem a interligação da repressão e da ideologia dentro da estrutura de poder do capitalismo avançado.

Além disso, na medida em que Gramsci sugeria às vezes que o consentimento pertencia principalmente à sociedade civil, e a sociedade civil possuía primazia sobre o Estado, permitia extrair a conclusão de que o poder de classe burguês era, antes de qualquer coisa, consensual. Dessa forma, a ideia de hegemonia tende a dar crédito à noção de que o modo de poder burguês dominante no Ocidente – “cultura” – é também o modo determinante, seja eliminando este último, seja os unindo. Daí que omite o papel em última instância inapelável da força. Entretanto, o uso de Gramsci da palavra hegemonia não ficou, desde já, limitado à burguesia como classe social. Também usou para definir as linhas do proletariado no Ocidente. Ele dava um passo a mais na evolução do conceito. A relação prescritiva proletariado/campesinato havia se equiparado plausivelmente ao ascendente cultural; na realidade, a relação efetiva burguês/proletariado certamente incluía um ascendente cultural, ainda que não possa ser igualada ou reduzida a ela; mas poderia se dizer, em algum sentido, que a relação proletariado/burguesia pressupõe um ascendente cultural? Muitos admiradores de Gramsci acreditam que sim. Na realidade, sustenta-se com frequência que sua tese mais original e poderosa foi precisamente a ideia de que a classe operária pode ser hegemônica culturalmente *antes* de se converter em classe politicamente dirigente numa formação social capitalista.

As interpretações oficiais de Gramsci têm se baseado, particularmente, nessa proposta. Entretanto, o texto dos *Cadernos do cárcere* ao qual se faz referência normalmente não afirma isso. Nele, Gramsci escreveu: “Um grupo social é dominante sobre os grupos inimigos aos quais tende a ‘liquidar’ ou os submeter por meio da força armada e é dirigente em relação aos grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, de fato deve, ser dirigente antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das principais condições para a conquista do poder); depois, quando exerce o poder e o mantém firmemente em suas mãos, se converte em dominante, mas

segue sendo também ‘dirigente’”. Aqui, Gramsci diferencia cuidadosamente a necessidade de coerção das classes *inimigas* da direção consensual das classes *aliadas*. A “atividade hegemônica” que “pode e deve ser exercida antes da tomada do poder” só se relaciona nesse contexto com o problema das alianças da classe operária com outros grupos explorados e oprimidos; não é uma pretensão de hegemonia sobre a sociedade em seu conjunto ou sobre a própria classe dominante, impossível, por definição, nessa etapa. É correto, entretanto, que um leitor desavisado pode ser levado a interpretar errado essa passagem, em que Gramsci se move, de fato, em terreno seguro, devido às ambiguidades no seu uso da palavra hegemonia em outros lugares. Em seguida, veremos por que. Por enquanto, o que importa lembrar é o conhecido princípio marxista de que a classe operária sob o capitalismo é inerentemente incapaz de ser a classe culturalmente dominante, porque está estruturalmente expropriada, por sua posição de classe, de alguns dos meios essenciais de produção cultural (educação, tradição, ócio) – ao contrário da burguesia do Século das Luzes, que podia gerar sua própria cultura superior dentro do marco do Antigo Regime. E não só isso, mas inclusive *depois* da revolução socialista – a conquista do poder político pelo proletariado – a classe culturalmente dominante segue sendo a burguesia em certos aspectos (não em todos – em costumes mais que nas ideias) e durante certo tempo (em princípio, mais curto com cada revolução), como Lenin e Trotsky enfatizaram em contextos distintos. Gramsci também foi, intermitentemente, consciente disso. Porém, às vezes, não indicava constantemente a falta de correspondência estrutural entre as posições da classe burguesa dentro da sociedade feudal e da classe operária dentro da sociedade capitalista, o risco de um escorregão teórico de uma à outra estava sempre potencialmente presente para eles no uso comum da palavra hegemonia. A assimilação mais que ocasional das revoluções burguesas e proletárias em seus escritos sobre o jacobinismo demonstra que Gramsci não era imune a esta confusão. O resultado foi permitir que posteriores codificações de seu pensamento estabelecessem uma união direta de suas duas extensões do conceito de hegemonia num silogismo classicamente reformista. Porque, uma vez que o poder burguês no Ocidente se atribui principalmente à hegemonia cultural, a aquisição dessa hegemonia significaria uma apropriação efetiva pela classe operária da “direção da sociedade” sem a tomada e transformação do poder do Estado, numa transição indolor ao socialismo: em outras palavras, uma ideia típica do fabianismo. Naturalmente, o próprio Gramsci nunca teve essa conclusão. Mas na leitura dispersa de seus textos, também não era uma interpolação inteiramente arbitrária.

(...)

Frente única versus terceiro período

Ao mesmo tempo, a reorientação estratégica de Gramsci no cárcere ia além dos imperativos conjunturais da resistência peninsular ao fascismo. O horizonte espacial de seu pensamento político durante esses anos era a Europa ocidental em seu conjunto, não simplesmente a Itália. Do mesmo modo, sua referência temporal era toda a época do pós-guerra depois de 1921, e não meramente a obscuridade dos primeiros anos trinta. Para clarificar o alcance da mudança na perspectiva política que tentou teorizar, Gramsci construiu o preceito da “guerra de posição”. Válida para toda uma época e uma zona inteira de luta socialista, a ideia de uma “guerra de posição” teve, então, uma ressonância muito mais ampla que a da tática de frente única defendida, em outro tempo, pela Comintern. Mas foi nesse delicado ponto de transição no pensamento de Gramsci, em que buscava uma solução estratégica superior, quando caiu de cabeça no perigo.

Kautsky e a “estratégia de desgaste”

Porque, desconhecido para ele, Gramsci tinha um ilustre predecessor. Karl Kautsky, numa famosa polêmica com Rosa Luxemburgo, tinha argumentado, em 1910, que a classe operária alemã, em sua luta contra o capital, deveria adotar uma *Ermattungstrategie* – uma “estratégia de desgaste”. Havia contraposto explicitamente este conceito ao que chamava uma *Niederwerfungstrategie* – uma “estratégia de derrubada”. Não foi Kautsky quem criou essas palavras. Os usou da terminologia do maior debate sobre história militar então em curso entre acadêmicos e militares na Alemanha de Guilherme. O inventor da antítese entre *Ermattungstrategie* e *Niederwerfungstrategie* foi Hans Delbruck, o historiador militar mais original de seu tempo. Delbruck havia trazido pela primeira vez a sua teoria dos dois tipos de guerra em 1881, numa aula inaugural para a Universidade de Berlim, na qual contrastava as campanhas de Frederico II e Napoleão – as primeiras como um exemplo de estratégia prolongada de desgaste característica dos *antigos regimes* europeus, as segundas como o protótipo da estratégia rápida de derrubada inaugurada pelos exércitos populares de massas da época moderna. Contestado veementemente nos círculos acadêmicos prussianos, para quem a narração de Delbruck das guerras de Frederico era próxima de um ultraje, a teoria das duas estratégias foi desenvolvida por Delbruck numa série de escritos que culminaram em seu monumental *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der Politischen Geschichte*, que abarca a evolução da teoria e prática militar desde a antiguidade até o século XX. Os sucessivos volumes desta obra foram estudados ansiosamente nas fileiras do alto escalão alemão e, do mesmo modo, nas da socialdemocracia alemã. Schlieffen, chefe do Estado Maior, forjou meticulosamente

seus exercícios de guerra contra as categorias de Delbruck (optando eventualmente por uma estratégia de derrubamento, não de desgaste, em seu plano contra a França). Mehring, em *Die Neue Zeit*, recomendou entusiasticamente as histórias de Delbruck aos leitores da classe operária em 1908 como “a obra mais significativa produzida nos escritos históricos da Alemanha burguesa no novo século”. Num estudo sobre ela de umas cem páginas, Mehring insistiu na validade perene da oposição entre desgaste e derrubada para a arte da guerra. Terminava afirmando categoricamente que Delbruck havia escrito uma obra de “investigação científica em um terreno no qual o movimento operário moderno teria um interesse mais que meramente científico”.

Foi Kautsky quem deu, depois, o passo seguinte ao incluir os conceitos militares de Delbruck – sem reconhecê-lo – num debate político sobre as perspectivas estratégicas da luta proletária contra o capitalismo. A oportunidade de sua intervenção era transcendental. Porque foi com o fim de rebater a exigência de Luxemburgo de adotar as greves gerais combativas, durante a campanha do SPD pela democratização do sistema eleitoral neofeudal prussiano, quando Kautsky contrapôs a necessidade de uma mais prudente “guerra de desgaste” do proletariado alemão contra sua classe inimiga, sem os riscos que implicavam as greves de massas. A introdução da teoria das duas estratégias – desgaste e derrubada – foi, então, a verdadeira causa da funesta cisão dentro do marxismo ortodoxo alemão antes da Primeira Guerra Mundial.

A similaridade formal da oposição “estratégia de derrubada-estratégia de desgaste” e “guerra de manobra-guerra de posição” é, naturalmente, surpreendente. Entretanto, as analogias essenciais entre os dois pares de conceitos, nos textos de Kautsky e de Gramsci, são ainda mais desconcertantes. Porque, para apoiar seu argumento a favor da superioridade de uma estratégia de desgaste sobre uma estratégia de derrubada, Kautsky evocou *precisamente os mesmos contrastes históricos e geográficos* que Gramsci utilizaria em sua discussão da guerra de posição e da guerra de manobra. A coincidência é impressionante. Desse modo, Kautsky também apontou o predomínio de uma “estratégia de derrubada” (Gramsci: “guerra de manobra”) de 1789 até 1870, e sua substituição por uma “estratégia de desgaste” (Gramsci: “guerra de posição”) desde a queda da Comuna. “Através de uma coincidência de circunstâncias favoráveis, os revolucionários na França, durante os anos 1789-93, conseguiram derrubar o regime dominante num intrépido ataque de vários golpes decisivos”. Esta estratégia de derrubada era, então, a única utilizável para uma classe revolucionária, num Estado policial absolutista que excluía qualquer possibilidade de construir partidos, ou o exercício pelas massas populares de qualquer influência constitucional sobre o governo. Toda estratégia de desgaste tinha fracassado, porque o governo, enfrentando adversários que queriam se unir para uma resistência duradoura, sempre podia interceptar suas possibilidades de organização ou coordenação. Esta estratégia de derrubada estava ainda em pleno auge quando se fundou nosso partido na Alemanha. O êxito de Garibaldi na Itália e as brilhantes, ainda que eventualmente derrotadas, lutas da insurreição polaca, precederam imediatamente a agitação de Lassalle e a fundação da Internacional. A Comuna de Paris ocorreu pouco depois. Mas foi precisamente a Comuna que demonstrou que os dias de uma tática de derrubada já haviam passado. Estava adaptada a circunstâncias políticas caracterizadas por um capital dominante e um inadequado sistema de comunicações que tornava impossível concentrar rapidamente grandes massas de tropas a partir do campo; e a um nível de técnica urbanística e de equipamento militar que dava numerosas oportunidades à luta pelas ruas. Foi então quando se assentaram as bases de uma nova estratégia da classe revolucionária, que Engels finalmente contrapôs, tão agudamente, a velha estratégia revolucionária em sua introdução de *A luta de classes na França*, e que pode muito bem se qualificar como uma estratégia de desgaste. Essa estratégia nos permitiu, desde então, os mais brilhantes êxitos, dotou, de ano em ano, o proletariado com maior força e o colocou, mais do que nunca, no centro da política europeia”.

A essência desta estratégia de desgaste foram sucessivas campanhas eleitorais que, segundo Kautsky afirmava esperançosamente, deveriam dar ao SPD uma maioria numérica no Reichstag no ano seguinte. Ao negar que as greves agressivas de massas tiveram alguma relevância na conjuntura alemã do momento, Kautsky avançou na ideia de uma separação geopolítica entre Oriente e Ocidente. Na Rússia czarista, escreveu Kautsky, não havia sufrágio universal, nem direitos legais de reunião, nem liberdade de imprensa. Em 1906, o governo estava isolado no interior, o exército derrotado no estrangeiro e o campesinato insurreto por todo o vasto e descoordenado território imperial. Nestas circunstâncias, então, era possível uma estratégia de derrubada. Porque o proletariado russo, a quem faltavam direitos políticos e econômicos elementares, podia lançar uma greve geral revolucionária “amorfa e primitiva”, dirigida indiferentemente contra o governo e os patrões. A explosão acumulada de greves de massas na Rússia ascendeu depois espontaneamente até se converter numa luta contra o Estado. Consequentemente, a “política de violência” seguida pela classe operária russa encontrou sua derrota final. Mas sua estratégia de derrubada foi o produto natural do atraso histórico da sociedade russa.

“As condições para uma greve na Europa ocidental e, especialmente na Alemanha, são, entretanto, muito diferentes das da Rússia pré-revolucionária e revolucionária”. Na Europa ocidental, os operários eram mais

numerosos e estavam melhor organizados, e tinham desfrutado de liberdades cívicas há bastante tempo. Também enfrentavam um inimigo de classe mais forte, equipado – ainda mais na Alemanha – com um exército e uma burocracia disciplinados. O aparato estatal prussiano, de fato, era naquele momento o mais poderoso da Europa. A classe operária estava também mais isolada das outras classes do que na Rússia. Consequentemente, tumultuosas greves de massas como as que se produziram na Rússia durante 1905 eram inapropriadas no Ocidente. “Manifestações desta classe nunca tiveram lugar na Europa ocidental. Muito menos é provável que se produzam assim – não apesar de, mas sim por meio século de movimento socialista, organização socialdemocrata e liberdade política”. Nestas circunstâncias, impulsionar greves de massas para assegurar a reforma dos direitos políticos prussianos, como Luxemburgo exigia, só comprometeria as possibilidades do PSD nas próximas eleições ao Reichstag. Formalmente, Kautsky não negava que, na “batalha final” da luta de classes, também no Ocidente seria necessária uma transição à uma estratégia de derrubada. Mas a arma da greve de massas deveria se reservar exclusivamente para este compromisso decisivo, quando a vitória ou a derrota seriam totais. Por enquanto, “os combates preliminares não devem se dar com artilharia pesada”. O único caminho correto no Ocidente era uma estratégia de desgaste, lembrando a de Fabius Cunctator na antiga Roma.

A resposta de Luxemburgo

Luxemburgo, a quem Gramsci criticou por seu “misticismo” em seu texto central sobre Oriente e Ocidente, captou com imediata lucidez a lógica do contraste de Kautsky entre as duas zonas. A polémica entre eles justamente sobre esta questão, em 1910, foi precisamente a causa de sua histórica ruptura política com Kautsky, quatro anos antes que Lenin, que só compreendeu isso quando chegou a guerra de 1914.

Luxemburgo denunciou “toda a teoria das duas estratégias” e seu “bruto contraste entre a Rússia revolucionária e a Europa ocidental parlamentar”, como uma racionalização do rechaço de Kautsky das greves de massas e sua capitulação diante do eleitoralismo.

(...)

Classe sociais em *O Capital* de Marx: a centralidade do proletariado industrial

Gustavo Henrique Lopes Machado
(Leitura prévia obrigatória)

A tarefa da ciência consiste precisamente em explicar como opera a lei do valor. Consequentemente, se pretendemos explicar de uma só vez todos os fenômenos que parecem contradizer esta lei, seria necessário fazer ciência antes da ciência. (Karl Marx)

No presente artigo, pretendemos desenvolver a concepção de classes sociais presente nas obras de crítica da economia política de Marx, ou seja, *O Capital* e seus manuscritos preparatórios. O tema é demasiado amplo para ser tratado de maneira consistente e rigorosa em apenas um artigo. Motivo pelo qual iremos nos centrar em apenas dois aspectos: 1) o papel central desempenhado pelo proletariado industrial na sociedade capitalista; 2) a dimensão improdutiva do trabalho assalariado não produtor de mercadorias, comumente designado de serviços.

Esse tema é particularmente importante nos dias de hoje. Como se sabe, o marxismo surge no século XIX procurando vincular a luta pelo socialismo ao proletariado e, particularmente, ao proletariado industrial, o “produto mais genuíno” da sociedade capitalista. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, quando se verificou uma redução numérica do proletariado industrial nos países centrais ao mesmo tempo que um significativo crescimento dos ditos serviços, bem como uma divisão internacional do trabalho cada vez mais complexa e desigualmente distribuída entre o conjunto dos países do globo; não foram poucos os que procuraram dissolver a especificidade do proletariado industrial no conjunto dos assalariados. Para tal, toda a complexa teia de relações entre os diversos tipos particulares de capital foram dissolvidas na abstrata noção de trabalho produtor de mais-valia. Nessa aceção, basta ser um trabalhador assalariado empregado por um capitalista que diferença alguma existiria entre os diversos setores do proletariado e, consequentemente, nenhum papel maior estaria reservado ao proletariado industrial na estratégia da revolução socialista.

Caso não se tenha clareza sobre o tema aqui em debate, uma organização marxista corre o risco de substituir a importância do trabalho estrutural de base a partir do local de trabalho – portanto, lento e difícil – pela abstração do “povo nas ruas”; a conquista da maior parte das massas pela classe operária com um programa revolucionário, pela abstração de um “partido de massas” sem delimitação de classe. Em suma, corre-se o

risco de desvincular o programa de sua respectiva base social, vínculo esse que vem a ser exatamente a especificidade do marxismo frente a todas demais correntes utópicas e reformistas.

Apesar disso, devemos dizer que tal postura não surpreende. É muito comum, diante das dificuldades de todos os tipos colocadas em cada período histórico, que ativistas marxistas honestos, todavia, impacientes e apressados, procurem criar ou aderir a teorias reconfortantes tendo em vista seus objetivos e os meios para alcançá-lo. Elaboraões que, por meio da extração de importantes domínios da realidade, conferem a ilusão de que seus fins possam ser atingidos de modo mais rápido e fácil. Seria possível mencionar dezenas de exemplos nesse sentido. Mesmo assim, tais teorias e seus respectivos formuladores fazem muito sucesso, pois correspondem ao que muitos anseiam escutar. Nasce, desse modo, um marxismo envergonhado de si mesmo, tímido e defensivo. Que tem sempre muito a dizer, mas quase nada a propor, exceto a insistência na necessidade do novo. Um novo que eles não sabem explicar exatamente o que é. Surgem, assim, seguindo a metáfora que Trotsky aplicara a Kautsky, verdadeiros “leões sem juba”.

Contra toda esta verbosidade que insiste em buscar atalhos miraculosos, para nós, cabe examinar a realidade tal como ela é. E, principalmente, ter clara consciência das dificuldades que esta impõe, bem como das possibilidades reais que ela oferece. Antes, contudo, de adentrarmos no cerne de nosso tema, cabe alguns comentários preliminares sobre *O Capital* de Marx. Livro que servirá de base para o argumento desenvolvido ao longo de todo artigo.

A importância de retomarmos *O Capital* de Marx

É inútil procurarmos qualquer fundamentação consistente sobre as classes sociais na sociedade capitalista no *Manifesto Comunista*. O *Manifesto* é, sem dúvida, um texto fundamental e imprescindível. No entanto, a fundamentação teórica das teses lá expostas se encontra, sempre, em outro lugar. Particularmente, na obra principal de Marx: *O Capital*.

Infelizmente, nas últimas décadas, *O Capital* foi esquecido no interior das organizações marxistas, substituído por manuais recheados de problemas e relegado para os guetos acadêmicos que nele procuram, comumente, questões abstratas e completamente descoladas da luta de classes e da transformação revolucionária da sociedade. Apesar de não ser um programa, *O Capital* é a pedra basilar a partir da qual floresceu toda elaboração marxista que se seguiu. Trata-se do maior patrimônio teórico do movimento operário. É urgente resgatá-lo.

Contudo, qual a importância de se reexaminar o papel do proletariado industrial na sociedade capitalista com base numa obra escrita 150 anos atrás? Seriam meros apontamentos teóricos sem qualquer implicação maior nos embates reais que se desenrolam diariamente? Conceitos abstratos afastados das “tarefas políticas concretas”? Ora, é evidente que na luta cotidiana entre as classes sociais interferem inumeráveis aspectos de ordens diversas: políticos, ideológicos, históricos, conjunturais e assim por diante. A análise empreendida por Marx em *O Capital* não pretende, sob nenhum aspecto, eliminar esse conjunto sempre variável e presente de influências. Não se trata disso.

Como se sabe, Marx repetiu e repetiu, até a exaustão, a necessidade de se compreender primeiro as determinações contidas naquele domínio que a tradição consagrou sob o nome de “infraestrutura”, isto é, aquelas determinações relacionadas à forma de relacionamento entre os homens tendo em vista se apropriar da natureza. A vulgata stalinista, é sabido, colocou esta pedra basilar do pensamento marxista em termos de causalidade ou determinismo. Assim concebido, todos demais aspectos da sociedade seriam deduzidos ou causados pelo fator econômico. Ora, para negar essa acepção stalinista – mecânica, estapista e fatalista – a maior parte dos teóricos marxistas cometeram o erro oposto: trataram outros domínios da realidade como a política, a cultura ou a consciência de forma completamente autonomizada e separada de sua base econômico-social. Por isso, é necessário, aqui, alguns esclarecimentos no intuito de restituir *O Capital* de Marx o seu devido lugar.

Em verdade, o termo economia não era tomado por Marx no sentido autonomizado e restrito atualmente em voga. Economia significa, para ele, a forma social através da qual se efetiva as relações entre as pessoas no processo de produção. Não se trata, portanto, de reduzir as relações sociais a categorias econômicas. Pelo contrário, trata-se de mostrar que as categorias econômicas são relações sociais. Mas, se paramos por aqui, não explicamos absolutamente nada. As relações econômico-sociais ou as relações de produção expressam um tipo específico e fundamental de relações sociais. As especificidades destas determinações ditas econômicas ou infraestruturais é que traduzem nexos, determinações ou características necessárias numa dada forma de organização social. Diversamente da política, do Estado, da cultura que, numa mesma forma de sociedade, podem se exprimir em formas diversas; as relações de produção expressam aqueles nexos fundamentais que fazem de uma dada forma de sociedade aquilo que é, aquilo que ela tem, necessariamente, de reproduzir para continuar a existir. Por isso, elas não determinam unilateralmente as demais esferas da vida social, mas constituem o ponto de partida para sua adequada compreensão.

Sejamos mais precisos. As categorias expostas em *O Capital*, se se quiser, estruturais, como mercadoria, valor, trabalho abstrato, dinheiro, mais-valia absoluta e relativa, cooperação industrial, classe trabalhadora e capitalista e assim por diante, expressam relações necessárias nesse modo de produção. São elas que devem ser destruídas pela revolução socialista e é a partir delas que as formas superestruturais ganham sua efetividade, quer atuem no sentido da manutenção dessa forma social, quer atuem para sua dissolução. É essa base fundamental que Marx analisa em *O Capital*.

Explicar, portanto, a natureza das classes sociais, um período ou etapa histórica a partir de elementos puramente subjetivos, políticos ou ideológicos constitui, e sempre constituiu, na matriz das concepções burguesas e marxistas vulgares. Como na citação de Marx que usamos como epígrafe, os que assim procedem, procuram “fazer ciência antes da ciência”. Seguimos, nesse caso, as lúcidas palavras do economista russo Eugeny Preobrajensky:

Procurando justificar suas objeções, meus oponentes apoiam-se sobre uma frase que Lenin gostava de repetir, segundo a qual a política é a economia concentrada. Entretanto, eles não mostram como, para compreender esta concentração, é possível evitar a análise prévia do que se concentra na política. De resto, se lhes agradam começar a análise onde habitualmente os marxistas a terminam, que tentem. Nós escutamos. De minha parte, permaneço no campo do marxismo e considero que é necessário começar a análise a partir da infraestrutura, a partir das regulações da vida econômica e explicar, em seguida, a necessidade de determinada política. [... isto é,] para [somente] em seguida, tentar compreender por que a resultante da vida real segue precisamente tal linha e não outra. (PREOBRJENSKY, 1979, p.70)

Compreender, desse modo, o papel social dos distintos setores do proletariado na produção da riqueza capitalista não assegura de antemão como tais setores irão se comportar nesse ou naquele cenário. No entanto, indica seu papel social, isto é, como necessariamente se articulam no interior do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, sua maior ou menor importância estratégica para um partido revolucionário que tem em mira exatamente revolucionar esse modo de produção. Motivo pelo qual pretendemos continuar com o método de Marx e, antes de procurar explicar todos os fenômenos que se passam diante de nossos olhos justapondo artificialmente elementos superestruturais, é necessário capturar o papel social de cada um dos estratos que compõem o proletariado no interior do processo global de produção de capital.

Por fim, cabe, ainda, alguns comentários prévios sobre a noção de trabalho produtivo e improdutivo em Marx. Como se sabe, é um dos temas mais polêmicos de sua obra. E isto tem sua razão de ser. Não existe um tratamento “sistemático” dessa questão em lugar algum no conjunto de seus escritos. Ela aparece de maneira mais desenvolvida e ocupando um espaço significativo no primeiro volume das *Teorias de Mais-Valia* e no chamado “Capítulo Inédito” de *O Capital*. Em ambos os casos, a questão do trabalho produtivo e improdutivo aparece sempre a partir do diálogo com outros economistas e, como não poderia deixar de ser, a argumentação se baseia na contraposição de Marx frente às posições destes. Nos *Grundrisse*, o tema é tratado aqui e ali de maneira esparsa e sempre remetendo a algum aspecto muito particular do problema. Sempre é bom lembrar que todos estes textos são anotações pessoais não destinadas à publicação. Esse quadro justifica, em grande medida, a ausência de clareza em alguns aspectos no tratamento desta questão por Marx.

Já nos três livros de *O Capital*, em que o centro não é a polêmica com outros autores, mas a exposição crítica da sociedade burguesa, não existe um só capítulo ou mesmo um item separado destinado a esse tema, que aparece apenas no que podemos chamar de breves digressões de Marx referentes ao trabalho produtivo e improdutivo.

Essa “ausência de clareza” tem sua razão de ser. Não existia, nos tempos de Marx, organizações socialistas que negavam a centralidade do proletariado industrial em relação ao proletariado no geral. Mesmo a socialdemocracia dos tempos de Lenin e Trotsky não colocavam em xeque essa questão. Por isso, até a Segunda Guerra, escrever artigos sustentando a centralidade do proletariado industrial era, por assim dizer, “chover no molhado”.

Marx, por exemplo, polemizava com concepções como as de Weitling, Bakunin e Blanqui que, regra geral, negavam qualquer papel fundamental ao proletariado na destruição da sociedade capitalista. Esses autores possuíam elaborações de fundamentação moral ou ética, sem levar em conta sua base econômico-social, pondo qualquer setor oprimido da sociedade como sujeitos de um processo revolucionário, trabalhadores, camponeses, presidiários etc. Esse é o motivo de Marx se dedicar mais a expor as diferenças do trabalho assalariado em relação às demais classes da sociedade do que ao papel fundamental do proletariado industrial em relação ao restante do proletariado.

Por outro lado, Marx polemizava também com autores como Adam Smith que, em sua teoria do trabalho produtivo e improdutivo, levava em conta unicamente a produção de mercadorias, desprezando se essa era produzida por um trabalhador direto ou sob a forma capitalista. Esse é o motivo, portanto, de Marx destacar tantas e tantas vezes que para ser produtivo para o capital, não basta produzir algo material ou mesmo mercadoria, como veremos mais adiante.

Pensamos que o modo ideal de esclarecer tais questões é percorrermos os três volumes de *O Capital* explicitando o papel dos distintos estratos dos trabalhadores assalariados na exata medida que as próprias categorias do modo de produção capitalista são desenvolvidas. Evidentemente, neste artigo, longe estamos de querer percorrer esse caminho. Propomo-nos, então, a examinar algumas noções e categorias que, pensamos, estão no cerne de toda confusão em torno desse tema. A começar pela categoria mercadoria.

Existem mercadorias “imateriais”?

Sejamos diretos. Nos dias de hoje, e nas elaborações mais recentes, em particular aquelas da academia, esqueceu-se até mesmo o que é uma mercadoria. Muito se fala das mercadorias imateriais. Assim, por exemplo, um professor seria produtor de uma mercadoria imaterial chamada “aula”, um médico produtor de uma mercadoria imaterial chamada “consulta”, o cantor da mercadoria “show” e assim sucessivamente. É muito importante esclarecer essa questão. Sem isso, é impossível avançar um centímetro no problema.

Em verdade, tais formulações já eram conhecidas por Marx, e a elas reserva profunda ironia e, para dizer a verdade, sequer as considera dignas de serem desenvolvidas em seus pormenores. Vejamos uma das passagens em que Marx comenta sobre os produtores das supostas mercadorias “imateriais”:

Segundo Storch, o médico produz saúde (mas também doença); professores e escritores, as luzes (mas também o obscurantismo); poetas, pintores etc., bom gosto (mas também mau gosto); os moralistas etc., os costumes; os padres, o culto; o trabalho dos soberanos, a segurança etc. (pp. 347 a 350). Por igual poder-se-ia dizer que a doença produz os médicos; a ignorância, professores e escritores; o mau gosto, poetas e pintores; a devassidão, moralistas; a superstição, padres; e a insegurança geral, soberanos. (MARX, 1980, p. 269)

Nos cadernos preparatórios para *O Capital* de 1861-1863, vemos uma passagem análoga:

Um filósofo produz ideias, um poeta, poemas, um pastor, sermões, um professor, compêndios etc. Um criminoso produz crimes. Considerando-se mais de perto a ligação deste último ramo de produção com os limites da sociedade, então se abandonam muitos preconceitos. O criminoso não produz apenas crimes, mas também direito criminal e, com isso, também o professor que profere cursos sobre direito criminal e, além disso, o inevitável compêndio com o qual esse mesmo professor lança suas conferências como “mercadoria” no mercado geral. Com isso, ocorre aumento da riqueza nacional, prescindindo todo prazer privado que o manuscrito do compêndio proporcionou ao seu próprio autor [...]. (MARX, 2010, p. 355).

E Marx prossegue com sua ironia por duas páginas mais, colocando o criminoso como um dos trabalhadores mais produtivos da sociedade. Esta é a maneira como o autor de *O Capital* trata os adeptos do “trabalho imaterial”. Observem que, apesar do tom jocoso, todo conjunto de consequências “produzidas” pela ação do criminoso, apenas a produção do compêndio de direito criminal será tratado como aumentando a riqueza nacional. Observe, ainda, que o termo mercadoria aplicado às aulas que o professor de direito criminal oferece, aparece, ironicamente, entre aspas. Afinal, a força de trabalho de um professor de qualquer matéria, engenharia ou teologia, é uma mercadoria, mas sua atividade não produz mercadoria alguma, não importa a utilidade que possa ter para a sociedade. Vejamos a questão em seus pormenores.

Marx inicia *O Capital* afirmando que a “riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias”. Ora, sendo a mercadoria a forma elementar da riqueza, a exposição principia por ela, numa famosa passagem em que:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1996, p. 154)

É um grande enigma que muitos autores tenham visto nesse parágrafo inicial de *O Capital* a justificativa de que as mercadorias possam ser materiais e também “imateriais”, dado que as necessidades que elas satisfazem podem se originar do “estômago ou da fantasia” ou, segundo outras traduções, “da imaginação” ou “do espírito”. Não é tanto uma questão de interpretação, mas de gramática. Não são as mercadorias que podem ser “fantasia”, “imaginação” ou “espírito”, mas as necessidades que elas satisfazem. Assim, uma televisão, um livro, um DVD, um videogame etc., satisfazem o espírito e não o estômago. A passagem afirma o contrário, que a mercadoria, forma elementar da riqueza, é uma coisa, um objeto externo. Enquanto objeto externo ela não pode ser um conjunto de valores e conhecimentos internos aos indivíduos, mas se encontra fora deles, como algo que transcende os indivíduos e suas respectivas capacidades, apenas se ligando a eles exteriormente.

No entanto, de fato, esse é apenas o modo como as mercadorias aparecem. Fosse elas determinadas unicamente pela sua materialidade e pela satisfação das necessidades humanas, seriam mercadorias, inclusive, aqueles objetos de algum modo úteis que encontramos prontos para o consumo na natureza. Ou aqueles que um camponês produz para o próprio consumo ou de sua família. Para ser mercadoria, não é suficiente, também, o fato de ser um produto do trabalho humano. Fosse esse o caso, ela não seria a forma elementar da riqueza capitalista, mas de toda e qualquer forma de sociedade. Antes disso, para “tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1996, p. 154).

Este é o conceito mais preciso e determinado de mercadoria presente num adendo de Engels ao primeiro livro de *O Capital*. Não basta ser uma coisa material, antes disso, a mercadoria é unidade de valor de uso e valor e, enquanto tal, um valor de uso social, ou seja, por meio da troca no mercado, ela é um valor de uso para outro que aquele que a produziu. A mercadoria é, assim, especificada frente aos produtos do trabalho no geral como uma forma social particular destes. Em suma, Marx supera a forma unilateral e abstrata em que a mercadoria foi inicialmente considerada. Não porque seu aspecto de objeto externo foi suprimido, mas porque, além de um produto do trabalho e, enquanto tal, valor de uso, ela é também valor, isto é, uma relação social, não uma simples coisa, mas uma relação social que se efetiva em e através de coisas.

Por isso Marx diz ser a mercadoria uma coisa “sensível-suprasensível”, ou como prefere a tradução da Abril Cultural, uma coisa “física metafísica”. Afinal, como “valor de uso, não há nada misterioso nela[a mercadoria], quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano” (MARX, 1996, p. 197). Já quanto ao seu valor, uma mercadoria é expressão de uma relação social que lhe atribui um valor a partir da equiparação do conjunto das mercadorias no mercado.

Uma mercadoria mesa, por exemplo, não se constitui unicamente por suas propriedades materiais e úteis, “ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica” (MARX, 1996, p. 197). Isto é assim porque sua determinação de valor não é palpável nem acessível aos sentidos, não por ser algo imaterial, mas por conter uma propriedade social, posta por uma dada forma de relação entre as pessoas, que parece ser algo que a mercadoria tem por natureza. Podemos virar e revirar a mercadoria mesa como quiser e não encontraremos seu valor. Para tal, a análise deve se dirigir ao “caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 1996, p. 197). Daí seu aspecto enigmático, obscuro, nas palavras de Marx, quase teológico e metafísico. Sejam mais diretos. Marx diz que uma mercadoria é algo sensível-suprasensível não é pelo fato de poder ser “imaterial”, mas por possuir uma propriedade que não é perceptível pelos sentidos, a propriedade social de ser valor.

Numerosas passagens poderiam ser mencionadas nesse sentido, isto é, apesar de não se definir pelo mero atributo de ser material, a mercadoria pressupõe estas coisas materiais e sensíveis como suporte de suas propriedades sociais. Por exemplo, no Livro Primeiro de *O Capital*, Marx faz a seguinte citação de Jean-Batiste Say: “Não é o material que constitui o capital, mas o valor desses materiais” (MARX, 1996, p. 273). Outra citação, particularmente interessante, tendo em vista nossos propósitos, encontra-se nas *Teorias de Mais-Valia*, onde se diz: “Mercadoria – no que a distingue da própria força de trabalho – é coisa que se contrapõe materialmente ao ser humano, de certa utilidade, e onde se fixa, se materializa quantidade determinada de trabalho” (MARX, 1974, p. 143). Como se vê, mercadoria é uma “coisa que se contrapõe materialmente ao ser humano”. Exceto a força de trabalho. As mercadorias são, portanto, de dois tipos:

1. Objetivos: Coisas, objetos externos sensíveis que servem de valor de uso para outros por meio da troca. Isto é, unidade de valor de uso e valor. Uma coisa social ou uma relação social que possui estas coisas materiais, os produtos do trabalho, como suporte.

2. Subjetivas: A força de trabalho.

Com isso, nossa exposição marcha rumo a outro tipo específico de mercadoria presente na sociedade capitalista: a força de trabalho.

Como se sabe, o modo capitalista de produção pressupõe o desenvolvimento e a generalização de uma mercadoria em particular: a força de trabalho. Isto significa que o indivíduo que trabalha não está mais ligado diretamente a uma comunidade, como nas sociedades primitivas, nem ligado diretamente a um senhor e à terra, como é o caso da servidão, nem é ele próprio mercadoria, como na escravidão; mas vende no mercado sua capacidade para um dado tipo de atividade ou trabalho. A força de trabalho é uma mercadoria porque satisfaz as duas determinações que constituem a sua natureza social: possui um valor de uso, o trabalho, e, enquanto algo existente para a troca, possui também um valor, medido pelo tempo socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho enquanto tal. Em resumo, “a mercadoria se patenteia trabalho pretérito, objetivado e que, por isso, se não aparece na forma de uma coisa, só pode aparecer na forma da própria força de trabalho” (MARX, 1974, p. 151).

Embora a força de trabalho tenha como suportes materiais os indivíduos dela portadores, ela mesma é uma mera potência para realização de algo, mera capacidade para efetivar um tipo determinado de trabalho. Sendo assim, porque naquela definição inicial Marx caracterizara a mercadoria como um “objeto externo”,

uma coisa exterior aos indivíduos, se a força de trabalho é exatamente aquilo que os indivíduos possuem em si mesmos, algo subjetivo, e, enquanto tal, não materializada em algo externo?

Acontece que, apesar de ser mercadoria, a força de trabalho não é uma forma elementar da riqueza e não constitui a imensa coleção de mercadorias que configura a riqueza do modo de produção capitalista. Embora seja valor e, enquanto tal, corresponda à soma global de valores da sociedade, ela não valoriza imediatamente o capital, nem corresponde à riqueza que este tem como base. Em primeiro lugar, porque a força de trabalho jamais é propriedade do capital, mas do trabalhador que a vende. O capitalista paga o valor da força de trabalho para receber, como em toda troca de mercadorias, apenas seu valor de uso. É o valor de uso da força de trabalho, isto é, o trabalho, que produz riqueza e valor, inclusive o mais-valor que o capitalista se apropria de modo a acumular capital. É o consumo da força de trabalho que produz riqueza, tanto para o capitalista, quanto a parte que aflui ao trabalhador na forma de salário. Daí o caráter absolutamente específico da mercadoria força de trabalho, que pode até ser uma riqueza para o indivíduo dela possuidor, mas não para capital.

Esclarecido, então, o significado social preciso das mercadorias, resta-nos examinar, mais de perto, aquelas atividades não produtoras de mercadorias, atividades que se vendem diretamente como serviços ao consumidor final.

Os Serviços

Pra início de conversa, em Marx, o termo serviço não é usado em sua acepção comum. Para ele, um “serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho” (MARX, 1996, p. 310). Assim considerado, o efeito útil da força de trabalho de um operário, isto é, o seu trabalho, é um serviço. O termo serviço, portanto, não traduz nenhum aspecto específico da sociedade capitalista. O serviço está para o trabalho assalariado como o produto para a mercadoria, sua determinação abstrata e a-histórica. Por isso, Marx pode dizer que o “‘serviço’ é o trabalho sob o aspecto exclusivo de valor de uso [...], do mesmo modo que na palavra ‘produto’ se suprime a natureza da mercadoria e a contradição nela contida” (MARX, 1980, p. 937).

Mas isto não significa que a categoria de serviços está de todo ausente na crítica da economia política de Marx. Ela serve, em alguns escritos, justamente para designar a troca de mercadorias em que se vende diretamente a própria atividade e não o produto da atividade. Nas palavras do próprio Marx: “Quando o dinheiro se troca diretamente por trabalho, sem produzir capital e sem ser, portanto, produtivo, compra-se o trabalho como serviço, o que de modo geral não passa de uma expressão para o valor de uso especial que o trabalho proporciona como qualquer outra mercadoria” (MARX, 1980, p. 398).

Dito isso, abordaremos, a partir de agora, os serviços entendidos como atividades não produtoras de mercadoria. Ou seja, quando o que é vendido é a própria atividade humana – como no caso do professor, do artista – e não o produto dessa atividade materializado em algo. Por razões metodológicas, todavia, examinaremos, primeiramente, a troca direta de dinheiro por um serviço, sem que seu executor seja empregado por um capitalista. Somente feito esse percurso, poderemos, em seguida, esclarecer o papel dos serviços produtores de mais-valor e explicitar em que sentido são produtivos e em que sentido não. No entanto, para chegarmos lá, necessário se faz esclarecer toda uma série de aspectos específicos dos serviços considerados em sua forma mais geral, desenvolvidos por Marx de maneira pormenorizada em interessantes digressões sobre o tema nos *Grundrisse* e retomado em obras posteriores.

O primeiro traço distintivo dos serviços, assim compreendido, é, evidentemente, o fato de pertencer à esfera da troca simples de mercadorias ou da circulação simples de mercadorias (M-D-M), dado que é trocado diretamente por dinheiro, sem mediação do capitalista e, conseqüentemente, sem produção de mais-valor e capital (D-M-D’). Por exemplo, o “lenhador lhe dá seu serviço, um valor de uso que não aumenta o capital, mas no qual ele se consome, e o capitalista lhe dá em troca outra mercadoria sob a forma de dinheiro” (MARX, 2011, p. 212). Em suma, a troca de dinheiro por trabalho vivo “não constitui nem o capital, por um lado, nem o trabalho assalariado, por outro. Toda a classe dos assim chamados serviços, do engraxate até o rei, pertence a essa categoria” (MARX, 2011, p. 382).

Qual é, então, o traço específico da equação da troca simples de mercadoria: M-DM, quando um dos polos não é um produto do trabalho, mas o trabalho mesmo ou uma mera prestação de serviço? Ora, segundo Marx, na “mera prestação de serviços temos **apenas consumo de renda** e não produção de capital” (MARX, 2011, p. 212). Como estamos a considerar, provisoriamente, os serviços unicamente no caso em que são trocados diretamente por dinheiro com o consumidor final, como o cabeleireiro ou advogado que vende diretamente seu serviço a um cliente, sem a existência de um capitalista, não há nada de surpreendente no fato dessa relação não produzir capital. Da mesma forma, um camponês que vende diretamente seu produto no mercado não produz capital.

Porém, nesse trecho, já se insinua uma diferença radical dos serviços em relação a um camponês proprietário de seu produto. Apesar de ambos não produzirem capital, Marx diz que, no caso do serviço, existe “consumo de renda”, enquanto no caso do camponês proprietário sabemos que existe produção de valor cujo suporte é sua mercadoria. Em outro trecho dos *Grundrisse*, Marx é ainda mais explícito: no caso dos serviços

a “troca não é um ato de enriquecimento, não é ato de criação de valor, mas de desvalorização dos valores existentes em sua posse” (MARX, 2011, p. 384). E complementa de maneira taxativa: “Não é necessária uma discussão pormenorizada para demonstrar que consumir dinheiro não é produzir dinheiro” (MARX, 2011, p. 384). Isso significa que a “**classe de serviço não vive de capital, mas de renda**. Diferença fundamental entre essa classe de serviço e a classe trabalhadora” (MARX, 2011, p. 324).

Como se vê, mesmo neste nível abstrato de análise, existe uma diferença abismal entre o trabalhador que vende o produto por ele mesmo produzido e a atividade vendida diretamente no mercado enquanto serviço. O primeiro produz riqueza, enquanto o segundo a consome, o primeiro produz mercadoria e a troca por outra sem valorizar o capital, enquanto o segundo nada produz, apenas se apossando de parte do valor produzido por outros mediante o serviço realizado. O artesão, por exemplo, não produz riqueza como capital, mas produz riqueza em sua acepção geral, como valor de uso, suporte do valor que é trocado. Já o serviçal não produz valor algum, consumindo-o pura e simplesmente, não importa quão útil para a sociedade seja ou não o serviço que realiza.

É importante notar que o tema em questão não é a utilidade do que se produz ou do serviço realizado. Não está em questão o fato óbvio de que diversos serviços são imprescindíveis para a sociedade e seus respectivos indivíduos. O que estamos discutindo é o papel dessas atividades na ampliação ou não da riqueza do modo de produção capitalista. É unicamente nesse contexto que a utilidade do produto ou do serviço não tem a menor relevância. Para o capital importa unicamente a autovalorização de seu capital, não importa se o que produz são livros, armas ou salsichas. Como diz Marx, “esse trabalhador ‘produtivo’ está tão interessado na merda que tem de fazer quanto o próprio capitalista que o emprega e que não dá a mínima para a porcaria” (MARX, 2011, p. 213).

Em resumo, o setor de serviço, tal como consideramos até agora, além de não produzir capital em sua forma histórica específica, sequer produz riqueza em sua acepção genérica, presente em todas as formas de produção, enquanto mera produção de valores de uso. Não poderia ser de outro modo, afinal, é “natural que não produzam mercadorias [os serviços], pois a mercadoria como tal não é objeto imediato de consumo e sim portadora do valor de troca” (MARX, 1974, p. 138).

Isto é assim porque nas “prestações de serviços pessoais, [...] o valor de uso é consumido enquanto tal sem passar da forma de movimento para a forma de coisa” (MARX, 2011, p. 383). Eis uma afirmação fundamental. Ao não passar “da forma de movimento para a forma de coisa”, os serviços não criam riqueza alguma, mas tão somente permite ao seu executor consumir, mediante seu serviço, uma quota da riqueza produzida, ainda que com a mediação do dinheiro. “Por essa razão, tal ato [os serviços] também **não é um ato produtor de riqueza, mas consumidor de riqueza**” (MARX, 2011, p. 383). Parece inacreditável que boa parte dos estudiosos de Marx na atualidade não tenham se atentado para a diferença nada sutil entre produzir e consumir. Entre produzir riqueza e consumi-la na forma de renda.

Cabe, então, responder a uma pergunta fundamental: se todo serviço é mero consumo de riqueza, renda, como explicar a acumulação de capital daquele capitalista que emprega trabalhadores não produtores de mercadorias? Se as atividades não produtoras de mercadorias não produzem sequer valor, ao contrário, os consome, como é possível acumular capital empregando meros serviçais? Veremos essa questão no próximo item, que trata exatamente da noção do trabalho produtivo e improdutivo.

Serviços: produtivos ou improdutivo?

Penetremos agora no cerne de toda confusão. Do que expomos acima, é correto dizer que apenas o proletariado industrial, produtor de mercadorias, é produtivo? E, conseqüentemente, todos os serviços são indistintamente improdutivo? Depende. Duas são as abordagens absolutamente equivocadas que procuram sustentar essa posição:

1. Na primeira delas, argumenta-se que somente o trabalho produtor de mercadorias é produtivo porque, em Marx, trabalho envolveria metabolismo entre homem e natureza, apropriação dos recursos naturais e transformação em algo material. Essa abordagem, comum entre certos lukacsianos, não propriamente em Lukács, é um disparate. O trabalho entendido enquanto metabolismo entre homem e natureza não é fundamento das sociedades humanas no geral, mas o trabalho tomado em sua forma mais abstrata, comum a todas as formas sociais. Com essa acepção de trabalho não conseguimos sequer diferenciar o trabalho assalariado daquele dos servos, dos escravos ou do trabalho coletivo primitivo. O que fundamenta uma forma de sociedade, para Marx, são seus traços específicos em relação a outras formas de sociedade e não os genéricos. A confusão repousa no fato de Marx sempre partir das determinações comuns a todas as formas sociais – como produto, valor de uso, trabalho concreto, cooperação simples, apropriação do trabalho excedente – e, somente depois, partir para aquelas mais específicas, históricas e fundamentais – como mercadoria, valor, trabalho abstrato, cooperação industrial, mais-valia. Segundo Marx, já no Livro Primeiro de *O Capital*, esta “determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta,

de modo algum, para o processo de produção capitalista” (MARX, 1996, p.310). Não fosse esse o caso, seria produtivo para o capital o trabalho de um camponês que produz para seu consumo próprio e de sua família.

2. Outra abordagem, diz que para ser produtivo basta produzir mercadorias. Sendo improdutivo aqueles que não produzem mercadorias. Ora, essa abordagem, semelhante à de Adam Smith, também é inadequada. Para que a produção seja capitalista, não basta produzir mercadorias, o que existe há milênios, é necessário a produção de mercadorias sob o comando de um capitalista, o que inclui a forma trabalho assalariado. Fosse produtivo unicamente o trabalho produtor de mercadorias, o trabalho de um camponês ou artesão, que vende seu produto no mercado, seria produtivo para o capital, o que é falso.

Dito isso, vejamos, então, como a questão é analisada por Marx.

Em primeiro lugar, no modo de produção capitalista, a noção de trabalho produtivo pode ser vista sob uma dupla perspectiva: de sua ampliação e, ao mesmo tempo, de sua restrição. De início, o capitalismo alarga a noção de trabalho produtivo em relação aos modos de produção anteriores. Afinal, nesse modo de produção, “o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia [...] necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo” (MARX, 1996b, p.136). Agora, para “trabalhar produtivamente, já não é necessário [...] por pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções” (MARX, 1996b, p.136). Como se nota, no capitalismo, na “categoria de trabalhadores produtivos figuram naturalmente os que, seja como for, contribuem para produzir a mercadoria, desde o verdadeiro trabalhador manual até o gerente, o engenheiro (distintos do capitalista)” (MARX, 1974, p. 136). Aqui temos claramente um alargamento da noção de trabalho produtivo. Do ponto de vista histórico, essa ampliação é da mais alta relevância, afinal, em sociedades como a da Grécia antiga, o pensamento e a ciência permaneciam, regra geral, a margem do processo de trabalho, sendo, portanto, improdutivo. Agora, um trabalhador intelectual, desde que imerso no trabalho coletivo de uma empresa capitalista produtora de mercadorias, é um trabalhador produtivo.

Na sequência, Marx explica que, por “outro lado, [...] o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 1996b, p.136). Ora, o que garante a acumulação de capital por parte de um capitalista não é o tipo específico de valor de uso que este oferece aos consumidores no mercado, tampouco a natureza específica do trabalho que comanda, mas a extração de mais-valia daquele que vende sua força de trabalho como mercadoria. Disso se segue que apenas “é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1996, p.136). Temos claramente um estreitamento da noção de trabalho produtivo, já que, agora, não basta existir metabolismo entre homem e natureza, não basta tampouco produzir mercadorias, mas é necessário produzir mercadorias sob a forma capitalista. No entanto, o que dizer daquelas atividades exploradas sob a forma capitalista, mas que, todavia, não produzem mercadorias?

Nas *Teorias de Mais Valia*, esta questão é desenvolvida de forma precisa. Segundo Marx, “só o trabalho que produz capital é trabalho produtivo” (MARX, 1974, p. 136). “Assim, também fica absolutamente estabelecido o que é trabalho improdutivo. É trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro” (MARX, 1974, p. 136). Em outras palavras, as definições de trabalho improdutivo e produtivo “não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza” (MARX, 1974, p. 136). Afinal, é “uma definição do trabalho, a qual não deriva de seu conteúdo ou resultado, mas de sua forma social específica” (MARX, 1974, p. 138). Assim considerado, “um ator por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário”. Por outro lado, “um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é trabalhador improdutivo” (MARX, 1974, p.137).

Neste ponto, a maior parte dos comentaristas encerra a questão. Trabalho produtivo é aquele produtor de mais-valia para um capitalista, de onde se segue que não existe diferença social alguma entre o trabalho produtor de mercadorias e o trabalho não produtor de mercadorias, contando que produzam, ambos, mais-valia. Não percebem, por exemplo, que ao considerar que apenas o trabalho produtor de mais-valia é produtivo, Marx diz, no “Livro Primeiro” de *O Capital*, que a acepção de trabalho produtivo “se estreita”, antes de se ampliar. Ou seja, para ser produtivo, além de produzir mercadoria, tem, também, de produzi-la sob o comando de um capitalista. Ora, como explicar então, as afirmações taxativas de Marx de que um professor, cantor ou palhaço, desde que produtores de mais-valia, são trabalhadores produtivos? Como sair dessa desconcertante contradição?

Acontece que a maior parte dos autores que tratou da presente questão se esqueceu de uma pergunta fundamental: **produtivo em relação a quê?** Somente uma razão metafísica pode falar em algo produtivo em si mesmo, produtivo no geral, assim como absolutizar qualquer outra noção ou categoria. Antes de responder a questão de se tal ou qual trabalho é produtivo, é necessário esclarecer a que se refere tal produtividade. Vejamos um exemplo. Nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx observa que todo “serviço é produtivo para quem

o vende. Jurar falso é produtivo para quem o faz por dinheiro vivo. Falsificar documentos é produtivo para quem é pago por isso. Assassinar é produtivo para quem é pago pelo homicídio. O negócio de sicofanta, delator, malandro, parasita, bajulador é produtivo, desde que tais ‘serviços’ sejam remunerados” (MARX, 1974, p. 275). Ora, na exata medida em que tais atividades rendem dinheiro para aquele que a vende, elas são produtivas em relação ao vendedor, muito embora, não produzam absolutamente nada para a sociedade e, nesse sentido, sejam, em relação a sociedade, improdutivas. Ora, para um camponês que produz para o seu consumo próprio, seu trabalho é certamente produtivo em relação a ele, mas não é para a sociedade que nada recebe, menos ainda para o capital, pois não há acumulação do trabalho não pago na forma da mais-valia.

Nesse sentido, a questão é a seguinte: nos trechos em que trata das atividades não produtoras de mercadorias como produtivas, Marx se refere a produtividade do trabalho em relação ao capitalista individual que o emprega, não em relação à sociedade em seu conjunto, ao capital total por ela produzido. Vejamos a questão detalhadamente.

Logo após precisar a noção de trabalho produtivo e improdutivo nas *Teorias da Mais-Valia*, diz Marx: “Trabalho produtivo e improdutivo são sempre olhados aí do ângulo do dono do dinheiro, do capitalista” (MARX, 1974, p.137). E realmente. Do ponto de vista de um capitalista individual, pouca diferença faz se seu capital é empregado na indústria automobilística, em uma universidade privada ou em um circo. O que interessa é a mais-valia e o lucro que este consegue obter por meio da exploração do trabalho assalariado. No entanto, a riqueza adentra na esfera do serviço na medida em que é redistribuída por meio da circulação de mercadorias, ou seja, na medida em que tais serviços são consumidos por capitalistas e trabalhadores.

Nesse sentido, ser produtivo em relação ao capitalista individual não coincide necessariamente com ser produtivo em relação à sociedade. No comércio, por exemplo, apesar do comerciante-capitalista acumular capital com a exploração dos trabalhadores que emprega, ele não produz um só átomo de valor e capital, apenas se apropriando de parte da mais-valia produzida na esfera da produção. Não sem razão, ao tratar do capital comercial como improdutivo, Marx por diversas vezes explicita que está se referindo a produtividade em relação à sociedade. Por exemplo, no Livro Segundo, após ilustrar com o caso de um agente comercial que trabalha oito horas para pagar seu salário, cedendo duas horas excedentes ao seu empregador, diz que “a **sociedade** não paga essas duas horas de trabalho excedente, embora tenham sido gastas pelo indivíduo que o executa” (MARX, 1980, p.135). No entanto, “com isso não se apropria a sociedade de produto excedente nem de valor” (MARX, 1980, p.135). Claro está, portanto, que Marx se refere, aqui, a produtividade do trabalho em relação à **sociedade** e não ao capitalista individual.

O mesmo ocorre em relação aos trabalhadores não produtores de mercadoria, ainda que essa redistribuição se opere por meio do consumo dos serviços por trabalhadores e capitalistas e não na transação entre dois ramos distintos do capital, como é o caso do capital comercial. Isto fica claro no “Capítulo Inédito” de *O Capital*, quando Marx diz que: “um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo”. No entanto, complementa logo em seguida: mesmo “assim, a maior parte desses trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas **se submetem formalmente ao capital**: pertencem às formas de transição” (MARX, 1975, p.99). Ou seja, do ponto de vista da sociedade, do ponto de vista da relação entre universidade privada e os demais capitais individuais, temos apenas troca simples de mercadoria. Motivo pelo qual a “fábrica de ensino” não produz valor, mas recebe valor da sociedade pelo serviço que ela oferece. Em seguida, Marx diz de maneira ainda mais clara:

Em suma, os trabalhos que só se desfrutam como serviços **não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores** – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – e, embora possam ser explorados de forma diretamente capitalista, constituem **grandezas insignificantes** se os compararmos com a massa da produção capitalista. Por isso, **deve-se por de lado** esses trabalhos e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente trabalho produtivo. (MARX, 1975, p.99)

Nesta passagem elucidativa, Marx não considera insignificantes as grandezas advindas dos “trabalhos que só se desfrutam como serviços” em função do seu reduzido número na sociedade, como comumente se interpreta. Sua grandeza é insignificante, conforme a argumentação da passagem, pelo fato desses trabalhos não se transformarem “em produtos separáveis dos trabalhadores”. Isto é assim, não tanto pela materialidade da mercadoria em si mesma, mas pelo fato desta materialidade constituir o suporte que permite a mercadoria expressar sua propriedade social de ser valor. Já no caso dos serviços, **produção e consumo coincidem**, de maneira que “a forma do valor é posta como forma simplesmente evanescente” (MARX, 2011, p.383). Dito de outro modo, por não produzir mercadoria alguma, mas vender diretamente sua atividade na qualidade de valor de uso, um ramo que apenas presta serviços não produz valor para a sociedade, apenas se apropria dele mediante a troca. Tanto é assim que em outra passagem também do “Capítulo Inédito” lemos:

O produto não é separável do ato da produção. Também aqui o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas (Necessito do médico e não do seu garoto de recados). Nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos os docentes podem ser meros assalariados. **Casos similares não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista.** (MARX, 1975, p.103)

A passagem é clara. Casos como a “fábrica de conhecimentos” e todos demais ramos em que o “produto não é separável do ato da produção” “não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista”.

Em suma, as atividades não produtoras de mercadorias, os ditos serviços, apesar de produtivas para o capitalista individual, **apenas consome na forma de renda o capital** produzido pela sociedade. Por esse motivo estão fora daquilo que Marx denomina capital produtivo. Sua forma evanescente, em que o “valor” produzido é imediatamente consumido, em que se vende o trabalho na qualidade de valor de uso e não seu produto, impede que os serviços expressem sua propriedade social de ser valor, consistindo, do ponto de vista da sociedade, tão somente no consumo de renda ou, ainda, no consumo dos valores existentes em troca do serviço oferecido. Isto é assim mesmo que esta renda seja apropriada de maneira desigual no interior de um dado ramo, fornecendo mais-valia para um capitalista individual.

Como é possível um ramo do capital produzir e, ao mesmo tempo, apenas consumir o capital existente? Esse aparente absurdo desaparece quando deixamos de considerar a questão a partir uma perspectiva unilateral e abstrata. Ainda que tratando de especificidades do capital fixo, uma importante citação no fim do livro terceiro explicita tudo que desenvolvemos no curso de toda nossa argumentação a respeito dos serviços que se vendem como capital:

(...) as definições fixas de renda e capital permutam-se e trocam de lugar entre si, parecendo ser, do ponto de vista do capitalista isolado, definições relativas que se desvanecem quando consideramos o processo global de produção. [...] É possível assim contornar a dificuldade se imaginamos que o que é renda para uns é capital para outros, e que essas definições nada tem por isso que ver com a particularização efetiva dos componentes do valor da mercadoria. (MARX, 1981b, p.969)

Dito isso, esboçamos, no quadro abaixo, sumariamente e esquematicamente, as conclusões até então alcançadas:

FORMA SOCIAL DO TRABALHO	EM RELAÇÃO AO CAPITAL	EM RELAÇÃO À RIQUEZA DA SOCIEDADE	EM RELAÇÃO AO VALOR
Serviço vendido diretamente ao consumidor	Não produz capital	Consome a riqueza	Consome os valores existentes
Produtor que vende diretamente sua mercadoria	Não produz capital	Produz riqueza	Produz valor, sem produzir capital: troca de equivalentes
Serviço sob a forma capitalista	Produz capital para o capitalista individual	Consome a riqueza	Produz valor para o respectivo capitalista, consome os valores da sociedade como um todo
Trabalho industrial sob a forma capitalista	Produz capital	Produz riqueza	Produz valor

Tendência ao aumento crescente dos serviços

Apesar de tudo, não estaria essas reflexões de Marx envelhecidas em função do enorme espaço quantitativo que os serviços ocupam na sociedade capitalista atual? Ora, diversamente do que comumente se diz, Marx já assinala nos *Grundrisse* a tendência da sociedade capitalista em fazer crescer, cada vez mais, o número de trabalhadores alocados em atividades não produtoras de mercadoria. Isto é assim, em primeiro lugar, em função da produtividade crescente do trabalho. Afinal, na medida que uma classe de indivíduos “é forçada a trabalhar mais do que o necessário para a satisfação da sua necessidade – é porque [há] trabalho excedente, de um lado, do outro, é posto não trabalho e riqueza excedente” (MARX, 2011, p. 325). Em Teorias de Mais Valia, Marx é ainda mais explícito a esse respeito: a “outra causa de ser grande o número dos sustentados por renda é a circunstância de ser grande a produtividade dos trabalhadores produtivos, isto é, seu produto excedente que os serviços consomem. Neste caso, em vez de o trabalho dos trabalhadores produtivos não ser produtivo por haver tantos serviços, há tantos serviços, por ser ele tão produtivo” (MARX, 1974, p. 272).

O que tende a decrescer, ou ocupar um espaço cada vez mais insignificante na sociedade capitalista, segundo Marx, são os serviços vendidos diretamente pelo seu executor para o consumidor final, isto é, os serviços enquanto troca simples de mercadoria em sua forma tipicamente pequeno-burguesa. Já sob emprego de um capitalista, como vimos, a tendência é oposta.

Por isso, no “que diz respeito à sociedade como um todo, a criação do tempo disponível, consequentemente, [é] também criação do tempo para a produção de ciência, arte etc.” (MARX, 2011, p. 324). Por fim, menciona Marx todo um conjunto de setores da sociedade que vivem de renda e não da produção:

Na própria sociedade burguesa, faz parte dessa rubrica ou categoria toda troca de prestação de serviço pessoal por renda – do trabalho para o consumo pessoal, cozinha, costura etc., jardinagem etc., até as classes improdutivas, funcionários públicos, médicos, advogados, intelectuais etc. Todos os criados domésticos etc. Por meio de suas prestações de serviços [...] todos estes trabalhadores, do mais humilde ao mais elevado, conseguem para si uma parte do produto excedente, da renda do capitalista. (MARX, 2011, p. 385)

Como se vê, o aumento do setor de serviços apenas eleva o peso social do setor que produz a riqueza por eles consumida. Contraditoriamente, o crescimento numérico do setor de serviços, apenas eleva sua dependência frente aos setores produtores de mercadorias. Longe de negar os prognósticos de Marx, o crescimento do setor de serviços apenas os reforça e confirma.

O Capital Produtivo como Capital Industrial

Por fim, trataremos, nesse último item, do capital produtivo, tema desenvolvido por Marx no “Livro Terceiro” de *O Capital* e, em menor medida, no “Livro Segundo”. É somente no “Livro Terceiro” que os distintos estratos da classe capitalista e da classe trabalhadora serão analisados, bem como a conexão entre eles. Ora, por que motivo isso ocorre apenas no “Livro Terceiro”? Para responder a presente pergunta, se faz necessário algumas considerações sobre o método empregado por Marx em sua obra principal. Tais considerações são imprescindíveis para compreendermos o tema aqui em debate.

- **Livro Primeiro:** Nesse livro Marx estuda o processo de produção de mais-valia ou ainda, do ponto de vista do capital, o capital em geral. Isto significa que está abstraído a concorrência e os diversos tipos particulares de capital. Mesmo a circulação é estudada apenas enquanto suporte necessário para compreendermos o processo de produção de mais-valia e a acumulação de capital. Nesse livro, o objetivo é entender o capital enquanto uma forma histórica particular em relação a todas aquelas que o precederam, sem se preocupar, ainda, em estudar as diferenças internas entre os múltiplos tipos particulares de capital. Aqui, em função da abstração empregada por Marx, existe apenas o capital industrial e, por isso, capitalistas industriais e operários industriais.
- **Livro Segundo:** Estuda a realização da mais-valia ou o processo de circulação do capital. No Livro Primeiro, se pressupôs que toda mais-valia produzida seria realizada por meio da venda da totalidade das mercadorias no mercado. Agora, esse processo de realização da mais-valia será analisado em seus pormenores, fazendo emergir os primeiros estratos particulares do capital, como o capital comercial, além da divisão do capital constante (meios de produção) em capital fixo e circulante.
- **Livro Terceiro:** Estuda a distribuição da mais-valia entre os distintos capitais individuais, somente agora se estuda o processo global de produção capitalista. Entra em cena, pela primeira vez de forma mais determinada e concreta a concorrência e a disputa entre os diversos tipos particulares de capital em torno da mais-valia produzida. No Livro Primeiro, tratou-se de mostrar o segredo da produção de mais-valia, que ocorre no interior da fábrica, agora, trata-se de desvendar os segredos de sua distribuição. Emerge, assim, uma série de novos estratos do proletariado, correspondentes aos tipos particulares de capital, como analisaremos em seguida.

O que queremos acentuar no presente contexto é que esse método de abstrações utilizado por Marx não é casual. O Livro Primeiro tem em mira atingir as determinações mais fundamentais do modo de produção capitalista, para além das múltiplas oscilações particulares que nos fariam mergulhar em um oceano indomável de contingências, decisões individuais e arbitrariedades. Não é casual que esse livro trate apenas do capital industrial, com os respectivos operários industriais, por serem esses últimos os responsáveis pela produção de toda mais-valia da sociedade. Marx assinala, assim, o setor-chave da economia capitalista: o capital industrial ou capital produtivo.

No entanto, mesmo no interior do Livro Primeiro, Marx está distante de suprimir todas as diferenças entre os trabalhadores empregados pelo capital industrial. Segundo Marx, a “distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas” (MARX, 1996b, 53) e, ao “lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos”. E acrescenta: é “uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles” (MARX, 1996b, p.54). Enquanto uma camada do proletariado mais qualificada, de trabalho individualizado, numericamente pouco significativa no interior de cada unidade produtiva e, sobretudo, externa ao

círculo de operários, este setor do proletariado não expressa a mesma força social que os primeiros. Sua consciência está propensa a oscilar entre os interesses do capitalista e da massa do proletariado.

Já nos livros restantes, ao analisar como a mais-valia se realiza e redistribui, o capital produtivo aparece contraposto ao capital improdutivo. Mais particularmente, uma das questões centrais é justamente como a mais-valia produzida pelo primeiro é apropriada pelo segundo. Analisemos em primeiro lugar, então, o capital produtivo.

Capital Produtivo: Segundo Marx, nos “estágios de circulação, o valor-capital assume duas formas, a de capital-dinheiro e a de capital-mercadoria; no estágio de produção, a forma de capital produtivo. O capital que no decurso de todo o seu ciclo ora assume ora abandona essas formas, executando através de cada uma delas a função correspondente, é o capital-industrial” (MARX, 1980, p.53). Nesse sentido, não é o fato de participar da esfera da circulação que faz improdutivo um dado ramo do capital, mas o fato de estar excluído da esfera da produção. O capital-industrial, por sua vez, é o único que participa de todos os momentos do processo de reprodução de capital, se apresentando ora na capital-mercadoria, ora na forma de capital-dinheiro, e ora como capital de produção.

No entanto, em seguida, Marx faz a seguinte ressalva: “industrial aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista” (MARX, 1980, p.54). Estaria Marx, com esta ressalva, incluindo o setor dos assim chamados serviços no interior do capital industrial? Evidentemente não. Marx explica em seguida o significado deste comentário. Por capital-industrial não se considera unicamente o momento isolado da produção, enquanto uma “espécie autônoma de capital”, mas o capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital-produtivo como “formas específicas de funcionamento do capital industrial, que as assume sucessivamente”.

Para ser capital produtivo é necessário, portanto, passar pelos seguintes momentos:

1. Capital investido na compra das mercadorias força de trabalho (FT) e meios de produção (MT).
2. Produção de uma nova mercadoria (M') a ser levada ao mercado e trocada por dinheiro (D').

Este processo é sintetizado na fórmula: **D – M (MP; FT) ... Produção ... M' – D'**. Eis a fórmula geral do capital produtivo. Não existe nela nada de misterioso, apesar da complexidade aparente. Trata-se de um desdobramento da forma geral do capital: **D – M – D'**. No entanto, esta forma mais abstrata do capital em geral assinala que pertencem à esfera do capital todos os trabalhos que se trocam diretamente por dinheiro como capital, onde se inclui os serviços explorados por um capitalista. Já na fórmula do capital produtivo, não nega o fato de que os serviços possam ser explorados como capital, no entanto, não mais como capital produtivo. O capital produtivo é, assim, um tipo específico e mais fundamental do capital no geral. Além de produzir um excedente para o capitalista (D – [...] – D'), o capital produtivo exige que ao fim do processo se produza uma mercadoria ou, mais precisamente, capital-mercadoria (Produção ... M'). Não basta a mera compra e venda da força de trabalho e meios de produção (MP; FT) como comumente se interpreta.

Isto é assim porque o dinheiro, embora apareça na sociedade capitalista como sendo a riqueza por excelência, a riqueza absoluta e autonomizada, nada mais expressa que o valor das mercadorias em circulação. Não sem razão, o capítulo destinado ao dinheiro no Livro Primeiro de *O Capital* se denomina: “Dinheiro OU circulação de mercadorias”. Nesse capítulo Marx diz que embora “o movimento do dinheiro seja, portanto, apenas a expressão da circulação de mercadorias, a circulação de mercadorias aparece, ao contrário, apenas como resultado do movimento do dinheiro” (MARX, 1996, p.238). Todos aqueles que defendem as formas de trabalho que se vendem diretamente como serviços como sendo capital produtivo são, sem exceção, vítimas do fetiche do dinheiro. Não sem razão, no capítulo sobre o dinheiro, Marx cita a seguinte passagem de Rivière: “Riqueza em dinheiro nada mais é (...) que a riqueza em produtos que foram transformados em dinheiro” (MARX, 1996, p.250).

Tanto é assim que em outra passagem, já no Livro Terceiro, Marx explicita os ramos que denomina constitutivos do capital industrial:

Do exposto ressalta absurdo considerar o capital mercantil, seja na forma de capital comercial ou na de capital financeiro, espécie particular de capital industrial, como, por exemplo, a mineração, a agricultura, a pecuária, a manufatura, a indústria de transporte, etc., que, em virtude da divisão social do trabalho, constituem ramificações determinadas do capital industrial. (MARX, 1981, p. 372)

Apenas atividades produtoras de capital-mercadoria são elencadas como sendo capital industrial e, por conseguinte, capital produtivo: a mineração, a agricultura, a pecuária, a manufatura e, mesmo, a indústria de transporte que, na acepção de Marx, altera espacialmente o produto conforme veremos mais adiante.

Mesmo neste caso, Marx está distante de nivelar todos estes distintos ramos do capital produtivo pelo simples fato de produzirem capital-mercadoria. Pelo menos quatro diferenciações substanciais são explicitadas por Marx no interior do próprio capital produtivo, explicitando os distintos papéis e o peso social desses ramos no interior da dinâmica da reprodução global do capital. Indicamos aqui, sumariamente, tais diferenciações. Apenas indicamos, afinal, sua articulação com os demais capitais particulares e o papel desses diferentes ramos na formação da taxa média de lucro, está além do escopo deste artigo:

1 - Departamento I - Capital produtor de meios de produção: Aí se insere todo o ramo do capital que no produto final é representado sob a forma do capital constante. Desde o maquinário e as instalações da indústria até a produção de energia, matérias primas etc. Ou seja, todas mercadorias consumidas no próprio processo de trabalho. Recebe, segundo Marx, uma mais-valia extra do departamento II, cujos motivos não é possível explicitar neste espaço.

2 - Departamento II - Capital produtor de meios de consumo individual: Aqui se insere o setor produtor de mercadorias aptas a serem consumidas pelos trabalhadores e capitalistas. A relação entre estes dois departamentos serão tratadas no Livro Segundo de *O Capital*, mas de forma mais precisa na seção II do Livro Terceiro.

3 - Indústria extrativa: Compõe o departamento I, mas com especificidades que devem ser devidamente consideradas. Aqui se insere setores como a mineração, a pecuária e a agricultura. As características naturais da terra, a pureza natural do minério, dentre outros elementos que não estão diretamente associados ao trabalho, mas à propriedade, produzem um ganho extra denominado renda da terra, além da divisão da mais-valia produzida com o rentista fundiário. Mesmo nesse caso, existem diferenças fundamentais entre os ramos em questão, por exemplo, a maior concentração de trabalhadores minerários em uma mesma unidade produtiva contraposta à dispersão característica do trabalho agrícola. Esses setores serão tratados por Marx na seção VI do Livro Terceiro.

4 - Indústria dos transportes: Os casos indicados acima integram, evidentemente, o capital produtivo, já que são produtores de capital-mercadoria, ainda que, como no departamento I, destinadas a serem consumidas por outro ramo industrial como meio de produção. No entanto, existe uma situação menos evidente: os transportes. Esse caso é particularmente interessante para esclarecer a questão entre capital produtivo e improdutivo, particularmente o papel dos serviços. A esse respeito observa Marx de maneira contundente: **“Há, entretanto, ramos industriais autônomos em que o resultado do processo de produção não é nenhum produto, nenhuma mercadoria. Entre eles, o único setor importante, do ponto de vista econômico, é o de transportes e comunicações que abrange tanto o transporte de mercadorias e pessoas”** (MARX, 1980, p.55). Como se vê, temos um ramo não produtor de mercadorias que integra o capital produtivo, nesse caso, como nos serviços, o “efeito útil só pode ser usufruído durante o processo de produção; não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria” (MARX, 1980, p.56). E da mesma forma que nos serviços, “o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo valor dos elementos de produção (FT e MP) consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados na indústria de transporte” (MARX, 1980, p.56). Assim considerado, o setor de transportes aparece como um mero serviço, em que o que se vende é o consumo direto da mercadoria força de trabalho, sem qualquer produção propriamente dita. Por que motivo, então, Marx coloca os transportes como capital produtivo?

Nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx nos explica a questão de modo transparente: “ainda existe, na produção material, uma quarta esfera que passa também pelos diferentes estágios de empresa artesanal, manufatureira e indústria mecânica; e a *indústria de locomoção*, transporte de pessoas ou mercadorias”. Mas em seguida acrescenta Marx: **“produz-se aí alteração material no objeto de trabalho - alteração espacial, de lugar**. Quanto ao transporte de pessoas, temos aí apenas serviço que lhes é prestado pelo empresário” (MARX, 1974, p. 405). Como se vê, no caso do transporte de pessoas a indústria de locomoção não se diferencia dos demais serviços, mas como transporte de mercadorias a coisa muda completamente de figura. Afinal, “se consideramos o processo no tocante às mercadorias, sucede então no processo de trabalho alteração no objeto de trabalho, a mercadoria. A existência espacial dele altera-se, e assim ocorre modificação em seu valor de uso, por se modificar a existência espacial desse valor de uso. Seu valor de troca aumenta na medida do trabalho exigido por essa alteração de seu valor de uso” (MARX, 1974, p. 405). Desse modo, quando “a mercadoria chega ao lugar de destino, essa alteração ocorrida no valor de uso desapareceu e se expressa apenas no valor de troca mais elevado”. Por esse motivo, “para essa indústria, como para as outras esferas da produção material, o trabalho se corporifica na mercadoria, embora não tenha deixado traço visível em seu valor de uso” (MARX, 1974, p. 405).

Claro está que o transporte agrega valor à mercadoria ao alterá-la espacialmente de lugar, sendo, portanto, parte integrante do capital produtivo tal como exposto até aqui. Apesar de não produzir diretamente uma mercadoria, o transporte altera sua determinação útil e também o valor das mercadorias produzidas em outros ramos

de produção. Compreendido esse aspecto fica claro, uma vez mais, que os serviços não pertencem ao capital produtivo e, não sem razão, Marx diz que, no interior de todas as atividades não produtoras de mercadoria, “o único setor importante, do ponto de vista econômico, é o de transportes”. Do ponto de vista econômico, vale dizer, e não quantitativo, isto é, do ponto de vista da valorização do capital global e não da maior ou menor presença destas atividades na época de Marx como comumente tal questão é abordada pelos comentadores.

Capital Improdutivo: Compõem o capital improdutivo todos aqueles ramos não produtores de capital-mercadoria, ainda que realizem funções absolutamente necessárias do ponto de vista do processo de reprodução global do capital. Esse é o caso, por exemplo, do capital comercial e financeiro que apenas se apropriam de parte da mais-valia produzida pelos operários industriais, sem participar de sua produção. Nas palavras de Marx: no “capital comercial e no financeiro há autonomia da fase de circulação do capital industrial, dissociada da produtiva, pois as formas e funções determinadas que este capital assume transitoriamente nessa fase passam a ser formas e funções autônomas e exclusivas de parte separada do capital” (MARX, 1981, p.373). Ou seja, todos os momentos integrantes do capital comercial e financeiro estão efetivamente separados e autonomizados frente à produção, pertencendo única e exclusivamente a esfera da circulação.

Nesse sentido, compõem o capital improdutivo:

1 – O Capital Financeiro: Aquele especializado no comércio de dinheiro, diferenciando no seu interior o capital fictício e o crédito. Este último consiste no capital portador de juros ou capital bancário. O industrial capitalista recebe a sua parte da mais-valia gerada na produção sobre a forma de lucro, o banqueiro, por sua parte, recebe uma parte da mais-valia sobre a forma de juros. Em outras palavras, ainda que essencial para o curso rotineiro da reprodução global de capital, o capital financeiro apenas se apropria de parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo na forma de juros. Mais ainda. Segundo Marx, este setor sequer integra o processo global de reprodução de capital, afinal, “é uma transação jurídica, que nada tem a ver com o processo real de reprodução, mas apenas o encaminha”. Este tema será tratado por Marx na seção V do Livro Terceiro, inteiramente dedicada ao crédito, ao capital por ações e assim por diante. Também aparece no terceiro volume da edição brasileira das *Teorias da Mais-Valia*.

2 – O Capital Comercial: Diz respeito unicamente à fase de circulação, sem alterar ou criar valor. Isto é assim ainda que estes exerçam sua respectiva atividade sob o comando de um capitalista, que deles se apropria do trabalho excedente. Por exemplo, no Livro Segundo, dirá que um funcionário empregado no comércio “trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto. Figura entre os custos improdutivos mas necessários da produção” (MARX, 1980, p.135). Em seguida, Marx diz que esta relação não se altera pelo fato de o trabalhador mercantil ser um assalariado. Este domínio é analisado no Livro Segundo de *O Capital* e retomado na seção V do Livro Terceiro.

3 – O Capital que explora diretamente o trabalho como serviços: Como vimos, Marx, coerente com sua afirmação no Capítulo Inédito de que os serviços empregados sob a forma capital “não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista” (MARX, 1975, p.103), sequer o analisa no Livro Terceiro de *O Capital*, reservando maior espaço a esse tema em suas *Teorias da Mais-Valia*. Ocorre que, como se sabe, tal livro constitui um grande apêndice de *O Capital*, não propriamente o Livro Quarto. Nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx remonta a história da teoria econômica desconstruindo-a com base na exposição dos três livros anteriores. Cabe ainda notar que o fato de os serviços não integrarem o Livro Terceiro de *O Capital* tem sua razão de ser. Ele não faz parte, propriamente, como o capital comercial e financeiro, da redistribuição da mais-valia que, nesses casos, ocorre quando o capitalista industrial vende seu produto para o comerciante atacadista ou paga os juros provenientes do crédito. Não é tanto a mais-valia que é redistribuída para os setores de serviços, mas os valores produzidos pelo capital industrial na medida em que trabalhadores assalariados e capitalistas consomem os serviços oferecidos pela sociedade. Trata-se de uma redistribuição dos valores produzidos que podem ser novamente apropriados na forma de capital pelo capitalista do setor de serviços, mas não de redistribuição da mais-valia, tampouco de produção de valor para a sociedade como já tratamos.

Conclusão

Por fim, ressaltamos que no presente artigo não realizamos a análise do entrelaçamento entre os diversos estratos do proletariado que compõem o capital produtivo e o capital improdutivo, com sua respectiva incidência na taxa média de lucro. Para tal, remetemos o leitor aos dois últimos livros de *O Capital* e, por esse motivo, indicamos, nesse artigo, os capítulos centrais da obra principal de Marx em que cada tema é abordado. Esperamos, ao menos, ter convencido o leitor de que é em *O Capital* que se encontra a análise central de Marx sobre as classes sociais.

Mas não somente. Claro está que a análise encerrada em *O Capital* sob nenhuma hipótese esclarece de antemão a correlação de forças entre as classes em um dado período histórico ou em um dado país. No entanto,

tais análises particulares e conjunturais, se não se quiser fazer ciência antes da ciência, deve pressupor a anterior compreensão dos elementos apenas tangenciados por estes artigos: a articulação total do modo de produção capitalista tomado, de início, em sua forma pura, com o papel social das classes e setores de classe que o compõem.

Assim procedendo, fica explícito, por exemplo, para além das turbulências conjunturais, o papel central ocupado por todos aqueles setores do proletariado que integram o capital produtivo ou industrial. Ainda que, por hipótese, em um dado cenário, este setor se mostre, por razões diversas, com o nível mais rebaixado de consciência, com pouca tradição de luta ou em menor número; sua posição central, se se quiser desmoro-nar o capital, continua a mesma. O proletariado industrial ganha, portanto, papel estratégico para o movi-mento socialista. Não apenas por constituir o cerne e a base da valorização global do capital, mas também por ser o único setor que pode contrapor eficazmente as tendências burocratizantes resultantes da expro-priação da propriedade privada, já que associado diretamente à produção e controle da riqueza, ao mesmo tempo que diretamente afetado pelos mecanismos de sua redistribuição.

Fica explícito, assim, que, para um marxista, as análises políticas e ideológicas se desprendem sempre da análise prévia de sua respectiva base social. Isto não significa que elas são unilateralmente causadas por esta base social, mas que somente através dela podem ser efetivamente compreendidas. Esse é o motivo que le-vou Marx a escrever *O Capital* antes de qualquer outra coisa.

Nesse caminho, já no final de sua vida, Nahuel Moreno, distante de reduzir a luta pelo socialismo à toma-da do poder, diz que se “a classe operária não nos seguir, não chegaremos a lugar nenhum. Iremos nos buro-cratizar, capitular [...]”. E mais adiante, baseado na experiência cubana, conclui que “é necessário continuar com a política revolucionária de classe, ainda que, para nós, isso signifique adiar a chegada ao poder em vin-te ou trinta anos, ou o que seja” (MORENO, 2005, p.65). Em um texto do mesmo período, diz que: “Nosso eixo de trabalho permanente, de toda a vida, é o proletariado industrial. Todo o restante é conjuntural, episódico, passageiro. [...] Como utilizar todos os caminhos, todos os métodos para nos implantar cada vez mais, em todos os países, no proletariado industrial, nos setores mais explorados, os imigrantes, os negros, os semi-camponeses recém incorporados ao trabalho urbano, as mulheres trabalhadoras. Esse é o nosso meio social, político e organizativo, e ali está o nosso futuro, o futuro da revolução mundial” (MORENO, 2012, p 106).

Como se vê, qualquer organização que queira influir na história no sentido da revolução socialista deve, an-tes de mais nada, se assentar firmemente nas bases sociais que a possibilitam, antes e aquém de qualquer esco-lha ou impressão. Deve influir no oceano caótico dos fenômenos imediatos em consideração com sua unidade mais profunda. Deve buscar as bases sociais dos fenômenos ideológicos e políticos, antes de dar uma formula-ção teórica autônoma para esses domínios. Fazer ciência, portanto, não é, para Marx, enumerar acontecimentos históricos ao modo de um jornalista, tampouco criar conceitos autônomos ao modo de um acadêmico, mas encontrar sempre a base social dos fenômenos, para, somente então, extrair dela uma política revolucionária.

REFERÊNCIAS

- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Livro primeiro, Tomo 1.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996b. Livro primeiro, Tomo 2.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 2: O Processo de Circulação do Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3, Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3, Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981b.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais-Valia*. História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. v. 1.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais-Valia*. História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 2.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl. *Capítulo Inédito D’o Capital*. Porto: Escorpião, 1975.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Manuscrito de 1861-1863 (cadernos. I a V). Terceiro Capítulo – O capi-tal em geral. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- MORENO, Nahuel. *Conversando com Moreno*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2005. Entrevista realizada por Daniel Acosta, Marco Trogo e Raul Tuny.
- MORENO, Nahuel. *Balço de Atividades*. Ediciones Marxismo Vivo. São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012
- PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A Nova Economia*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

O proletariado brasileiro hoje

Gustavo Henrique Lopes Machado

Introdução

O presente estudo é uma análise dos dados relativos a classe trabalhadora brasileira, em particular, o proletariado industrial. Nos textos que acompanham os gráficos e tabelas abaixo, exceto em algumas poucas questões conceituais, não procuramos desenvolver nenhuma tese ou hipótese nova sobre o proletariado brasileiro. Ou, melhor dizendo, a análise que se segue é puramente empírica, se limitando a indicar e explicar os dados apresentados, sem procurar desvendar as relações sociais reais que se encontram por trás desses dados.

Como fonte, foi utilizado quase sempre a base de dados do RAIS-MTE. Essa base leva em conta unicamente os trabalhadores formais registrados no regime celetista ou estatutário no Ministério do Trabalho. Esse é um limite do presente estudo, já que os trabalhadores informais, que correspondem a quase metade da classe trabalhadora brasileira, não foram considerados. O motivo é o seguinte: existem dados sobre os trabalhadores informais apenas no PNAD-IBGE, no entanto, essa base de dados mudou seus critérios periodicamente desde os anos [19]60, impedindo uma análise em termos de série histórica. Ademais, o objetivo central desse estudo é a classe operária ou os trabalhadores industriais que possui um número razoavelmente baixo de trabalhadores informais, ao menos se comparado com os demais setores da economia.

Portanto, sempre que a fonte não for indicada, os dados dizem respeito a base de dados do RAIS-MTE. Também em todos os casos não indicados, a elaboração dos gráficos é do ILAESE.

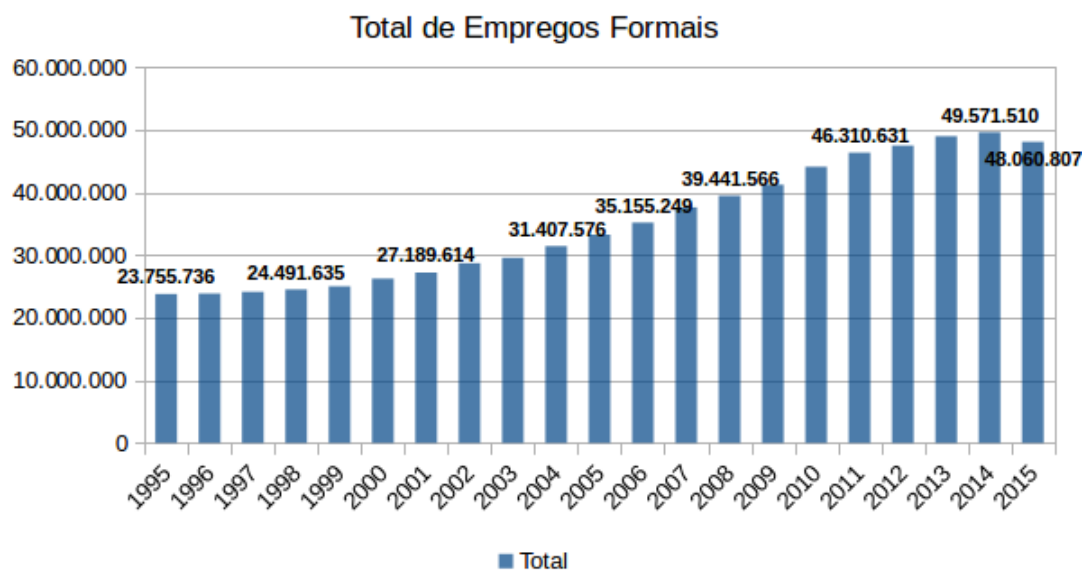
Indústria e economia brasileira em perspectiva histórica

Algumas informações sobre o proletariado no geral

Antes de adentrarmos nos dados dos trabalhadores industriais brasileiros, cabe algumas informações sobre o conjunto dos trabalhadores assalariados ou o proletariado no geral. Particularmente para melhor situar o cenário que acompanha a base de dados aqui considerada, que abrange unicamente os trabalhadores que integram o mercado formal de trabalho.

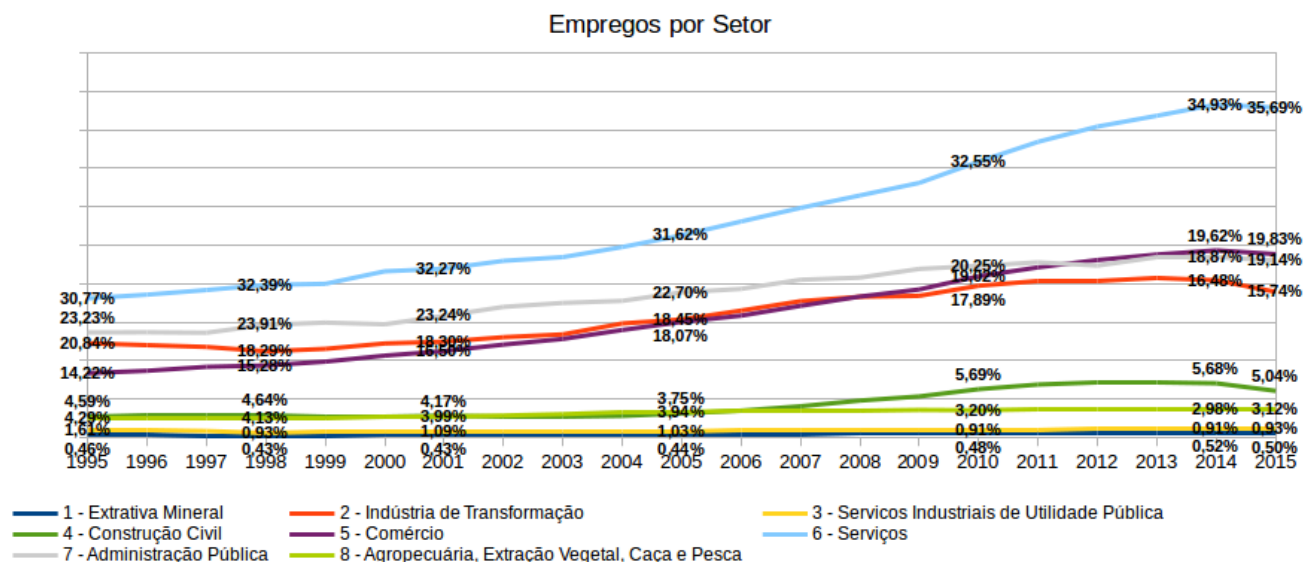
Evolução do emprego Formal

Com o processo de urbanização crescente no Brasil nas últimas décadas, o emprego formal (aquele registrado) teve um crescimento considerável. Corresponde hoje a cerca de 50% da população brasileira ocupada e saltou de 23 milhões de trabalhadores em 1995 para cerca de 50 milhões na atualidade. Houve queda do número de trabalhadores formais apenas em 2015, em decorrência da crise econômica e das demissões.



Mas é importante destacar que esse número de modo algum reflete o crescimento dos trabalhadores brasileiros em seu conjunto. Com a transferencial acelerada da população do campo para a cidade, um número sempre crescente de trabalhadores informais, não registrados, integraram o mercado formal de trabalho.

Vejamos, abaixo, como se deu essa evolução desde 1995 entre os diversos ramos da economia ou setores particulares do capital.



IBGE Setor	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1 - Extrativa Mineral	109.095	117.148	105.830	104.956	100.506	109.608	117.659	122.801	122.806	140.519
2 - Indústria de Transformação	4.897.517	4.797.385	4.703.756	4.476.993	4.603.893	4.885.361	4.976.462	5.209.774	5.356.159	5.926.857
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	378.208	357.572	332.051	226.932	309.968	290.352	296.811	310.366	319.068	327.708
4 - Construção Civil	1.077.735	1.119.229	1.162.045	1.136.900	1.047.891	1.094.528	1.132.955	1.106.350	1.048.251	1.118.570
5 - Comércio	3.340.398	3.463.649	3.668.782	3.741.371	3.937.911	4.251.762	4.487.004	4.826.533	5.119.479	5.587.263
6 - Serviços	7.230.086	7.422.998	7.662.212	7.930.682	7.986.034	8.640.455	8.773.810	9.182.552	9.378.566	9.901.216
7 - Administração Pública	5.458.022	5.466.561	5.441.855	5.853.457	5.969.659	5.882.565	6.319.189	6.787.302	6.991.973	7.099.804
8 - Agropecuária, Extração Vegetal,	1.007.480	993.834	997.892	1.012.012	1.035.374	1.072.271	1.085.724	1.138.235	1.207.672	1.305.639

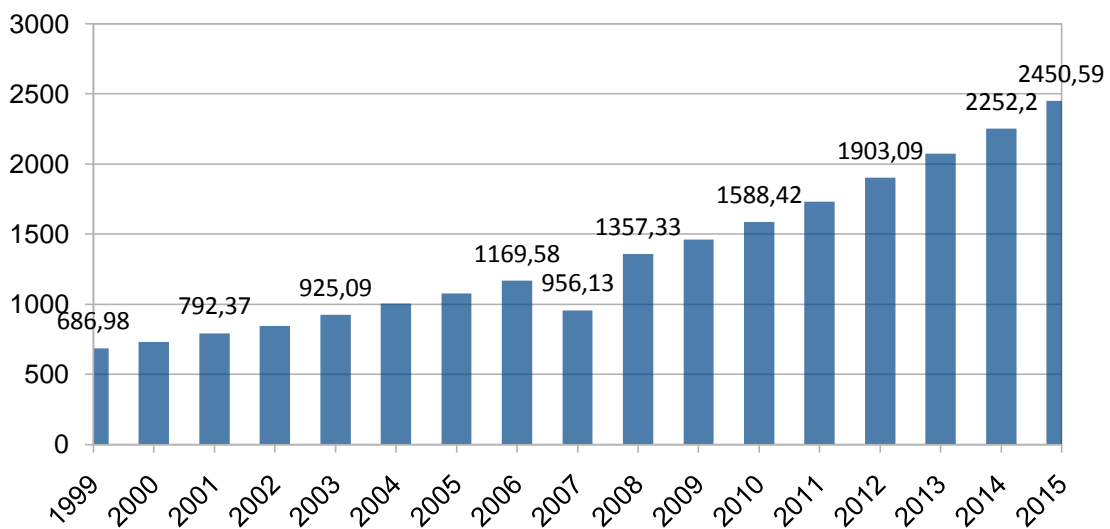
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
147.560	183.188	185.444	204.936	208.836	211.216	231.389	259.297	261.383	257.606	240.488
6.133.461	6.594.783	7.082.167	7.310.840	7.361.084	7.885.702	8.113.805	8.148.328	8.292.739	8.171.022	7.566.900
341.991	344.565	364.667	375.370	385.379	402.284	412.741	423.277	444.674	450.098	447.385
1.245.395	1.393.446	1.617.989	1.914.596	2.132.288	2.508.922	2.750.173	2.832.570	2.892.557	2.815.686	2.422.664
6.005.189	6.330.341	6.840.915	7.324.108	7.692.951	8.382.239	8.842.677	9.226.155	9.511.094	9.728.107	9.532.622
10.510.762	11.229.881	11.935.782	12.581.417	13.235.389	14.345.015	15.372.455	16.167.385	16.726.013	17.313.495	17.151.312
7.543.939	7.721.815	8.198.396	8.310.136	8.763.970	8.923.380	9.103.601	8.937.443	9.340.409	9.355.833	9.198.875
1.310.320	1.357.230	1.382.070	1.420.100	1.427.649	1.409.597	1.483.790	1.464.257	1.479.564	1.479.663	1.500.561

Como podemos perceber, em termos absolutos, quase todos os setores do trabalho, inclusive a indústria de transformação, cresceram. Mas percentualmente, cresceram de modo mais sensível os serviços e o comércio e a indústria de transformação reduziu a sua participação. Comentaremos essa evolução de forma mais detalhada mais adiante.

Evolução da classe por remuneração

Vejamos como ficou a variação da remuneração salarial média entre o conjunto dos trabalhadores assalariados formais.

Remuneração média mensal nominal por ano (em reais)

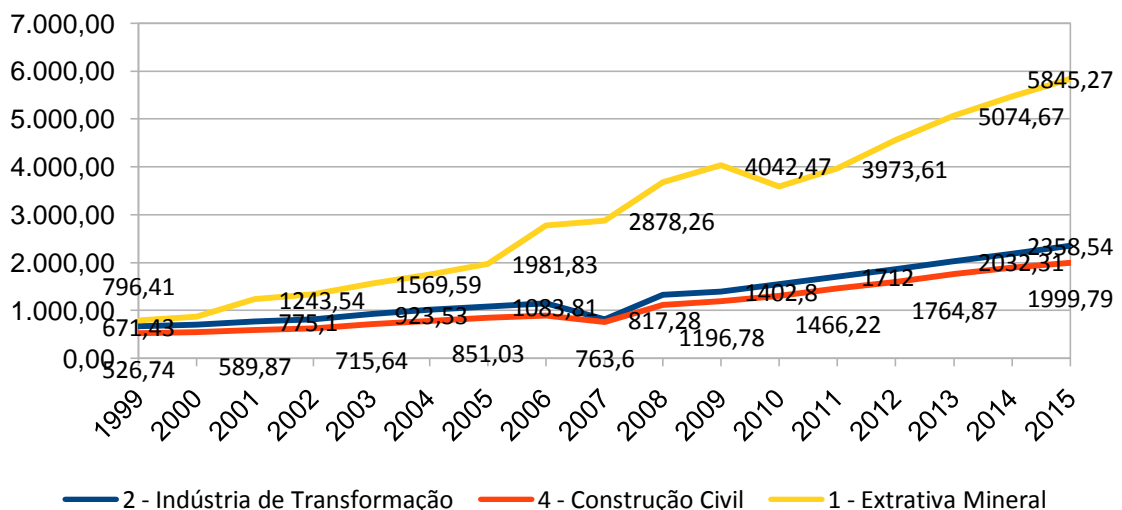


Desde 1999 o salário médio dos trabalhadores formais cresceu 256%. A inflação acumulada no período foi de cerca de 216% (INPC) ou 207% (IPCA). Como se nota, a média salarial nacional cresceu um índice consideravelmente superior a inflação. Hoje esse salário médio é um pouco superior a 700 dólares.

Para que fique claro, um salário de 686 reais em 1999 que fosse reajustado em conformidade com a inflação seria, em 2015, equivalente a 2.170 reais. Quase 300 reais a menos que a média salarial atual.

Evidentemente, essa média salarial geral varia de acordo com o setor considerado. No gráfico abaixo, indicamos esse valor relativo aos setores operários:

Remuneração Média Mensal Nominal nos setores operários (em reais)

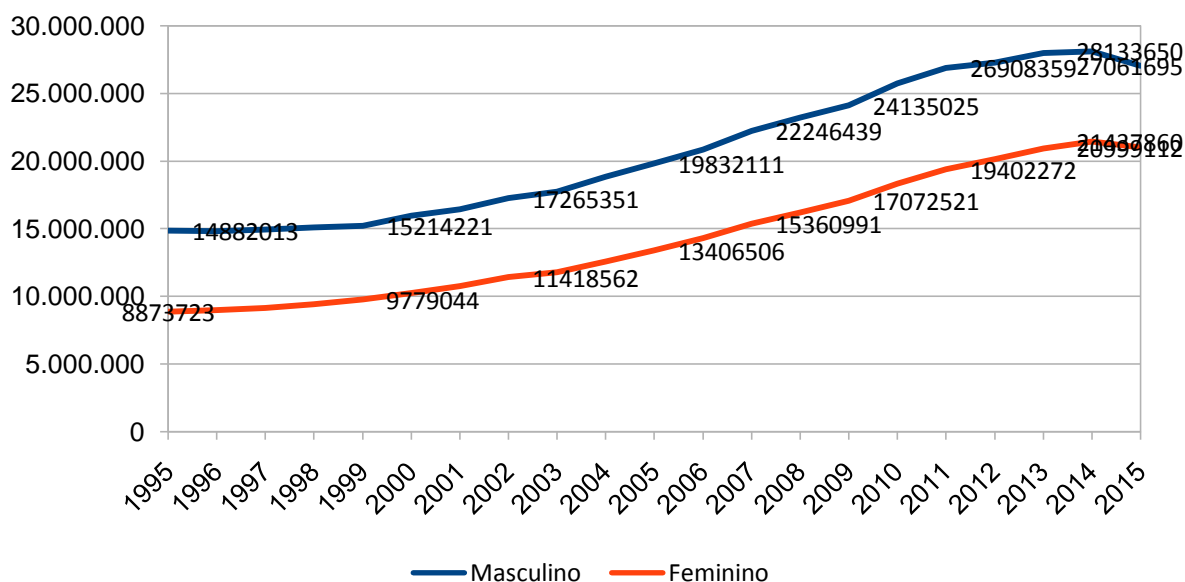


Podemos ver que na Indústria de Transformação, que concentra o grosso do setor, a média salarial está pouco abaixo da média nacional que abrange todos os setores. Já esse alto valor médio nominal do salário no setor *Extrativa Mineral* se deve principalmente a Petrobras, que concentra o grosso dos trabalhadores do setor, além de outras mineradoras em situação privilegiada, como a CBMM, em Araxá, que monopoliza o mercado mundial de nióbio.

Evolução da classe por gênero

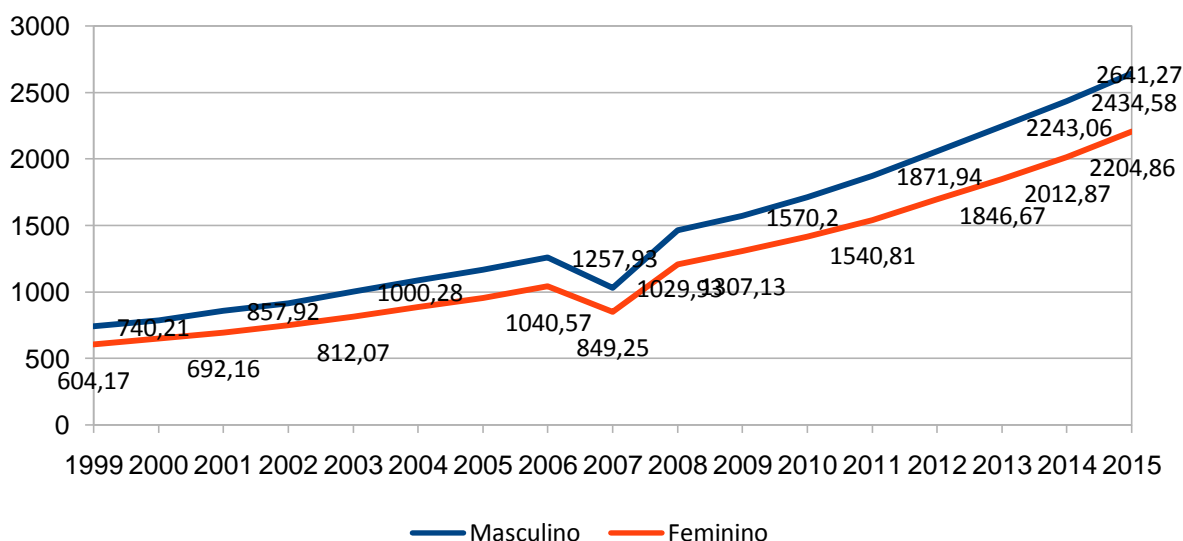
No gráfico abaixo indicamos o total de trabalhadores formais empregados conforme o gênero.

Total de trabalhadores formais por gênero



O primeiro aspecto a ser notado é que os homens ainda ocupam a maior parte dos postos de trabalho no Brasil. São cerca de 6 milhões e 700 mil postos de trabalho a mais. É verdade que essa diferença vem reduzindo. Desde 1995, em termos absolutos, os postos de trabalho cresceram 141% em relação as mulheres e 89% em relação aos homens. Por esse motivo, a diferença absoluta entre homens e mulheres empregados em 1995 era de 67,7%. Essa diferença caiu em 2015 para cerca de 29%. Ainda assim, a diferença atualmente existente ainda é bem considerável.

Remuneração Média Mensal Nominal no Ano por Gênero (em reais)



No entanto, a diferença salarial entre homens e mulheres empregados praticamente não variou desde 1999. Como mostra o gráfico acima, essa diferença foi sempre próxima aos 20%. Em 2015, conforme a média nacional, a diferença salarial entre homens e mulheres foi de mais de 400 reais ou 19,8%.

O proletariado industrial brasileiro

Desindustrialização

O primeiro aspecto de fundo a ser considerado quando se analisa o papel do operariado brasileiro é o fenômeno da desindustrialização que ocorre no país. Esse fenômeno é estatisticamente inquestionável. Ora,

entre 1947 e 2014, a participação da indústria de transformação no produto interno bruto (PIB) apresentou dois períodos distintos, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

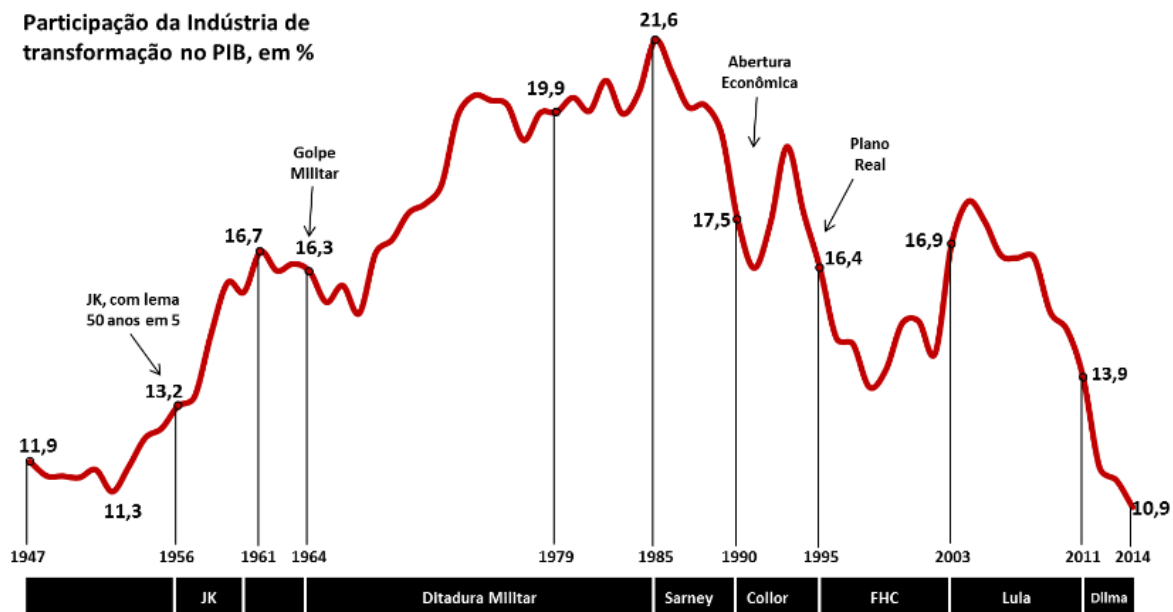
- 1) Dos anos 1950 até 1985 transcorreu o primeiro período, caracterizado por um intenso processo de crescimento, diversificação e consolidação da estrutura industrial brasileira. Foi nesse período que a participação da indústria de transformação no PIB mais que duplicou, saltando dos 11,6% em 1952 para 21,6% em 1985.
- 2) Já no segundo período, com início em 1986, observa-se uma expressiva perda de participação da indústria na produção do país, o que configura um processo de desindustrialização. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação da Indústria de Transformação no PIB declinou mais de 16 pontos percentuais ao longo do último período, atingindo, em 2014, a marca dos 10,9% (aproximadamente igual àquela observada em 1949).

Evolução da Participação da Indústria de Transformação Brasileira no PIB (1947 a 2014)

CRISE NA INDÚSTRIA

Participação do setor em 2014 é o mais baixo desde 1947

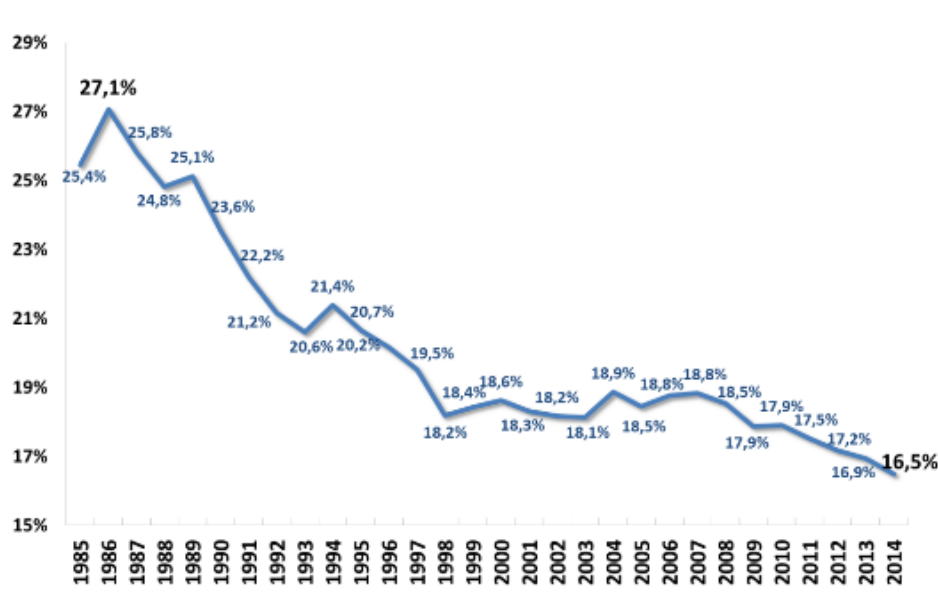
Participação da Indústria de transformação no PIB, em %



Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração: DEPEC/CON/FIESP

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a perda de participação da indústria na economia também se refletiu nos empregos formais gerados por ela.

**Evolução da Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal Brasileiro
(1985 a 2014)**



Fonte: RAIS - MTE

Durante o período de 1985 a 2014, o número de pessoas empregadas na indústria de transformação diminuiu sua participação em relação aos outros setores da economia, registrando, em 2014, a menor participação da série analisada. A indústria de transformação chegou a deter 27,1% dos empregos formais da economia brasileira em 1986, mas sofreu uma queda acentuada de 10,6 pontos percentuais, atingindo uma participação de 16,5% em 2014.

Estes dados representam apenas os trabalhadores formais, mas a indústria de transformação apresenta a maior taxa de formalidade entre os setores da economia, 87% contra 70% da média dos demais setores da economia, segundo dados da PNAD.

Taxa de Formalidade por Setores da Economia Brasileira em 2014

Setores	Taxa de formalidade*
Agropecuária	45%
Indústria extrativa e SIUP	85%
Indústria de Transformação	87%
Construção	65%
Comércio	79%
Serviços	65%
Total	70%

Fonte: PNAD Contínua / IBGE (2014)

* Calculada pela divisão do número de empregos formais (empregados dos setores privado e público e trabalhadores domésticos com carteira assinada) dividido pelo total de empregados dos setores privado e público e trabalhadores domésticos com ou sem carteira assinada.

Como se vê, é verdadeira a tese de que a indústria brasileira sofreu uma queda qualitativa considerando a economia nacional em seu conjunto, ou seja, uma queda percentual. Disso não se segue, de modo algum, que a importância da indústria é proporcional a sua porcentagem no total da economia. Não existe uma só revista burguesa que defenda, por exemplo, a tese de que hoje os serviços são motor de nossa economia. Ao contrário, o setor-chave sempre será aquele produtor de mercadorias.

O que esses dados indicam é, em primeiro lugar, a maior fragilidade estrutural de nossa economia em relação as décadas anteriores, a maior suscetibilidade as crises, sua maior vulnerabilidade. Como podemos ver,

o crescimento econômico dos anos 2000 não passou de uma vertigem produzida pelos preços das *commodities*. O país não estava ficando mais sólido, ao contrário, tornava-se cada vez mais frágil.

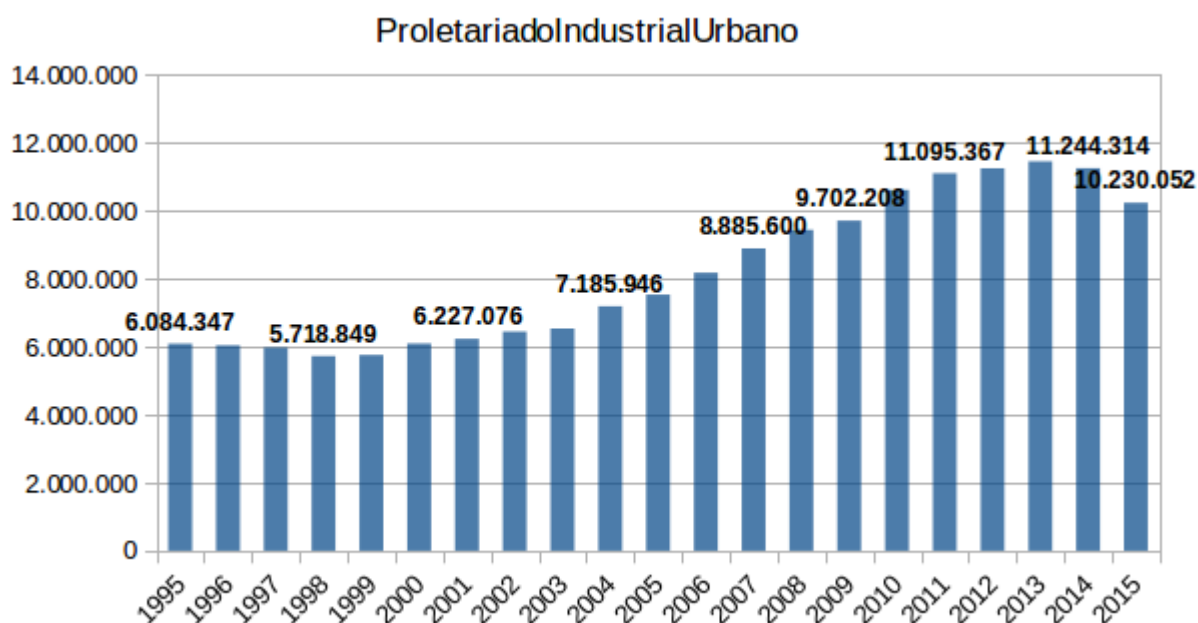
Mas com isso não se pode, de modo algum, deduzir que nossa indústria é pouco significativa. O parque industrial brasileiro ainda é dos mais significativos do mundo. O que existe é uma tendência de queda no peso econômico de nossa indústria. Mas esse setor ainda possui uma força considerável. Trataremos com mais detalhes sobre o tema mais adiante.

Mais ainda. A redução da participação da indústria no PIB indica a maior fragilidade estrutural da economia brasileira, mas, de modo algum, corresponde a maior fragilidade de seu proletariado. O dado, anteriormente indicado, alardeado pela Fiesp, sobre a redução dos trabalhadores na indústria de transformação em relação ao total de trabalhadores formais, maquia o real peso, quantitativo e qualitativo, do proletariado industrial brasileiro nos dias de hoje. É o que analisaremos a seguir.

Evolução do número de trabalhadores na Indústria

Vimos, anteriormente, que a participação percentual da indústria no PIB brasileiro reduziu. Como era de se esperar, reduziu também o número de operários empregados por tais indústrias em relação aos demais setores. No entanto, em termos absolutos, a classe operária brasileira nunca foi tão numerosa como nos últimos anos.

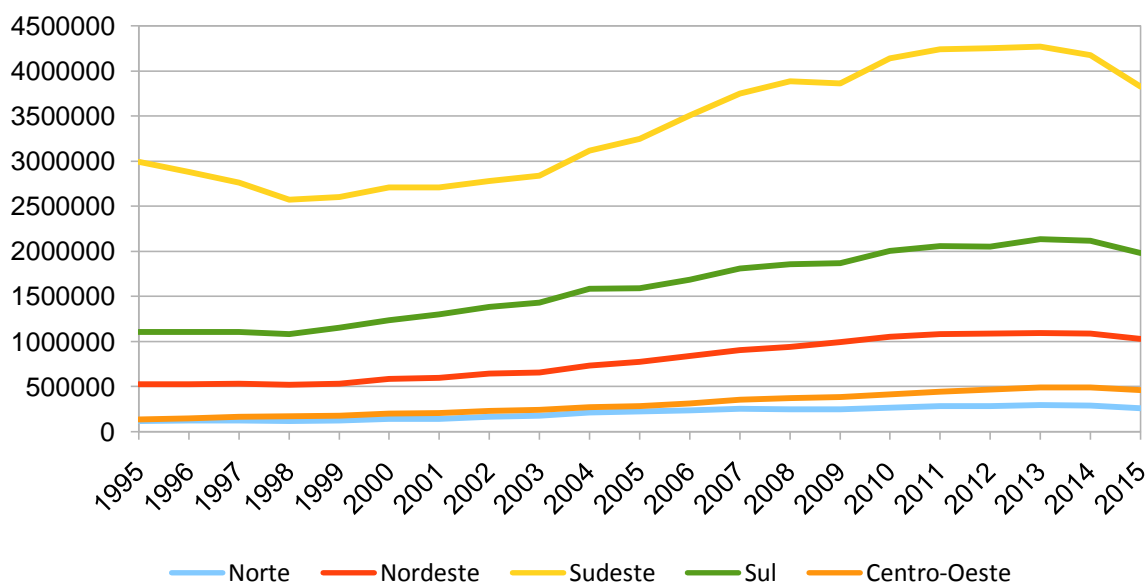
Indicamos no gráfico abaixo o total de trabalhadores industriais urbanos:



Como podemos perceber, apesar da queda em 2015, em função da crise econômica, o número absoluto de trabalhadores industriais (indústria de transformação, construção civil e extrativa mineral) atingiu o seu mais alto patamar em 2014. Neste ano, o número absoluto de operários foi 85% maior que em 1995. Foi superior também aos anos oitenta, quando o total de operários industriais jamais superou os 7 milhões de trabalhadores.

O trabalho industrial se distribui desigualmente em relação às regiões do país, como podemos ver abaixo:

Desenvolvimento da Indústria de Transformação por Região

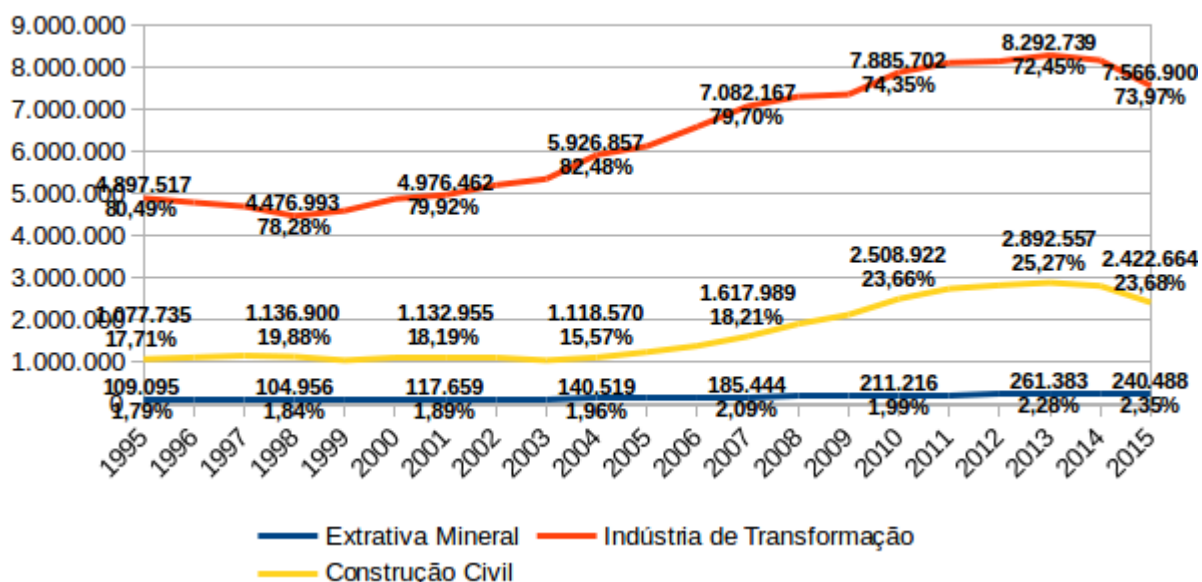


Obs.: O gráfico indica o número absoluto de trabalhadores, mas indicamos expressamente o valor percentual em relação as demais regiões do país. Por isso, algumas vezes o gráfico cresce (indicando um aumento absoluto do setor operário), mas o número percentual indicado decresce (indicando uma menor participação da região em questão em relação às demais).

O primeiro aspecto a ser notado é que a partir de 1995, todas as regiões, exceto o sudeste, tiveram um crescimento percentual do número de operários industriais. Esse resultado indica uma distribuição menos desigual da indústria pelas regiões do país. Mas não nos iludamos. O sudeste, sozinho, ainda concentra mais da metade dos trabalhadores industriais brasileiros.

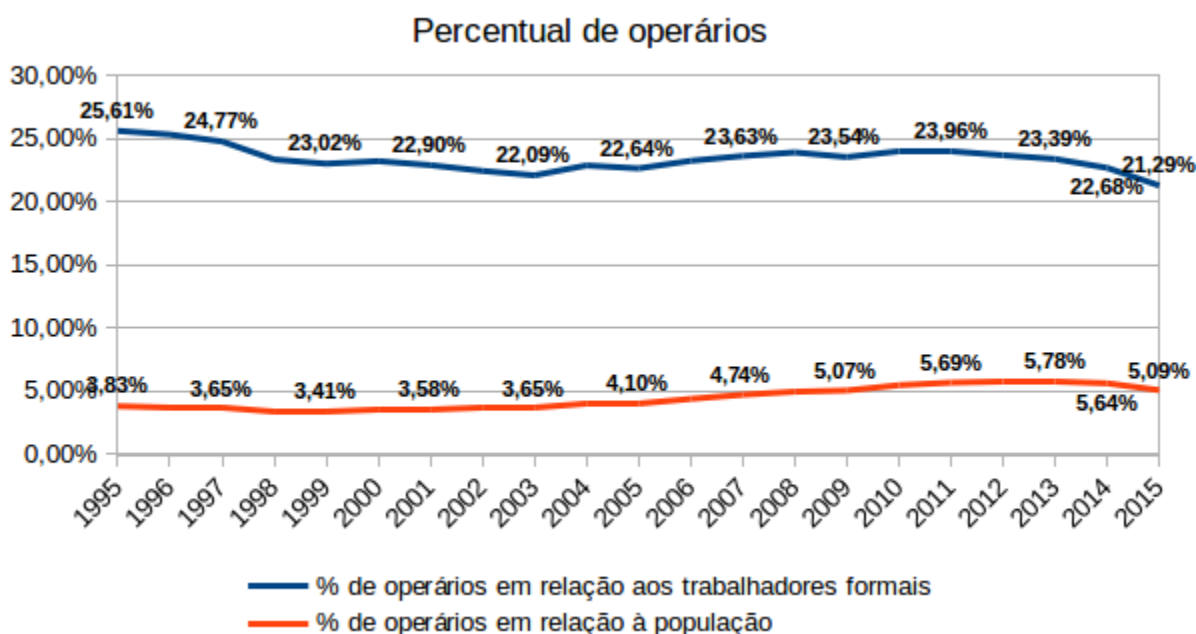
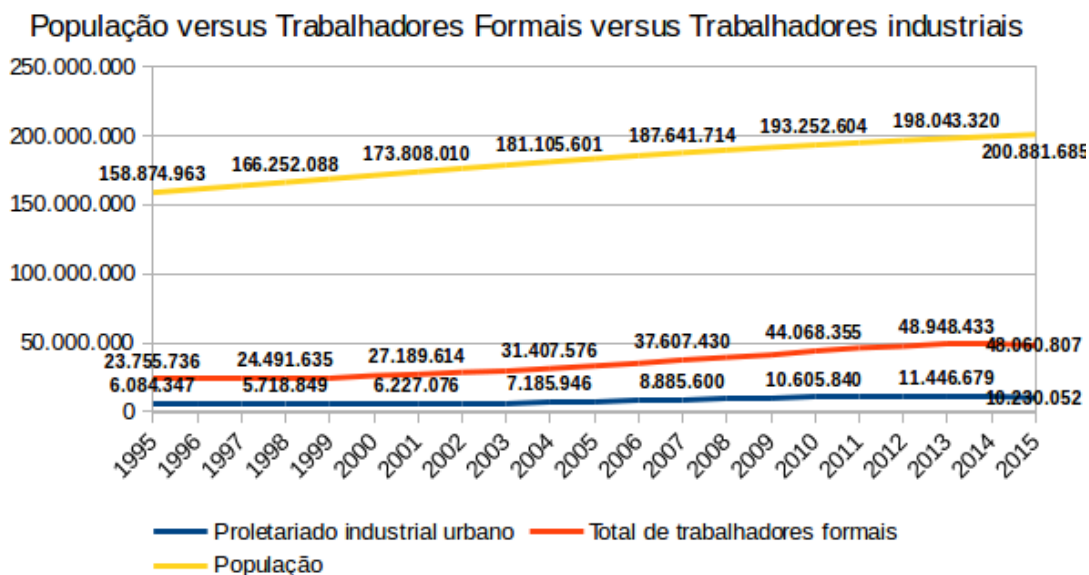
Vejamos, agora, como o proletariado industrial urbano se divide em relação ao setor:

Proletariado Industrial Urbano por Setor - 1995 a 2015



A enorme maioria do proletariado industrial urbano no Brasil se encontra na Indústria de Transformação. Mas é importante destacar, de um lado, o expressivo crescimento da construção civil. Por outro lado, o papel cada vez maior da indústria extrativa na economia nacional, não se traduz em um número tão expressivo de trabalhadores no setor, tanto em termos absolutos como percentuais. Como a indústria extrativa, assim como o agronegócio, está sujeito a um ganho extra de capital denominado "Renda da Terra", esse setor pode conseguir acumular muito capital sem possuir um número tão expressivo de trabalhadores.

Abaixo, apresentamos dois gráficos que indicam o total de trabalhadores industriais urbanos em relação ao número total de trabalhadores formais e, também, em relação ao conjunto da população brasileira. Esses dados são importantes para relativizar a redução percentual de trabalhadores industriais que indicamos no início.



O primeiro aspecto importante a ser notado, é que os operários industriais tendem a crescer em relação ao total da população do Brasil. Em 1995 eles eram 3,83% da população. Já em 2014, 5,64%. Esse número é similar aquele que encontramos nos anos 80, ápice da industrialização brasileira. Por outro lado, a queda dos operários industriais em relação ao total de trabalhadores formais se deve mais ao processo de urbanização brasileiro, já que o trabalho agrícola era em sua grande parte informal, como já dissemos. Por isso, na medida que o país se urbanizou, uma maior porcentagem de trabalhadores passaram a trabalhar em situação regular, celetistas ou estatutário, fazendo descer a porcentagem dos trabalhadores industriais que, em sua maior parte, sempre ocupou o mercado de trabalho formal e regular.

Com isso, fica claro, que o proletariado industrial brasileiro cresceu em termos absolutos e mantém, hoje, o mesmo patamar percentual do período dos anos 80.

Economia Brasileira Hoje

No item anterior, vimos a evolução da classe trabalhadores brasileira, sobretudo os trabalhadores industriais, em termos de seu desenvolvimento histórico. Particularmente nos últimos 20 anos. A partir de agora, para poder mergulhar mais profundamente em suas especificidades, faremos a análise baseada em

um só ano. Em alguns casos, usamos o ano de 2014 como base, já que, para esse ano, existem relatórios mais detalhadores do RAIS-MTE que foram tornados públicos. Sempre que possível todavia utilizaremos os dados mais recentes de 2015.

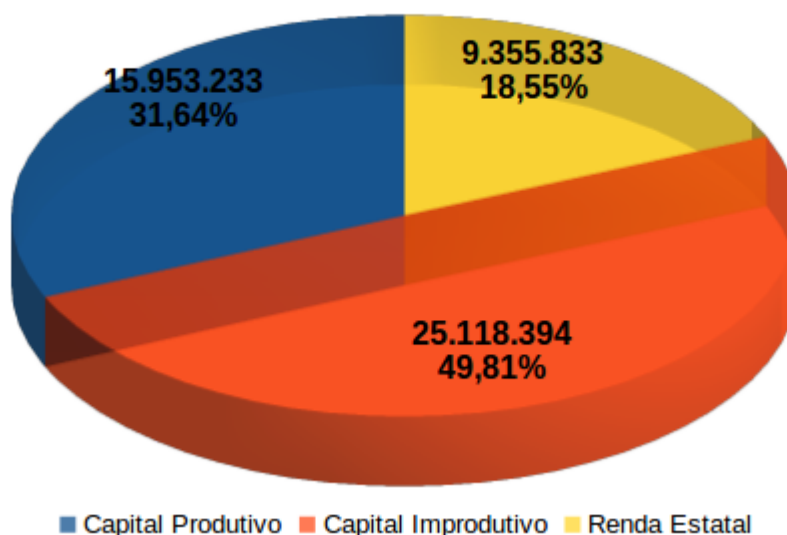
Distribuição dos trabalhadores por setor do Capital

Abaixo indicamos a distribuição dos trabalhadores brasileiros conforme o setor do capital que integram, a saber:

- 1) **Capital Produtivo:** Setores produtores de mercadorias. Estão incluídos aí todos setores que participam direta ou indiretamente do processo de fabricação de mercadoria. Isso inclui o setor agropecuário, extração mineral e vegetal, serviços industriais e de utilidade pública (água, energia), bem como os transportes e comunicação. No caso desse dois últimos, se trata por vezes de transporte e utilidade pública que visam beneficiar unicamente as pessoas e não a indústria. Nesse caso, trata-se de capital improdutivo e não de capital produtivo. No entanto, como não é possível separar, por exemplo, quando serviços como energia, água, correio atuam como mero serviços ou quando atendem as indústrias, preferimos classificá-los, integralmente, no setor do capital produtivo.
- 2) **Capital improdutivo:** Trata-se da parte da mais-valia produzida pelo capital industrial e apropriada pelo comércio ou pelo sistema financeiro. Ou ainda, do capital apropriado na forma de renda quando capitalistas ou trabalhadores consomem os serviços disponíveis na sociedade.
- 3) **Renda Estatal:** Nesse caso, trata-se da parte da mais-valia apropriada pelo estado por meio dos impostos.

Importante destacar que não estamos analisando, nas páginas seguintes, nenhum desses ramos do capital, mas unicamente os trabalhadores que o integram.

Distribuição dos trabalhadores em relação ao capital - 2014
Total de trabalhadores formais: 49.571.510



Distribuição dos trabalhadores por setor do capital – 2014		Masculino	Feminino	Total
Capital Produtivo	Extrativa Mineral	226.885	30.721	257.606
	Indústria de transformação	5.544.358	2.626.664	8.171.022
	Serviços industriais de utilidade pública	361.937	88.161	450.098
	Construção Civil	2.559.789	255.897	2.815.686
	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.220.717	258.946	1.479.663
	Transporte e Comunicações	2.225.457	553.701	2.779.158
Capital Improdutivo	Comércio	5.419.723	4.308.384	9.728.107
	Serviços	6.734.419	7.799.918	14.524.337
	Instituição Financeira	400.135	465.815	865.950
Renda Estatal	Administração Pública	3.840.365	5.515.468	9.355.833
Total		28.133.650	21.437.860	49.571.510

O primeiro aspecto que merece destaque, é que os trabalhadores que compõem o Capital Produtivo em 2014 no Brasil são cerca de 15 milhões, ou seja, mais de 31% do total de trabalhadores formais. Ao contrário

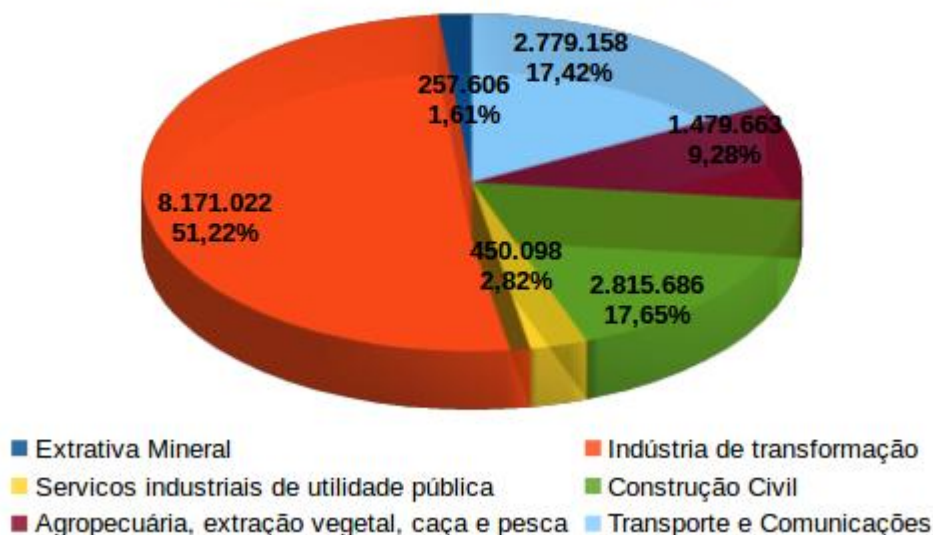
do que comumente se diz, o Capital Produtivo e os operários industriais que lhe correspondem, urbanos ou agrários, representam uma fatia importantíssima dos trabalhadores brasileiros. Trata-se de uma poderosa classe operária tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Como podemos ver, os serviços correspondem a pouco menos de 50% dos trabalhadores formais brasileiros. Já aqueles que integram a administração pública correspondem a um percentual também muito significativo de 18,5%.

Distribuição dos trabalhadores no Capital Produtivo

Veamos então, com mais detalhe, como se distribuem os trabalhadores que compõem o capital produtivo.

Distribuição dos trabalhadores dentro do CAPITAL PRODUTIVO - 2014
Total de Trabalhadores: 15.853.233



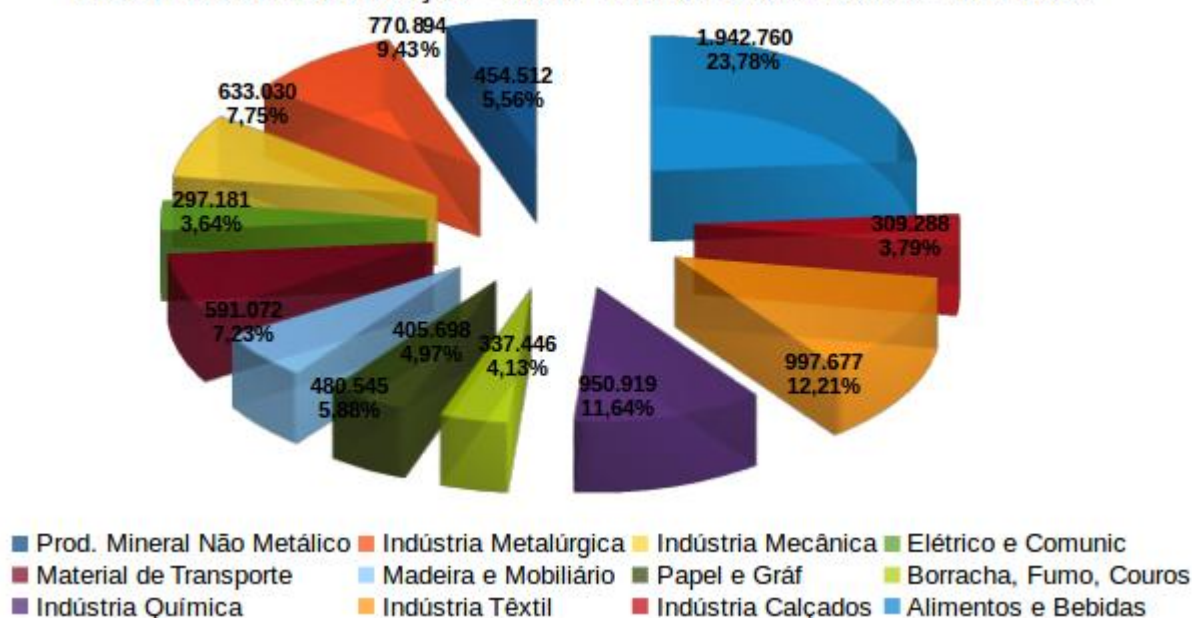
A enorme maioria, 51%, integra a indústria de transformação. Em seguida, temos a construção civil e os transportes e comunicação com 17% cada. Esses três setores correspondem a mais de 85% dos trabalhadores industriais brasileiros. Evidentemente, não devemos tomar a questão em termos puramente quantitativos. Hoje, tem peso expressivo na economia brasileira, do ponto de vista do capital acumulado e não dos trabalhadores empregados, os setores agropecuário, extrativista mineral e os “Serviços industriais de utilidade pública” (água e energia). Esses três últimos setores, como já nos referimos, tem acesso a uma mais-valia extra em função da renda da terra e enquanto integrantes do departamento produtor de meios de produção (água e energia). Por esse motivo, seu impacto na economia brasileira em seu conjunto é muito superior a quantidade absoluta de trabalhadores empregados.

De qualquer modo, como a indústria de transformação ocupa a fatia mais expressiva dos trabalhadores industriais brasileiros, cabe examiná-la mais de perto.

Distribuição dos trabalhadores na Indústria de transformação

Indicamos no gráfico e tabela abaixo, os trabalhadores de cada um dos setores da indústria de transformação.

Indústria de transformação – 2014 Total de trabalhadores: 8.171.022



Indústria de transformação – 2014 – Total de trabalhadores: 8.171.022			
SETOR	Masculino	Feminino	Total
Total	5.544.358	2.626.664	8.171.022
Prod. Mineral Não Metálico	394.048	60.464	454.512
Indústria Metalúrgica	656.251	114.643	770.894
Indústria Mecânica	510.186	122.844	633.030
Elétrico e Comunic	188.665	108.516	297.181
Material de Transporte	503.633	87.439	591.072
Madeira e Mobiliário	374.248	106.297	480.545
Papel e Gráf	276.975	128.723	405.698
Borracha, Fumo, Couros	228.975	108.471	337.446
Indústria Química	663.165	287.754	950.919
Indústria Têxtil	361.913	635.764	997.677
Indústria Calçados	146.299	162.989	309.288
Alimentos e Bebidas	1.240.000	702.760	1.942.760

Esses dados indicam que a indústria brasileira, ao contrário do que muitos dizem, é bastante diversificada. Esse é, sem dúvida, um dos seus pontos fortes. O Brasil possui uma indústria cuja malha abrange em proporção significativa quase todos os setores, tanto aqueles de produtos finais como Alimentos, Calçados, Têxtil e Transportes. Como os setores produtores de meios de produção.

A indústria de Alimentos é a que possui a maior quantidade de trabalhadores, seguida pela indústria Têxtil e Metalúrgica. No entanto, os trabalhadores estão razoavelmente distribuídos entre todos os setores, o que atesta a diversificação da malha industrial nacional como já indicamos.

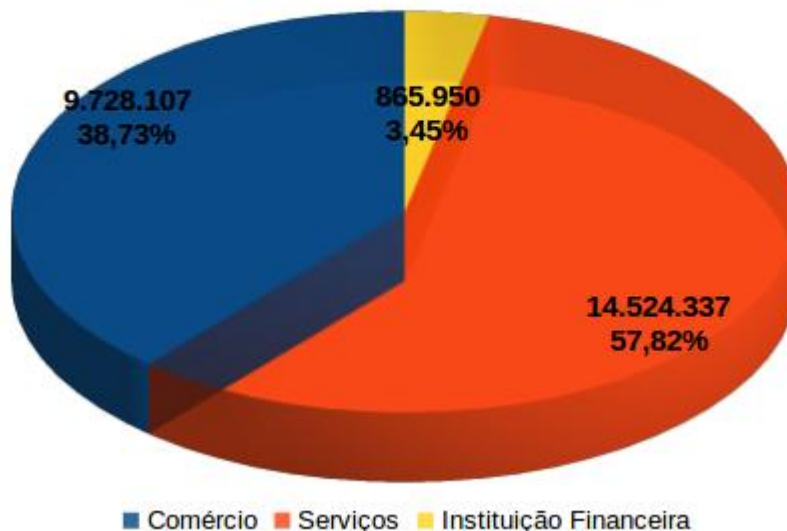
Outro aspecto que merece nota é a indústria Têxtil e de Calçados, únicos setores da indústria de transformação com maioria feminina.

Distribuição dos trabalhadores no Capital Improdutivo

Já no Capital Improdutivo cerca de 58% do setor correspondem aos serviços. Mas é bastante expressivo a fatia reservada ao comércio: 38%. O setor financeiro, por sua vez, congrega 3,45%. Mais uma vez fica evidente que não é suficiente, para analisar a magnitude do capital, analisar o número absoluto de trabalhadores. Desses três setores, o financeiro é, sem dúvida, o que possui a fatia mais avolumada de capital, ainda que corresponda a um número tão pequeno de trabalhadores. Isto é assim porque a fatia do capital acumulado pelo setor financeiro se deve a mais-valia extraída do setor produtivo e não aquela extorquida dos trabalhadores do setor.

Distribuição dos trabalhadores dentro do CAPITAL IMPRODUTIVO - 2014

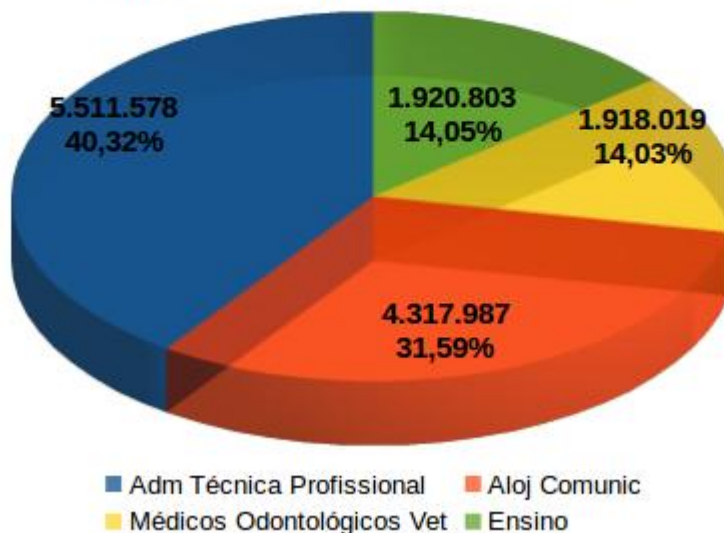
Total de Trabalhadores: 25.118.294



O volume dos trabalhadores dos serviços se deve, em grande medida, ao total de trabalhadores e capitalistas aptos a consumir. O fato de o Brasil possuir um setor de serviços tão avolumado se deve, em partes, ao volume também considerável de trabalhadores do Capital Produtivo. Mas, também, ao volume de servidores públicos, cuja fatia de valor é redistribuída para o Estado por meio dos impostos. Por essa razão, os serviços, bem como o setor público, estão sujeitos a sofrer fortes impactos com o menor peso da indústria na economia brasileira em seu conjunto. Vejamos como se dividem os trabalhadores dentro dos serviços:

Serviços – 2014

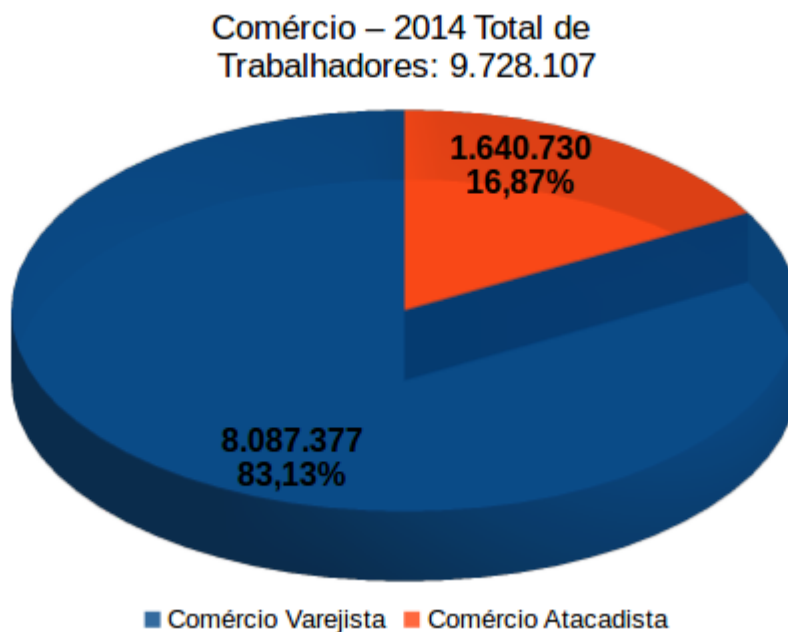
Total de Trabalhadores: 14.524.337



<i>Serviços – 2014</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
<i>Adm Técnica Profissional</i>	3.325.904	2.185.674	5.511.578
<i>Aloj Comunic</i>	1.833.079	2.484.908	4.317.987
<i>Médicos Odontológicos Vet</i>	441.511	1.476.508	1.918.019
<i>Ensino</i>	733.790	1.187.013	1.920.803
Total	6.734.419	7.799.918	14.524.337

O primeiro aspecto que chama atenção é que, isoladamente considerados, nenhum dos setores dos serviços é assim tão avolumado. O maior dele, os Serviços de Administração Técnica e Profissional, abrange uma gama absolutamente diversificada de atividades, inclusive ligadas a indústria, como serviços prestados às empresas, serviços de apoio à indústria, inclusive a de petróleo, serviços de tecnologia da informação, atividades jurídicas, contabilidade, publicidade, consultoria, arquitetura, segurança etc. Como se vê, vários desses setores integram, na verdade, o Capital Produtivo. Importante notar que esses números não incluem os serviços de educação e saúde estatais, contidos na fatia denominada de “administração pública”.

Outro item que merece destaque é o crescimento do setor de comércio, que em termos absolutos, superou em número de trabalhadores a indústria de transformação. O crescimento desse setor também está associado a urbanização brasileira, já que no trabalho rural em pequenas propriedades, nem sempre existe separação entre os indivíduos que produzem e comercializam ou, ao menos, entre as duas esferas existem menos mediações. Vejamos abaixo como se dividem os trabalhadores no Capital Comercial.

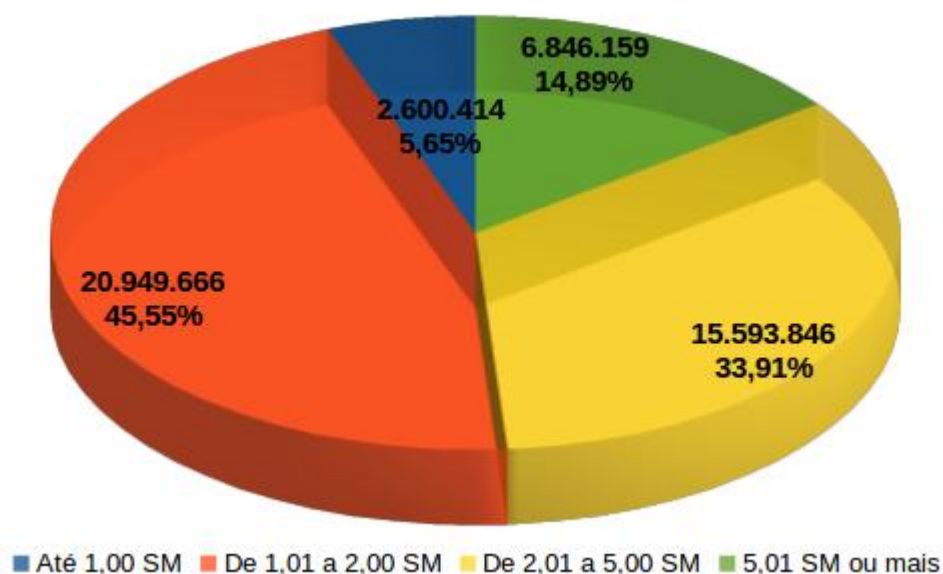


<i>Comércio – 2014</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
<i>Comércio Varejista</i>	4.296.213	3.791.164	8.087.377
<i>Comércio Atacadista</i>	1.123.510	517.220	1.640.730
<i>Total</i>	5.419.723	4.308.384	9.728.107

Distribuição dos trabalhadores por nível de renda

Abaixo, podemos ver, também, como os trabalhadores brasileiros se dividem conforme a faixa de renda em relação ao salário mínimo.

Distribuição da remuneração entre o total de trabalhadores - 2015



Trabalhadores por Setor e Remuneração – 2015						
Faixa de Renda	Até 1,00 SM	De 1,01 a 2,00 SM	De 2,01 a 5,00 SM	5,01 SM ou mais	Não classificado	Total
Extrafativa Mineral	5.552	40.156	97.816	87.139	9.825	240.488
Indústria de Transformação	279.687	3.053.071	2.851.471	997.868	384.803	7.566.900
Serviços Industriais de Utilidade Pública	9.543	109.141	168.470	141.841	18.390	447.385
Construção Civil	94.702	1.035.801	899.779	195.828	196.554	2.422.664
Comércio	508.595	5.765.311	2.471.115	477.422	310.179	9.532.622
Serviços	991.511	7.722.001	5.362.841	2.315.319	759.640	17.151.312
Administração Pública	526.724	2.409.165	3.358.973	2.579.794	324.219	9.198.875
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	184.100	815.020	383.381	50.948	67.112	1.500.561
Total	2.600.414	20.949.666	15.593.846	6.846.159	2.070.722	48.060.807

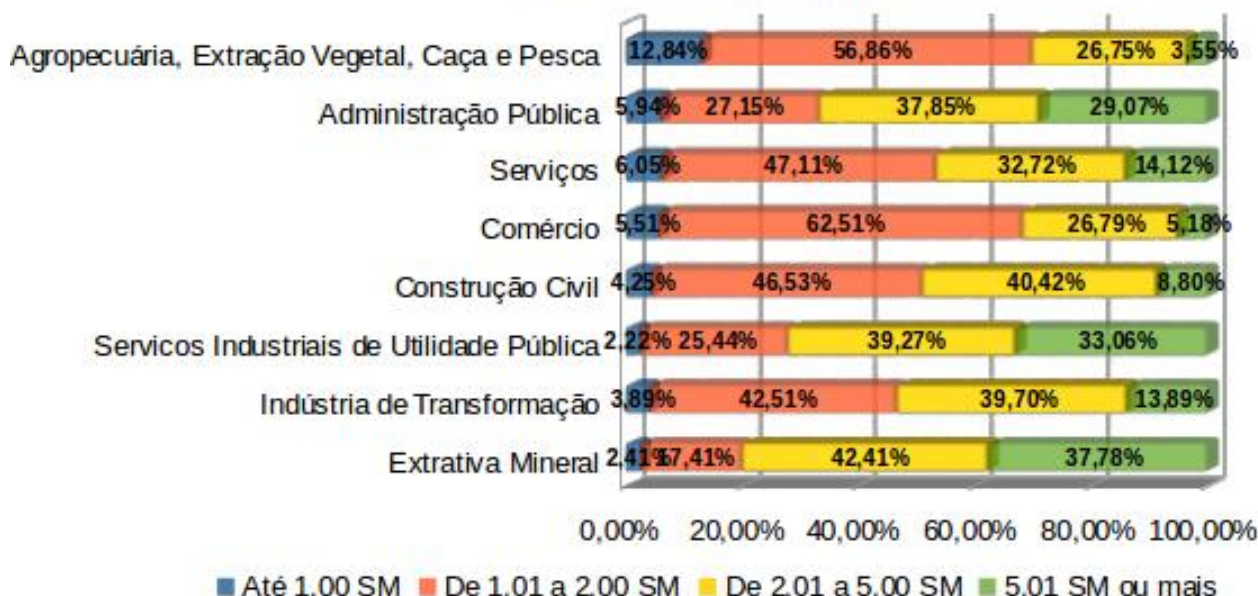
Como se vê, a enorme maioria dos trabalhadores formais, 45,5%, ganham entre 1 e 2 salários-mínimos e cerca de 34% entre 2 e 5 salários-mínimos. Apenas 14% ganham um salário superior a 5 salários-mínimos. Se compararmos com 1995, podemos ver o que realmente alterou na remuneração dos trabalhadores brasileiros. Existe uma porcentagem maior de trabalhadores que ganham em 1 e dois salários mínimos que passou de 21% para 45%. No entanto, isso se deu com a redução daqueles trabalhos melhores remunerados. Em 1995, 39% dos trabalhadores formais ganhavam entre 2 e 5 salários-mínimos e 33% ganhavam mais de 5 salários-mínimos. Esses números caíram para 34% e 15% respectivamente.

Em resumo, se é verdade que uma maior parcela dos trabalhadores brasileiros se incorporaram ao mercado formal e, em sua maior parte, com um rendimento entre 1 e 2 salários-mínimos, a enorme maioria daqueles que ganhavam mais de 5 salários-mínimos ou entre 2 e 5, caíram para o patamar imediatamente anterior. Esse fenômeno, que combina ingresso no mercado formal com queda salarial dos setores intermediários, o governo petista denomina de “um país de classe média”.

Para termos um melhor vislumbre da situação, vejamos, atualmente, como é a remuneração de cada um dos setores analisados.

Remuneração dos trabalhadores dentro de cada setor - 2015.

Obs: SM = salário mínimo



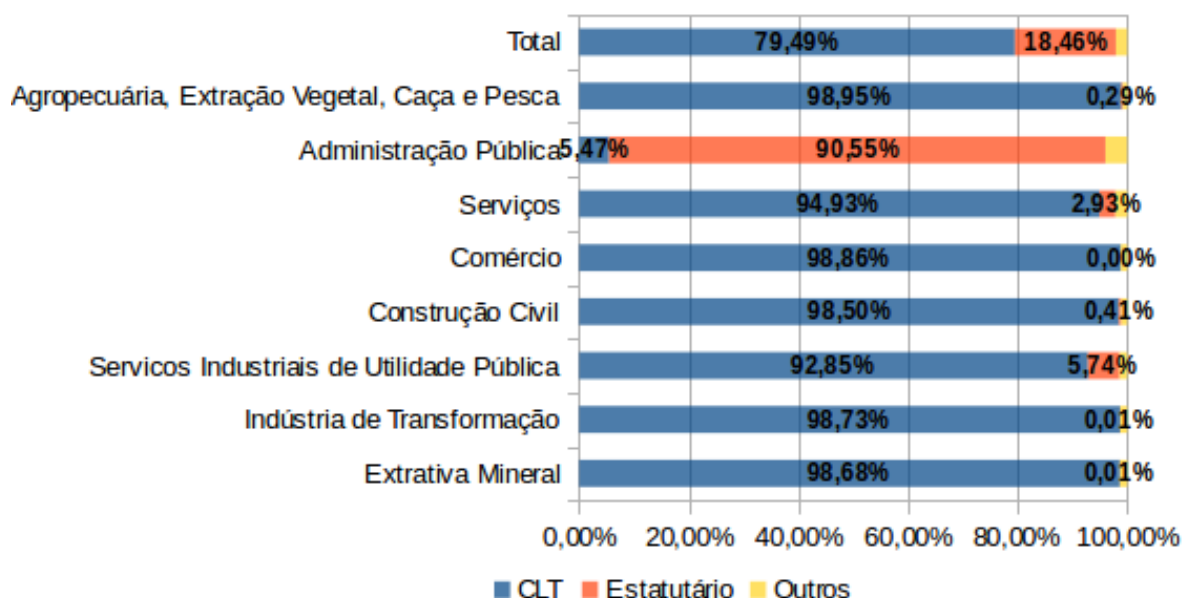
A análise dos dados, nos permite classificar três faixas de remuneração conforme o setor econômico:

- 1) Os trabalhadores da Indústria de Transformação se encontram, em sua maior parte, no setor de remuneração intermediário (entre 1 e 5 salários mínimos), situação análoga ao dos serviços.
- 2) Os setores *Extrativo mineral* e *Administração pública*, bem como os *Serviços industriais de utilidade pública* são os mais bem remunerados. Justamente aqueles setores que, se não diretamente estatais, foram em sua maior parte privatizados no período mais recente.
- 3) Os setores que recebem as piores remunerações são o agropecuário e o comércio. Nesses dois setores, mais de 60% dos trabalhadores recebem menos de 2 salários mínimos.

Distribuição dos trabalhadores por tipo de vínculo empregatício

Por fim, indicamos ainda a distribuição dos trabalhadores conforme o vínculo empregatício.

Distribuição dos trabalhadores por vínculo empregatício - 2015



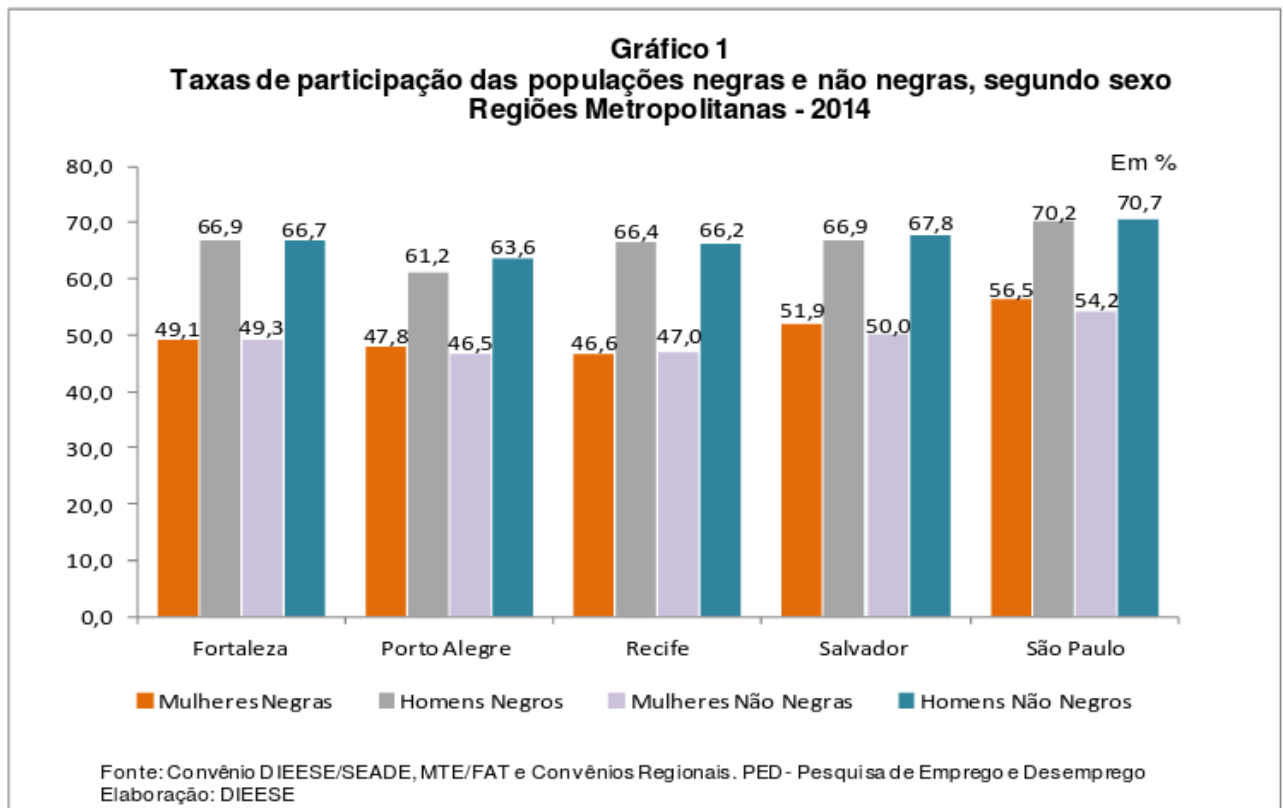
Setor	Tipo Vínculo		
	CLT	Estatutário	Outros
<i>Extrativa Mineral</i>	237.316	13	3.159
<i>Indústria de Transformação</i>	7.471.014	449	95.437
<i>Serviços Industriais de Utilidade Pública</i>	415.418	25.685	6.282
<i>Construção Civil</i>	2.386.398	9.877	26.389
<i>Comércio</i>	9.423.679	144	108.799
<i>Serviços</i>	16.281.499	502.982	366.831
<i>Administração Pública</i>	503.497	8.329.844	365.534
<i>Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca</i>	1.484.804	4.395	11.362
Total	38.203.625	8.873.389	983.793

Os resultados, aqui, estão dentro do esperado. Apenas o setor público tem uma maioria de trabalhadores em regime estatutário, os demais, predominam largamente o vínculo de celetista.

Distribuição dos trabalhadores conforme a questão racial

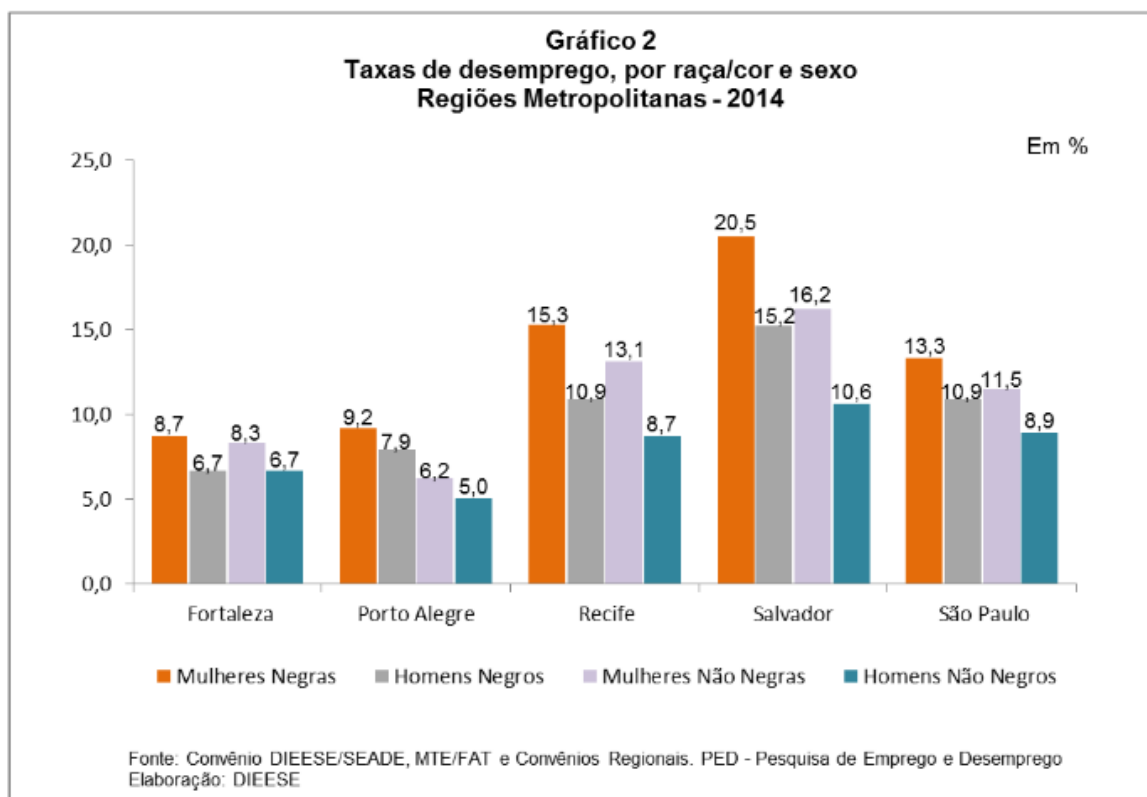
Infelizmente, a RAIS-MTE não dispõe de dados, sobretudo em série histórica, que explicitam as múltiplas questões que envolvem os trabalhadores em relação a questão racial. Mas existem pesquisas do DIEESE nas principais regiões metropolitanas do país que tratam do tema. Utilizamos aqui os dados relativos a 2014.

A seguir, indicamos a participação no mercado de trabalho em relação ao gênero e raça.



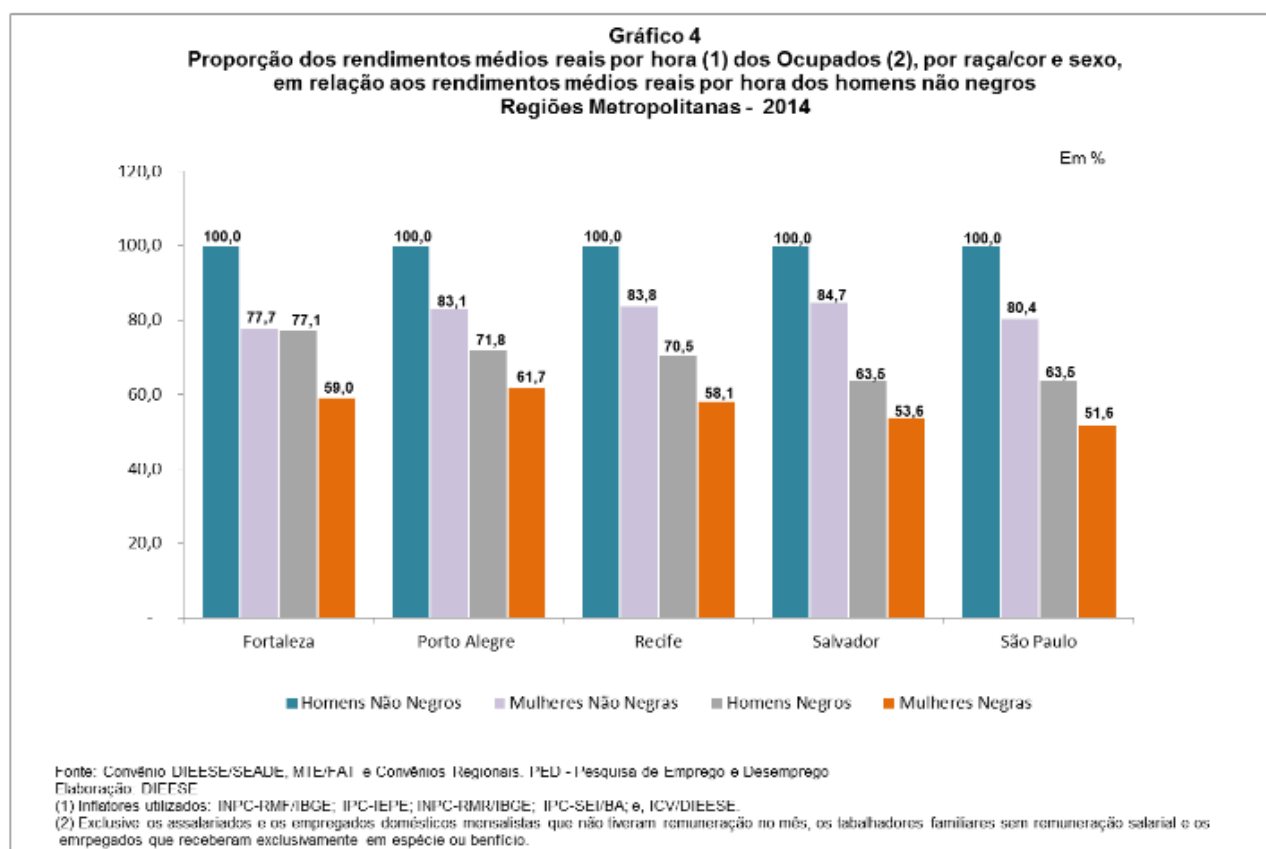
Como se nota, em 2014, as mulheres negras possuem uma participação no mercado de trabalho menos expressiva que os homens negros no mercado de trabalho, o que indica desigualdade de acesso e permanência no mercado de trabalho segundo sexo, independente de raça/cor. Entre os homens, as taxas de participação de negros e não negros são bastante semelhantes e continuam mais elevadas do que as verificadas para as mulheres.

Esses dados podem fazer parecer que não existe uma diferenciação grande no mercado de trabalho em função da raça/cor, já que a diferença mais substancial é com relação ao gênero. No entanto, essa impressão é aparente. Isso vem a tona quando qualificamos esses dados. A começar pela taxa de desemprego.



Na análise por raça/cor e sexo, destaca-se a sobreposição da discriminação sobre as mulheres negras, que apresentam as mais elevadas taxas de desemprego em comparação aos demais grupos. O desemprego atinge mais as mulheres negras do que os homens negros e não negros, em 2014. Na Região Metropolitana de Salvador, a taxa de desemprego das mulheres negras (20,5%) equivalia aproximadamente a duas vezes a taxa dos homens não negros (10,6%). A menor distância observada foi na Região Metropolitana de Fortaleza (mulheres negras, 8,7 %, e homens não negros, 6,7 %).

No entanto, a discriminação racial se torna ainda mais evidente, quando analisada em relação a renda.



Como se vê, o rendimento médio hora para as mulheres negras é inferior ao dos homens, em especial aos não negros. Em todas as formas de inserção no mercado de trabalho, reafirmando a duplicidade de discriminação – raça/cor e sexo. Em 2014, o rendimento médio por hora auferido por uma mulher negra em relação ao homem não negro corresponde a 61,7%, em Porto Alegre; 59,0% em Fortaleza; 58,1%, em Recife; 53,6%, em Salvador e; 51,6%, em São Paulo.

A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista

Ruy Braga
(estratos)

Memorabilia

(...)

Após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico europeu associado à institucionalização de direitos sociais pareceu eliminar a insegurança da relação salarial. Ainda que boa parte do trabalho intermitente e sub-remunerado continuasse sendo atribuída a jovens imigrantes, a combinação da proteção do trabalhador nacional com o consumo de massas, ou seja, a promessa da cidadania salarial, transformou-se em um poderoso amortecedor da luta de classes. Ao longo dos “trinta anos gloriosos” do capitalismo (1945-1973), o crescimento do “salarizado”, isto é, da classe de trabalhadores assalariados cuja reprodução é regulada pelos direitos da cidadania, ao menos apontava para o horizonte da superação da condição proletária por meio do planejamento estatal¹. Para alguns, a transformação do proletariado em salarizado teria representado mesmo o fim da luta de classes e sua substituição pelas lutas de classificação².

No entanto, a atual encruzilhada europeia não apenas quebrou a promessa, como trouxe de volta o temido espectro: os ajustes baseados na eliminação de direitos e cortes orçamentários impostos pela “Troika”, isto é, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, às economias mais castigadas pela crise econômica, primeiro a Grécia, seguida de perto por Portugal, Espanha e Itália, recolocaram a insegurança no coração da relação salarial. Além do mais, a crescente deterioração da proteção aos assalariados acusou a incômoda presença de uma fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica: o “precariado”³. Se, no início dos anos 1990, essa noção popularizou-se entre sociólogos franceses a fim de descrever trabalhadores temporários, seu conteúdo político foi revelado apenas mais tarde.⁴

Confrontado com o progressivo desmanche da relação salarial “fordista”, o aumento do desemprego e o avanço eleitoral de movimentos filofascistas, Robert Castel acionou o aviso de incêndio: como um trauma recalcado por décadas de negociações coletivas e de planejamento estatal, a insegurança social retornava na forma do pesadelo autoritário: o ressentimento social semeado entre os trabalhadores precarizados seria o responsável pelo recrudescimento do ódio racial na França⁵. O mesmo alerta ressoou na sociologia anglo-saxã. Para Standing, por exemplo:

[...] Muitos irão se sentir atraídos por políticos populistas e mensagens neofascistas, um desenvolvimento já claramente visível na Europa, nos Estados Unidos e em outras partes. Eis por que o precariado é a classe perigosa.⁶

¹ No início dos anos 1980, François Mitterrand resgatou do desterro o projeto da União Europeia. Então, aquela promessa ajudou uma Europa há pouco saída de ditaduras filofascistas (Espanha, Portugal) e da experiência da luta armada (Itália, Alemanha) a enfrentar a competição com o neoliberalismo estadunidense. Mesmo refém dos limites fiscais impostos pelo Tratado de Maastricht – teto de 3% de déficit orçamentário –, um continente unificado pelo binômio “eficiência e proteção” seduziu não apenas vários países do ex-bloco soviético, como também parte significativa da imaginação política progressista global, revivificando uma vez mais o sonho reformista da superação burocrática da anarquia do mercado – desta vez, via união monetária. Para mais detalhes, ver Michel Aglietta e Merih Uctum, “Europe and the Maastricht challenge”, *The World Economy*, v. 19, n. 6, nov. 1996, p. 683-94.

² Ver Michel Aglietta, *Le capitalisme de demain, Notes de la Fondation Saint-Simon* (Paris, Fondation Saint-Simon, 1998).

³ “A precariedade seria, então, apenas uma etapa na trajetória profissional. Mas, se essa etapa estivesse em vias de se transformar em um estado permanente? Um número cada vez maior de jovens passa de estágio em estágio ou de ocupação em ocupação provisórias, entrecortados por períodos mais ou menos longos de desemprego. [...] A precariedade transforma-se [...] em registro ‘regular’ da organização do trabalho.” Robert Castel, “Et maintenant, le ‘precariat’”, *Le Monde*, 29 abr. 2006.

⁴ Ver, por exemplo, Serge Paugam, *La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté* (Paris, PUF, 1991).

⁵ “De alguma maneira, trata-se do retorno das classes perigosas, ou seja, da cristalização em certos grupos sociais situados nas margens de todas as ameaças que carrega em si uma sociedade. O proletariado industrial desempenhou esse papel no século XIX: classes trabalhadoras, classes perigosas.” Robert Castel, *La inseguridad social: ¿que es estar protegido?* (Buenos Aires, Manantial, 2004), p. 70.

⁶ Guy Standing, *The Precariat: The New Dangerous Class* (Londres, Bloomsbury, 2011), p. 25.

O esgarçamento crescente dos vínculos estabelecidos por empresas e Estados com certos grupos sociais teria colocado para fora do salariado cerca de um quarto da população adulta: excluído da cidadania fordista e a meio caminho entre a sedução autoritária e o resgate pelas políticas públicas, o precariado alcançou o centro da agenda política europeia. Além do diagnóstico político, Castel e Standing compartilham a mesma compreensão sociológica segundo a qual a precariedade corresponderia a uma condição exterior à relação salarial. Em outras palavras, se não fosse pelo neoliberalismo e pela atual crise econômica mundial, a institucionalização dos direitos da cidadania por meio da relação salarial certamente substituiria a precariedade pela proteção social⁷.

Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do salariado, seu “outro” bastardo ou recalçado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante⁸.

Cada um ao seu modo, Castel e Standing identificaram erroneamente a particularidade da cidadania fordista com a totalidade da relação salarial. Assim, a insegurança do emprego e a permanente ameaça da exclusão socioeconômica que marcam a realidade de um número crescente de jovens em idade de entrar no mercado de trabalho surgiram aos seus olhos como um fantasma saído diretamente do século XIX. Aqui vale uma lembrança trazida do auge da era vitoriana: muito antes de o fordismo histórico ensaiar seus primeiros passos, Marx já havia exorcizado esse espírito ao associar o aumento da ocupação industrial à formação de uma população excedente em relação às necessidades ordinárias das empresas. Dessa forma, ele argumentou ser próprio da acumulação capitalista produzir despoticamente – sob a forma do desemprego ou do trabalho precário – uma população trabalhadora excedente e necessária ao modo de produção capitalista aglutinada em torno de quatro frações distintas, porém mutuamente permeáveis⁹.

Tendo em vista a dinâmica dos investimentos capitalistas e a aceleração do consumo da força de trabalho, a população *flutuante* seria formada por aqueles trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas. A população *latente* seria composta por jovens e trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para deixar os setores tradicionais, especialmente rurais, estabelecendo-se na indústria. Por sua vez, a população *estagnada* já seria parte da força de trabalho, ocupando, no entanto, funções tão deterioradas e mal pagas que sua condição de vida cairia para níveis subnormais de existência. Finalmente, a população *pauperizada* seria formada pela massa de indigentes, de doentes, de acidentados e de incapacitados para o trabalho devido à idade. Para além da descrição de cada um desses tipos, o que mais se destaca na análise de Marx é sua capacidade de relacionar os progressos da produtividade do trabalho alcançados pela indústria com a deterioração das condições de existência do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais¹⁰.

Aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa”¹¹. Por três razões principais, essa definição parece-nos mais acertada do que aquela adiantada por Castel e Standing. Em primeiro lugar, ela permite-nos localizar o precariado *no coração do próprio modo de produção capitalista* e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimen-

⁷ Para mais detalhes, ver Robert Castels, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (Petrópolis, Vozes, 1998).

⁸ Para mais detalhes sobre o caso estadunidense, ver Aaron Brenner, Robert Brenner e Carl Winslow (orgs.), *Rebel Rank and File: Labor Militancy and Revolt from Below During the Long 1970s* (Nova York, Verso, 2010). Em relação ao caso francês, ver Stéphane Beaud e Michel Pialoux, *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França* (São Paulo, Boitempo, 2009).

⁹ Para uma convincente análise sociológica da formação histórica dessa população trabalhadora no Brasil, ver Adalberto Moreira Cardoso, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010) (...). Para uma análise da formação do mercado de trabalho nacional, desde a escravidão, ver Alexandre Freitas Barbosa, *A formação do mercado de trabalho no Brasil* (São Paulo, Alameda, 2008).

¹⁰ Para mais detalhes, ver Karl Marx, *O capital: crítica da economia política* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, livro 1, v. II). Qualquer referência aos conceitos de população trabalhadora excedente, exército industrial de reserva e pauperismo em Marx não pode deixar de mencionar a problematização teórica empreendida pelo cientista político argentino José Nun – e que posteriormente fundamentou seu debate com Fernando Henrique Cardoso sobre a dinâmica da população pauperizada na América Latina. Ver José Nun, “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”, *Revista Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, v. 5, n. 2, jul. 1969, p. 178-236, e José Nun, *Marginalidad y exclusión social* (Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001). Entre os investigadores brasileiros, Nadya Araujo Guimarães foi pioneira em relacionar o comportamento político da população trabalhadora excedente ao modelo de desenvolvimento capitalista no país. (...) ver Nadya A. Guimarães, *Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil* (Tese de Doutorado, Universidade Nacional Autónoma do México, Unam, 1983).

¹¹ Por lumpemproletariado, Marx compreendia “o lixo de todas as classes”, formado por indivíduos arruinados e aventureiros (...) vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém saídos da cadeia, batedores de carteiras, rufiões, mendigos... (...) ver Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo, Boitempo, 2011). Por meio dessa categoria, Marx pretendia chamar a atenção para o aprofundamento, especialmente saliente em períodos de crise, da degradação social que submete um número grande de indivíduos (...) vale lembrar que nem Marx, nem Trotski exploraram conceitualmente a relação entre a população pauperizada e o lumpemproletariado.

são histórica e relacional desse grupo como *parte integrante da classe trabalhadora*, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe¹². Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma *dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho*¹³.

Ademais, devemos diferenciar analiticamente o pauperismo (e o lumpemproletariado) do precariado, pois entendemos que os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão sócio-econômica e o aprofundamento da exploração econômica:

[...] Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força de trabalho para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital.¹⁴

Ao decair para o pauperismo, esses trabalhadores deixam de cumprir qualquer função relevante relacionada à exploração econômica de classe, conformando-se com aquilo que Marx chamou de “o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”¹⁵.

A necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga também a diferenciá-lo dos *setores profissionais*, ou seja, aqueles grupos mais qualificados, mais bem remunerados e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora. Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico.

Se a precariedade parece estar se transformando em um “registro ‘regular’ da organização do trabalho” (Castel), ameaçando décadas de institucionalização de direitos sociais nos países capitalistas avançados, a verdade é que ela nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema. Mais um indício da “brasilianização” do centro? Ou, simplesmente, a demonstração de que o desenvolvimento capitalista, além de permeável a uma multiplicidade de ritmos, não é dirigido por nenhum *telos* progressista, revelando-se, ao contrário, desigual e combinado¹⁶? Ao fim e ao cabo, o fato é que, tendo em vista seu incontornável peso social, o precariado esteve sempre presente na agenda de pesquisas da sociologia do trabalho brasileira. Da análise da formação do operariado no chamado “fordismo periférico” até chegar ao estudo da precarização do trabalho engendrado pelo neoliberalismo, várias foram as gerações de sociólogos que se dedicaram a investigação dos meandros da relação entre a insegurança social e as relações de produção no país¹⁷.

QUADRO 1. O fordismo periférico

Em termos regulacionistas, isto é, inspirados pela *teoria francesa da regulação*, diríamos que o processo de industrialização que acompanhou o segundo pós-guerra em países como Portugal, Espanha, Iugoslávia, Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, Hong Kong, Brasil, México e Grécia caracterizou-se pela superação do taylorismo primitivo (ainda que, sobretudo nas indústrias têxtil e eletroeletrônica desses países, a taylorização primitiva tenha perdurado como estratégia gerencial de controle do trabalho operário), ou seja, um regime de acumulação apoiado em indústrias de baixa produtividade e orientadas para a exportação de bens de consumo não duráveis pelo fordismo periférico¹⁸. Essa noção designa um processo de mecanização da produção associado à acumulação intensiva de capitais e ao crescimento dos mercados de bens de consumo duráveis que, no caso brasileiro, iniciou-se nos anos 1950,

¹² (...) pelo fato de não possuírem qualificações escassas, não exercerem autoridade e não contratarem trabalho, os proletários precarizados constituem a fração mais subordinada e explorada da classe trabalhadora.

¹³ Ao apoiarmos nossa interpretação do precariado sobre o conceito de superpopulação relativa de Marx, nada mais fizemos do que seguir sugestão de Paul M. Sweezy no prefácio ao estudo de Harry Braverman: (...) a tese de que a lei geral de acumulação capitalista de Marx, de acordo com a qual o avanço do capitalismo caracteriza-se pelo acúmulo de riqueza em um polo e privação e miséria no outro, longe de ser uma falácia (...) veio a ser, na verdade, uma das mais bem fundamentadas intuições de Marx quanto ao sistema capitalista. (...)” Paul M. Sweezy, “Prefácio”, em Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX* (Rio de Janeiro, Zahar, 1981), p. 11.

¹⁴ Karl Marx, *O capital*, cit., p. 748.

¹⁵ *Ibidem*, p. 747. Como Marx deixa entrever nesta passagem, não devemos negligenciar o fato de o pauperismo, a despeito de não cumprir função no tocante à exploração econômica, permanecer vinculado à esfera do consumo dos meios de subsistência.

¹⁶ (...) tal característica do desenvolvimento capitalista rege também o ritmo da teoria social, podendo colocar na vanguarda países atrasados em períodos relativamente curtos de tempo que, eventualmente, podem aproveitar algumas das vantagens que surgem quando uma parte do caminho já foi percorrida. (...)

¹⁷ (...) O presente estudo alimenta-se da noção difusa na sociologia do trabalho brasileira de que a reprodução da precariedade é um traço estrutural do capitalismo no país para investigar a influência da prática política do precariado sobre as sucessivas transições dos modelos de desenvolvimento que culminaram no atual regime de acumulação financeirizado.

¹⁸ No Brasil, o taylorismo primitivo está associado aos esforços pioneiros de Roberto Simonsen e Roberto Mange de impulsionar, na década de 1920, um amplo movimento de racionalização do trabalho no país capaz de açambarcar tanto os setores industriais quanto o próprio aparelho de Estado. Em grande medida, esse movimento foi coroado pela criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), em junho de 1931, tendo Simonsen como diretor técnico. (...)

estendendo-se até por volta do início dos anos 1990, com o advento do neoliberalismo e da integração da economia nacional ao processo de mundialização capitalista.

Aqui, trata-se de considerar a existência de um sistema social articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, dominadas pelo mercado mundial. Em poucas palavras, o mercado mundial estrutura-se por meio da combinação de economias e nações capitalisticamente desenvolvidas e capitalisticamente subdesenvolvidas em um sistema multilateral autocondicionante. (...)

O caráter “periférico” desse sistema social adviria do fato de que os níveis mais qualificados da fabricação e, sobretudo, dos setores de engenharia permaneciam exteriores a esses países. Além do mais do ponto de vista dos mercados de consumo de bens duráveis, a dinâmica econômica estaria concentrada na elevação do poder aquisitivo das classes médias locais à custa do declínio na capacidade de consumo dos trabalhadores (...) os ganhos de produtividade alcançados pela mecanização não eram repassados aos salários dos operários, contribuindo para reforçar o exército de proletários e semiproletários subempregados por meio da contenção das necessidades dos trabalhadores.

(...) o modelo de desenvolvimento fordista periférico apoiou-se em uma articulação da política de substituição de importações (...). Assim, ao longo do segundo pós-guerra, o fordismo periférico teria se transformado no modelo de desenvolvimento predominante naqueles países¹⁹.

(...) ao interpretarmos a crise do fordismo periférico no país partindo dos desajustes entre o regime de acumulação despótico e o modo de regulação populista, pensamos atualizar a problematização marxista da regulação dos conflitos de classe²⁰. Sinteticamente, a sociologia marxista construiu um modelo globalizante do funcionamento do modo de produção capitalista combinando três teses principais (...) ²¹.

(...) Esquemáticamente, diríamos que tendo em vista a natureza dependente e despótica da industrialização brasileira, um modo de regulação populista desenvolveu-se a partir da década de 1940 visando garantir a reprodução das relações de produção em condições sociais periféricas. À medida que os trabalhadores brasileiros, em especial o proletariado precarizado, acumularam suas próprias experiências com os limites do modelo de desenvolvimento, a regulação populista perdeu progressivamente capacidade de absorver os conflitos classistas, sendo substituída, a partir de 1964, por uma regulação autoritária.

Não estamos afirmando com isso que o modelo de desenvolvimento fordista periférico não pudesse continuar se reproduzindo por meio do incipiente regime político democrático surgido no país em 1945. (...) o golpe não era uma “necessidade” inerente ao modelo, mas apenas um desdobramento previsível, tendo em vista a natureza em essência dependente e despótica do regime de acumulação. Naturalmente, para compreendermos o golpe, é necessário levar em consideração o contexto da Guerra Fria e da decisão geopolítica do governo estadunidense de, numa conjuntura marcada pela radicalização social que travou a capacidade de regulação populista no Brasil, apoiar a supressão dos conflitos classistas pela força das armas²².

Apesar de ter alcançado relativo êxito por aproximadamente uma década e meia, a regulação autoritária viu-se enredada em flagrante crise no final dos anos 1970. Com a redemocratização do país, a tentativa de sua substituição por uma regulação neopopulista apoiada no “pacto social” com o “novo sindicalismo” mostrou-se inviável, por razões que vão do aprofundamento da crise econômica, passando pela intensificação do impulso grevista na segunda metade da década de 1980, até chegarmos à possibilidade real de Lula da Silva conquistar a Presidência da República em 1989. Por sua vez, a vitória eleitoral de Fernando Collor, em 1989, representou

¹⁹ Ver Alain Lipietz, *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo* (São Paulo, Nobel, 1988). Para uma síntese da trajetória da teoria francesa da regulação, ver Ruy Braga, *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial* (São Paulo, Xamã, 2003).

²⁰ (...) por modo de regulação, entendemos o complexo social formado pelas instituições com responsabilidade direta pela reprodução mais ou menos coerente dos conflitos inerentes às relações sociais de produção capitalistas. Usualmente, essas instituições organizam-se em torno da normalização global das relações capital-trabalho (legislação trabalhista, previdência pública), do controle dos sindicatos e dos mercados (interno e externo) de trabalho. A eficácia de um modo de regulação (sua hegemonia) pode ser medida por sua capacidade de reproduzir os conflitos trabalhistas por meio da construção do consentimento entre as classes sociais subalternas, isto é, sem a necessidade do uso da força repressiva do aparato estatal. Por regime de acumulação, compreendemos as instituições sociais com responsabilidade direta pela reprodução do processo de valorização do valor (produção e apropriação privada do excedente econômico) em um contexto histórico dado. (...)

²¹ Para mais detalhes, ver Michael Burawoy e Erik Olin Wright, “Sociological Marxism”, em Jonathan H. Turner (ed.), *Handbook of Sociological Theory* (Nova York, Plenum Publishers, 2002).

²² Na realidade, após a abertura econômica promovida por Kubitschek, a acumulação capitalista passou a depender cada vez mais da capacidade do Estado brasileiro de investir em infraestrutura, garantir o endividamento das empresas multinacionais, amparar os capitalistas nacionais e controlar os trabalhadores. Tanto do ponto de vista do capital nacional quanto do capital transnacional, o controle do aparelho de Estado era estratégico para o regime de acumulação continuar prosperando. Nesses termos, estamos de acordo com aqueles que identificaram no golpe militar de 1964 tanto um ataque às reformas sociais, que eram defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira, quanto um golpe contra a democracia política surgida em 1945. (...) ver Caio Navarro de Toledo, “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28.

a transição para a regulação neoliberal: a partir de então, o próprio regime de acumulação transformou-se em objeto de sucessivos ajustes estruturais que, ao fim e ao cabo, asseguraram o nascimento do pós-fordismo financeirizado no país. Apesar do aperfeiçoamento do modo de regulação promovido pela burocracia lulista, esse regime de acumulação consolidou-se sem grandes contratempos ao longo dos anos 2000²³.

De uma perspectiva sociológica crítica, não nos parece exagerado afirmar que a mais influente das miradas sobre o pós-fordismo financeirizado brasileiro veio sob a forma de dois ensaios do sociólogo Chico de Oliveira. No primeiro deles, ao revisitar a teorização cepalino-furtadiana a respeito de nosso subdesenvolvimento, Chico aventou sua afamada hipótese acerca do surgimento de uma “nova classe” social no país baseada na articulação da camada mais elevada de administradores de fundos de previdência complementar com a elite da burocracia sindical participante dos conselhos de administração desses mesmos fundos²⁴. Em seguida, por ocasião da vitória de Lula da Silva sobre o tucano Geraldo Alckmin, em 2006, e tendo como pano de fundo fim do conturbado período do “Escândalo do Mensalão”, Chico dedicou-se a formular algumas hipóteses acerca da resiliência da “hegemonia lulista”, alertando-nos para os efeitos politicamente regressivos que essa forma de dominação social representava para a cultura política democrática do país²⁵.

(...) Para Chico, o governo de Lula da Silva instrumentalizou a pobreza ao transformá-la em uma questão administrativa. Assim, o programa Bolsa Família teria garantido a maciça adesão dos setores pauperizados das classes subalternas brasileiras ao projeto do governo. Jogando no campo de seu adversário eleitoral, isto é, da instrumentalização da pobreza e da gestão burocrática dos conflitos sociais, o governo Lula soube derrotar o PSDB, mas ao preço da despolitização generalizada das lutas sociais.

Reagindo às provocações gramscianas de Chico de Oliveira, Andre Singer reelaborou a tese de que o Bolsa Família teria garantido a adesão dos setores pauperizados das classes subalternas ao projeto petista²⁶. (...) Conforme o argumento de Singer, a partir de maio de 2005, (...) o governo de Lula da Silva teria perdido para a oposição tucana importante número de apoiadores conquistados em 2002 entre os setores médios urbanos. No entanto, atraídas pelas políticas públicas federais, as camadas pauperizadas do eleitorado brasileiro, tradicionalmente distantes de Lula, teriam (...) decidido sufragar o candidato situacionista em 2006²⁷.

QUADRO 2. Subproletariado ou precariado?

A aproximação de Lula da Silva em relação àqueles trabalhadores pauperizados, desqualificados e destituídos de prestígio, o “subproletariado”, autorizou Andre Singer a identificar no Brasil a revivificação de um fenômeno genealogicamente associado à rica história do populismo latino-americano. Vale lembrar que Andre Singer resgatou o conceito de subproletariado do economista e sociólogo Paul Singer, que, ainda nos anos 1970, associou informações relativas às modificações na repartição da renda nacional com dados sobre a estrutura ocupacional extraídos do Censo. Assim, Paul Singer concluiu que, entre 1960 e 1976, em especial durante o período conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1968-1974), importantes contingentes de trabalhadores vindos do exército industrial de reserva haviam sido absorvidos pelo exército industrial ativo, inserindo-se no proletariado “propriamente dito”.

No caso da estrutura ocupacional brasileira analisada por Paul Singer nos anos 1970, as ocupações subproletárias urbanas agregavam tipicamente formas não qualificadas, semiqualficadas, inconfessáveis e subalternas de trabalho, tendendo a se concentrar na indústria da construção civil (os “peões”) e no setor de serviços pessoais (empregadas domésticas, ascensoristas, porteiros, vigias etc.). Essa definição de subproletariado foi completada por um recorte de renda: “Desta maneira, o mais razoável é supor que, em 1976, constituem o subproletariado as pessoas com renda inferior a 1 salário mínimo e metade das que tinham renda de 1 a 2 salários mínimos”²⁸. (...) Paul Singer argumentou que, diante da precariedade dos vínculos que atam os setores subproletários da classe trabalhadora à produção capitalista, estes não possuiriam condições econômicas e sociais mínimas para se engajar em lutas reivindicatórias, atividade sindical ou partidária: “A suposição aqui é que as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem tais condições (reivindicação e mobilização coletivas), tanto pelas suas péssimas condições de vida, que não lhes proporcio-

²³ Para mais detalhes, ver Leda Paulani, *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica* (São Paulo, Boitempo, 2008).

²⁴ Na opinião do sociólogo marxista, a aproximação entre “técnicos e economistas *doublés* de banqueiros” e “trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência” serviria para explicar as convergências políticas entre o PT e o PSDB (...) Ver Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003).

²⁵ Em suma, Chico argumentou que ao absorver as formas sociais antagônicas no aparato de Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais, o governo de Lula da Silva teria esvaziado todo o conteúdo crítico presente na longa “era da invenção” dos anos 1970-1980, tornando a política partidária praticamente irrelevante para a transformação social. (...)

²⁶ Ver Andre Singer, “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, nov. 2009.

²⁷ Comparando pesquisas eleitorais de 2002 e de 2006, Singer ofereceu inúmeras provas desse realinhamento, demonstrando que o voto em Lula em 2006 foi mesmo um voto amplamente “popular” (...)

²⁸ Paul Singer, *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil* (São Paulo, Paz e Terra, 1983), p. 88.

nam tempo material nem recursos para se empenhar em atividades não remuneradas, como pela grande facilidade com que podem ser – e de fato são – substituídas no emprego”²⁹.

Conceitualmente, Paul Singer enfatizou a dimensão sócio-ocupacional da noção marxiana de “superpopulação relativa”. No entanto, sua conclusão política afastou-se de Marx, para quem: “[...] A estatística oficial vai deixando de registrar a verdadeira extensão do pauperismo à medida que se desenvolve, com a acumulação do capital, a luta de classes e, em consequência, tomam os trabalhadores consciência de sua própria dignidade”³⁰. (...) nossa noção de precariado distingue-se da noção de subproletariado por duas razões: em termos sócio-ocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada – assim como o lumpemproletariado (...) –; em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletivas. (Aos nossos olhos, mesmo a população pauperizada e o lumpemproletariado podem se mobilizar coletivamente.) (...)

Conforme André Singer, ao satisfazer os desejos de consumo de milhões de trabalhadores pobres e excluídos (...), o lulismo contentaria o subproletariado brasileiro, legitimando a conversão petista à ortodoxia financeira. Assim, um Lula da Silva à frente de uma massa estagnada e pauperizada teria logrado constituir uma nova força social, potencialmente progressista. Onde Chico percebeu os riscos de uma ampla despolíticação das classes subalternas promovida pela hegemonia lulista, Singer identificou uma espécie de “ponto de fuga para a luta de classes”, operado desde cima por um “nordestino saído das entranhas do subproletariado”. Em síntese, o subproletariado brasileiro estaria satisfeito com os graduais alívios em suas condições materiais de existência promovidos pelos dois governos de Lula da Silva. Aliás, como observou Perry Anderson, tampouco Chico teria contestado a caracterização da “psicologia dos pobres” esboçada por Singer³¹.

No entanto, se André Singer apontou para a adesão eleitoral da população estagnada e pauperizada ao governo federal, coube a Jessé Souza investigar as disposições sociais supostamente capazes de explicar esse movimento³². Para Souza, ao fazer com que amplos setores de trabalhadores e de microempresários incorporassem as necessidades próprias à acumulação financeira, o pós-fordismo teria produzido uma massa disposta a submeter-se a toda sorte de superexploração do trabalho para “ascender a novos patamares de consumo”. Somos, então, apresentados a inúmeras trajetórias de vida desses “batalhadores brasileiros” (...) ³³

(...) não encontramos no livro de Souza nenhuma justificativa plausível para a seleção dos casos estudados. Na realidade, a relação mais notável que a grande maioria deles mantém entre si não é com o pós-fordismo financeirizado, mas com as políticas públicas do governo federal. (...) quem realmente garante a unidade dessa “nova classe trabalhadora” não é a exploração capitalista mundializada, mas, sim, a hegemonia lulista: quando elogios aos programas federais começam a se multiplicar nos relatos, fica fácil entender por que uma população tão amparada pelo governo federal tenha se identificado com o “profeta exemplar” (...) ³⁴. Para Souza, o lulismo é um processo de “esclarecimento popular” (...) ³⁵. Em síntese, a prática política do precariado resume-se a sufragar o “profeta exemplar”.

Aos nossos olhos, o principal problema dessa abordagem não é repercutir a opinião positiva do precariado brasileiro em relação às políticas públicas federais, mas aprisioná-lo na participação política eleitoral. Afinal, ao assumir que o capitalismo financeiro reina absoluto e que “a condição de precariedade é algo contra o qual não se pode lutar”³⁶, que opção o proletariado precarizado teria a não ser aderir ao lulismo na esperança de que este consiga mitigar a desigualdade social? Para Souza, o precariado não seria “totalmente passivo”. Apenas “parcialmente”. O curioso dessa tese é que ela silencia por completo a história dos incontáveis esforços auto-organizativos – sindicatos, associações de bairro, partidos... – das classes subalternas brasileiras. Em consequência, não é possível perceber que foram exatamente esses esforços que transformaram

²⁹ *Ibidem*, p. 83.

³⁰ Karl Marx, *O capital*, cit., p. 759.

³¹ Ver Perry Anderson, “Lula’s Brazil”, *London Review of Books*, v. 33, n. 7, 31 mar. 2011, p. 3-12.

³² Ver Jessé Souza, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010).

³³ À exceção dos dois teleoperadores entrevistados, pode parecer um tanto ou quanto inusitado que esse conjunto de trabalhadores precarizados e microempresários represente (...) “uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial”. (...)

³⁴ Assim, somos informados de que as costureiras de Juazeiro do Norte recebem o Bolsa Família, mas não deixam de trabalhar por conta disso; que o programa “Luz para Todos” é um dos principais responsáveis pelo resgate da autoestima dos quilombolas do povoado de Cambará; (...) etc.

³⁵ *Ibidem*, p. 250.

³⁶ *Ibidem*, p. 63. Naturalmente, caberia aos trabalhadores conformarem-se com essa condição inelutável e necessária, deixando a tarefa da denúncia de seus dissabores diários para a “verdadeira sociologia crítica”.

Lula da Silva em uma liderança política nacional. Nem que esses impulsos construíram o partido político que elegeu o “profeta exemplar” presidente da República³⁷.

Em suma, comparando as diferenças entre essas noções, chegaremos à seguinte tabela:

TABELA 1. DIFERENÇAS ENTRE OS CONCEITOS DE SUBPROLETARIADO, PRECARIADO E BATALHADORES

Grupos/Características	Subproletariado	Precariado	Batalhadores
Microempresários			X
Trabalhadores profissionais			X
População flutuante		X	
População latente	X	X	X
População estagnada	X	X	X
Pauperismo	X		
Lumpemproletariado	X		
Capacidade de mobilização coletiva		X	
Renda entre 1 e 2 SM	X	X	

Fonte: Elaboração própria

Nas próximas páginas, argumentaremos que a participação eleitoral representa apenas uma – e, muitas vezes, nem mesmo a mais importante – das múltiplas dimensões da prática política do precariado brasileiro. A transformação do “classismo prático” em um reformismo plebeu sindicalmente refratário à colaboração com as empresas e construído na luta pela efetivação e ampliação dos direitos trabalhistas por meio da crença no poder de decisão das bases é o objeto deste livro³⁸. E, a despeito da relativa “satisfação” manifestada nas últimas eleições presidenciais, a reconstrução sociológica da formação e da trajetória dessa fração de classe mostrará que, apesar da atual estabilidade do modo de regulação proporcionada pelo “transformismo” petista, a hegemonia lulista encontra-se assentada em um terreno historicamente movediço.

Temos total ciência de que, mesmo retificado e ressignificado pela teoria marxista das classes e da população excedente, ao utilizarmos o conceito sociológico de precariado a fim de caracterizar a fração do proletariado precarizado em condições sociais capitalistas periféricas, estamos nos expondo à crítica dogmática daqueles que não veem sentido em chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome. Eles preferem simplesmente seguir associando essa parcela da população trabalhadora ao proletariado, evitando, assim, o laborioso esforço de estabelecer segundo critérios científicos a justa mediação entre as partes e o todo. Em consequência, desresponsabilizam-se de investigar a natureza contraditória das relações sociais, especialmente políticas, vinculadas à estrutura social, que constituem o precariado como uma realidade transicional, preferindo adjudicar uma imutável essência à classe operária.

Ao contrário, nossa análise não parte de essências, mas de relações sociais. Por isso, buscamos responder a três questões básicas: 1) Qual a origem histórica do classismo prático do precariado brasileiro? 2) Que mudanças essa prática política sofreu entre as décadas de 1950 e 1980? 3) Essas mudanças passaram de quantitativas para qualitativas, ou seja, lograram criar urna dominação social estável, conduzida atualmente pela burocracia lulista? Analisando a dinâmica e as contradições inerentes à formação do precariado brasileiro, assim como suas metamorfoses contemporâneas, procuramos responder a essas questões por meio da combinação entre aqueles processos internos pelos quais uma classe ou fração de classe desenvolve práticas sociais capazes de implementar projetos coletivos e as forças externas, normalmente associadas à institucionalidade do modo de regulação dos conflitos capital-trabalho que atuam sobre tais processos³⁹.

Ao fazê-lo, reivindicamos a existência de uma relação necessária entre a política do precariado antes e depois do golpe militar. Uma relação que, aos nossos olhos, deve ser interpretada à luz de um processo de superação dialética, e não como uma improvável *ruptura irreconciliável com o passado*⁴⁰. Ao mesmo tempo, identifi-

³⁷ Para quem se propõe a explicar o feitiço, Souza não tem nada a dizer sobre o feiticeiro. Reflexivamente, diríamos: o exercício da violência simbólica não é um privilégio da burguesia ou das classes médias: também a tal “verdadeira sociologia crítica”, que Souza imagina representar, reproduz a violência simbólica contra os grupos subalternos politicamente mais organizados.

³⁸ Para mais detalhes, ver Alvaro Bianchi e Ruy Braga, “Brazil: The Lula government and financial globalization”, *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n. 4, 2005, p. 1745-62.

³⁹ “Claro está que se trata de um processo abrangente e complexo que envolve todas as instituições sociais. É por isso mesmo que os marxistas ordenam esta realidade aparentemente caótica em três instâncias analiticamente articuladas: produção, política e ideologia. Uma instituição, no entanto, é particularmente importante para a compreensão do restante deste livro – a fábrica.” Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, *Um sonho de classe: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta* (São Paulo, Hucitec, 1998).

⁴⁰ Após enfatizar unilateralmente por mais de duas décadas a ruptura do “novo” sindicalismo com as “velhas” práticas sindicais populistas, a literatura especializada voltou-se recentemente para uma análise mais refinada dessa relação(...) ver Marco Aurélio Santana, “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.

camos na transição para o pós-fordismo financeirizado o desmanche neoliberal, isto é, a desconstrução histórica do classismo prático no país. Um processo que potencializou a burocratização do sindicalismo nos anos 1990, preparando o terreno para a financeirização da burocracia sindical na década de 2000. No entanto, quando imaginávamos que a pulsão classista havia sido definitivamente recalçada pelo transformismo lulista, eis que nosso estudo de caso ampliado dos teleoperadores da indústria do *call center* detectou o reaparecimento daquela pulsão em uma renovada cadeia de significados que insinua ascender à consciência política.

Este trabalho divide-se em duas partes solidárias na investigação da trajetória do moderno proletariado precarizado brasileiro desde sua formação, durante a vigência do populismo, passando por sua transformação durante o ciclo grevista do final dos anos 1980, até chegarmos à atual regulação lulista. Em termos gerais, destacamos o papel desempenhado pela política do precariado na transição do fordismo periférico ao pós-fordismo financeirizado. (...) Revisitamos aqueles estudos que assentaram bases na sociologia profissional do trabalho no país (...).

Estas revisitas permitiram-nos retificar e complementar a sociologia profissional do trabalho com novas fontes e dados sobre o nascimento da prática política do jovem precariado migrante no país. Dessa forma, buscamos mostrar como esse grupo, ao ser açambarcado pelo fordismo periférico em franca expansão, rapidamente inaugurou sua auto-organização política, alimentando, entre 1953 e 1964, os dois ciclos das greves gerais operárias em São Paulo.

Vale observar, ainda, que estamos plenamente de acordo com Cardoso quando ele afirma que o processo de migração para as cidades, além de reforçar os baixos salários, favoreceu o desenvolvimento de relações trabalhistas precárias que acabaram cristalizando um mercado de trabalho cuja principal característica é a reprodução da insegurança proletária. Assim, a possibilidade de proteção estatal dos trabalhadores urbanos existente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) converteu-se em uma espécie de “utopia brasileira”, criando nas massas rurais a expectativa de integração social por meio do modelo de desenvolvimento fordista periférico. Dessa forma, a legislação trabalhista do Estado Novo instaurou um “campo legítimo de disputa”, transformando a cidadania salarial no horizonte institucional das lutas de classes. Contra as resistências do regime de acumulação despótico, essa legislação, além de definir uma forte identidade social por meio da imagem da carteira de trabalho, legitimou a luta do trabalhador por direitos⁴¹.

Nesses termos, a CLT teria inaugurado um autêntico “processo civilizatório do capital”, totalmente ausente quando comparado ao “Estado antissocial”, ou seja, ao “Estado construído contra o povo miserável”, anterior à revolução de 1930. Argumentaremos neste trabalho que, seja sob a regulação populista ou sob a regulação autoritária, o classismo prático representou a principal via de acesso dos trabalhadores àquele processo. Em outras palavras, o reformismo plebeu materializou a ligação do proletariado precarizado com a “utopia brasileira”. No entanto, vale observar que se essa ligação supunha uma consciência de classe fundamentalmente reformista, pois circunscrita ao modo de regulação, em certas ocasiões a luta dos trabalhadores brasileiros pela efetivação e pela ampliação da cidadania salarial colocou em xeque os estreitos limites do regime de acumulação despótico no país, condicionando as sucessivas transições no e do modelo de desenvolvimento⁴².

(...) A sociologia da inquietação operária também orientou nossa interpretação sobre a formação do precariado pós-fordista na indústria paulistana do *call center* nos anos 1990 e 2000.

Em larga medida, essa teoria apoia-se na análise da “divisão do trabalho sociológico” cujos parâmetros foram definidos por Michael Burawoy (...) ⁴³. O diagnóstico construído por Burawoy acerca da sociologia contemporânea parte de uma constatação muito próxima daquela presente também em Bourdieu, ou seja, a de que o aumento de interesse por uma sociologia pública deriva da reação ao “avanço generalizado da privatização”⁴⁴. (...)

Apoiando-se no “último” Bourdieu (...), Burawoy advoga que, contra a privatização e a degradação do mundo social, a sociologia pública deveria se transformar em um meio de revitalização da própria ideia de “público”, tão vilipendiada pela tempestade provocada por várias décadas de ofensiva neoliberal⁴⁵. (...)

⁴¹ “A consciência de classe dos trabalhadores brasileiros foi, por muito tempo, a consciência *do direito a seus direitos*, cuja efetividade esteve sempre em processo e, nesse sentido, foi sempre e renovadamente utópica.” Adalberto Moreira Cardoso, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, cit., p. 239.

⁴² Guimarães, por exemplo, identificou no conflito entre o regime fabril despótico das modernas indústrias brasileiras e as aspirações democráticas dos trabalhadores a chave explicativa da formação de um forte movimento sindical anticapitalista capaz de desafiar a ordem empresarial tripartite edificada pelo regime militar em Camaçari, (...) ver Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, *Um sonho de Classe*, cit. Por sua vez, Antunes entende que: “[Antes de 1964] frequentemente as bases operárias vinculadas ao PCB (ou fora dele) transbordavam o espaço estabelecido pelo projeto nacional-desenvolvimentista, intensificando a luta de classes presente no chão das fábricas e das empresas.” Ricardo Antunes, *O continente do labor* (São Paulo Boitempo, 2011), p. 83.

⁴³ Ver Michael Burawoy, “For public sociology”, *American Sociological Review*, v. 70, fev. 2005, p. 4-28. (...)

⁴⁴ Para mais detalhes, ver Pierre Bourdieu, *A miséria do mundo* (Petrópolis, Vozes, 2003) e *Interventions, 1961-2001: science sociale et action politique* (Paris, Agone, 2002). (...)

⁴⁵ (...) ver Luc Boltanski, *De la critique: précis de sociologie de l’émancipation* (Paris, Gallimard, 2009).

(...) Antes de rechaçar ou incorporar as críticas a Burawoy, parece-nos mais produtivo explorar o potencial heurístico contido na teoria da divisão do trabalho sociológico, assumindo-a como um ponto de partida para (...) investigar a formação e a transformação da política do precariado brasileiro (...).

(...) aventamos a seguinte hipótese: considerando os limites impostos ao modo de regulação pela inserção dependente da estrutura econômica do país na divisão internacional do trabalho, o fordismo periférico frustrou as principais expectativas despertadas pela promessa de superação do subdesenvolvimento. A fim de fazer com que essa promessa fosse cumprida, o precariado nacional empreendeu incontáveis esforços auto-organizativos que originaram de forma progressiva uma prática política caracterizada pela capacidade de passar rapidamente da (aparente) acomodação reivindicativa à ação política, esgarçando os limites do modo de regulação. Uma das forças motrizes do desenvolvimento periférico, essa práxis social, amadureceu ao longo do período populista, impulsionando o sindicalismo durante a ditadura militar. Aos nossos olhos, o novo sindicalismo superou dialeticamente o movimento sindical populista, atualizando-o para as décadas posteriores.

(...) transformação do jovem precariado migrante em uma vigorosa força política capaz não apenas de reconfigurar o movimento sindical brasileiro, como também acelerar o colapso da ditadura militar. (...) Ao identificarmos na articulação entre o poder sindical e o ativismo das bases a arqueologia da hegemonia lulista, destacamos a natureza reformista dessa práxis⁴⁶. Uma hegemonia apoiada na combinação da incorporação dos ativistas mais destacados à estrutura sindical. (consentimento ativo), ou seja, ao Estado capitalista, com a conquista de pequenas concessões materiais aos trabalhadores (consentimento passivo). Não é demais observar que o adjetivo “passivo” qualifica o substantivo “consentimento”, implicando apenas que o precariado metalúrgico, politicamente ativo, consentia em seguir, sem um projeto político autônomo, a burocracia sindical de São Bernardo.

No último capítulo, testamos a capacidade da sociologia do precariado de explicar essa hegemonia por meio de um estudo de caso ampliado da indústria paulistana de *call center*. Por várias razões, consideramos o setor de telemarketing um campo privilegiado para a observação das atuais metamorfoses do precariado brasileiro. Para tanto, enfocamos a relação entre o novo regime de acumulação pós-fordista e financeirizado e a formação do grupo brasileiro de teleoperadores. Como veremos, trata-se de um grupo composto por trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquilificados, terceirizados, sub-remunerados (recebendo entre um e dois salários mínimos) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva. Ou seja, um verdadeiro retrato do precariado pós-fordista em condições sociais periféricas.

Ademais, esse setor acantona milhares de trabalhadores oriundos da informalidade e sem experiência sindical prévia, garantindo-lhes o acesso aos direitos trabalhistas, além de algum tipo de qualificação profissional. Finalmente, trata-se de um setor que condensa as características mais salientes do atual regime de acumulação pós-fordista periférico: a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho. Tudo isso permitiu que investigássemos o renascimento do embrião do classismo prático em condições pós-fordistas, assim como relacionássemos essa prática à representação sindical que se encontra apoiada no sucesso das políticas públicas federais. Dessa forma, pudemos estudar empiricamente a dialética do lulismo, cuja essência consiste em combinar o *consentimento passivo das massas* – que, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao governo – com o *consentimento ativo das direções sindicais* – seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão. E captar o momento da passagem da (aparente) inatividade política para a ação reivindicativa.

Como não poderia deixar de ser, a política do precariado assumiu diferentes formas desde os tempos do taylorismo primitivo. Reconhecendo-as, procuramos destacar também sua característica comum: a de ser uma prática alimentada por um classismo em estado prático, ou seja, uma relação política baseada em interesses materiais enraizados na estrutura de classes, ainda que carente de recursos organizativos, ideológicos e políticos⁴⁷. Tendo em vista os estreitos limites impostos pelo modelo de desenvolvimento periférico às concessões trabalhistas, assim como a existência de condições sempre precárias de reprodução, essa prática vê-se obrigada a politizar rapidamente suas reivindicações, radicalizando suas iniciativas. E, a despeito da escassez de recursos, em certas oportunidades as ondas de choque produzidas por essa pulsão plebeia foram suficientemente fortes para estremecer os alicerces do fordismo periférico: 1953, 1957, 1961, 1963, 1968, 1978...

E, ao contrário daqueles que identificam a hegemonia lulista com a passividade política do precariado promovida pelo atual regime de acumulação financeirizado, argumentaremos (...) que a história dessa relação classista em estado prático permanece, a despeito dos desmedidos esforços da burocracia sindical para encerrá-la nas antessalas dos gabinetes do governo federal, fundamentalmente aberta à autoatividade dos subalternos. Uma história que se atualiza conforme a – ainda débil, porém não desprezível – reorganização dos movimentos populares avança no país. (...)

⁴⁶ Evidentemente, não queremos afirmar que a hegemonia lulista já estivesse pronta no final da década de 1970. (...)

⁴⁷ É necessário afastarmos qualquer suspeita de determinismo econômico dessa noção de classismo prático. (...)

Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito

Giovanni Alves

Na era do neodesenvolvimentismo (2003-2013), sob os governos Lula e Dilma, aumentaram as modalidades flexíveis de contratação laboral no Brasil. Disseminaram-se novas formas atípicas de contratação salarial, como o contrato por prazo determinado, contrato por prazo parcial, suspensão de contrato e, principalmente, as relações de emprego disfarçadas tais como contratação como pessoa jurídica (PJ), cooperativas de contratação de trabalho, trabalho-estágio, autônomos, trabalho em domicílio, teletrabalho e a terceirização. Interessa-nos tratar aqui da *terceirização*, que se manifesta de múltiplas formas, incluindo, por exemplo, algumas dessas formas de contratação atípicas (subcontratação por meio de agência de emprego, a PJ, o autônomo proletarizado, o trabalho em domicílio e a cooperativa para empresa). Entretanto, a terceirização não se reduz a elas, tendo em vista que abarca todo o processo de externalização de atividades para outras empresas ou pessoas. Diz José Dari Krein: “Apesar das dificuldades em mensurá-la com as pesquisas disponíveis e de sua crescente complexidade, é possível afirmar que a terceirização se constituiu na principal forma de flexibilização da contratação, a partir dos anos 1990, no Brasil” (KREIN, 2013).

Na verdade, nos últimos 20 anos, pelo menos, a terceirização tem sido vinculada à flexibilização das relações de trabalho e à precarização laboral. No começo da década de 2000, o então presidente do TST, Francisco Fausto, observou que “a forma mais evidente de flexibilização da legislação trabalhista na jurisprudência do TST diz respeito à terceirização, que passou a ser admitida em atividades-meio. (...) o crescimento da flexibilização trabalhista e a precarização das relações do trabalho que se inicia na década de 1990 – a ‘década neoliberal’ – prosseguiu com vigor, na década de 2000, a ‘década do neodesenvolvimentismo’. Enquanto na década de 1990, as políticas neoliberais promoveram a *reestruturação* do capitalismo no Brasil com impactos disruptivos no mundo do trabalho, principalmente com o crescimento abrupto do desemprego aberto nas metrópoles brasileiras; na década de 2000, ocorreu a *reorganização* do capitalismo na base da acumulação flexível (o que denominei de ‘toyotismo sistêmico’). Apesar da queda do desemprego aberto, a partir de 2003, ampliou-se a mancha de precariedade laboral” (ALVES, 2000).

O “choque de capitalismo” promovido pelos governos Lula e Dilma contribuiu para a expansão da lógica do capital nos planos da produção e reprodução social. Os governos neodesenvolvimentistas (2003-2014) (...) em nome da governabilidade, adequaram-se à lógica do capitalismo flexível. Um dos traços do *lulismo* foi não confrontar o capital (SINGER, 2010). Por isso, apesar do aumento do gasto público com as políticas sociais de transferência de renda (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida etc.) e a política de valorização do salário-mínimo (...), manteve-se e incrementou-se a nova dinâmica de acumulação capitalista baseada na acumulação flexível (ALVES, 2014).

Portanto, a expansão da terceirização na década do neodesenvolvimentismo é tão somente um traço candente (e quase irremediável) da nova ofensiva do capital na produção nas condições históricas do capitalismo flexível. Nesse período, instaurou-se o que denominamos de “nova precariedade salarial” no país. Entendemos a “nova precariedade salarial” como sendo o novo modo de organizar o processo de trabalho e a produção do capital a partir da lógica do trabalho flexível, sendo ela caracterizada pela adoção das novas tecnologias informacional, gestão toyotista e relações de trabalho flexíveis (contrato salarial, jornada de trabalho e remuneração flexível). Foi a “nova precariedade salarial” que deu novas roupagens à terceirização (como observou Druck, 1999, e Colli, 2000, a terceirização não é um fenômeno novo na produção capitalista); entretanto, dentro do contexto da nova ofensiva do capital na produção com a vigência do capitalismo flexível, a terceirização tornou-se moda da administração empresarial (...) (ALVES, 2011; 2013). A “nova precariedade salarial” – e com ela, a terceirização – disseminou-se, não apenas pelo setor privado – indústria, comércio e serviços –, mas também pelo setor público, incluindo a Administração Pública (...).

Em 2011, a CUT e o Dieese publicaram um importante dossiê intitulado *Terceirização e Desenvolvimento: uma Conta que Não Fecha*, no qual apresentam dados inegáveis do aumento da terceirização na década de 2000 no Brasil. O documento da CUT/Dieese vincula a terceirização à questão do desenvolvimento capitalista no Brasil. (...) o dossiê salienta que “a realidade imposta pela terceirização não é a da modernidade, mas a de um país com relações arcaicas de trabalho, que fere os preceitos de igualdade” (...) visando à otimização dos seus lucros, em especial, através de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho (98%). Por isso, terceirização no Brasil, diz o dossiê, implica desrespeito aos direitos aos trabalhadores, criando, desse modo, uma clivagem no mundo do trabalho formal, com o surgimento da figura do “cidadão de segunda classe”. (...)

No caso do Brasil, a *grande empresa capitalista*, imersa na voraz concorrência do mercado global, torna-se obrigada a incorporar, por um lado, a ideologia orgânica da produção do capital nas condições do capitalismo global (o toyotismo) e, por outro lado, assume (...) a *superexploração da força de trabalho*, articulando o historicamente *novo* – novas tecnologias e modernos métodos de gestão – e o historicamente *arcaico* (relações de trabalho espúrias com rebaixamento de salário e espoliação de benefícios trabalhistas).

A empresa terceira, como veículo de afirmação da lógica de valorização do grande capital oligopólico, gera trabalho precário e, pior, com jornadas maiores e ritmo de trabalho exaustivo. (...) a empresa terceira incorpora os novos métodos de gestão toyotista, sob pressão da grande empresa capitalista, reduzindo, desse modo, os postos de trabalho e produzindo mais com menos pessoal. Assim, a externalização das atividades para empresas ou pessoas – a terceirização – representa mera afirmação da lógica organizacional da *empresa-rede*, a grande empresa capitalista nas condições históricas do capitalismo global.

(...) Deste modo, temos, por um lado, a predação de direitos dos trabalhadores e benefícios trabalhistas e, por outro lado, a corrupção da coisa pública que se prolifera nos contratos de terceirização do setor público no Brasil. (...) *os trabalhadores terceirizados perfazem cerca de 25,5% do mercado formal de trabalho*. Entretanto, deve-se salientar que esse número está subestimado, tendo em vista que parte considerável dos trabalhadores terceirizados está alocada na informalidade – além disso, não estão contidos os setores da agricultura.

(...) apesar dos indicadores positivos do mercado do trabalho na era do neodesenvolvimentismo, verificamos a ampliação da “nova precariedade salarial”, caracterizada pelo aumento da flexibilidade laboral e aumento da rotatividade de mão de obra no Brasil (ALVES, 2014). Nesse caso, a terceirização ocupa um lugar de destaque na nova degradação do trabalho no país. (...) Finalmente, a terceirização contribui para a persistência da informalidade. Diz Krein: “O processo de terceirização baseado na redução de custos tende a fortalecer as relações de trabalho mais heterogêneas, incluindo o trabalho por conta própria sem proteção social e a contratação de trabalhadores sem registro como forma de obter competitividade para sobreviver no mercado” (KREIN, 2013).

2 – Terceirização e a miséria brasileira

A expansão da terceirização é apenas a “ponta do *iceberg*” da reorganização capitalista ocorrida no Brasil na perspectiva da afirmação do capitalismo flexível. Ao intitularmos o artigo *Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito*, buscamos resgatar, por um lado, o vínculo orgânico entre terceirização e nova dinâmica do capitalismo global (...) (HARVEY, 1992), e, por outro lado, a simbiose entre terceirização e superexploração da força de trabalho, traço genético do capitalismo brasileiro (MARINI, 1973; CHASIN, 1979). Nesse caso, o conceito de capitalismo significa não apenas modo de produção de mercadorias, mas inclui, também, um *ethos* particular – no caso do Brasil – de valorização do capital e exploração da força de trabalho. O capitalismo brasileiro constituiu-se como um capitalismo hipertardio, dependente, de extração colonial-escravista e via prussiana, no qual, historicamente, o moderno se articulou com o arcaico. (...) Na verdade, está inscrito no DNA do capitalismo brasileiro o modo oligárquico-patrimonialista de organização da exploração da força de trabalho, com a “Casa Grande” continuando a ser movida insaciavelmente pela busca desenfreada de lucros (o que explica a ânsia da terceirização como estratégia de rebaixamento salarial e espoliação de benefícios trabalhistas). Ao mesmo tempo, a nova etapa histórica do capitalismo flexível reforça – afirma e valida – o traço estrutural do capitalismo brasileiro salientado acima.

No decorrer dos anos 2000, tivemos, em torno do tema da terceirização, uma candente luta política e ideológica, com propostas em disputas, inclusive dentro do direito do trabalho, entre aqueles que querem regulamentar e aqueles que querem abolir a terceirização. Apesar disso, o avanço da terceirização no Brasil foi quase irremediável. (...) Na verdade, abolir a prática da terceirização significa ir contra a natureza do capitalismo brasileiro e o espírito do regime de acumulação flexível imposto pela mundialização do capital. (...)

Portanto, a terceirização no Brasil não é traço meramente contingencial (...) Ela é um traço orgânico do capitalismo brasileiro. Ela é um modo de reafirmar a forma de ser de entificação do capitalismo brasileiro baseado na *superexploração da força de trabalho* (exploração da força de trabalho que articula intensificação do trabalho, alongamento da jornada laboral e rebaixamento salarial). Ao mesmo tempo, a vigência do capitalismo flexível e a constituição da “nova precariedade salarial” contribuiu para a reafirmação do modo de entificação do capitalismo no Brasil – hipertardio, dependente, com extração escravista-colonial de via prussiana –, aprofundando, deste modo, os traços históricos da miséria do trabalho no interior do próprio núcleo da modernidade salarial. Portanto, a terceirização não é a afirmação do *arcaico* nas relações de trabalho no Brasil, mas, sim, a reposição histórica da dialética entre o *moderno* e o *arcaico* que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo no país.

(...) Reduzir o combate à terceirização à discussão sobre atividade-fim e atividade-meio significa, como observa com pertinência Sanches, permanecer no campo do inimigo de classe, tendo em vista que a discussão sobre atividade-fim e atividade-meio *não* se trata de procedimento técnico, mas sim de afirmação política. (...)

3 – Terceirização e capitalismo global

A expansão da terceirização no Brasil vincula-se à fase histórica de desenvolvimento do capitalismo global imerso na crise estrutural do capital. Por “crise estrutural do capital” entendemos a incapacidade candente do sistema de controle do metabolismo social em realizar suas promessas civilizatórias. O desmonte do Estado de Bem Estar Social no polo mais desenvolvido da civilização do capital – União Europeia, por exemplo – é o exemplo-mor da mutação estrutural do sistema (...) incapaz de afirmar e ampliar direitos dos trabalhadores.

A partir de 1990, o Brasil integrou-se no processo de mudança histórica maciça da organização do capitalismo num plano mundial (a dita “globalização”). (...) A palavra de ordem é flexibilizar as relações de trabalho.

O desenvolvimento da acumulação (...) nos “30 anos perversos” (1980-2010) de capitalismo global ocorre no bojo das pressões estruturais para a redução de custos das grandes empresas capitalistas. Está ocorrendo aquilo que István Mészáros denominou de *tendência à equalização descendente da taxa diferencial de exploração* (MÉSZÁROS, 2002; 2009). Nos países capitalistas do Ocidente, as classes trabalhadoras puderam por muito tempo gozar dos benefícios da “taxa diferencial de exploração”, inclusive construíram um Estado Social Democrático de direitos trabalhistas e cidadania salarial para ampla maioria da população trabalhadora. Suas condições de vida e de trabalho eram incomensuravelmente melhores do que as encontradas nos “países subdesenvolvidos” (como o Brasil, por exemplo). Os países capitalistas do Ocidente eram modelo social de regulação do trabalho, e muitos juristas e estudiosos do mundo do trabalho tomam como exemplo os países do capitalismo socialdemocrata. Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo global, percebemos, no plano mundial, a deterioração dos direitos trabalhistas (...) sob a ameaça da flexibilização laboral.

(...) Percebe-se, no plano mundial, que os trabalhadores estão ameaçados em suas mais básicas condições de existência, não apenas devido ao desemprego, mas, como vimos no caso do Brasil da era do neodesenvolvimentismo, a vigência da “nova precariedade salarial”, caracterizada pela expansão de relações de trabalho flexíveis. Os investidores lamentam o Custo Brasil e clamam pela reforma trabalhista. Como personificações do capital, expressam (...) tão somente a tendência de equalização descendente do diferencial das taxas de exploração. O ideal para eles seria aproximar as taxas de exploração do Brasil às taxas de exploração da China.

(...) a correlação de forças sociais e políticas, com a crise do sindicalismo e a corrupção dos partidos de esquerda – principalmente da esquerda socialdemocrata que incorporou a agenda neoliberal (o que se tornou visível na União Europeia), colocam definitivamente o trabalho organizado na defensiva.

A tendência de equalização descendente da taxa diferencial de exploração leva ao rebaixamento civilizatório. Para um país capitalista como o Brasil, isso assume dimensão de perversidade social, tendo em vista o cenário histórico de desigualdades sociais no país. (...) A expansão das relações de trabalho flexíveis, como ocorreu nos anos 2000, torna mais opaca a luta de classes com a invisibilização das *personas* do capital. O disfarce da relação de emprego oculta a subalternidade estrutural do trabalho ao capital e reforça a concorrência entre os próprios trabalhadores. Portanto, a terceirização não se restringe a ser um mecanismo de rebaixamento salarial, mas é um mecanismo de ocultação ideológica que descaracteriza o conflito antagônico capital *versus* trabalho.

Nas condições históricas de equalização descendente da taxa diferencial de exploração, inaugura-se a era do declive civilizatório do capital, que contém em si e para si não apenas a corrosão de direitos dos trabalhadores, mas a degradação da consciência de classe. É por isso que hoje, mais do que nunca, a luta de classe se impõe – no plano ideológico – como elemento de resistência estratégica visando desmontar, no plano do pensamento, as ilusões liberais ou socialdemocratas, que imaginam ser possível um capitalismo humanizado. Na era da crise estrutural de civilização do capital, urge afirmar os valores do socialismo e resgatar a tarefa política de democratização radical da sociedade capaz de resgatar efetivamente a dignidade da pessoa humana que trabalha.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho*. Bauru: Praxis, 2013.
- _____. *O novo e precário mundo do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Trabalho e neodesenvolvimentismo*. Bauru: Praxis, 2013.
- _____. *Trabalho e subjetividade*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- COLLI, J. *A trama da terceirização: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem*. Campinas: Unicamp, 2000.
- CHASIN, José. *A miséria brasileira*. São Paulo: Ensaios/Ad hominem, 1999.
- CONCEIÇÃO, Maria da Consolação Vegi da. A jornada de trabalho e o ordenamento jurídico brasileiro. Propostas para um novo modelo de normatização. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 805, 16 set. 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/7277/a-jornada-de-trabalho-e-o-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 5 jan. 2006.
- DRUCK, M. da G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- DOWBOR, L. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Senac, 2002.
- DIEESE. O comportamento das negociações coletivas de trabalho nos anos 90: 1993-1996. *Pesquisa Dieese*, n. 15, São Paulo, Dieese, 1999.
- DIEESE/CUT. *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*. Dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e proposta para garantir a igualdade de direitos. São Paulo, 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança de cultura*. São Paulo: Loyola, 1992.
- KREIN, José Dari. As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil. *Debates Contemporâneos 8*, Ce-sit/UNICAMP/LTr, Campinas, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANCHES, A. T. *Terceirização e terceirizados no setor bancário: relações de emprego, condições de trabalho e ação sindical*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2006. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STANDING, Guy. *The Precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury, 2011.

A opressão sobre negros, mulheres e LGBTs sob os governos do PSDB e PT

Entre os trabalhadores pobres de categorias altamente precarizadas (agricultura, trabalho doméstico e autônomos), 88% são mulheres, e 68% negros(as), atestando que a pobreza segue sendo de raça negra e com cara de mulher. Essas características mantêm os mesmos níveis observados nos governos anteriores do PSDB e do PT.

Elencamos alguns dados sistematizados pelo Ilaese, pela CSP-Conlutas (num dossiê a partir do mapa da violência) e pelo Ipea. Também publicamos trechos de documento da SNN do PSTU. Esses dados evidenciam que: a) as opressões aumentaram; b) aumentou a luta e resistência contra as mesmas e a polarização na sociedade sobre tais temas; c) para unir a classe e subordiná-la ao projeto socialista e classista, a luta democrática contra as opressões tem enorme relevância, sendo que a luta contra a opressão dos negros, em particular, tem enorme peso, dada a especificidade da formação e do desenvolvimento do capitalismo e do Estado brasileiro.

* * *

O PT e a “inclusão marginal” de negros e negras

Ilaese (2012)

No início dos anos 1980, (...) a imensa maioria dos ativistas do movimento negro (...) na esteira da derrubada da ditadura, havia dado importantes passos (...), particularmente com a fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Passados dez anos desde que o PT chegou ao poder, apesar das expectativas alimentadas pela maioria da população negra, esta perspectiva foi completamente soterrada pelas marcas registradas do “modo petista de governar”, a começar pelas alianças com setores mais conservadores (e racistas) da sociedade e pela submissão de toda e qualquer política à lógica do mercado neoliberal.

A inclusão marginal da população negra

Ainda no primeiro mandato de Lula, a única medida concretamente voltada para a população negra (...) foi o Programa Universidade para Todos (ProUni). Em um momento em que nem 2% da população negra estavam nas universidades, o governo petista criou um projeto de “inclusão” que, na prática, apostava na perpetuação da marginalização de negros e negras. (...) um programa que, além de jogar a população negra em escolas privadas de baixa qualidade, ajudou a encher ainda mais os cofres dos tubarões do ensino através da destinação de milhões de reais em isenções fiscais e do pagamento de mensalidades. (...)

Cotas: 30 anos de luta, e uma vitória parcial

(...) a população negra e, particularmente a enorme maioria do movimento negro, [em2012] vê no governo um aliado no combate ao racismo, em parte por causa da aprovação das cotas raciais nas universidades. Arrancado depois de décadas de lutas e anos de engavetamento nos gabinetes (...), o projeto está longe do que era reivindicado. Primeiro porque parte de uma sub-representação da população negra; segundo porque não prevê medidas que garantam a permanência (como bolsas de alimentação, moradia e transporte).

Crescimento desigual e manutenção do abismo racial

(...) assim como acontece em relação à endividada “nova classe média”, a ilusão de “ascensão social” e conquista de direitos não resiste a uma análise mais profunda (...) [como] pode ser visto pelos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Um ano antes de o PT chegar ao poder, enquanto o “Brasil branco” ocupava a 47ª posição entre as nações mais desenvolvidas, o “Brasil negro” estava na 107ª posição do ranking. Dez anos depois, esse abismo continua (...). As condições de moradia, saúde, educação e saneamento básico da população branca a colocaram no 40º lugar no ranking, enquanto os negros permaneceram na 104ª posição.

(...) a cada 25 minutos um jovem negro, de 15 a 24 anos, morre de forma violenta. (...) Em 2002, morriam 45,8% mais negros que brancos nessa faixa etária. Em 2010, a proporção já havia saltado para 139%. (...) (entre 2002 e 2008), enquanto o número de vítimas brancas caiu em 22,3%, entre negros o índice subiu em 20,2%.

Para além da violência física, (...) o abismo racial se revela particularmente nas condições de vida da população negra. Segundo o Ipea, em 2010, 63% dos negros e negras viviam abaixo da linha de pobreza (...). Os

governos petistas mantiveram a essência do racismo: a combinação entre opressão racial e exploração capitalista. (...) em 2010, enquanto a média salarial dos brancos chegava a R\$ 1.538, a de um negro não passava de R\$ 834, e a de uma mulher negra era pouco maior que a metade disso.

Quilombo de Raça e Classe

Essa combinação perversa repercute em todos os outros aspectos da vida da população negra. Ainda em 2010, o analfabetismo, por exemplo, entre brancos com mais de 15 anos, era de 5,9%; entre negros, chegou a 14,4%. Dados todos eles ainda mais graves se considerarmos a situação das mulheres negras. (...)

* * *

DOSSIÊ – A violência urbana tem classe e cor no Brasil

CSP-Conlutas

3.1. O genocídio da juventude preta e pobre

Os (...) números da matança de jovens pretos e pobres no país são alarmantes, segundo o Mapa da Violência, se tomarmos os dados de uma década (2002 até 2012), (...) indicam que há um processo permanente e sistemático, durante a democracia burguesa, de chacinas, matanças, mas também de uma forte reação dos de baixo contra os brutais ataques:

Os homicídios também vitimam majoritariamente negros, isto é, pretos e pardos. Foram 41.127 negros mortos em 2012, e 14.928 brancos. Considerando toda a década (2002-2012), houve “crescente seletividade social”, nos termos do relatório. Enquanto o número de assassinatos de brancos diminuiu, passando de 19.846, em 2002, para 14.928, em 2012, as vítimas negras aumentaram de 29.656 para 41.127, no mesmo período.

Ao todo, ao longo dessa década, morreram 556 mil pessoas vítimas de homicídio, “quantitativo que excede largamente o número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo”. (Mapa da Violência 2014)

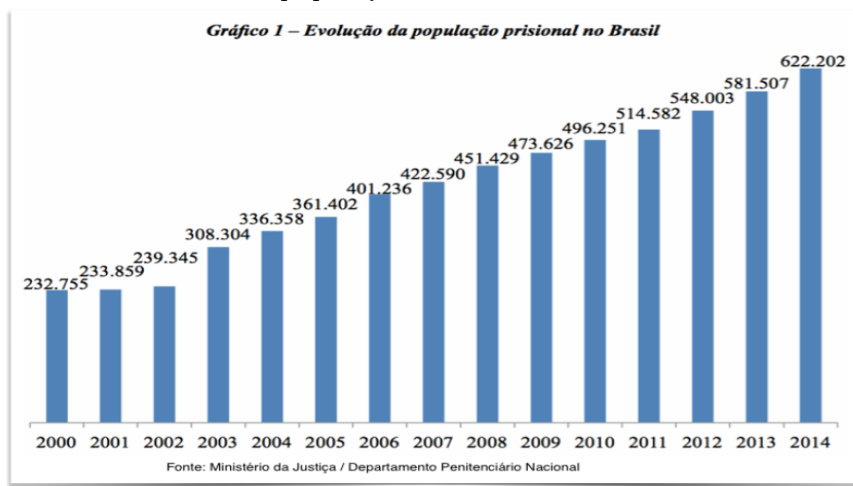
(...) esta situação vem se agravando. O Mapa da Violência de 2016 registra [que] o país ultrapassou a marca de 59,5 mil mortes violentas do Mapa da Violência de 2014. Foram registradas 59.627 mortes violentas. (...) no período de uma década (2004-2014), a polícia matou 20.418 pessoas, jovens e pretas em sua maioria. As chances de jovens pretos e pardos morrerem por homicídio são 147% superior a de outros grupos étnicos.

Há hoje toda uma discussão de que com a operação Lava Jato existiria um processo seletivo de criminalização do PT e de suas lideranças. No entanto, se analisarmos, de um lado, os dados relativos ao número de mortes de jovens pretos e do encarceramento em massas e, de outro lado, o papel dos governos petistas na mudança das leis e outras formas jurídicas criminalizantes, o mais trágico é constatar que a “onda reacionária” se expandiu justamente durante os governos “progressistas”, aumento das prisões e mortes de jovens pretos e pobres, reformulação da legislação penal para atender aos interesses do imperialismo que significaram, na prática, o recrudescimento das possibilidades de criminalização das lutas sociais e dos lutadores, sem que nenhuma medida concreta fosse tomada, como a recomendação da ONU de fim da PM no Brasil [1].

3.2. O encarceramento em massa

Mortos, perseguidos e presos. O Brasil já possui a 4ª população carcerária do mundo (...). Alguns dados mais atualizados já indicam que o país assumiu a 3ª posição nessa trágica estatística.

Em 14 anos, houve um aumento da população carcerária de 167%.



Aqui, os dados também reproduzem o caráter seletivo de raça e classe – 61,9% dos presos são pretos e pardos:

Brasília, 26/04/16 – A população penitenciária brasileira chegou a 622.202 pessoas em dezembro de 2014. O perfil socioeconômico dos detentos mostra que 55% têm entre 18 e 29 anos, 61,6% são negros e 75,08% têm até o ensino fundamental completo. Esses resultados constam do último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) – dez. de 2014. (...)

(...) o Brasil conta com a quarta maior população penitenciária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos (2.217.000), China (1.657.812) e Rússia (644.237). Entre os detentos, 40% são provisórios (...) não tiveram condenação em primeiro grau de jurisdição.

Sobre a natureza dos crimes, (...) 28% dos detentos respondiam ou foram condenados por tráfico de drogas, 25% por roubo, 13% por furto e 10% por homicídio.

(Fonte: <http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos>)

Esse processo de ataques não veio de forma pacífica. Há uma revolta cada vez mais permanente da população pobre e trabalhadora contra os abusos e a pena de morte aplicada, principalmente pela Polícia Militar, contra a juventude preta e pobre da periferia que se materializa em ações radicais e diretas contra as forças de segurança. Os dados sobre enfrentamentos diretos e a articulação de movimentos como Mães de Maio, Rede de Comunidades contra a Violência, são a expressão concreta de que os de baixo estão dispostos a resistir e a se organizar e fazem isso no cotidiano, porque ou se resiste, ou se morre.

A conclusão desse processo de enfrentamentos diretos é que, com a reação dos de baixo, os instrumentos repressivos são mais duramente acionados, particularmente porque (...) [o] agravamento da crise (...) tem profundos reflexos sociais e políticos. (...) há necessidade de maior controle policial e militar, porque há um aumento do descontentamento geral. (...) durante muitos anos o Estado burguês brasileiro fortaleceu diversas instituições repressivas justamente para utilizá-las em momentos de aprofundamento da polarização social, como o que enfrentamos atualmente.

NOTA:

1. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.html>
<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/conselho-da-onu-sugere-fim-de-policia-militar-no-brasil,880073>
<http://www.redeTV.uol.com.br/jornalismo/mundo/em-visita-ao-brasil-relatora-da-onu-pede-o-fim-da-policia-militar>

* * *

Trechos de “Conselhos populares e reparações históricas: nossa política para o próximo período”

(Secretaria Nacional de Negros e Negras do PSTU)

(...) Essa primeira aproximação com esse debate é importante, apesar de inédita, porque nossa caracterização é que o Brasil vive um ascenso negro e, paralelo a isso, percebemos também que o Partido e sua periferia política estão mais proles e mais negros. O ato de seus 22 anos demonstrou isso, bem como a quantidade de candidatos negros que estamos lançando nesse processo eleitoral. Segundo dados do TSE, somos, proporcionalmente, o partido com mais candidatos negros no país, chegando a 55%.

(...) para dar sequência a uma política consciente de proletarianização e enegrecimento, precisamos defender a política de reparações (...). Para parte das entidades do Movimento Negro, o marco de referência da luta no combate ao racismo foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001. (...)

Segundo afirmam, foi a partir dessa Conferência que o tema racial passou ser incluído na agenda da política nacional. Tentaremos mostrar que o que prevaleceu nessa Conferência foi justamente o contrário. (...) Ademais, a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil está denunciando que os quase 400 anos de escravidão deixaram como legado um tipo de racismo institucionalizado e que isso precisa ser reparado. (...)

A política de reparações originou-se nas mobilizações de libertos e escravos que se envolveram na Guerra Civil norte-americana (1861 e 1865.). (...) Após retomar o controle político do país, essa burguesia branca impôs as leis separatistas que ficaram conhecidas como Jim Crow e jogou os afroamericanos na exclusão e na miséria durante décadas. Assim, institucionalizaram a “supremacia branca” no Sul. (...) A era Jim Crow, que vigorou de 1876 a 1965, só foi legalmente extinta após décadas de lutas dos afroamericanos. (...)

Na esteira da repercussão mundial dessas lutas, as reparações passaram a ser também a principal reivindicação das organizações do Movimento Negro Brasileiro, principalmente do MNU. (...)

O ano de 1988 foi um marco na luta por reparações raciais no Brasil. (...) Então, o que aconteceu para que a maioria das entidades do movimento negro brasileiro abandonasse as bandeiras das reparações históricas?

(...) Essa mudança está relacionada à reabertura democrática e à ideia de que seria possível e necessário ocupar os espaços por dentro do Estado burguês. O crescimento do aparato parlamentar do PT desde a década de 1980 contribuiu, também, para cooptar parte da militância negra.

(...) dois acontecimentos que simultaneamente contribuíram para que o Movimento Negro abrisse mão das exigências reparatórias foram: 1) a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001; e 2) a subida da Frente Popular ao poder no ano seguinte (2002).

A Conferência de Durban, patrocinada e conduzida por instituições como Banco Mundial, ONU, FMI, Unesco, manobrou a direção do movimento negro mundial, fazendo com que recuassem a política de reparações, limitando-se a exigir políticas compensatórias. (...) As tramas do imperialismo em favor de seus interesses foram tantas e descaradas. Não é de se estranhar esse fato, já a Conferência de Durban aconteceu no contexto de ataque militar dos EUA e de seus aliados aos países do Oriente Médio como o Iraque (...). Nesse mesmo contexto, a América Latina passava por um forte ascenso de massas que derrotou a Alca, derrubou governos e mais governos neoliberais (...) e abriu os caminhos para a subida de vários governos de Frente Popular (...). Ao imperialismo, caberia desarmar o movimento negro mundial (...). Em síntese, a Conferência de Durban foi o palco do estrangulamento das reivindicações históricas do povo negro de todo o mundo. (...)

(...) essa conferência serviu apenas para esvaziar programaticamente as bandeiras históricas do movimento negro mundial, que passou, quase de conjunto, a defender ideologias neoliberais. (...)

A tarefa da Frente Popular durante os 14 anos em que esteve no poder foi a de desorganizar a classe trabalhadora, estagnar suas lutas e reorganizar as forças burguesas. (...) Nessa estratégia, o movimento negro não foi poupado, já que foi quase todo cooptado e teve sua pauta histórica desfigurada e condicionada a reivindicações muito tímidas. Tal como foi decidido na Conferência de Durban, reduziram as reparações às cotas nas universidades e às ações afirmativas promovidas por uma infinidade de ONGs negras que passaram a privilegiar parcerias com os governos e organismos internacionais como BIRD, Banco Mundial e a Fundação Ford. (...)

Uma infinidade de manobras políticas e de manipulação de dados estatísticos foi realizada para passar a ideia de que poderíamos chegar ao paraíso da “democracia racial” sem precisar combater os pilares fundamentais do capitalismo por onde o racismo historicamente tem se difundido. (...) intelectuais ligados à direita e ao PT minaram o conceito de classe social e fração de classe para convencer os trabalhadores que um indivíduo que vivia com pouco mais de R\$ 300 por mês havia adquirido o status de classe média. Com isso, passaram a defender a patética caracterização de que o PT havia forjado uma classe média negra no Brasil. (...)

Enquanto isso, o Estatuto da Igualdade Racial (...) foi completamente desfigurado. (...) As cotas raciais foram transformadas em cotas sociais e em política neoliberal. (...) O genocídio negro atingiu níveis alarmantes conforme mostram os Mapas da Violência. (...)

A violência contra as mulheres negras cresceu mais de 54%, enquanto entre as brancas diminuiu quase 10%. Segundo estudo realizado pelo professor Rodrigo Leandro Moura para o IPEA, intitulado “Vidas Perdidas e Racismo no Brasil”, 80% das mortes de negros no Brasil têm o racismo como causa. Segundo essa mesma pesquisa, o percentual de negros assassinados no Brasil é 132% superior ao de brancos. Essa situação se agravou com a crise mundial do capitalismo iniciada em 2008, que obrigou a Frente Popular e demais governos estaduais e municipais a intensificarem os ataques ao proletariado negro e contra toda a classe trabalhadora. Com isso, as ilusões criadas pelo governo de Frente Popular foram sendo desfeitas uma a uma na realidade concreta. Isso provocou um espetacular processo de ruptura do proletariado negro com o petismo e o lulismo e um ascenso negro que, há décadas, não víamos no Brasil. Obviamente, a burguesia e a direita reagiram a esse processo. (...) é nesse contexto que o PL 171 para a Redução da Maioridade Penal, o Projeto Escola Sem Partido e outros ataques que criminalizam jovens negros e suas lutas são articulados. A esse processo, que quase toda a esquerda caracteriza como “onda conversadora”, nós entendemos que é uma reação “branco-burguesa” ao ascenso da massa negra proletarizada e da classe trabalhadora, tendo mulheres e juventude negra e pobre como vanguarda.

Impressiona, também, a participação de LGBTs pobres nesse processo que demonstra o quanto o tema das opressões, vinculado ao classismo, tem ganhado força em nosso país, e é nesse “bolo” que nós temos de nos meter. Tudo isso só foi possível graças à ruptura com a Frente Popular, o que obriga o Partido a fazer um balanço da política do governo de Frente Popular para a população negra, colado ao balanço dos 15 anos da Conferência de Durban e aos estragos feitos na política de reparações históricas nesse mesmo período.

Combinar a política de reparações com a formação dos Conselhos Populares

Em 2018, fará exatamente 130 anos da abolição oficial da escravidão em nosso país. Não abordaremos neste documento como se deu esse processo, mas alertamos que, em função dessa data, o tema das reparações certamente vai aparecer com muita força no interior do movimento negro, ainda que restrito à esfera educacional e cultural. A isso, soma-se o balanço dos 15 anos da Conferência de Durban.

Antecipar nossos passos sobre esses temas é determinante para abrir uma polêmica pública com o movimento negro governista e apresentar nosso programa transitório para massa negra proletarizada. (...) para o atual contexto de ascenso negro, queremos combinar as **reparações com a organização dos Conselhos Operários Populares**. Uma pauta social, econômica e histórica combinada a uma forma de organização política para nossa classe. (...)

Pela tradição e simbologia que os quilombos construíram no imaginário do negro brasileiro e em parte expressiva da classe trabalhadora, queremos pensar os Conselhos Populares vinculados a essa experiência histórica que foi a organização social mais importante construída na América após a invasão europeia. Os quilombos (...) representavam não só uma luta contra a escravidão, mas também contra o capitalismo, já que a acumulação de capital só foi possível graças à escravidão africana e ao tráfico negreiro. É certo que a história não se repete e que jamais poderemos transportar mecanicamente uma forma de organização de séculos atrás para a nossa realidade em pleno século 21. (...) No entanto, reivindicar as tradições quilombolas, o heroísmo de seus membros, as iniciativas de suas lideranças, a ousadia, a criatividade de suas comunidades, o caráter não conciliatório de seus chefes é de fundamental importância para alimentar a alma política da nossa classe diante da polarização social que o Brasil atravessa na atualidade. Para um povo que teve uma das histórias mais heróicas do mundo e que sabe muito pouco sobre isso, a sua abnegação para lutar pelo socialismo pode ter como base de sustentação o resgate da sua herança histórica.

A burguesia brasileira nega a história dos quilombolas porque sabe que foi uma experiência de luta contra o racismo e o capitalismo e que, por mais que as lutas atuais sejam movidas por reivindicações democráticas, essa mesma burguesia tem sido implacável em sua reação para tentar fazer recuar tais lutas.

Essa reação faz parte do caráter mesquinho e temeroso da burguesia brasileira que, além de herdeira da escravocracia colonial, sempre tratou as lutas populares e negras como “casos de polícia”. Enquanto a burguesia europeia tomou o poder agitando a bandeira dos direitos humanos, a burguesia brasileira se consolidou enquanto classe social, no pós-abolição, combatendo os direitos humanos e sociais. É isso que transforma uma pauta democrática numa política transitória, ainda mais numa situação de crise mundial do capitalismo. (...) Essa política deve incorporar as demandas das fábricas para ganhar os operários e colocá-los, com a autoridade política que possuem, na cabeça das mobilizações por “Reparações já”.

(...) nenhuma outra classe social, fração de classe ou camadas de intelectuais sem relação orgânica com o proletariado poderá levar essa política até as últimas consequências. E, para isso, o desenvolvimento de uma relação mais viva com os operários e com o proletariado negro é imprescindível. (...)

Um tema que discutimos (...) tem a ver com a força que o mito da democracia racial desempenha na dominação de classe e raça em nosso país. (...) o PSTU foi a primeira organização do Brasil a afirmar categoricamente que esse mito está em crise. (...) se, de fato, nossa caracterização estiver correta, implica dizer que a luta racial no Brasil está debilitando não só o mito da democracia racial, mas a própria democracia burguesa que se retroalimenta desse mito. (...) o crescimento das lutas negras no Brasil é resultado do encontro entre a realidade objetiva – (...) os ataques ao povo negro – e os saltos que o proletariado negro está dando em sua autoafirmação racial.

Acrescenta-se a isso a ampliação de maneira precarizada do proletariado negro, nos últimos 15 anos, e que, no atual contexto, se converteu no principal alvo dos ataques do governo Dilma e, agora, Temer, mas que também está se transformando em fortaleza humana de resistência a esses mesmos ataques. (...) a política de reparações deve ganhar as mentes e os corações não só do proletariado negro, mas do conjunto da classe e dos demais setores oprimidos. (...)

* * *

A opressão para as mulheres trabalhadoras

(Ilaese, 2012)

(...) a desigualdade de gênero não só não diminuiu como, em alguns aspectos inclusive, aumentou durante [os] governos [do PT]. Um dos exemplos é a diferença salarial entre homens e mulheres. Segundo o Dieese, entre 2000 e 2010, justamente no período em que o Brasil retomou o crescimento econômico e, supostamente, passou a ter políticas de inclusão para as mulheres, a diferença salarial entre homens e mulheres assalariados aumentou na maioria das regiões metropolitanas pesquisadas.

Além disso, as mulheres continuam tendo uma taxa de desemprego muito superior aos homens, de 25 a 40% a depender da região do país segundo esse mesmo estudo do Dieese. Em 2013, o Dieese publicou um novo estudo que revela que o desemprego estrutural afeta particularmente mulheres e negros. (...)

(...) a maior parte dos programas do governo Dilma para as mulheres reforça o papel tradicional da mulher na sociedade, responsável pelo cuidado da casa e dos filhos.

Programa Bolsa Família

(...) o programa Bolsa Família repassa a famílias de baixa renda um valor mensal médio de R\$ 70 por filho matriculado na escola. A quase totalidade (92%) dos titulares dos cartões do programa são mulheres (...). Não negamos a importância de as mulheres assumirem o papel de receber e controlar a renda (...). O problema é que o argumento principal do governo para isso se apoia na ideologia dominante de que as mulheres têm maiores responsabilidades em relação à família do que os homens, e reforça a obrigação de cuidar dos filhos, garantir a frequência escolar e que estejam em condições de saúde para ir às aulas, reafirmando o machismo naturalizado na sociedade, colocando sobre seus ombros a responsabilidade pelo cuidado da casa e dos filhos. (...)

Programa Rede Cegonha

Outro programa que contribui para reforçar o papel tradicional da mulher na sociedade, dessa vez como mãe, é o Rede Cegonha. Essa política vai de encontro a uma proposta de assistência integral à saúde da mulher que, desde 1984, norteia os programas executados por governos anteriores e incorporaram os novos conceitos de saúde formulados pelo movimento feminista durante a década de 1980.

Um exemplo é o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM, 1984), elaborado a partir das reivindicações dos movimentos de mulheres que englobavam aspectos como direito à sexualidade, à saúde, à procriação e ao planejamento familiar, descriminalização e legalização do aborto, democratização da educação para saúde e outras medidas entendidas como parte da esfera da saúde pública. O PAISM significou um avanço em relação a programas anteriores focados exclusivamente na saúde materno-infantil e no ciclo gravidez-parto-puerpério. Passados quase 30 anos da proposta que pôs o Brasil na vanguarda em termos de atenção à saúde da mulher, o PT retrocede no tempo e abandona a formulação de uma Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher para dar lugar a um programa voltado exclusivamente para a saúde materna.

O Programa Rede Cegonha foi uma das principais bandeiras de campanha da (...) Dilma. Lançado em (...) 2011, tem por objetivo reduzir a mortalidade materna no país, cujos índices são de 64 para cada 100 mil parturientes, muito superiores ao preconizado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 35 para cada 100 mil e 5 vezes mais alto do que o dos países ricos. As mulheres são, hoje, 75% dos usuários do SUS, e a mortalidade materna é uma das maiores razões de morte entre elas.

(...) nem a portaria nº 1.459 (...), nem a MP 557/11 (...) contêm referência à questão do aborto, considerada a quarta principal causa de morte entre gestantes no Brasil. O próprio Ministério da Saúde em sua Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento estima em mais de um milhão ao ano o número de abortos induzidos, dos quais cerca de 200 mil resultam em internação devido a complicações no procedimento. É a terceira causa de ocupação de leitos nas maternidades brasileiras. Fechar os olhos para esses números é criminoso, e qualquer política séria de saúde para as mulheres teria de levar isso em consideração, sobretudo quando já existem estudos que comprovam queda desses índices em países “onde o aborto é seguro e descriminalizado”. (...)

Durante o governo Lula, 10 mil mulheres foram indiciadas criminalmente por prática de aborto clandestino. Quanto a Dilma, (...) o posicionamento (...) expresso na *Carta ao Povo de Deus* vai justamente no sentido contrário (...) a qualquer possibilidade de a mulher poder recorrer ao aborto legalizado no país (...). O Brasil ocupa a 79ª posição no ranking da mortalidade materna (...) sendo que as principais vítimas são as mulheres negras. (...) entre 2000 e 2007, a mortalidade materna entre as negras aumentou em mais de 30%, contra uma diminuição de 19% entre as brancas. (...)

Política de creches

No quesito educação, (...) ao manter o veto sobre o aumento do percentual do PIB (...) na educação, o PT comprometeu diretamente a oferta de vagas na educação infantil. A ausência de política para construção de creches impede que oito em cada dez crianças no Brasil tenham acesso à educação infantil, e uma parte significativa das mulheres não pode trabalhar porque não tem onde deixar os filhos. (...)

A violência contra a mulher

(...) quanto às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (...), de acordo com o relatório Mapa da Violência 2012 (...), das 91 mil mulheres assassinadas no país entre 1980 e 2010, quase metade (43,5 mil) ocorreu na última década. O número de mortes ao ano aumentou 217,6% em 30 anos (...). Como no caso da mortalidade materna, também há o componente racial na violência contra as mulheres. Desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de negras aumentou. Em 2008, a taxa de homicídios entre as mulheres negras foi 45% maior do que entre as brancas. (...)

Um estupro a cada dez segundos

Os casos de estupro também aumentaram. Segundo o 7º Anuário do Fórum Nacional de Segurança Pública, em 2012, foram registrados 50,6 mil estupros, um aumento de mais de 230% em relação a 2006 quando o número de registros foi de 15,3 mil. É um estupro a cada dez segundos no Brasil.

Além disso, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde registrou, em 2012, 103.794 notificações de atendimentos a mulheres por violência. Isso equivale a 65,9% de todas as notificações envolvendo violência doméstica, sexual e/ou outras violências em instituições de saúde. Entretanto, há de se considerar que os dados registrados pelo Sinan representam apenas a ponta do iceberg (...). Por baixo dessa ponta visível, um enorme número de casos de violência nunca chega à luz. (...) conhecer a situação da violência contra a mulher é tarefa difícil (...). Não existe um sistema nacional de informações. (...)

A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em todo o país

Em 2006, após muita luta (...) foi promulgada a Lei Maria da Penha. Mas, devido a inúmeras falhas em sua implementação, a lei tem se mostrado limitada para combater a violência contra as mulheres. Um dos grandes problemas é a falta de estrutura. **Menos de 10% dos municípios brasileiros possui delegacias especializadas (DEAM), e pouco mais de 1% conta com casas abrigo.** (...) Outro problema é a distribuição desigual dos serviços e a concentração em algumas regiões ou centros urbanos. Segundo levantamento do IBGE, somente 12 estados e o Distrito Federal possuem centros de referência ao atendimento exclusivo a mulheres em situação de violência, e apenas 15 informaram a existência de casas-abrigo (...). Ao contrário do que possa parecer em face da Lei Maria da Penha, a maior proliferação de DEAMs se deu de 1992 a 2001, antes do governo do PT, (...) de 2008 a 2014 (...) a média de abertura de DEAMs ficou em 15 unidades/ano.

Evolução da rede de enfrentamento à violência

Além de insuficiente, o atendimento e acolhimento oferecido em muitos casos são também precários. Especialistas sustentam que, como o sistema não foi institucionalizado, a qualidade do atendimento depende das convicções do funcionário que acolhe a vítima. Há, inclusive, denúncias de casos em que policiais assediavam mulheres que buscam ajuda. Tanto que nove em cada dez reclamações feitas à Ouvidoria da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) são queixas contra o atendimento da Polícia Militar (190), à assistência prestada. (...) somente no Rio Grande do Sul, 20% das mulheres assassinadas possuíam alguma medida judicial de proteção. A falta de estrutura para garantir as medidas protetivas têm resultado na sua completa ineficácia. (...) o governo não tem demonstrado vontade política em priorizar investimentos nesse sentido. Gasto com combate à violência não passou de R\$ 0,26 por mulher.

* * *

Os governos do PT e os LGBTs: dez anos de jogo duplo

Ilaese (2012)

Nesses últimos anos, a visibilidade LGBT aumentou consideravelmente, e foi conquistado o reconhecimento da união estável e de uniões civis em diversos estados. Esses avanços foram fruto das mobilizações, mas se deram pelo Poder Judiciário, o que é resultado da inércia do Congresso Nacional e do governo federal. (...)

Governo Lula, o “Brasil sem Homofobia” e a Conferência Nacional LGBT

Logo nos primeiros anos do governo Lula, foi criado o programa “Brasil sem homofobia”. Esse projeto, amplamente comemorado no movimento, nunca foi capaz de cumprir seus objetivos, mas serviu (...) para absorver lideranças do movimento para apoiar (...) o governo. Serviu também para propagandar o governo Lula internacionalmente, dando a ideia de que, no Brasil, a homofobia é combatida com políticas públicas. Mas pouco serviu para avançar nos direitos.

Em 2008, o governo convocou a I Conferência Nacional LGBT. (...) Foram diversos dias de discussão. (...) Foram discutidas políticas públicas em diversos campos (...). Da Conferência, saiu uma “carta de recomendação”. Das medidas propostas nessa carta, nenhuma política pública concreta saiu do papel.

Dilma, a “Carta ao Povo de Deus” e a inércia e o silêncio de um governo

O segundo turno das eleições de 2010 foi marcado pelo retrocesso nas bandeiras de combate às opressões. (...) Dilma não somente se posicionou contrária ao aborto, como publicou uma carta, intitulada “Carta ao Povo de Deus”, onde se comprometia a não colocar em discussão, durante o seu governo, questões que batessem de frente com setores evangélicos e católicos, como a legalização do aborto ou o casamento entre

homossexuais. Essa carta gerou um descontentamento generalizado nos movimentos feminista e LGBT, chegando a atingir até mesmo figuras do PT no interior desses movimentos. O kit Escola sem Homofobia (que seria a única medida da I Conferência a sair do papel) foi vetado pela presidente (...) diante de uma ameaça dos homofóbicos do Congresso em chamar o então ministro Palocci para depor em uma CPI caso o kit fosse lançado. Palocci caiu alguns dias depois, mas o veto ao kit foi mantido.

Esse descontentamento com o governo, somado a uma onda de violência homofóbica no país que segue até hoje, provocou, (...) já em 2011, diversos levantes, onde se exigia a criminalização da homofobia, através da imediata aprovação do PLC-122/06. Diante da pressão, (...) Dilma convocou a II Conferência LGBT. O clima da II Conferência foi bem diferente da primeira. Dilma não compareceu. (...) a II Conferência refletiu o sentimento de diversos setores do movimento LGBT com relação ao governo – palavras de ordem contra o governo foram gritadas à exaustão. (...) a II Conferência também não surtiu nenhuma medida concreta. Em 2013, o PT resolveu se retirar da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDHM), deixando espaço para (...) a eleição do pastor Marco Feliciano (PSC/SP). (...) gerou profunda indignação nos movimentos e uma verdadeira onda de protestos em todo o país, com repercussão internacional. (...)

Jogo duplo em nome da “governabilidade”

(...) o governo apresenta um discurso bonito, mas que não tem desdobramentos reais. (...) quando a bancada homofóbica pressiona, o governo recua para não perder sua base aliada no Congresso (...). A maioria dos homofóbicos do Congresso é da base aliada. (...) em nome da “governabilidade” [Dilma], utiliza os oprimidos como moeda de troca. (...) É preciso romper com o PT e arrancar, nas ruas, os direitos do movimento LGBT!

Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas

André Singer

RESUMO

Analisando pesquisas disponíveis sobre a composição social dos acontecimentos de junho, o autor sugere a hipótese de que podem ser, simultaneamente, expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional e um reflexo daquilo que denomina “novo proletariado”: os trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

Jornadas ou acontecimentos?

Se a memória não me falha, por volta da quinta-feira, 20, comecei a ouvir referências às manifestações que vinham ocorrendo como as “Jornadas de Junho”. Lembro-me de colegas, nos corredores da universidade, usando a expressão em caráter entre sério e brincalhão. Depois, eu próprio cheguei a utilizá-la em artigo de jornal. Algum tempo passado, no entanto, hesito em repetir a fórmula.

As jornadas originais constam de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* como nada menos que “o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias”. Trata-se do momento em que, na conjuntura aberta pela revolução de 1848, o proletariado de Paris lança-se a uma tentativa insurrecional, sendo esmagado pela repressão à bala comandada pelo general Cavaignac. Apesar da derrota armada, Marx empenha-se em registrar que os insurretos sucumbiram com todas as honras, tendo feito a Europa tremer “frente ao terremoto de junho”.

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações, e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. (...)

Por que falar em abalo sísmico então? Porque, em certo momento, os protestos adquiriram tal dimensão e energia que ficou claro estar ocorrendo algo nas entranhas da sociedade, *algo* que podia sair do controle. Mas nunca restou nítido *o que* estava acontecendo. Ainda penso que, como escrevi à época, tendo se espalhado por mais de 350 municípios, mobilizado milhões de pessoas, obrigado a revogação do preço das passagens e ameaçado a Copa das Confederações, os movimentos, de fato, moveram uma placa tectônica quando começaram a se espalhar para as vastas periferias metropolitanas. Foi então que as autoridades, encabeçadas pela presidente Dilma Rousseff, ativaram as alavancas de emergência, demonstrando que a trinca tinha sido devidamente detectada na cabine de comando. Diferentemente do caso francês, entretanto, não houve aqui um desenho insurrecional. Ninguém seriamente imaginou estar em curso uma tentativa de revolução.

Os acontecimentos se dividiram em três fases, as quais duraram cerca de uma semana cada uma. A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente cir-

cunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho. Nessa primeira etapa, havia um objetivo específico: a redução do preço das passagens do transporte público. As iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (MPL) em anos anteriores. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas a fio, ao final havendo escaramuças com a polícia. Foi isso que aconteceu na primeira (Avenida Paulista) e na segunda (Zona Oeste paulistana) jornadas, com a cifra de presentes subindo, ao que parece, de 2 mil para 5 mil pessoas.

Na terceira convocação do MPL, para a terça, 11, outra vez reuniram-se 5 mil pessoas, mas houve verdadeira batalha campal com as legiões da ordem. Muitas cenas de violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens foram reportadas pelos jornais. A repetição e intensificação dos embates levaram o governador paulista, Geraldo Alckmin, a anunciar um endurecimento para a quarta demonstração (na quinta, 13), quando um número indefinido de pessoas (...) marchou pacificamente até a Rua da Consolação, sendo impedidas de prosseguir em direção à Avenida Paulista. A partir daí, inicia-se repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia, tendo a PM atuado sem controle por horas. (...)

O uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público. Inicia-se, então, a segunda etapa do movimento, com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge. Agora, outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas. De milhares, as contas de gente na rua passam a centenas de milhares. Na segunda, 17, quando o MPL chama a quarta jornada, que juntou, em São Paulo, 75 mil pessoas, ela é replicada nas maiores capitais do país da maneira espontânea. Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, (...) “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e Traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar” (...). Diversos outros temas também compareceram, como a atuação do deputado Feliciano (PSC-SP) (...) o voto distrital e o repúdio aos partidos. Um pouco daquele “que se vayan todos” argentino de 2001 apareceu no ambiente. A depredação de edifícios públicos (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional, Itamaraty) pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto.

Com o início da Copa das Confederações (16 de junho), São Paulo perde centralidade, com o protagonismo passando às praças onde haveria jogos (Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro). No Rio, em particular, as manifestações adquirem certo sabor de sublevação popular. (...) Na quarta (19), 10 mil estudantes e membros dos movimentos sociais em Fortaleza entram em confronto com a polícia. (...)

Nessa mesma quarta, assustados, a prefeitura do município e o governo do Estado de São Paulo atendem à reivindicação e revogam o aumento da tarifa. Na quinta, 20, em suposta comemoração, a onda atinge o ponto máximo, com demonstrações em mais de 100 cidades, algumas delas gigantescas, alcançando, no conjunto, cerca de 1,5 milhão de participantes. Quatro dias depois, em resposta, a presidente Dilma Rousseff propunha a Constituinte exclusiva para a reforma política, a qual seria (...) depois submetida a plebiscito popular.

Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos etc.). Por exemplo, em São Paulo, uma passeata contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 reuniu cerca de 30 mil pessoas (...) em Belo Horizonte, perto de 70 mil pessoas protestaram contra os gastos para a Copa (...) já separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir, como um rio que se abrisse em múltiplos braços no descenso da montanha.

Sem retirar a óbvia importância das demonstrações, em nenhum momento elas foram insurrecionais. Talvez chamá-las de “Jornadas de Junho”, portanto, leve a engano. Porém como denominá-las? Diz-se que, anos depois de 1968, o filósofo Jean-Paul Sartre afirmava ainda estar tentando entender o que havia acontecido. Desconfio que o mesmo vá ocorrer conosco. (...)

Sem nenhuma pretensão, portanto, de deitar cátedra sobre tema que deverá ser alvo ainda de muita pesquisa, as hipóteses que seguem, elaboradas quase no calor da hora, pretendem nada mais que contribuir para a reflexão coletiva. Consciente das lacunas da visão que disponho, ocupo-me aqui apenas de discutir, de maneira preliminar, duas dimensões que julgo importantes para o debate: a composição social e as ideologias que se cruzaram nas ruas. (...)

Classe média tradicional e novo proletariado

Houve dois pontos de vista sobre a composição social dos acontecimentos de junho. O primeiro identificou neles uma extração predominante de classe média, enquanto o segundo tendeu a enxergar uma forte presença do precariado: “a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho”. Analisando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de

uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

Adianto que devido à limitação das informações com as quais pude contar (...) permitindo, portanto, pequena comparabilidade (...) o meu intuito é apenas o de oferecer uma interpretação alternativa, mostrando a respectiva plausibilidade no cotejo com a idade, a escolaridade e a renda dos manifestantes.

No Quadro 1, pode-se verificar o predomínio dos jovens sobre as demais faixas etárias nas manifestações. Com efeito, a faixa que vai até 25 anos, ponto em que se costuma situar a passagem para a vida adulta, perfez a maioria relativa dos participantes em todos os casos, chegando mesmo à maioria absoluta em São Paulo (20/06) e Belo Horizonte (22/06).

QUADRO I
Idade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais jovens	53% (12 a 25)	51% (12 a 25)	41% (15 a 24)	43% (14 a 24)	55% (Até 25)
Idade intermediária	35% (26 a 35)	31% (26 a 35)	39% (25 a 34)	38% (25 a 39)	29% (26 a 39)
Mais velhos	12% (acima de 36)	19% (acima de 36)	20% (acima de 35)	19% (acima de 40)	17% (Acima de 40)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

Deve-se observar, contudo, que não foi pequena a presença de não jovens, ao menos na segunda fase, à medida que as passeatas ganhavam amplitude. Comparando os números encontrados pelo Datafolha em São Paulo, vemos que de 17 para 20 de junho aumenta a proporção de mais velhos. Mas não estamos em face de um crescimento linear, pois a posterior demonstração de Belo Horizonte teve caráter particularmente jovem.

Apesar da tendência à maior mistura intergeracional, é nítido que a porcentagem sempre caía à medida que se caminhava em direção a idades mais avançadas, sendo mínima a adesão de adultos com mais de 50 (5% em São Paulo) ou 60 anos (2% no Rio de Janeiro). Foi, portanto, um movimento formado por base majoritária de jovens, complementada por significativo contingente de jovens adultos (aproximadamente de 26 a 39 anos), com pequena inserção de adultos da meia-idade para cima. Somados, os dois blocos principais agregavam cerca de 80% dos que estavam na rua.

Tais jovens e jovens adultos possuíam alta escolaridade, segundo se pode ver no Quadro 2. A fração dos que tinham apenas passagem (completa ou incompleta) pelo ensino fundamental foi residual em São Paulo, tanto no dia 17 (1%) quanto no dia 20 (2%), e em Belo Horizonte na tarde de 22 (4%). Embora substancialmente maior no Rio de Janeiro na noite de 20 de junho (14%), indicando que a passeata carioca pode ter tido um caráter mais popular, esteve longe de ser cifra dominante. Infelizmente não dispus do mesmo dado para as oito capitais, mas a pequena proporção dos que só chegaram ao ensino médio sem concluí-lo (8%) con-

firma a mínima parcela de baixa escolaridade, denotando a virtual ausência da base da pirâmide social brasileira nas manifestações.

QUADRO 2
Escolaridade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	1% (Fund.)	2% (Fund.)	14% (Fund.)	8% (Médio incomp.)	4% (Fund.)
Intermediária	22% (Médio)	20% (Médio)	52% (Médio comp./ Sup. inc.)	49% (Médio comp./ Sup. inc.)	31% (Médio)
Alta	77% (Sup.)	78% (Sup.)	34% (Sup. comp.)	43% (Sup. comp.)	66% (Sup.)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

Inversamente, as cifras são particularmente elevadas na alta escolaridade. Nas oito capitais pesquisadas, *nada menos que 43% dos manifestantes tinham diploma universitário*, quando, em 2010, apenas 8% da população brasileira possuía o canudo. Mesmo em São Paulo, onde a formação universitária é mais comum, os diplomados não superavam 18% da população com 15 anos ou mais em 2010. Tal informação torna plausível uma influência relevante da classe média *tradicional* nas manifestações, como propuseram alguns analistas, uma vez que, apesar das importantes transformações recentes, em que um contingente de jovens de baixa renda ingressou no ensino superior, é provável que, na maioria dos casos, a posse do diploma seja elemento distintivo de pertença à camada que já se estabeleceu há pelo menos uma geração. Mesmo no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, onde as manifestações teriam apresentado conotação mais popular, os institutos encontraram respectivamente 34% e 33% de diplomados no ensino superior.

Somando os diplomados aos que estavam cursando universidade, abarca-se um vasto contingente (quase 80%) das manifestações de São Paulo em 17 e 20, assim como de Belo Horizonte a 22 (quase 70%). Se lembrarmos que (...) em 2011 apenas 15% dos jovens brasileiros estavam matriculados no ensino superior, mesmo tendo duplicado o número de ingressantes em uma década, pode-se dimensionar o significado da proporção alcançada pelos que tinham acesso às instituições universitárias nos acontecimentos de junho.

Também o alto volume dos que tinham o curso médio completo ou que estavam cursando universidade nas oito capitais (49%) e no Rio de Janeiro (52%), (...) confirma que o nível educacional apurado naquelas ocasiões aponta para a metade superior da sociedade, com um perfil, no mínimo, de classe média baixa (ensino médio) e com fortes tintas de classe média tradicional, dando sustentação à percepção de que as manifestações teriam sido expressão desse setor social.

Porém a renda revela um cenário diferente (Quadro 3). (...) a ala de baixíssimo ingresso não foi insignificante como sugeria o filtro por educação. Houve 15% com renda familiar mensal até dois salários mínimos nas oito capitais e 20% em Belo Horizonte. Somados aos que tinham entre dois e cinco salários mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto *respondiam por cerca de 50% dos manifestantes*. Em outras palavras, uma parte substantiva estava na metade inferior da distribuição de renda, criando um contraste em relação à imagem que havia sido sugerida pela escolaridade. (...)

QUADRO 3
Renda familiar mensal dos manifestantes

Faixas	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	34% (até 1 SM)	15% (até 2 SM)	20% (até 2 SM)
Intermediária 1	54% (de 2 a 5 SM)	30% (de 2 a 5 SM)	36% (de 2 a 5 SM)
Intermediária 2	1% (de 6 a 10 SM)	26% (de 5 a 10 SM)	24% (de 5 a 10 SM)
Alta	10% (mais de 11 SM)	23% (mais de 10 SM)	21% (mais de 10 SM)
Total	100%	100%*	100%

Fonte: Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

* 6% não responderam.

Tomando-se uma renda *per capita* entre algo como 1,5 e 3,5 salários mínimos, vemos que ela é genericamente compatível com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos para quatro pessoas. Esses manifestantes estariam, portanto, dentro da faixa na qual o economista Waldir Quadros inclui ocupações como balconista, professor de ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure. A classificação pela renda familiar não nos permite saber a renda *per capita* do manifestante, mas, ao dizer que 45% dos participantes em oito capitais e 56% em Belo Horizonte não tinham renda familiar acima de cinco salários mínimos, o Ibope e o Innovare estão nos indicando que boa parte deles podia ter uma das profissões descritas por Quadros, não pertencendo, pois, à classe média tradicional, que se caracteriza por abrigar profissionais liberais ou funções não manuais, técnicas e administrativas. As ocupações arroladas por Quadros estariam dentro da categoria “médio-inferior” estabelecida por Souza e Lamounier, ou seja, na metade de baixo da estratificação por ocupações.

Isso nos leva à seguinte equação. Enquanto ao olhar por escolaridade vimos uma acentuada presença do topo da escala social, remetendo para a classe média tradicional, do ângulo da renda e da ocupação que se pode deduzir dela, as pesquisas apontam uma incidência expressiva da metade inferior da pirâmide nas manifestações. Seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes era jovem, tendo entrado recentemente no emprego – significativamente, o Ibope mostrou que 76% dos manifestantes estavam no mercado de trabalho nas oito capitais, a Innovare encontrou proporção parecida em Belo Horizonte (71%) e a Plus Marketing no Rio de Janeiro (70%) –, a hipótese torna-se plausível.

Mais ainda, como tem assinalado o sociólogo Gustavo Venturi, em função “do processo relativamente acentuado de escolarização ao longo da última década e meia” é razoável pensar num novo proletariado com nível escolar elevado. Em função disso, deve-se cogitar a possibilidade de ter estado presente nas manifestações uma massa de jovens de escolaridade mais alta que a renda, o que resolveria a equação extraída dos quadros 1, 2 e 3. Convém lembrar que com a ampliação das vagas nas universidades públicas, com o ProUni

e com a explosão do ensino superior privado a quantidade de ingressantes nas universidades pulou de 1 para 2,3 milhões por ano de 2001 a 2011.

Tendo em vista o exposto, sugerimos que a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com menos escolaridade média. O Quadro 3 sugere que, com exceção do Rio de Janeiro (que, como vimos, apresentou um desvio em relação à dimensão do rendimento), metade dos manifestantes tinha renda familiar acima de cinco salários mínimos e cerca de 20% recebiam acima de dez salários mínimos familiares mensais, soma de recursos mais próprios da classe média tradicional. Isso reforça a impressão de que havia, sim, um contingente de classe média nas manifestações, mas ele não respondia pelo todo. *A segunda fase das manifestações teria produzido, em consequência, um cruzamento de classes.* (...) juntamente com as evidências de que o subproletariado pouco participou dos protestos.

Esquerda, direita e, sobretudo, centro pós-materialista

Socialmente heterogêneos, os acontecimentos de junho foram também tão multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o eco-socialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo. Acabaram por ser uma espécie de “Jornadas de Junho”, cada um vindo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente.

Os extremos do espectro foram, naturalmente, mais visíveis que os pontos intermediários. Apareceu de imediato o viés progressista das manifestações, que poderiam prenunciar novo ciclo de lutas dos trabalhadores, como o que tendo se iniciado em 1978 vigorou até o final da década de 1980. Surgiu também com clareza a vertente à direita, que pretendeu desencadear uma pressão regressiva em relação ao campo popular que está no governo com o lulismo desde 2003. Mas, na verdade, quiçá junho de 2013 seja mais bem compreendido se olharmos para o centro. Essa é a hipótese que desejo expor nesta seção.

Como já vimos, os acontecimentos de junho podem ser divididos em três fases. O Movimento Passe Livre (MPL) foi o artífice e fio condutor ideológico da primeira. Para o MPL, “as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria”. (...) a briga contra as tarifas de transporte são um modo de lutar contra o capitalismo (...).

(...) Além do caráter anticapitalista, um elemento nas mobilizações baiana e catarinense atraiu o núcleo paulista do MPL: foram iniciativas horizontais e descentralizadas, isto é, que representavam “um afastamento dos modelos hierarquizados” de luta. Herdeiros de uma tradição autonomista que chegou ao Brasil nos anos 1980, o MPL tem o que o filósofo Pablo Ortellado chama de “enorme cuidado com o processo”.

O público percebeu-o na entrevista que dois representantes do MPL (...) deram ao programa *Roda Viva* (...) depois de terem conduzido aquela que talvez tenha sido uma das maiores concentrações políticas na história da capital paulista. Firmes e precisos nas respostas, os dois jovens demonstraram, por meio do apego absoluto ao objetivo do movimento – revogação do aumento de tarifas (...) que da parte deles não haveria nenhum risco de manipulação do *tsunami* que se erguera naquela tarde. Se, como diz Ortellado, “a forma do movimento deve espelhar a sociedade que a gente quer”, a entrevista foi um bom exemplo de que a sociedade desejada pelo MPL é participativa, pois os dois membros (...) só disseram o que a “assembleia” os autorizava a dizer.

Demonstraram, assim, uma prática democrática diferente daquela a que estamos acostumados, em que os representantes estão tão distantes dos representados. (...) O respeito absoluto ao coletivo e a recusa da oportunidade de ascensão individual colocaram, em breves minutos de TV, toda uma nova ética política em circulação. Aquela entrevista representou a aparição, no cenário político brasileiro, de uma nova esquerda, em sintonia com aquela do Occupy Wall Street norte-americano e dos Indignados espanhóis.

Só que ao, coerentemente, recusar uma prática que impusesse desde o alto o sentido das mobilizações, o MPL as abriu para visões de mundo muito diferentes da sua. As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslançada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo. Acredito que setores de classe média de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade para expressar um mal-estar difuso com a situação do país.

Pesquisa realizada pelo Datafolha quando começavam os protestos (6 e 7 de junho) já detectara que entre os eleitores com renda mais alta a avaliação positiva do governo Dilma Rousseff caíra de maneira acentuada, indo de 67% em março para 43% três meses depois. Aparentemente, o chamado do MPL, que se dirigia, sobretudo, aos jovens proletários, caiu nos ouvidos irritados da classe média. Mas irritados por quê?

O instituto Vox Populi, que encerraria outra pesquisa quatro dias depois do Datafolha, indicava que metade da amostra se dizia muito preocupada com a inflação. (...) as majorações no varejo, ou seja, aquelas que efetivamente impactam o bolso do consumidor chegaram a rodar em torno de 10% nos primeiros meses de 2013. No outro canto do ringue, o economista Marcio Pochmann, do PT, afirmava que, para os de renda superior, a carestia seria ainda maior, pois a sua cesta de consumo seria dominada pelos serviços, que subiram

mais. Assim, a aceleração do custo de vida para os setores médios nos meses que precederam as manifestações poderia explicar, em parte, a insatisfação que acabou por se expressar nas ruas em junho. Sozinha a inflação não teria, a meu ver, potencial para fornecer o combustível dos protestos, mas ela pode ter potencializado as inúmeras críticas que os setores médios, tanto à esquerda quanto à direita, faziam ao lulismo, já aguçadas pelas difíceis condições de vida urbana, em particular nos quesitos mobilidade e segurança.

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí, um viés *oposicionista* que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais. Na terça, 18, em São Paulo, durante a quinta manifestação paulistana, um grupo com características que se semelham às da extrema-direita destacou-se da multidão e tentou depredar a prefeitura de São Paulo. (...) Ao mesmo tempo bandeiras brasileiras passaram a ser elemento constante, ao lado de cartazes por menos impostos.

A direita buscou tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção. Convém lembrar que, no Brasil, essa é sempre a arma favorita da oposição, e o objetivo quase único da direita, nesta quadra, é opor-se ao governo federal, tirando o PT do poder e, se puder, impedindo-o para sempre de voltar. Como a corrupção é um fluxo de transações indevidas entre os bens públicos e os interesses privados, os governos, enquanto gestores da riqueza coletiva, estão constantemente no centro das denúncias. (...)

A vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. Em todo caso, o “rouba, mas faz”, com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação de Adhemar de Barros, na última quadra, mais ou menos sutilmente, tem servido para enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo, a direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais (...)

É possível que, no afã de atingir o governo federal e o PT, erigidos em inimigos número um, a direita tenha apostado no “que se vayan todos”, mesmo com algum prejuízo a administrações dirigidas pelo PSDB. A depredação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para onde se desloca, a partir da noite de 17 de junho, a centralidade antes posta em São Paulo, quiçá respondeu a uma estratégia do tipo Argentina-2001, embora não haja comprovação de quem tenha sido a responsabilidade daquele ato. Vale observar, de passagem, que o uso sistemático da violência, seja pela polícia, seja por manifestantes, tornou-se uma rotina de junho em diante, sem que se conheça, exatamente, de onde vem e por que prosperam tais posturas.

Se, de um lado, a direita teve êxito em marcar a segunda etapa com um viés anticorrupção, de outro, as manifestações ganharam conotação popular à medida que apareceram as palavras de ordem contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, sobretudo nos locais em que ocorreram os jogos da Copa das Confederações. O chamado “branqueamento” dos modernos templos do futebol construídos para 2014, cujos ingressos ficaram inacessíveis aos “morenos”, isto é, o grosso da população, parece ter ocasionado uma justificada revolta nos “de baixo”.

Com a crítica aos dispêndios para o calendário esportivo, entrava em cena uma segunda bandeira de esquerda, após a da redução das tarifas. Afinal, o que está em jogo é a destinação de dinheiro público para construir estádios luxuosos e rendosos em termos de negócios, mas depois pouco úteis, em um país onde os pobres não têm esgoto, atendimento médico, transporte aceitável, segurança pública e, agora, para cúmulo da ironia, passaram a ser excluídos também do próprio futebol. Em última análise, a crítica da desigualdade constitui o *leitmotiv* do enredo “anti-Fifa”. Não por acaso, na quarta, 19, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, de tradição progressista, juntou gente nas periferias sul e leste de São Paulo para protestar “contra o aumento do custo de vida e contra o preço da Copa do Mundo, que é paga pelos trabalhadores”.

A ascensão de lutas nas metrópoles era previsível. A elevação da temperatura nos centros urbanos estava clara pelo menos desde a última campanha eleitoral (2012), em que com poucas exceções as capitais elegeram prefeitos de oposição, qualquer que fosse a orientação partidária do mandato que se encerrava. O reformismo fraco que caracteriza o lulismo encontra mais dificuldade para avançar em contextos hiperurbanizados, pois aí as mudanças custam caro e/ou implicam confrontos de classe, que não fazem parte do modelo. Além disso, de acordo com a arquiteta Ermínia Maricato, nos últimos anos os “despejos violentos foram retomados”, vitimando a população pobre, e “os megaeventos – como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, entre outros – acrescentam mais lenha nessa fogueira”. Em outras palavras, a ocorrência, naquele momento, da Copa das Confederações constituía ótima chance para levantar o problema das persistentes desigualdades cidadinas.

Penso, portanto, que a direita trouxe para a segunda fase das manifestações o problema da corrupção e a esquerda, o das iníquas condições de vida urbana, produzindo um cruzamento ideológico que se compôs, em alguma medida, com a mistura de classes que observamos na seção anterior. Mas o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. Funcionou, assim, como uma espécie de inespera-

do generalizador do programa espontâneo das ruas. A única condição para que pudesse levar adiante tal operação aditiva foi a de não transformar a reivindicação de hospitais e escolas “padrão Fifa” em um verdadeiro combate ao capitalismo (...) nem a perseguição aos corruptos, em uma obsessão vingativa à esquerda (...).

O centro dispõe da possibilidade de encampar as duas bandeiras sempre que apareçam como o reflexo de uma sociedade moderna em confronto com um Estado envelhecido. (...) O centro que apareceu nas manifestações acredita em um tecido social unificado e participativo contra um aparelho estatal opressivo, do qual quer remover velhos hábitos, simultaneamente atrasados e corruptos. Por isso é tão relevante o uso das redes sociais. Além de servir como senha de modernidade em contraposição a um Estado antiquado, a internet seria a maneira de permitir a participação social que combateria as práticas políticas correntes.

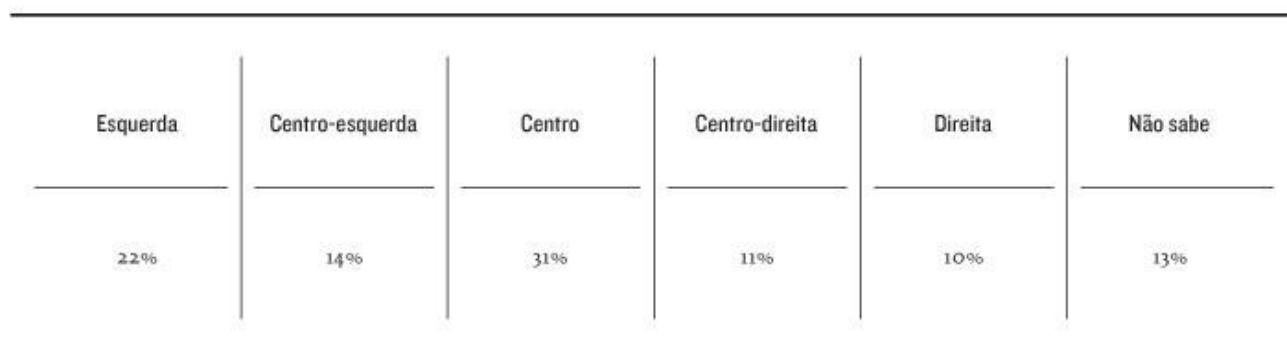
Em essência, o centro que se expressou nas ruas do Brasil a partir da segunda, 17 de junho, pode ser caracterizado como pós-materialista, nos termos do cientista político Ronald Inglehart. Para Inglehart, à medida que as sociedades vão resolvendo os seus problemas materiais ocorre uma mudança de valores, os quais passam gradativamente daqueles que enfatizam “a segurança econômica e física” para aqueles que ressaltam “a autoexpressão e qualidade de vida”. Seria uma transição intergeracional, realizada conforme os que já são socializados em um ambiente de classe média, livres do fardo material das gerações anteriores, vão se tornando maioria, provocando mudança profunda na maneira de enxergar a política por parte dos cidadãos.

Um bom exemplo da transição pós-materialista aplicada ao universo brasileiro pode-se encontrar na análise dos acontecimentos de junho produzida pelo economista André Lara Resende, não por acaso um dos intelectuais mais próximos da ex-senadora Marina Silva. Para Resende, as manifestações foram expressão da insatisfação com um Estado que teria se tornado um inútil “sorvedouro de recursos”. (...) A *malaise* antiestatista teria se propagado por meio da internet, à revelia das instituições e também dos meios de comunicação tradicionais. Daí a surpresa que a eclosão de junho teria causado em todos os atores políticos estabelecidos. (...) A transformação subjacente de valores aparece caracterizada da seguinte forma por Resende: “A relação entre renda e bem estar só é claramente positiva até um nível relativamente baixo de renda, capaz de atender às necessidades básicas da vida. A partir daí, o aumento do bem estar está associado ao que se pode chamar de qualidade de vida, cujos elementos fundamentais são o tempo com a família e os amigos, o sentido de comunidade e confiança nos concidadãos, a saúde e a ausência de estresse emocional”. Em outras palavras, os protestos teriam evidenciado a existência de uma nova agenda e de uma nova postura que são, acredito, típicos do que Inglehart chama de pós-materialismo.

Se o meu raciocínio estiver correto, a segunda fase não teria representado uma apropriação do movimento pela direita, mas uma muito mais sutil ressignificação por parte de um centro pós-materialista. Por meio dela, tanto os “hospitais padrão Fifa” como as “punições exemplares aos corruptos” passaram a simbolizar a “modernização do Brasil”. A hipótese de que um centro pós-materialista possa ter formado o eixo da segunda fase dos acontecimentos de junho encontra amparo nos dados disponíveis sobre o perfil ideológico dos manifestantes (Quadro 4). Não apenas o centro é a posição individualmente majoritária, mas, se considerarmos que a centro-esquerda e a centro-direita podem ser vistas como parte de um centro ampliado, chegaremos a que perto de 70% dos participantes giravam em torno de posições centristas. Faz sentido pensar que esquerda e direita se encontraram no centro ao cruzarem, em sentidos opostos, as avenidas do país.

QUADRO 4

Localização dos manifestantes no espectro ideológico.
São Paulo, 20/06/2013



Fonte: Datafolha.

Para onde vai o novo proletariado?

A forte presença de uma jovem classe média nas manifestações, como assinaléi antes, é naturalmente compatível com a ideologia de centro que acabou por ser dominante no auge do movimento. Porém entender

como soaram para o novo proletariado, também presente, as posições pós-materialistas talvez seja uma das mais interessantes perguntas que ficam dos acontecimentos de junho.

Cabe observar que para trabalhadores de baixa renda ainda está posta uma agenda materialista, diante da qual esquerda e direita têm respostas nítidas: mais Estado, de um lado, e mais mercado, de outro. O centro, por sua vez, tenta escapar do dilema por meio do recurso à “maior participação social”, proposta da qual, em tese, ninguém discorda, mas que colocada fora do conflito distributivo só interessa a quem já está com seus problemas materiais resolvidos.

Como é fácil notar, há pouca proximidade entre as “madames vestidas a caráter e cheias de balangandãs, brandindo cartazes sobre o ‘fim da corrupção’ e fazendo propaganda de um endereço no Twitter” observadas pelo diretor do Vox Populi, Marcos Coimbra, nas TVs que mostravam a Copa das Confederações e os “trabalhadores jovens e inseridos em precárias condições de trabalho, além de sub-remunerados” que manifestaram insatisfação nas ruas. Por que, então, os segundos seriam arrastados pela ideologia das primeiras?

Poder-se-ia dizer que as madames de balangandãs talvez sejam a base da direita e não do centro. Mas o jovem cientista político Henrique Costa conta o seguinte episódio ocorrido em uma estação de metrô e trem de São Paulo durante a mobilização de 17 de junho. Enquanto um grupo de jovens da periferia promovia uma espécie de “passe livre já” por meio do “pula catraca”, jovens de classe média gritavam para eles: “sem vandalismo, sem vandalismo”. Depreende-se do relato que os dois grupos chegaram às vias de fato. (...)

No entanto, é possível que, embora objetivamente distante, o universo da classe média pós-materialista seja alvo de desejo de jovens que começam a se mover naquela direção por meio da elevação educacional. (...)

Segundo a pesquisa do Ibope, na noite de 20 de junho, quando levadas em consideração as três principais reivindicações espontaneamente levantadas pelos manifestantes entrevistados, a mudança do ambiente político ficou em primeiro lugar, tendo sido mencionada por 65% dos presentes, com 50% fazendo referência especificamente à corrupção. A questão do transporte ficou em segundo lugar, com 54% das respostas, e os gastos com a Copa em terceiro, com 40%. (...)

Com as evidências atuais não é possível afirmar para que lado pendeu o novo proletariado. Tanto pode ter havido uma compreensão de que os problemas postos só poderão ser resolvidos com gastos sociais do Estado, como pensa a esquerda, quanto uma adesão à noção contrária, defendida pela direita, de que só o combate à corrupção (da esquerda) pode levar a uma maior produção de riqueza. Mas também é plausível ter havido uma simpatia pela ideia de que a solução dos problemas sociais brasileiros passa por maior participação social e uma redução do Estado, como quer o centro pós-materialista. Até mesmo uma divisão entre as três correntes é imaginável.

O que percebemos no Quadro 4 é que, no auge das manifestações, as diversas correntes ideológicas estavam juntas nas ruas. Apesar da expulsão simbólica da esquerda partidária da Avenida Paulista (talvez por grupos de extrema-direita sob o beneplácito silente de manifestantes de centro), na noite da quinta, 20, onde tudo havia começado duas semanas antes, a esquerda social lá permaneceu, representando uma parcela significativa, embora não majoritária, do protesto. Da mesma maneira, havia uma direita, a qual, contudo, era bem menor do que fizeram pensar as primeiras impressões a respeito do acontecido. O centro, por sua vez, predominava do ponto de vista numérico e, como buscamos sugerir, cultural. Descobrir como o novo proletariado reagiu ao estranho cruzamento ocorrido ajudará a entender melhor o significado profundo dos acontecimentos de junho.

9 de outubro de 2013

NOTAS:

1. Singer, André. “Flores de inverno”. *Folha de S. Paulo*, 03/08/2013, p. A2.
2. Marx, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 35.
3. Singer, André. “Esquerda ou direita?”. *Folha de S. Paulo*, 22/06/2013, p. A2.
4. Segundo a Agência Estado, em 30/06/2013, www.ultimosegundo.com.br, acessado em 21/09/2013.
5. Houve, também, duas pequenas manifestações no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 10 de junho.
6. A menos que assinalado, os números de manifestantes correspondem à avaliação da imprensa, segundo apareceram na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*. Tais avaliações são sempre controversas. Utilizo-as apenas como referência, não pretendendo que estejam sempre corretas.
7. Informação do Datafolha. Participantes reportam a impressão de número bem maior.
8. A revogação dos aumentos aconteceu também no Rio de Janeiro e em dezenas de outras cidades.
9. A não ser por menções pontuais, este artigo não se propõe a analisar a evolução do movimento social depois de junho, restringindo-se a oferecer uma interpretação dos acontecimentos daquele mês.
10. Em debate na USP (22/08/2013), Arantes explicou que, dada a dificuldade de rotular o que ocorreu, os franceses acabaram por adotar a fórmula neutra “acontecimentos de maio” para falar de 1968.
11. Ver, por exemplo, Boito, Armando. “O impacto das manifestações de junho na política nacional”. *Brasil de Fato*, 02/08/13.
12. Ver, por exemplo, Braga, Ruy. “Sob a sombra do precariado”. In: Maricato, Ermínia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 82.
13. O conjunto de dados a que tive acesso foi o seguinte: duas pesquisas realizadas pelo Datafolha em São Paulo, nas manifestações dos dias 17 de junho (766 entrevistas, com margem de erro de quatro pontos percentuais para mais e para menos) e 20 de junho (551 entrevistas, com margem de erro de quatro pontos percentuais para mais ou para menos). pesquisa realizada na manifestação

do Rio de Janeiro no dia 20 de junho pela Plus Marketing, com 498 entrevistas entre 16h e 20h30 e seleção aleatória por intervalo de tempo com manifestantes acima de 15 anos. pesquisa nacional realizada pelo Ibope nas manifestações do dia 20 com 2002 entrevistas em oito cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília. Consultada em g1.globo.com em 22/09/2013; pesquisa feita em Belo Horizonte na manifestação do dia 22, pelo Instituto Innovare.

14. O debate sobre precariado *versus* novo proletariado ainda está em curso, mas envolve aspectos que não vêm ao caso para a discussão que desejo fazer neste artigo.

15. Segundo a socióloga Helena Abramo, o grupo de 16 a 24 anos “é o que vem se tornando convenção, no Brasil, para abordagem demográfica sobre juventude, pois corresponde ao arco de tempo em que, de modo geral, ocorre o processo relacionado à transição para a vida adulta”. Abramo, Helena Wendel. “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: Abramo, H. W. e Branco, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, p. 45.

16. Na divisão proposta por Amaury de Souza e Bolívar Lamounier em *A classe média brasileira*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2010, pp. 18-9.

17. www.redebrasilatual.com.br, acessado em 26/09/2013.

18. Dados calculados a partir do censo de 2010 do IBGE.

19. Uso a expressão “classe média tradicional” no sentido que aparece em Souza e Lamounier, op. cit., p. 25: a classe média tradicional é a que “realizou suas conquistas no passado e hoje tem ganhos estabilizados. A geração anterior já nasceu na classe média, possui casa própria, colocou os filhos em escolas privadas, fez poupança e investimentos e conta com ampla rede de relações a que pode recorrer em caso de necessidade”. A educação universitária aparece como fator essencial ou muito importante para definir quem é e quem não é de classe média para 87% dos 2002 pesquisados pelo Ibope para Souza e Lamounier no final de 2008.

20. Não dispomos do número de diplomados em universidade nas manifestações de São Paulo.

21. Weber, Demétrio Weber. “Brasil tem 6,7 milhões de universitários”, www.g1.globo.com, acessado em 26/09/2013.

22. Sobre a classe média baixa, ver Souza e Lamounier, op. cit., pp. 20 e 21.

23. Em particular, a composição apurada no Rio foi surpreendente, pois 34% *teriam apenas até um salário mínimo de renda familiar mensal*. Convém, em todo caso, manter o resultado carioca em suspenso, por ser muito diferente dos demais.

24. Trata-se aqui de uma aproximação grosseira, pois isso vai depender, evidentemente, do tamanho da família.

25. Para chegar a esse resultado, fiz uma conversão, em salários mínimos da época, da classificação apresentada em Quadros, Waldir. “Brasil: um país de classe média”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 01/11/2010.

26. Ver Souza e Lamounier, op. cit., p. 164.

27. *Ibidem*.

28. Embora o dado deva ser visto com cuidado, pelas razões já mencionadas, cabe mencionar que a Plus Marketing encontrou 88% dos manifestantes do Rio na faixa até cinco salários mínimos.

29. Venturi, Gustavo. “PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária”. *Perseu*, 5, 2010, p. 204.

30. Weber, Demétrio. “Brasil tem 6,7 milhões de universitários”, www.g1.globo.com, acessado em 26/09/2013.

31. Por meio de artigos de jornal e entrevista no curso dos acontecimentos, foi esta a minha primeira intuição. Ver Evelin, Guilherme. “A energia social não voltará atrás”. *Época*, 787, 24/06/2013.

32. Movimento Passe Livre – São Paulo. “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”. In: Maricato, Ermínia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13.

33. Movimento Passe Livre – São Paulo, op. cit.

34. *Ibidem*, p. 14.

35. Coletivo DAR e Desinformémonos. “Pablo Ortellado: experiência do MPL é ‘aprendizado para o movimento autônomo não só do Brasil como do mundo’”, coletivodar.org/2013/09, acessado em 16/09/2013.

36. Diversos depoimentos de participantes dão conta de que a manifestação da segunda, 17, em São Paulo, talvez tenha sido maior que a da quinta, 20, embora no resto do país tenha sido diferente.

37. A entrevista pode ser vista em www.brasil247.com/pt/247/video/105798/.

38. A pesquisa Vox Populi contou com 2200 entrevistas em 207 municípios.

39. Barros, Luiz Carlos Mendonça de. “A nova classe média e o governo”. *Folha de S. Paulo*, 14/06/2013, p. B7.

40. Cintra, Luiz Antonio. “Brasil, caro pra chuchu”. *Carta Capital*, 751, 5/06/2013, p. 26.

41. A pronunciada queda na aprovação dos governos, percebida pelas pesquisas de opinião realizadas no final de junho, confirmam isso.

42. O problema da violência, envolvendo, entre outros pontos, os *black blocs*, é um dos temas relevantes que fogem ao escopo deste artigo.

43. “Atos bloqueiam cinco estradas paulistas, e trânsito chega a 10km”. *Folha de S. Paulo*, 20/06/2013, p. C8.

44. Ver Singer, André. “O alerta das metrópoles”. *Folha de S. Paulo*, caderno “Especial Eleições”, 29/10/2012, p. 2.

45. Ver Singer, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

46. Maricato, Ermínia. “É a questão urbana, estúpido”. In: Maricato, Ermínia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 24.

47. Sobre a importância dada à internet, é sintomática a entrevista do sociólogo Manuel Castells a respeito dos acontecimentos de junho. Ver Mendes, Daniel. “Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas”. *Istoé*, 2276, 28/06/2013.

48. Inglehart, Ronald e Welzel, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Francis, 2009, p. 130.

49. Resende, André Lara. “O mal-estar contemporâneo”. *Valor*, 05/07/2013.

50. *Ibidem*.

51. Coimbra, Marcos. “O sentido das manifestações”, www.voxpopuli.com.br, acessado em 29/09/2013.

52. Antunes, Ricardo e Braga, Ruy, op. cit.

53. Costa, Henrique. “O presente e o futuro das jornadas de junho”. *Carta Maior*, 11/08/2013, www.cartamaior.com.br, acessado em 24/09/2013.

Perfil de quem foi à Paulista destoa de lideranças e não poupa ninguém

El País

Aprovam serviço público gratuito e são contra o financiamento privado de campanha

Quem esteve na Avenida Paulista, na marcha pró-impeachment, acredita também que o Estado deve prover educação e saúde pública e gratuita, além de transporte coletivo para todos os brasileiros. Há, inclusive,

muitos que acham que o transporte deve ser gratuito, numa pauta semelhante, nesse aspecto, a dos protestos de junho de 2013. Os protagonistas das marchas de domingo são mais homogêneos que há dois anos atrás: maioria branca, com nível superior completo e pertencente às classes A e B.

Esses dados foram apontados por um levantamento coordenado por Pablo Ortellado, professor da USP, Esther Solano, da Unifesp, e Lucia Nader, da Open Society. A pesquisa traçou o perfil de quem esteve na Paulista nesse domingo e mostrou como eles divergem das lideranças que convocaram as marchas pró-impeachment. Enquanto em cima do palco nenhuma menção a Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi feita, já que o peemedebista é a esperança de ver o impeachment vingar em Brasília, nas ruas, 71% acreditam que o presidente da Câmara é corrupto. Ninguém, porém, supera Renan Calheiros, que é corrupto para 94%, mais do que Dilma Rousseff (89,6%).

Enquanto a maioria acha que o Estado deve ser responsável por prover direitos como saúde, educação e transporte, essa não é uma pauta compartilhada pelos líderes dos principais movimentos anti-Governo. “Somos contra o Sistema Único de Saúde”, afirmou, na semana passada durante entrevista a este jornal, Fabio Ostermann, do Movimento Brasil Livre.

Para Pablo Ortellado, o conteúdo observado na pesquisa é “extremamente” progressista. “Isso é um resquício de junho de 2013”, diz. “O espírito de junho ficou órfão, porque não tinha nenhuma força de esquerda descolada de partidos políticos. Com isso, a direita se apropriou dessas reivindicações”.

No domingo, quase metade dos manifestantes (48%) ganha 7.888 reais ou mais por mês. A insatisfação com o sistema político, porém, é generalizada: 96% não estão satisfeitos e 88% concordam, totalmente ou em parte, que a solução seria entregar o poder para algum político honesto. 71% discordam que a solução seria entregar o poder aos militares.

Um pouco do que foi observado nas ruas, em fotos e cartazes, se refletiu também na pesquisa. O juiz Sergio Moro, ovacionado por centenas de pessoas no domingo, apareceu em segundo lugar quando o entrevistador era provocado a citar uma figura pública que não é corrupta. Perdeu apenas para o deputado federal Jair Bolsonaro (PP), que, na última manifestação, em abril, já havia aparecido como o político mais confiável. O único político do PT citado nessa questão foi Eduardo Suplicy, ex-senador e atual secretário de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT-SP), figurou na pesquisa de maneira negativa. Ele, que não está acusado de envolvimento em nenhum caso de corrupção, é avaliado como corrupto para 77%, enquanto Geraldo Alckmin, cujo Governo enfrenta o escândalo dos cartéis dos trens e metrô, é julgado como corrupto para 42%.

Uma das maiores discussões em meio à votação da reforma política, o financiamento empresarial de campanha, é fortemente condenada pelos manifestantes: 73% são contra. A maioria também condena o programa Mais Médicos, do Governo Federal: 75%.

PSDB e os manifestantes

Um exemplo é o julgamento feito pelos manifestantes aos casos de corrupção: 99% classificam a Lava Jato como um escândalo grave, mas 87% avaliam que os cartéis nos três e metrô do Estado de São Paulo (governado pelo PSDB) também são graves. Para 99%, é grave o mensalão do PT, e 80% classificam da mesma forma o mensalão do PSDB.

Os números não são boa notícia para o PSDB, que pela primeira vez apoiou explicitamente as manifestações pró-impeachment. Uma semana antes da marcha, veiculou em rede nacional um vídeo em que chamava a população para ir às ruas. Nessa segunda, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pediu publicamente que Dilma Rousseff renunciasse. Agora, o partido deve experimentar convocar as suas próprias marchas. Para Pablo Ortellado, porém, essa estratégia não deve funcionar. “Acho que não vai colar”, diz. “As pessoas estão de saco cheio de todos os partidos e, ao mesmo tempo, não depositam grandes esperanças no PSDB”.

Construindo Poder Popular – Comitês Populares para governar

Cartilha do Movimento Luta Popular

A situação da vida dos trabalhadores e do povo pobre das periferias vai se tornando mais difícil a cada dia.

O desemprego aumenta, o aluguel aumenta, o preço da comida, da conta de luz e das passagens de transporte. Só os salários é que não aumentam.

Hoje em dia, quem fica desempregado tem muito mais dificuldades pra acessar o seguro desemprego, e a maioria dos que ganham pouco já não tem mais direito ao PIS. Quem trabalha a vida inteira, agora vai ter que trabalhar mais ainda pra poder se aposentar ganhando uma miséria.

A saúde pública, a educação pública, o transporte público e tudo o que é público quase não funciona ou funciona muito mal. Quando não chove, falta água pra beber nos bairros da periferia. Quando chove muito, a periferia fica alagada.

Isso acontece porque este sistema político e econômico funciona para beneficiar um punhadinho de ricos e arrancar o couro de centenas de milhares de pobres. Os governos – todos eles – trabalham para garantir a esse punhadinho de ricos, patrões, banqueiros e donos de empresas altíssimos lucros que vêm diretamente do nosso suor.

Vêm diretamente da exploração do nosso trabalho e da precarização das nossas vidas. Parece até brincadeira que um juiz queira ser o “herói” quando a gente sabe muito bem que justiça só funciona para os ricos. Parece até brincadeira que o “japonês da federal” queira ser “herói”, quando a gente tá careca de saber que a polícia só ataca os pobres.

É corrupção de todo lado; ataques dos governos do PT, do PSDB, do PMDB, do PSD, do PSB, do DEM e de todos os partidos da lista da lava jato. A Dilma atacou, e o Temer ataca os trabalhadores, os governos estaduais atacam os trabalhadores, os prefeitos, deputados, vereadores, senadores todos atacam o povo mais pobre.

Nem essa justiça injusta, nem essa polícia racista e violenta, nem nenhum desses governos poderão resolver os nossos problemas e melhorar as nossas vidas.

A democracia deles X a democracia dos trabalhadores

Muita gente agora vive falando de democracia, nós sabemos que no Brasil já houve uma ditadura militar e ela foi um momento muito triste da nossa história em que as pessoas eram torturadas e assassinadas apenas por dizer o que pensavam. Nós queremos enterrar de vez essa triste página triste da nossa história.

Acontece que enquanto muitos trabalhadores e trabalhadoras lutavam por democracia, os burgueses bo-laram um plano pra não “largar o osso” e continuar mandando no povo. Eles inventaram um tipo de democracia que, na prática, só é democrática pra eles. Sabe como?

Criaram uma democracia no papel e uma ditadura na vida real. Como assim? Ora, no papel (nossa constituição), todos somos iguais, todos somos cidadãos.

No papel, todos podem participar da política; na vida real, quem tem milhões de reais pra fazer uma campanha e ser eleito? No papel, o poder nasce do povo; na vida real, eles só querem os nossos votos e a gente tem que decidir, de dois em dois anos, quem é que vai chicotear as nossas costas. Mas se o seu Zé, que tá desempregado, é um cidadão, igualzinho ao Roberto Marinho, dono da Rede Globo (que, aliás, é um caloteiro que apoiou a ditadura), algo está errado, né? Na vida real, eles são muito diferentes. No papel, todos têm direito a moradia; na vida real, alguns moram de favor e outros são donos de terrenos que ficam anos e anos vazios. No papel, todos têm direito à saúde; na vida real, alguns morrem de *zika virus* na fila do hospital e outros se tratam em hospitais que mais parecem hotéis de luxo. No papel, todos têm direito a ter trabalho; na vida real alguns são explorados e humilhados trabalham muito ganhando muito pouco e outros vivem do trabalho alheio, ganhando rios de dinheiro sem nem trabalhar.

No papel, brancos e negros, homens e mulheres são iguais; na vida real, as mulheres ganham menos do que os homens fazendo o mesmo trabalho, e os jovens negros são assassinados todos os dias nos becos e vielas das periferias.

Então, **que democracia é essa?**

Essa é a democracia burguesa. Não é a democracia pela qual tantos lutaram e até morreram para conquistar!

Mas se trocar todos os políticos, resolve?

Tá aí uma boa pergunta. Nós achamos que não.

Veja só o exemplo que agora todos nós conhecemos. Uma politicagem honrosa em que praticamente todos os partidos recebem dinheiro, todos os políticos recebem propinas e ficam brigando entre si. o seu falando do mal lavado. O povo pobre e trabalhador que, não é besta nem nada, fica de longe olhando essa briga entre os dois lados da mesma moeda e sabe muito bem que a saída pra nossas vidas não está com nenhum dos grupos da burgueses e empresários que ficam tentando aparecer como salvadores.

Sabemos que as eleições elegem gente como Feliciano e Bolsonaro, que além de serem corruptos iguais aos outros, são preconceituosos e odeiam os nordestinos, os negros e negras e o povo indígena. Sem nem falar na visão lamentável sobre as mulheres e os LGBTS.

É claro que as eleições poderiam ser bem melhores. Imagina uma eleição em que político corrupto, político investigado não pode se candidatar? Imagina uma eleição em que os partidos não podem pegar dinheiro nem de empresas e nem de empresários? Imagina uma eleição em que todo político eleito ganha o mesmo salário que um professor de escola pública da cidade onde ele vota? Bem melhor, né?

Claro que sim! Seriam eleições um pouco melhores do que existem hoje.

Mas, mesmo desse jeito novo, o que é que garantiria que os interesses do povo mais pobre e dos trabalhadores seriam atendidos?

Chega de só olhar! Vamos botar nosso bloco na rua por mudanças reais!

Pois é, nós achamos que só o povo em luta permanente e organizado para controlar os governos é que pode garantir que as nossas necessidades sejam atendidas e que a riqueza que a gente produz seja distribuída entre aqueles e aquelas que produzem, que trabalham e que fazem a sociedade funcionar e a coisa acontecer.

Nós precisamos construir uma maneira de os trabalhadores e do povo pobre das periferias governarem diretamente.

Mas será que isso é possível? Como será que isso poderia acontecer?

Construir comitês para fortalecer o poder popular e um governo diretamente dos trabalhadores e trabalhadoras

Nós achamos que é possível que os trabalhadores e trabalhadoras governem diretamente sim!

Muito se tem falado por aí que o “poder vem do povo”, mas, do jeito que as coisas são no capitalismo, o poder até vem do povo, mas não volta pro povo nunca. Nenhum grande empresário planta e colhe comida que come; nenhum dono de empreiteira senta os tijolos da casa onde mora ou das casas que vende. Quem faz cada pedacinho do Brasil acontecer é o povo que tem as mãos calejadas de virar concreto e depois do trabalho votar pra casa alugada pra descansar.

Se é o povo trabalhador que faz tudo acontecer, o poder vem mesmo da gente e é com a gente que o poder tem que ficar!

Achamos que é possível construir comitês populares nas escolas nos bairros e nas fabricas onde a juventude da periferia, o povo pobre e os trabalhadores possam construir propostas para resolver os nossos problemas do bairro e quais as melhores propostas para resolver estes problemas. Feito isto, o comitê pode ser o espaço onde todos juntos organizarão as lutas e os protestos para fazer com que estas propostas sejam realizadas na prática.

Os comitês podem ser espaços de organização de uma proposta de governo popular de verdade, governo dos trabalhadores mesmo.

Neles, a gente pode discutir os problemas decidir juntos quais são os mais urgentes e importantes e pensar soluções pra eles.

Mas os comitês devem ser, principalmente, um espaço pra gente organizar as lutas pra botar pra fora todos os políticos corruptos que estão aí e pra organizar os protestos e as lutas que sejam fortes o suficiente pra forçar – na marra mesmo – que o nosso plano para melhorara a vida do povo seja realizado e garantido na prática.

Muita gente pode achar que isto é maluquice, mas maluquice mesmo é viver num mundo em que tem comida sobrando e gente morrendo de fome. Isto sim é maluquice, não é?

Não dá pra desistir sem pelo menos tentar, e nós queremos tentar!

Se você está disposto a tentar com a gente, venha ajudar a construir os comitês populares!

Nós podemos e precisamos mudar o Brasil, nós precisamos e podemos fazer melhor do que esses governos fizeram até agora.

A hora é essa! Mãos à obra!

ALGUMAS IDEIAS IMPORTANTES PARA O FUNCIONAMENTO DOS COMITÊS:

1. Os comitês devem ser espaços de discussão e decisão horizontais. Isso significa que todo mundo que participa tem os mesmos direitos de falar, os mesmos direitos de votar e tomar decisões e o mesmo compromisso de levar pra frente o que os comitês decidirem.

2. Todas as pessoas, de todas as idades, têm direito à fala. E todas as pessoas a partir dos 12 anos, têm direito também a votar e ajudar os comitês a tomar decisões. Se eles podem ocupar e organizar muito bem as escolas, devem ter também o direito de ajudar o Brasil a funcionar.

3. É muito importante que as reuniões sejam divulgadas com o máximo de publicidade possível: que se entreguem panfletos, que se construam eventos no face, que divulguemos pelo wats e quem quiser pode postar na linha do tempo na pagina dos comitês. Isto é muito importante pra garantir que as reuniões sejam democráticas e que alguém que puxa a reunião não leve pra só os amigos que concordam com ele.

4. Se estamos construindo poder popular – porque arrancaram de nós a nossa voz e a nossa vez –, não faz sentido nenhum que os comitês virem palanques para aqueles que já podem opinar o tempo inteiro. Por isso, achamos que nas reuniões dos comitês, políticos eleitos, candidatos e patrões não têm direito à fala e não têm direito a voto.

5. É importante que as decisões dos comitês sejam registradas numa ata e que cada reunião escolha com quem a ata deve ficar guardada. Nela devem estar o resumo das decisões e a quantidade de votos contra e a favor.

Estas são algumas ideias para garantir o máximo de democracia e legitimidade dos comitês. São pontos em que a gente pode se apoiar pra começar a construir. Com o tempo, cada comitê vai ter a cara do bairro, da escola ou da fábrica onde ele se organiza e a cara de quem constrói o poder popular no dia a dia.